



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UNB
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - ICH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA - PPGHIS**

**A INVENÇÃO DA SOLTEIRONA:
CONJUGALIDADE MODERNA E TERROR MORAL –
MINAS GERAIS (1890-1948)**

CLÁUDIA DE JESUS MAIA

**BRASÍLIA
DISTRITO FEDERAL – BRASIL
NOVEMBRO- 2007**

CLÁUDIA DE JESUS MAIA

**A INVENÇÃO DA SOLTEIRONA:
CONJUGALIDADE MODERNA E TERROR MORAL –
MINAS GERAIS (1890-1948)**

Tese apresentada à Universidade de Brasília, como parte das exigências do Programa de Pós-graduação em História, para obtenção do título de Doutorado.

**BRASÍLIA
DISTRITO FEDERAL – BRASIL
NOVEMBRO- 2007**

Banca Examinadora

Brasília-DF., 28 de Novembro de 2007.

Profa. Dra. Rita Laura Segato (UnB) – Presidente

Profa. Dra. Raquel Soihet (UFF)

Profa. Dra. Maria de Fátima Lopes (UFV)

Profa. Dra. Tânia Navarro Swain (UnB)

Profa. Dra. Diva do Couto Gontijo Muniz (UnB)

Profa. Dra. Teresa Cristina de Novaes Marques (UnB) - Suplente

*Não me pergunte quem sou e não me diga
para permanecer o mesmo: é uma moral de
estado civil; ela rege nossos papéis. Que ela nos
deixe livres quando se trata de escrever.*

(Foucault, 2004)

AGRADECIMENTOS

O período de pesquisa longo do doutorado foi bastante propício não apenas para minha formação acadêmica, mas, também, para trocas diversas e realização de “bons encontros”: intelectuais, políticos, solidários, de trabalho e afetivos. Muitas pessoas se fizeram presentes nessa trajetória e de formas variadas deram suas contribuições, seja diretamente à pesquisa ou em forma de apoio e paciência de todo tipo. A todas elas devo meus agradecimentos.

De forma muito especial, agradeço à minha orientadora, Rita Laura Segato pela confiança e, sobretudo, pelas brilhantes idéias e sugestões teóricas dadas ao trabalho, pelo cuidado e minúcia com que leu e comentou meus textos e por, desde o início, ter respeitado e apoiado minhas escolhas. À professora Tânia Navarro-Swain que, através dos Seminários cursados, me ajudou a encontrar o tema de pesquisa e construir o quadro metodológico, através dos inúmeros artigos que publicou, me ajudou a pensar e construir um olhar diferenciado sobre a realidade social e as diversas práticas discursivas que a produzem; agradeço ainda por sua amizade e carinho. Às professoras Diva do Couto Muniz e Margareth Rago, pelas críticas e sugestões no exame de qualificação, indicação de leituras e pelas conversas sobre o tema; a Diva, agradeço ainda pelo auxílio na resolução dos problemas burocráticos no PPGHIS/UnB e pelo empréstimo de material bibliográfico, e a Margareth pelas conversas via e-mail, pelas reflexões sobre o pensamento de Michel Foucault no âmbito da História que me ajudaram na escrita da tese. À professora Rachel Soihet, agradeço por aceitar o convite para participar da banca.

Também, de forma especial, agradeço à professora Marion Aubrée, que me recebeu e co-orientou no período sanduíche na École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS) em Paris; agradeço pelo convite, pela acolhida,

indicação de cursos e bibliografias, pelas orientações e principalmente por ter me proporcionado a possibilidade de enriquecer e aprofundar meus estudos com a ida para a L'École e uma valiosa experiência de vida. Agradeço também à Mme Alba Horenstein pela acolhida na EHESS e por ter facilitado minha estadia, providenciando aluguel de apartamento e os documentos necessários para matrícula, utilização de bibliotecas e outros recursos. À Mme Nicole Dhombres, proprietária do apartamento da Rue de La Main d'Or, onde morei, pela gentileza em tornar minha estadia em Paris ainda mais agradável e, principalmente, pelas nossas longas conversações em que ela se empenhou para melhorar o meu pobre francês. Agradeço aos amigos e amigas que fiz ou que reencontrei em Paris: Milton e Émille, Aparecida e Jean-Claude sempre muito solícitos, Vivan, Kelly e Silvana que, foram ótimas companhias e pacientes escutas de minhas saudades ou divagações teóricas.

Às professoras Michelle Perrot e Arlette Farge, agradeço por terem me recebido para conversar sobre minha pesquisa, dentre outros assuntos, e pelas sugestões ao tema. Às professoras Leila Mezan Algranti, Rita de Cássia Marques, Maria de Fátima Lopes e aos professores Luciano Figueiredo e Osmar Pereira Oliva pela indicação de fontes ou bibliografias; à Rita agradeço ainda pelo empréstimo de livros e pela orientação e receptividade no CEMEMOR-MG durante a pesquisa e a Maria de Fátima, que me acompanha desde o mestrado, pela confiança em emprestar alguns dados de sua tese e, principalmente, por sugerir e apresentar às economistas domésticas de Viçosa para serem entrevistadas.

Às “professoras mineiras”, agradeço por me confiarem suas histórias de vida. Aos funcionários dos arquivos pesquisados pelo auxílio: o sr. Jaime, da Hemeroteca Pública de Minas Gerais; Heliane Casarin do Setor de Memória da Biblioteca Municipal Murilo Mendes em Juiz de Fora; Wesley do Fórum Gonçalves Chaves em Montes Claros e o Dr. Adilson Salgado, juiz da vara cível, pela autorização da pesquisa; à Lílian da ABAT em Diamantina e Cássio da Casa Setessentista de Mariana. A estes dois últimos agradeço, ainda, pela permissão para pesquisar fora do horário de expediente.

Às minhas colegas do PPGHIS/UnB, Suzane, Elizabeth, Meire, Valéria agradeço pela companhia e interlocução, em especial à Patrícia e Thiago, que

formaram minha família em Brasília e com quem dividi as alegrias, tristezas e “apertamentos” das Ktis em que moramos. À Arlete, ex-secretária do Programa e ao professor Celso Fonseca, ex-coordenador, pelo auxílio nas questões burocráticas e pelo apoio à nossa área de concentração. A professora Ione Oliveira pelo “estágio docente”.

Não poderia deixar de agradecer também de forma especial à minha colega e grande amiga Luciene Rodrigues, não só por ter-me aberto as portas de sua casa na Colina, mas, principalmente, pela amizade, companheirismo e por nossas longas conversas, regadas a deliciosos chás, café e biscoitos, sobre minhas dúvidas, a pesquisa e meus problemas pessoais. Aos meus colegas do Departamento de História da Unimontes agradeço pelos constantes incentivos, em especial, Fátima e Beth; à Regina Caleiro pelas sugestões ao trabalho; à Wilma Isabel pela indicação de entrevistas; a Martha Sayago e Jânio Marques que, como chefes do departamento, me ajudaram com a organização dos horários de aula, dispensa de reuniões e com problemas burocráticos. Às minhas alunas do grupo de estudo pelo entusiasmo com as discussões de gênero. A Elizeth pela transcrição dos depoimentos e à Elizandra, ex-orientanda, pelas pesquisas iniciais nos processos cíveis. À Edelzuita, amiga e professora de francês pelas conversas e incentivos pela temporada na França.

À minha família agradeço o apoio, paciência e compreensão pela constante ausência; em especial, a minha irmã, Cida Maia que é a aconselhadora de toda a família. A Zilma que tem cuidado com zelo de minha casa e meus bichos, restringindo-me as preocupações domésticas, agradeço ainda pelos cafezinhos servidos durante o período da escrita. Aos compadres Liliane e Ildenilson pelos momentos de descontração e risos. A tia Cida e Maraiza pelo apoio e auxílio nas dúvidas do português.

Acredito que a pessoa mais feliz com a conclusão do doutorado é meu marido Alex Fabiano porque já se mostrava impaciente com meus devaneios teóricos e a freqüência com que eu falava sobre o tema. Foram horas e quilômetros de caminhadas em que ensaiava ou tentava convencê-lo com meus argumentos e, no final, penso que o tornei um pouco feminista! Agradeço

ainda pela paciência, sugestões bibliográficas, pelas discussões relativas ao pensamento foucaultiano e por ser apaixonado pelo meu tema.

O incentivo financeiro foi essencial para o desenvolvimento desta pesquisa, pois possibilitou a dedicação de forma mais integral, além da aquisição de livros e equipamentos necessários, e os custeios das viagens aos arquivos, por isso, agradeço imensamente à FAPEMIG pela concessão de bolsa através do PCRH e à UNIMONTES pela dispensa, no último ano, para dedicação integral à pesquisa.

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS	xi
LISTA DE FIGURAS	xii
LISTA DE TABELA E QUADRO	xiii
RESUMO	xiv
ABSTRACT	xvi
INTRODUÇÃO	01
PARTE I	
SUPTES DA PESQUISA E A CONSTRUÇÃO DO OBJETO	12
CAPÍTULO 1: HISTÓRIA, GÊNERO E DISCURSO: SITUANDO A PESQUISA	13
1- Gênero e sujeito: os suportes teóricos	15
1.1.1- Corpo, sexualidade e representações	21
1.2- História, documento e discurso: os suportes metodológicos	25
1.2.1 – O <i>corpus</i> documental	31
1.2.2 – Procedimentos de análise	37
CAPÍTULO 2: O NASCIMENTO DA SOLTEIRONA	43
2.1- O nome do celibato estigmatizado	45
2.1.1- The <i>Spinster</i> e la <i>Vieille Fille</i>	46
2.1.2- No Brasil, a <i>solteirona</i>	53
2.1.3- Emília, Francisquinha, Clotilde, Conceição... algumas personagens	56
2.2- Vida solitária e vida conjugal: em busca da ordem	65
2.2.1- “É bom que o homem não fique só”	66
2.2.2- Famílias de mulheres sozinhas	70
2.2.3- A Família conjugal e os novos cenários	75
PARTE II	
AS ARMADILHAS DO CASAMENTO	87
CAPÍTULO 3: O DIREITO SOBRE AS ESPOSAS	88
3.1- A natureza do contrato	89
3.1.1- O aparato jurídico: legislando a hierarquia e a desigualdade	93

3.2- O cânone da “natureza”: o mandato de casar e a “tragédia da solteirona”	101
CAPÍTULO 4: O DIREITO DAS ESPOSAS	107
4.1- O dispositivo da escolha	108
4.1.1- Escolha de quem?	118
4.2- A conjugalidade moderna e o amor romântico	127
4.2.1- Os limites do “amor”.....	131
4.3- O governo da casa	135
4.4- Queixas conjugais - o direito contestado	138
CAPÍTULO 5: COMO ESCAPAR ÀS ARMADILHAS: O CELIBATO DAS MULHERES	147
5.1- Exceder ao controle: mulheres “indivíduo”	148
5.1.1- Carreira profissional ou de esposa: estabelecendo os limites	153
5.1.2- O celibato político	159
5.2- Viver para si? – histórias de vida de professoras mineiras	166
5.2.1- Diploma e celibato	168
5.2.2- As narrativas do não-casamento	172
5.2.3- Celibatárias e casadas: avaliando escolhas	178
5.2.4- Fora da órbita familiar	180
5.2.5- Ser sozinha	186
PARTE III	
A PRODUÇÃO DISCURSIVA DE IMAGENS E DE CORPOS	191
CAPÍTULO 6: “DESENCANTADAS CRIATURAS PROIBIDAS DE AMAR”...	192
6.1- O excedente de mulheres ou a heterossexualidade compulsória? A ameaça	194
6.2- A produção discursiva de imagens	200
6.2.1- Os tipos de solteironas	203
6.2.2- A <i>Solteirona</i> e a esposa feliz – a família como um bem	215
6.2.3- Estética	224
CAPÍTULO 7: O CORPO CELIBATÁRIO	234
7.1- O sexo-sujeito: o discurso médico-científico.....	236
7.1.1- A sexualidade reprodutiva.....	239
7.2- Os paradoxos da castidade e a virgindade feminina	245
7.2.1- O prazer sexual do casal	254
7.2.2- A <i>Solteirona</i> e a prostituta: “as martyres sociais”	256
7.3 – As marcas da natureza torcida	263
7.3.1- Corpos doentes e masculinizados	263
7.3.2- Corpos estéreis, maternidade assegurada.....	270
7.3.3- Corpos recalcados, mulheres histéricas	274
CONSIDERAÇÕES FINAIS: A MORTE DA SOLTEIRONA	278
REFERÊNCIAS	287

LISTA DE SIGLAS

ABAT	- Arquivo e Biblioteca Antônio Torres
AEAD	- Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Diamantina
AEM	- Acervo dos Escritos Mineiros
AFGC	- Arquivo do Fórum Gonçalves Chaves
CEMEMOR(MG)	- Centro de Memória da Medicina de Minas Gerais
DPEDOR	- Divisão de Pesquisa e Documentação Regional
UFMG	- Universidade Federal de Minas Gerais
UFJF	- Universidade Federal de Juiz de Fora
UFV	- Universidade Federal de Viçosa
UNIMONTES	- Universidade Estadual de Montes Claros

LISTA DE FIGURAS

1	- Elvira Komel	85
2	- Anúncio do Batalhão Feminino João Pessoa	85
3	- Jornal <i>Voz Feminina</i> (1901).....	86
4	- Miêtta Santiago	86
5	- Anúncio do curso de formação de dona-de-casa (1916).....	189
6	- Charge “O feminismo avança”.....	189
7	- Alunas do curso de Aperfeiçoamento da Escola Normal Superior.	183
8	- Testamento de Maria das Dores Pereira.....	190
9	- Estatística do cupido	196

LISTA DE TABELA

TABELA 1	- Mulheres em curso superior em Minas Gerais	80
----------	--	----

RESUMO

MAIA, Cláudia de Jesus. Universidade de Brasília, 2007. **A invenção da solteirona: conjugalidade moderna e terror moral – Minas Gerais 1890-1948**. Orientadora: Profa. Dra. Rita Laura Segato.

Palavras-chave: celibato, mulheres, gênero, casamento, corpo, sexualidade, assujeitamento, modernidade.

Esta tese discutiu a emergência do celibato feminino estigmatizado e da *solteirona* no Brasil através da análise de discursos científico e literário veiculados em Minas Gerais no período de 1890 a 1948. Os suportes teórico-metodológicos foram construídos a partir da epistemologia feminista, da nova história cultural e de algumas contribuições de Michel de Foucault. Com a constituição do Estado Republicano, o Brasil procurou implantar um projeto de progresso e emancipação da sociedade fundamentado nos princípios da modernidade, que reforçavam o valor das liberdades individuais e do direito universal. A família conjugal, legalmente constituída pelo matrimônio burguês, ganhou centralidade neste projeto. Ela foi percebida como lugar estratégico para instituir o controle e a disciplina na vida cotidiana, a sexualidade reprodutiva e para a produção de modelos de homens e mulheres marcados pelas diferenças de gênero. As celibatárias emergiram como figuras marginais quando esse modelo de família tornou-se central. A *solteirona* foi a chave para perceber processos de subjetivação feminina e a constituição de um dispositivo de controle e coerção sobre as mulheres na modernidade brasileira, para assegurar a família, a conjugalidade moderna e a sexualidade reprodutiva. Os mecanismos de controle se engendraram, sobretudo, por meio do casamento legítimo, por isso, fora do casamento as celibatárias poderiam experimentar uma vida mais autônoma, constituir-se em indivíduos jurídicos e aderir, sem impedimentos legais, ao mercado de trabalho. Os mecanismos de coerção foram acionados para convencer as mulheres a se tornarem esposas, pois nesta condição elas poderiam ser mais facilmente controladas. Duas estratégias discursivas foram usadas. Uma foi a produção da idéia de que o casamento, além de uma vocação inata, trazia privilégios às mulheres; a outra foi a invenção da *solteirona* invejosa e frustrada, a figura da diferença, uma personalidade doentia. Com o discurso científico-moral, ela ganhou corpo e se apresentou como uma anomalia e marca dos fracassos femininos. Por isso, era um fantasma que aterrorizava as mulheres e as coagia ao casamento. Ao não

se casar, rejeitando os papéis de mãe e esposa, muitas celibatárias, porém, criaram condições de possibilidades para exceder seu assujeitamento como mãe/esposa/dona-de-casa. O celibato feminino, neste contexto, foi ser pensado como um dos múltiplos pontos de resistência aos modelos idealizados de família, de casamento, de sexualidade e de mulher.

ABSTRACT

MAIA, Cláudia de Jesus. Universidade de Brasília, 2007. **The invention of the *spinster*: modern conjugality and moral terror – Minas Gerais 1890-1948.** Supervisor: Profa. Dra. Rita Laura Segato.

Key-words: body, celibacy, family, gender, marriage, modernity, sexuality, subjection, women.

This thesis discussed the emergency of the stigmatized feminine celibacy and of the *spinster* in Brazil by means of analysis of scientific and literary discourses disseminated in the state of Minas Gerais, from 1890 to 1948. The theoretical-methodological support was built from the feminist epistemology, from the new cultural history and from some contribution by Michel de Foucault. With the constitution of the Republican State, Brazil endeavored to implant a project of progress and emancipation of the society based on the principles of modernity, which reinforced the value of the individual liberties and the universal right. The conjugal family, legally constituted by the bourgeois matrimony, gained centrality in this project. It was perceived as a strategic place for the institution of control and discipline to quotidian life, reproductive sexuality and for the production of models of men and women marked by gender differences. Celibate women emerged as marginal figures when this family model became central. The *spinster* was the key for making perceptible both the feminine subjection process and the constitution of a device of control and coercion over women in Brazilian modernity, in order to assure family, modern conjugality and reproductive sexuality. The mechanisms of control were engendered, above all, by means of a legitimate marriage, thus, out of marriage, celibate women were able to experiment a more autonomous life, to constitute themselves as juridical individuals and adhere, without legal impediments, to the work market. The mechanisms of coercion were set in motion in order to convince women to become wives, therefore, under this condition, they could be more easily controlled. Two discursive strategies were used. One of them was the production of the idea that marriage, besides being an innate vocation, brought privileges to women; the other one was the invention of the envious and frustrated spinster, the figure of difference, an unhealthy personality. With the scientific-moral discourse, it became stronger and was presented as an anomaly and mark of feminine failures. Hence, it was a ghost which used to

scare women and constrained them to get married. When they did not get married, then rejecting the roles of mother and wife, many celibate women, nevertheless, established conditions of possibilities to exceed their subjection as a mother/spouse/housewife. Feminine celibacy, in this context, was thought as one of the multiple resistance points to the idealized models of family, marriage, sexuality and women.

INTRODUÇÃO

*Eu acho engraçado que há um conceito de que todo **mundo tem que ser casado**. Você já reparou que todo artigo que a gente lê fala: “você, depois que você **já teve os filhos** todos, tem que preocupar com sua aparência”. **Não se lembra que tem solteira e solteiro!** Ninguém escreve para a solteira¹.*

A epígrafe foi recortada de uma narrativa de história de vida de uma mulher celibatária do interior mineiro. Professora, com cerca de setenta anos de idade, sua fala ressoa como um desabafo e apresenta também uma inquietação. Ela reclama para si a possibilidade de existir fora de uma condição social, de um *status* jurídico, de um código de beleza, de um tipo de escolha, de uma concepção de amor e de sexualidade construídos para as mulheres e tornado universal, natural e obrigatório: a condição de mulher casada. Seu reclamo e sua suspeita a respeito da obliteração sofrida, confisco da sua possibilidade de existir no registro dominante, leva-nos diretamente ao conjunto de respostas que Michel Foucault ofereceu ao teorizar o discurso e seus dispositivos: a produção do discurso em toda sociedade “(...) é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório”². Somente dessa perspectiva é possível entender porque mulheres que experimentaram formas de vida solitária, vivendo e morrendo solteiras, sem qualquer tipo de vínculo conjugal ou de prática sexual

¹ DÁLIA. Professora entrevista. Montes Claros, maio/ 2004. Este nome é fictício, pois optei por manter o anonimato das entrevistadas.

² FOUCAULT, M. *A Ordem do discurso*. 1999, p. 9.

socialmente reconhecida, não encontram representação positiva de sua experiência³.

Parece que num determinado momento e lugar, emergiram práticas discursivas, como o tipo de artigo a que se refere a narradora na epígrafe, que procuraram instaurar no discurso um referente de mulher – casada –, rareando o aparecimento de outras formas de vida – como a celibatária. O casamento e a maternidade foram historicamente produzidos, conforme ressalta Tânia Navarro-Swain “como elementos constitutivos do ‘ser mulher’ enquanto *locus* ideal do feminino”, e como tais, são os definidores da “verdadeira mulher”⁴. Sem estes elementos as mulheres eram (são) percebidas como sujeitos incompletos. Dessa forma, sentimento semelhante ao de minha informante foi expressado por D. Brites, depoente de Ecléa Bosi na sua obra *Memória e sociedade*:

Mulher solteira não tem projeção social. Conheci uma senhora que dizia com muita graça: na escala social **primeiro existe a mulher casada, em segundo lugar a viúva, em terceiro lugar a desquitada, em quarto lugar a prostituta, em último lugar... a solteirona**. Nunca ninguém lembrou de escrever coisa sobre a mulher solteira⁵. (grifos meus).

Se as hierarquias de gênero produziram as mulheres como o “outro”, o sujeito inferiorizado, as “solteironas” surgiram como mulheres ainda mais inferiorizadas, já que numa “escala” que define/classifica/qualifica mulheres, construída pelas representações de gênero, elas estão em último lugar, pois não possuem os elementos que constituem a “verdadeira mulher” e que as tornam inteligíveis dentro do código patriarcal. Numa pesquisa sobre a “a condição da mulher solteira” em Maceió, realizada por Nádia Amorim, uma de suas depoentes narrou que, “para a sociedade, **a mulher solteira é uma mutilada**. É como se, por si só, ela não existisse”⁶ (grifos meus). Elas são assim, mulheres incompletas e sem história.

³ A própria noção de “solteira” ou “casada” como uma condição social é histórica, uma vez que se constituiu numa determinada época e lugar.

⁴ NAVARRO-SWAIN, T. A invenção do corpo feminino ou a hora e a vez do nomadismo identitário. *Textos de História*. Brasília, Unb, vol.8, n.1/2, 2000, 54.

⁵ BOSI, E. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: T.A Queiroz, 1979, p. 293.

⁶ AMORIM, N. *Mulher solteira do estigma à construção de uma nova identidade*.1992, p. 15.

Ao construir meu objeto de pesquisa, a questão que me inquietava era: por que, a partir de uma determinada época, as mulheres solteiras, sob o estigma de *solteirona*, foram colocadas em discurso? A procura em arquivos por fontes que oferecessem pistas sobre a vida de mulheres celibatárias no período em estudo revelou um conjunto de textos que, ao invés de “celibatária”, utilizavam a palavra “solteirona”. Esses textos foram publicados em jornais, revistas, livros, manuais, dentre outros. Alguns textos apresentavam escrita e posicionamentos diretos a respeito da condição de mulher solteira; outros chegavam ao tema a partir de assuntos variados. Foi o caso da literatura romanesca, das crônicas, matérias noticiosas e jornalísticas, contos, respostas a missivas e entrevistas, a maioria em estilo irônico e jocoso. Um dizer sempre remete a outros dizeres. Dessa forma, como historiadora feminista, o “desabafo” de minha narradora citada na epígrafe me ajudou a delimitar com mais precisão a problemática da pesquisa, reformulando, assim, a questão inicial⁷. Fiz, então, um exercício: substitui as categorias utilizadas por ela por outras mais familiares a mim e à academia, a fim de pensar o enunciado nos meus próprios termos:

Eu acho revelador [“engraçado”] a constituição [“que há”] de um dispositivo [“um conceito”] que por meio de múltiplas práticas discursivas [“todo artigo que a gente lê”] procurou instituir, numa determinada realidade sócio-histórica, um destino social [“todo mundo tem que ser casado”] e biológico [“depois que você já teve os filhos todos”] para as mulheres, suprimindo formas de existência que excediam esse destino [“não lembra que tem solteira e solteiro, ninguém escreve para solteira”] ou esse modo de subjetivação.

E constatei que a professora celibatária descobrira por si mesma *a ordem do discurso*. Um dispositivo pode ser entendido, conforme definiu Foucault, como:

(...) um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas”, é todo o

⁷ Eu havia procurado essa mulher em busca de documentos pertencentes à sua tia, uma professora celibatária muito conhecida na cidade de Montes Claros. Ao me mostrar um livro que ela havia escrito e que referia à tia, ela começou a narrar sua própria condição de celibatária. Solicitei a gravação da conversa, e sua narrativa acenou para a importância de utilização de outras narrativas como forma de uma “escuta” das celibatárias nascidas no período em estudo.

dito e o não-dito, “(...) a rede que se pode estabelecer entre esses elementos⁸.

A idéia do presente trabalho surgiu, então, do interesse em compreender o funcionamento do dispositivo - chamado de “conceito” pela minha informante - que, por um lado, instaurou a idéia de que “todo mundo tem que ser casado” ou deve casar e, por outro, procurou suprimir outras formas de vida, como as de pessoas celibatárias; e, nesse movimento, produziu o aparecimento de um sujeito marginal e outrificado que foi a *solteirona*. Se “solteira” era apenas um *status* jurídico ou uma condição de desprestígio social, com o discurso científico-moral, “solteirona” passou a ser um desvio da natureza, uma anomalia social, um ser desprezível e risível, a figura da diferença. Assim, que conjunto de acontecimentos teria feito o celibato feminino emergir, numa determinada época no Brasil, como um problema social, algo indesejado e de forma estigmatizada que necessitava ser evitado? O interesse desta pesquisa foi, então, compreender a invenção discursiva da *solteirona* e os aparatos que acompanharam essa invenção, tais como a conjugalidade moderna, a sexualidade reprodutiva e a centralidade da família conjugal.

O que procurei fazer, portanto, não foi uma história do cotidiano, do comportamento, ou uma história social das experiências de mulheres celibatárias, mas compreender como se constituíram saberes e representações sobre elas numa determinada época. As maneiras como seu modo de vida, seu comportamento sexual, seu corpo, suas escolhas e sua inserção no social foram problematizados, refletidos e pensados. Como o modo de vida adotado por elas – resultado de uma escolha deliberada ou não – provocou fissuras, uma torção num modelo naturalizado e idealizado do feminino⁹. Portanto, esta tese não é apenas a história de uma representação, mas uma história dos processos de subjetivação e de controle das mulheres. Uma história feita a partir da análise do dispositivo de invenção da *solteirona* e de suas condições de emergência no Brasil, por meio de discursos veiculados em Minas Gerais no período compreendido entre 1890 a 1948.

⁸ FOUCAULT, M. Sobre a história da sexualidade. In: *Microfísica do Poder*. 1999, p. 244.

⁹ SEGATO, R. L. Gênero, política e hibridismo en la transnacionalización de la cultura Yoruba. In: _____. *Las estructuras elementares de la violencia*. Buenos Aires: Prometeo y Universidad Nacional de Quilmes, 2003, p.225-252. Essa discussão será mais bem explicitada adiante.

A noção de emergência também foi buscada em Michel Foucault, que a entende como “a entrada em cena das forças; [...] sua interrupção (sic.), o salto pelo qual elas passam dos bastidores para o teatro”. Dessa forma, não significa que representações de mulheres celibatárias afins à “*solteirona*” não existissem previamente, mas significa que, num determinado momento e lugar, elas saíram da penumbra e ganharam visibilidade, ou seja, passaram dos bastidores para o teatro¹⁰. Numa sociedade em que a família conjugal tornou-se o centro, as mulheres celibatárias só poderiam sair da penumbra e emergirem como uma figura marginal.

Foi com o discurso da modernidade que a família se constituiu em núcleo de afetos e de investimento social, lugar privilegiado de instituição de formas de controle na vida cotidiana e de produção de modelos de homens e de mulheres marcados pelas diferenças de gênero. Ancorada no espírito científico e racional, a modernidade trouxe consigo novas formas de governar as cidades, os espaços, a vida das pessoas, seus corpos e seus movimentos. Ela trouxe também sua inconsistência entre os princípios de liberdade-igualdade e controle-conformação, pois, ao mesmo tempo em que pretendia liberar a sociedade, o indivíduo e a cultura de vínculos e tradições, fez funcionar minuciosas engrenagens e micro-poderes que passaram a agir sobre os sujeitos, assujeitando-os, segundo um modelo socialmente definido e aceito, a partir de várias instituições, mas principalmente da família conjugal ou nuclear¹¹.

¹⁰ Foucault distingue a noção de Providência e de emergência, esta última designa, então, “um lugar de afrontamento”. O filósofo adverte: “é preciso ainda se impedir de imaginá-la como um campo fechado onde se desencadearia uma luta, um plano onde os adversários estariam em igualdade; é de preferência (...) um não-lugar, uma pura distância, o fato que os adversários não pertencem ao mesmo espaço. Ninguém é portanto responsável por uma emergência; ninguém pode se auto-glorificar por ela; ela sempre se produz no interstício”. (FOUCAULT, M. Nietzsche, a Genealogia e a História. 1984, p.24).

¹¹ Conforme ressalta Jean Carlo de Carvalho Costa, existe certo consenso entre historiadores, sociólogos e cientistas sociais em pensar a modernidade como a época iniciada no século XVII na Europa caracterizada “pela constituição de *um novo modo de organização social* associado à *mudanças no estilo de vida das pessoas* que se exacerba especialmente no período que compreende o fim do século XIX e o início do XX” tornado-se mais ou menos mundiais em sua influência (apud Guiddens, 1991, p.11). No Brasil, a partir sobretudo do final do século XIX a preocupação central de intelectuais e políticos foi justamente nos colocar em compasso com o ritmo das sociedades européias realizando a transição de uma “sociedade tradicional” para uma sociedade dita “moderna”, “urbana”, “industrial” e de “direitos”. (Cf. COSTA, J. C. C. A Modernidade e a pós-modernidade: uma breve cartografia e as suas conseqüências sobre gênero, identidade e práticas culturais. 2007, p.18).

Esse modelo de família ganhou nova centralidade no Brasil a partir, sobretudo, da segunda metade do século XIX com os discursos da modernidade. A família conjugal foi percebida como o *locus* principal da produção do modelo da “verdadeira mulher” – em que todas as mulheres deveriam ser assujeitadas – e de suas novas funções como administradoras racionais do âmbito doméstico, como esposas dedicadas e mães inteligentes, responsáveis pela criação e educação dos filhos, os novos cidadãos, que dariam ao Estado. Assim, a nova importância da família conjugal acentuou-se com a constituição do Estado republicano – fortemente imerso nos ideais positivistas de progresso científico e social – pois era preciso formar os novos cidadãos a serem integrados como sujeitos dóceis e produtivos na sociedade, mas, também, assegurar uma forma de manter os privilégios, as hierarquias e as desigualdades. Nesse sentido, a família se converteu em braço fundamental do Estado, à medida que atendia às suas novas demandas; por isso ela foi percebida como lugar estratégico para instaurar a ordem e disseminar o progresso.

Ao abolir a monarquia e o regime escravista, a república se constituiu em um estado de direitos e a primeira constituição republicana trazia em seu escopo o princípio de igualdade. Todavia, tornava-se necessário definir quem seriam os cidadãos que teriam autonomia, opinião e bens; ou seja, os “indivíduos” com cidadania política e ativa, os cidadãos “iguais” e de direitos. Esta definição, ou delimitação, foi forjada pelos aparatos legais – como a própria Constituição e os Códigos – mas, sobretudo, a partir de variadas práticas discursivas que funcionaram no sentido de assegurar a igualdade para alguns homens e a exclusão e desigualdade de outros como negros, pobres, analfabetos e das mulheres em geral.

Nesse sentido, no mesmo campo discursivo, emergiram dispositivos que possibilitavam a igualdade de direitos entre os (alguns) “indivíduos”, convocando-os para fazerem uso da lei, para se ampararem na lei, para aderirem aos modelos legais de matrimônio e de família agora modernizados, como também para fazerem parte, como “indivíduos livres”, do mercado de trabalho, enquanto mão-de-obra; convocava-os para exercerem a cidadania, mas somente alguns, uma vez que as mulheres foram excluídas desse direito. Desenhava-se aí um mundo de igualdades e de indivíduos de direitos e

deveres. Mas, ao mesmo tempo, instalou-se um discurso de desigualdade de gênero, fazendo emergir outro dispositivo que mantinha ou engendrava formas de controle e coerção, principalmente sobre as mulheres e de hierarquia entre homens e mulheres, mas, também, entre mulheres. Isso pôde ser percebido, por exemplo, na produção e veiculação da idéia de incompatibilidade entre casamento e trabalho remunerado para as mulheres, ou entre a constituição biológica do corpo feminino para certas profissões e cursos de profissionalização, que funcionava no sentido de controlar o acesso das mulheres ao mercado de trabalho e resguardá-las em casa. De outra parte, determinadas profissões, necessárias ao “progresso social”, como a de professora, foram consideradas apropriadas às mulheres, mas seu exercício exigia renúncias, ou, em outras palavras, sua exclusão de outros “direitos” como a família, o casamento, os filhos e o prazer sexual; significavam também carregar o estigma de *solteirona*.

Assim, a *solteirona* foi um índice poderoso dessas assimetrias, por isso, ao analisar sua invenção discursiva, ela apresentou-se como uma chave que me possibilitou perceber e desvelar as inconsistências entre o discurso de liberdade e igualdade de direitos dos “indivíduos” e a constituição de um dispositivo de controle e coerção e das hierarquias de gênero na modernidade brasileira. Para apresentar essas reflexões, a presente tese foi organizada em três partes.

Na parte I apresento os suportes teóricos e metodológicos da pesquisa construídos a partir de algumas contribuições de Michel Foucault e, principalmente, da epistemologia feminista. Procurei, nesse sentido, construir meu *corpus* documental e meu lugar de fala a partir das noções de *sujeito*, de *gênero*, de *discurso* e de *história* que utilizo (capítulo I). Como parte da construção da problemática da pesquisa, argumento que, “viver sozinha” no Brasil, em épocas anteriores ao discurso da modernidade, não se apresentava como um problema social, pessoal ou médico mais amplo. A imagem da *solteirona* nesse momento, diferentemente da *spinster* e da *vieille fille* em outros contextos como a Europa ou os Estados Unidos, não tinha feito sua entrada como uma forma de depreciação, de classificação e de coerção de mulheres solteiras que viviam sós. Isso porque o discurso da *solteirona* somente emergiu no Brasil quando o celibato feminino passou a ser percebido

como uma ameaça à conjugalidade moderna, à sexualidade reprodutiva e à disseminação da família conjugal burguesa e sua centralidade. (capítulo 2).

Assim, na parte II deste trabalho, analisei a constituição deste dispositivo que se desenvolveu a partir da percepção de dois mecanismos complementares: um de controle e outro de coerção. O primeiro, por meio do casamento legalmente constituído que, enquanto um contrato, sustentava o princípio de igualdade de trocas e contraprestações entre os cônjuges, mas de fato assegurava o direito dos maridos sobre as esposas e a dependência destas, uma vez que elas não participavam do contrato como “indivíduos” (capítulo 3). O segundo mecanismo, o de coerção, foi percebido através de duas formas principais: a construção do caráter natural do casamento, que igualaria todas as mulheres (sob uma vocação inata), e da idéia dos privilégios da livre escolha conjugal, do amor romântico, do prazer sexual e do governo da casa como base das relações matrimoniais, enfim, os elementos que passaram a servir de base da nova família moderna e que foram apresentados como direitos exclusivos das esposas (capítulo 4). Controle, coerção, direitos, privilégios, tudo isso girava em torno da conjugalidade moderna, pois, conforme ressaltou Deleuze no prefácio do livro “A polícia das famílias” de Jacques Donzelot, “o social se centrará em torno da conjugalidade, sua aprendizagem, seu exercício e seus deveres”[...]¹². Neste sentido, a outra forma de coerção foi, então, a produção da imagem e do corpo estereotipados da *solteirona* usados como elemento de hierarquização das mulheres, de distribuição dos direitos, mas, sobretudo, como uma arma de terrorismo, um fantasma que assombrava as mulheres (capítulos 6 e 7). Essas duas formas de coerção foram acionadas como estratégias de poder para convencer as mulheres a se tornarem esposas e inseri-las na família governada pelo matrimônio burguês, base primeira da hierarquia e da desigualdade, e onde poderiam ser mais facilmente controladas. Esses dois mecanismos – controle e coerção – configuram, assim, no que chamei de “armadilhas do casamento”.

Na Parte III analisei, por fim, os sentidos usados na construção e instituição no social da imagem e do corpo da *solteirona*. Nesse processo, ela surgiu como *a diferença* que, por sua vez, instaura e sustenta as desigualdades

¹² DELEUZE, G. Prefácio: a ascensão do social. IN: DONZELOT, J. *A polícia das famílias*. 1986, p.4.

políticas e de gênero. Conforme Rita Laura Segato, “a produção da diferença (...) depende da ereção de uma fronteira local e do arremesso da outredade para além da mesma¹³”. Tânia Navarro-Swain ressalta, ainda, que as diferenças não existem por si sós, “elas são monumentos sociais arquitetados em uma ampla disposição de poderes, cuja estrutura em rede garante sua solidez”¹⁴. A criação de uma *diferença*, ressalta essa autora, é também *política*,

(...) pois cria a desigualdade, quando se erigem hierarquias e valores sociais, instituindo referentes, desenhando corpos, perfis ideais, estabelecendo exclusões, demarcando espaços, limites de ação e posição, mapeando e classificando o social. Com efeito, a marca da diversidade humana se desfaz na diferença produto e produtora das desigualdades políticas¹⁵.

Assim, nos enunciados analisados, a *solteirona* como a figura da diferença foi produzida em relação à *esposa/mãe feliz*, que se tornou o referente de mulher, e à *prostituta*. No primeiro caso, a família e o casamento apareceram como bens preciosos, mas que eram privilégios de algumas; como parte do processo de tornar sua imagem inteligível, a *solteirona* ganhou uma estética, foi categorizada em vários tipos e suas escolhas foram transformadas em egoísmo absoluto, por isso o trabalho assistencial e a dedicação aos outros se apresentavam como a única possibilidade de restituí-la a alguns estados da sua natureza humana, aproximando-a da “verdadeira mulher” (capítulo 6). No segundo caso, o sentido principal usado foi o “prazer sexual”. Assim ela foi colocada e “examinada”, em relação à prostituta voluptuosa, inserida numa prática sexual – embora não fosse considerada sadia e ideal. Para estabelecer a diferença e manter a desigualdade (entre mulheres) entrou, assim, na arena discursiva a enunciação médico-científica com a patologização da mulher insatisfeita sexualmente. O celibato passou a ser considerado uma ameaça à sexualidade reprodutiva e, por isso, um desvio da biologia, uma torção da natureza. Dessa forma, ao não se casar, a mulher contrariava sua natureza, sendo punida por ela com um corpo doente, defeituoso, masculinizado, estéril e

¹³ SEGATO, R. L. Raça é signo. Op. cit. 2005b, p.9.

¹⁴ NAVARRO-SWAIN, T. O normal e o “abjeto”: a heterossexualidade compulsória e o destino biológico das mulheres. *Labrys: revista eletrônica*, n.6, 2004.

¹⁵ NAVARRO-SWAIN, T. Mulheres, sujeitos políticos: que diferença é esta? In: NAVARRO-SWAIN, T.; MUNIZ, D. C. *Mulheres em ação*. 2005, p.340.

inútil. A *solteirona* literalmente ganhou corpo com a enunciação médica (capítulo 7). Por um lado, criava-se e veiculava-se o desejo inato de casar-se, de ser mãe e de uma prática heterossexual como algo da “natureza feminina”, portanto sua normalidade; de outro lado, a “anomalia” daquelas que não se casavam ou não aderiam a uma prática sexual reprodutiva. Suprimida, então, a normalidade do celibato feminino ou da vida solitária, a celibatária foi reintegrada na cena discursiva de forma outrificada e sob a roupagem de ser repugnante, mas de quem se deveria ter misericórdia: eis a *solteirona* – uma mulher que não cabe na igualdade e na dignidade humana dita universal pela modernidade.

Em outras épocas, a celibatária também foi considerada uma mulher deficitária, uma figura incompleta por sua ausência na conjugalidade e maternidade, ou seja, ela não tinha um território próprio como mulher. A partir da modernidade, a ciência entrou com um dispositivo discursivo novo na estigmatização do celibato feminino, apontando, assim, para a personalidade da solteirona. Com o discurso científico-moral e a biologização da carência sexual, a solteirona deixou de ser apenas uma mulher sem prestígio social, transformando-se numa personalidade anômala e doentia.

Não obstante, o poder que produz as formas de controle e de desigualdade também engendra formas de resistência. O poder, conforme percebido por Foucault, não é apenas coercitivo e negativo, mas é produtivo e positivo; ele não apenas nega, proíbe e coíbe, mas também produz e incita, por isso, “lá onde há poder, há resistência e, no entanto (ou melhor, por isso mesmo) esta nunca se encontra em posição de exterioridade em relação ao poder”¹⁶. Ao não se casarem, rejeitando os papéis de mãe/esposa, as mulheres criavam condições de possibilidade de um modo de existência mais autônomo e de exercício de direitos, como o investimento na carreira profissional, de possuírem e administrarem seus próprios bens, a si mesmas e a seus corpos – conforme discuto no capítulo 5 ao analisar as narrativas de história de vida de professoras mineiras. De certa maneira, a “solteirona” foi um desacato ao

¹⁶ FOUCAULT, M. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. 1993, p.91.

modelo da “verdadeira mulher”, da “operária doméstica” que nos fala Lilá Abu-Lughod¹⁷.

O celibato feminino pode ser pensando, nesse contexto, como um dos múltiplos pontos de resistência aos modelos idealizados de família, de mulher e de sexualidade, pois possibilitava escapar às “armadilhas do casamento”. Ao permanecerem solteiras, por opção ou não, as mulheres criavam condições para exceder a seu assujeitamento¹⁸ como apenas esposas, mães e donas-de-casa, construindo outras possibilidades de existência social fora do cânon definidor do feminino produzido pelo gênero. Isso não significou, contudo, que elas conseguiram escapar completamente a certas representações sociais hegemônicas, dentre elas a maternidade, ou que não tivessem de aderir a um modelo de comportamento de mulher solteira socialmente aceito como, manterem-se publicamente castas.

O modo de vida adotado pelas celibatárias nos permite, por fim, expor e interrogar os regimes de verdade e os aparatos de construção de gênero, de corpos e de pessoas de uma determinada época e lugar, tornando mais fácil a tarefa de desestabilizá-los e destruí-los. A feminista Maria Lacerda de Moura sugeria: “sejamos as desertoras da família, as desertoras sociais, a individualista livre – para pensar, sonhar e viver em harmonia com a nossa própria consciência”¹⁹. Acredito que as celibatárias, à sua época e à sua maneira, souberam responder ao apelo da feminista.

¹⁷ ABU-LUGHOD, L. *Anhelos feministas y condiciones postcoloniales*. 2002.

¹⁸ Nos termos de Tereza de Lauretis em seu texto *Eccentric Subjects: feminist theory and historical consciousness*. 2001, p. 17-44.

¹⁹ MOURA, M. L. *Ferrer, Clero Romano e a Educação Laica*. São Paulo: Editora Paulista, 1934.

PARTE I

OS SUPORTES DA PESQUISA E A CONSTRUÇÃO DO OBJETO

CAPÍTULO 1

HISTÓRIA, GÊNERO E DISCURSO: SITUANDO A PESQUISA

Ao assumir a tarefa de recuperar a trilha das mulheres na historiografia, a pesquisa histórica feminista tem procurado também identificar brechas nos esquemas epistemológicos universalizantes e desmascarar as doutrinas de objetividade. Conforme argumenta Donna Haraway, elas ameaçam o “(...) nascente sentimento de subjetividade e atuação histórica coletiva e nossas versões ‘corporificadas’ da verdade”¹. Foucault compara o/a historiador/a que sustenta a idéia de objetividade ao demagogo que nega o próprio corpo para estabelecer a soberania da idéia intemporal. Assim, o/a historiador/a “é levado ao aniquilamento de sua própria individualidade para que os outros entrem em cena e possam tomar a palavra”².

Donna Haraway propõe uma versão feminista de objetividade, que é o “conhecimento situado e corporificado”. Assim “a objetividade feminista trata da localização limitada e do conhecimento localizado, não da transcendência e da divisão entre sujeito e objeto”³. A partir da perspectiva construcionista, Spink e Frezza propõem a *desfamiliarização* da idéia de objetividade. Isso implica na crítica da concepção de verdade como conhecimento absoluto. Conforme essas autoras,

¹ HARAWAY, D. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. 1995, p. 13.

² FOUCAULT, Nietzsche, a genealogia e a história. 1984, p.31.

³ HARAWAY, D. Op. cit. p. 21.

(...) a verdade é a verdade de nossas convenções, embora, nem por isso, menos impositiva. (...) elas [as verdades] são pautadas por critérios de coerência, utilidade, inteligibilidade, moralidade, enfim, de adequação às finalidades que designamos coletivamente como relevantes⁴.

Diante disso, o que garantiria, então, o rigor da pesquisa? Spink e Lima propõem a explicação do processo de interpretação, no lugar de nos apoiarmos na estratégia do desenho de pesquisa do método. O rigor na pesquisa passa a depender da explicitação da posição do pesquisador, dos passos da análise e da interpretação, “de modo a propiciar o diálogo”. As autoras propõem a substituição do conceito de objetividade pelo processo intersubjetivo. Para elas, entretanto, o desafio “é o de, sem abandonar a objetividade, resignificá-la como *visualidade*, concebida como pressuposto básico da intersubjetividade”⁵.

Tendo em vista as questões aqui suscitadas, procurei, neste capítulo, explicitar o campo empírico da pesquisa – através da descrição do *corpus documental* –, meus passos de análise e a perspectiva de história as quais me inscrevo. Neste sentido, construí meu lugar de fala e os suportes teóricos-metodológicos a partir da epistemologia feminista, dos estudos de gênero e de outras perspectivas teóricas que me possibilitaram produzir uma interpretação acerca das produções discursivas sobre as mulheres celibatárias, os mecanismos que acompanharam essa produção e as condições de emergência da representação da *solteirona* com base nos discursos veiculados em Minas Gerais entre 1890-1948. O período delimitado recobre a institucionalização do casamento civil no Brasil e a criação do curso de economia doméstica em Viçosa feito por algumas professoras, narradoras nesta pesquisa.

⁴ SPINK, M. J. FREZZA, R. M. Práticas discursivas e produção de sentidos: a perspectiva da Psicologia Social. In: SPINK, M. J. op. cit. p. 29-30.

⁵ SPINK, M. J.; LIMA, H. Rigor e visibilidade: a explicação dos passos. In: SPINK, M. J. Op. cit.; p. 102-104

1.1- Gênero e sujeito: os suportes teóricos

Uma longa elaboração teórica feminista construiu o gênero como uma categoria analítica utilizada para problematizar a produção das diferenças sexuais, de papéis sociais ancorados em determinismos biológicos e para denunciar a divisão binária, naturalizada e hierarquizada do mundo. Assim, Tereza de Lauretis apontou para o sistema sexo/gênero que é “tanto uma construção sociocultural quanto um aparato semiótico, um sistema de representação que atribui significado”, identidades, valores, posições e hierarquias aos sujeitos dentro da sociedade⁶. Dessa forma, a preocupação dos estudos que se inscrevem numa epistemologia feminista tem sido justamente compreender o funcionamento desse sistema e as maneiras pelas quais as identidades de gênero são historicamente construídas e constituintes do sujeito através de variadas práticas discursivas⁷. Conforme de Lauretis, o sujeito feminino também é construído através de múltiplas posições, significados e discursos, que estão freqüentemente em conflito uns com os outros e são historicamente contraditórios⁸.

A idéia de sujeito constituído, explicitada por Michel Foucault, tornou-se um marco teórico importantíssimo para os estudos feministas. Foucault avançou no terreno movediço da analítica do sujeito a fim de romper com a idéia de sujeito fundante. O sujeito não é um dado universal, aglutinador, imóvel, a-histórico, coerente, mas que possui identidades múltiplas, que se transformam, não são fixas ou permanentes e, por isso, são construídas e estão sempre se constituindo, num jogo de forças que envolvem a sua produção. Foucault propôs pensar o sujeito como “algo” que é o efeito das relações entre saber e poder; de práticas formativas com domínio epistemológico de ações e métodos que acreditam num tipo desejável de indivíduo: aquelas que propiciam a sua invenção no interior dos enunciados de

⁶ LAURETIS, T. de. Tecnologias de gênero. In: BUARQUE DE HOLLANDA, H. *Tendências e impasses*. O femismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p. 206-242.

⁷ NAVARRO-SWAIN, T. Quem tem medo de Foucault: feminismo, corpo e sexualidade. In: PORTOCARRERO, V.; CASTELO BRANCO, G. (Orgs.) *Retratos de Foucault*. Rio de Janeiro: Nau, 2000b, p. 138-158.

⁸LAURETIS, T. de. Op. cit. 1994, p. 206-242.

verdade enquanto discurso institucionalizado. “Esse sujeito agora não mais constituinte, mas constituído, surge como efeito de um fluxo de relações que se organizam em torno de recortes de saber ou divisão das disciplinas e aplicabilidade de dispositivos específicos”⁹. Judith Butler sublinha que o sujeito deve ser considerado como uma categoria lingüística, uma estrutura em formação, mais do que apenas identificá-lo com o indivíduo. Os indivíduos, conforme a autora, “chegam a ocupar o lugar do sujeito (o sujeito emerge simultaneamente como ‘lugar’) e adquirem inteligibilidade só enquanto estão, por assim dizer, previamente estabelecidos na linguagem”. O sujeito oportuniza ao indivíduo alcançar e reproduzir a inteligibilidade, “a condição lingüística de sua existência e potência”. O indivíduo, conforme Butler, adquire inteligibilidade ao tornar-se sujeito¹⁰.

Butler ressalta a importância de compreender o processo de constituição do sujeito, já que a multiplicidade das forças que se aglutinam e se dissipam historicamente nos remete à idéia temporária, móvel, de sujeito, que se diferencia da noção de um sujeito de consciência universal e totalizante¹¹. As práticas discursivas instituem saberes e não podem ser vistas independentes das práticas políticas e sociais. “O sujeito é envolvido nessas relações e é cortado pelos enunciados, surgindo enquanto objeto no dado instante de sua enunciação”¹². O sujeito emerge como efeito das relações de poder. Contudo, não se pode pensar essas relações somente como algo externo que investe, atua sobre o sujeito, assujeitando-o. Conforme sugere Butler, seguindo Foucault, o poder deve ser pensado,

(...) como algo que também *forma* o sujeito, que o proporciona a mesma condição de sua existência e a trajetória do seu desejo, então o poder não é somente algo ao que nos opomos, como também, de maneira muito marcada, algo de que dependemos

⁹ JARDIM, A. F. C; MAIA, C. J. Michel Foucault - da dissolução do sujeito constituinte às novas formas de subjetividade: diálogos com o feminismo. In: FALCÃO, L. F.; SOUZA, P. (orgs.). *Anais... I Seminário Internacional Michel Foucault perspectivas*. Simpósio Temático 4: Michel Foucault, o sujeito, o discurso e a identidade. 2004, p. 404-409.

¹⁰ BUTLER, J. *Mecanismos psíquicos del poder: teorías sobre la sujeción*. 1997, p. 21-22.

¹¹ Conforme Butler, “(...) el sujeto foucaultiano nunca se constituye plenamente em el sometimiento, sino que se constituye repetidamente em él, y es em la posibilidad de una repetición que repita em contra de su origen donde el sometimiento puede adquirir su involuntario poder habilitador”(Id. Ibid. p. 107).

¹² JARDIM, A. F.; MAIA, C. J. op. cit.

para nossa existência e que abrigamos e preservamos nos seres que somos¹³.

Para Butler, as formulações de Foucault sobre o assujeitamento como a simultânea subordinação e formação do sujeito exigem um valor psicanalítico, uma vez que, “se o efeito de autonomia está condicionado pela subordinação, e esta subordinação ou dependência fundacional é rigorosamente reprimida, então o sujeito emerge ao mesmo tempo que o inconsciente”. Butler sustenta que o assujeitamento é o processo de tornar-se sujeito. Embora o assujeitamento seja um poder que é *exercido sobre* o sujeito, ele é ao mesmo tempo, “um poder *assumido* pelo sujeito”, e esse processo de *assumir* constitui o instrumento de seu tornar-se¹⁴. Dessa forma, o poder é, ao mesmo tempo, algo externo ao sujeito e algo constitutivo do sujeito, atua “nele” e “sobre” ele. O poder atua sobre o sujeito, segundo a autora, pelo menos de duas formas, ou seja, “como aquilo que o torna possível, a condição de sua possibilidade e a ocasião de sua formação”, e “como aquilo que é adotado e reiterado na própria atuação do sujeito”. Conforme ela,

(...) Como *submetido* do poder que é também *sujeito* de poder, o sujeito eclipsa as condições de sua própria emergência; eclipsa ao poder mediante o poder. As condições não só tornam possível o sujeito, como intervêm em sua formação. Fazem-se presentes nos atos dessa formação e nos atos posteriores ao sujeito¹⁵.

Assim, seguindo Navarro-Swain, podemos compreender o assujeitamento como a “resposta individual à interpelação do social que cria as identidades e a identificação a um grupo, definindo sua inserção no espaço

¹³ BUTLER, J. *Mecanismos psíquicos del poder*. Op. Cit. p.12. No original: “como algo que también *forma* al sujeto, que le proporciona la misma condición de su existencia y la trayectoria de su deseo, entonces el poder no es solamente algo a lo que nos oponemos, sino también, de manera muy marcada, algo de o que dependemos para nuestra existencia y que abrigamos y preservamos en los seres que somos”.

¹⁴ Id. Ibid. p.22. No original: “(...) el sometimiento es al mismo tiempo un poder *assumido por* el sujeto, y esa asunción constituye el instrumento de su devenir”.

¹⁵ Id. Ibid. p. 24-25. No original: “Como *súbdito del* poder que es también *sujeito de* poder, el sujeto eclipsa las condiciones de su propia emergencia; eclipsa al poder mediante el poder. Las condiciones no solo hacen posible el sujeto, sino que intervienen en su formación. Se hacen presentes en los actos de dicha formación y en os actos posteriores del sujeto”.

societal”¹⁶. O que equivale dizer, seguindo de Lauretis, que as representações sociais são construídas e depois aceitas, absorvidas e reproduzidas pelo sujeito, em um processo de auto-representação que garante sua inteligibilidade¹⁷.

Mediante os símbolos, imagens e categorias que o sujeito tem à sua disposição para identificar-se, ou seja, o universo de representações sociais que o constitui, ele recorta aquelas que vai utilizar, responde à interpelação do social. Isso ocorre não o tempo todo de forma passiva, pois, nesse ato, ele também introduz um elemento de resistência, é o que Rita Laura Segato chamou de “mímesis progressiva”¹⁸. Significa dizer que o sujeito, no processo de seu assujeitamento, “imita o mandado, responde a suas expectativas, toma conhecimento da imagem que a ordem dominante lhe atribuiu, mas introduzindo um elemento de paródia que transforma a obediência em desacato”¹⁹. É o mesmo que dizer:

(...) esse é o mundo, reconheço sua existência e o fato de que eu devo conviver com ele, conheço também meu lugar e minha imagem nessa ordem, mas ao replicá-lo somente explico que tomo conhecimento, e não que acato. Trata-se de uma imitação que detona aquilo que imita²⁰.

Essa perspectiva de pensar o sujeito remete à idéia de hibridismo utilizada por Homi Bhabha e que, segundo Segato, tem o valor de colocar o sujeito em movimento,

(...) o mostra em seu descontentamento, e seu incômodo dentro dos significantes que, no entanto, é obrigado a utilizar. Trata-se de um sujeito que executa a ordem que sobre ele pesa, mas o executa com um resto, e introduz uma torção, um matiz, que é, no fundo, uma marca velada de desacato e o rastro de sua insatisfação²¹.

¹⁶ NAVARRO-SWAIN. A invenção do corpo feminino ou a hora e a vez do nomadismo identitário. 2000, p.53.

¹⁷ LAURETIS, T. Tecnologias de gênero, op. cit. 1994.

¹⁸ SEGATO, R. L. Gênero, política e hibridismo en la transnacionalización de la cultura Yoruba. op. cit. p. 244

¹⁹ Id. Ibid.

²⁰ Id. Ibid. 245

²¹ Id. Ibid.

Esse processo pode ser percebido no capítulo 5, quando analiso o não-casamento das professoras, em especial das economistas domésticas. Elas foram formadas em um curso que objetivava a constituição de um modelo desejado de esposa. No entanto, além de permanecerem celibatárias, as economistas domésticas fizeram uso do curso para investimento numa carreira profissional e para experimentar outras formas de vivência fora da conjugalidade. Elas não rejeitaram as imagens e representações do feminino construídas pelo curso, nem se tornaram críticas do modelo de mulher fabricado por ele, mas, ao não se casarem, elas introduzem uma torção nesse modelo; o celibato foi uma forma de desacato.

Seguindo Teresa de Lauretis, isso significa dizer que o poder instaurador das representações de gênero não é absoluto. Dessa forma, Lauretis propõe pensar o sujeito feminino e do feminismo como *eccentric subject*. A noção de “ex-cêntrico” refere-se a um “ponto de vista” ou “posição discursiva” fora das determinações impostas pelo monopólio de poder e saber masculino. Essa perspectiva sustenta a capacidade do sujeito para movimentar-se, deslocar-se e apontar uma posição de ação e resistência, para além do aparato sócio-cultural dominante²². Esses posicionamentos podem ser vistos como um campo de forças, entre diversas relações de poder e pontos de resistência. O *eccentric subject* encontra-se dentro e fora das representações de gênero, “(...) é aquele dentro e consciente de suas condições de produção, mas constituído por uma constante atividade de des-identificação do ego, do grupo, da família e de des-locamento do próprio ponto de entendimento e articulação conceitual”, conforme Tânia Navarro-Swain²³. O sujeito excêntrico é uma construção teórica²⁴ e, conforme a autora, “com a plena consciência de um corpo desenhado em gênero, transformado em sexo (...) dentro e fora de seus contornos de gênero, e com plena consciência de sê-lo”²⁵. Nesse sentido, o *eccentric subject* possibilita não apenas a descrição e funcionamento do

²² LAURETIS, Teresa de. *Eccentric Subjects: Feminist Theory e Historical Consciousness*. *Revista Feminist Studies*. Vol 16, n. 01, 1990, p.139.

²³ NAVARRO-SWAIN, T. op. cit., 2000b, p. 143.

²⁴ “(...) uma forma de conceituar, de entender, de explicar processos e não as mulheres”. (LAURETIS, T. de. Op. cit. 1994, p.217).

²⁵ NAVARRO-SWAIN, T. op.cit., 2000b, p.73.

sistema sexo/gênero, mas, também, a exposição das evidências de seus mecanismos de engendramentos a fim de invertê-las²⁶. Esse fenômeno é o que Rita Laura Segato chamou de *eficácia comunicativa*, ao discutir a introdução do signo da pessoa negra em cenários não comuns de sua circulação. Conforme a autora,

(...) a introdução desse signo modificará gradualmente a forma em que olhamos e lemos a paisagem humana nos ambientes pelos quais transitamos. (...) ao decretar a mobilidade desses signos é possível que alcancemos a estrutura em alguns dos seus pontos de vulnerabilidade e lhe causemos dano. Pode-se pensar que, ao chacoalhar os signos, acabemos por minar, erosionar, desestabilizar a estrutura no seu lentíssimo ritmo de reprodução histórica²⁷.

Nessa perspectiva do feminismo, Tânia Navarro-Swain aponta para uma *poética identitária*, ou seja,

(...) o sujeito assujeitado à sua identidade passa a ser um 'eu' em construção, em processo (...) em mutação, onde os limites se traduzem apenas no passado, numa *cartografia de mim*, numa identidade nômade (...), o que pensamos ter sido e que só permanece no que a memória seleciona²⁸.

As mulheres celibatárias foram aqui pensadas a partir dessa analítica do sujeito a medida em que elas criaram possibilidades para excederem suas condições de produção como mãe/esposa/dona-de-casa, constituindo novas formas de subjetividade. É o caso das professoras, que narraram suas histórias de vida nesta pesquisa. Mesmo tendo sido formadas para aderirem ao modelo de conjugalidade moderna, optaram pela carreira profissional e experimentaram formas de vida mais independentes. Elas não escaparam completamente às representações de gênero, mas introduziram uma torção no modelo da "verdadeira mulher", condenada a um destino social (a família, o casamento) e biológico (a heterossexualidade, a maternidade) e, ao mesmo tempo, no dispositivo de hierarquia e controle que chamei de "armadilhas do

²⁶ Id. op. cit., 2000, p. 143.

²⁷ SEGATO, R. L. Raça é signo. Op. cit. 2005b, p. 10-11.

²⁸ NAVARRO-SWAIN, T. Identidade Nômada: heterotopias de mim. 2002, p.338. Ver também NAVARRO-SWAIN, op. cit. 2000, p. 74, 78.

casamento”. Dessa forma, o celibato feminino foi pensado como um dos múltiplos pontos de resistência nas relações de poder que constroem um modelo idealizado de mulher e no “contrato sexual” – que equivale à sujeição das mulheres e a apropriação dos corpos femininos – expresso na sexualidade reprodutiva e binária, uma vez que nem todas engajaram-se numa prática sexual. Não obstante, elas também tiveram seus corpos objetivados, utilizados na construção de sentidos e transformados em objeto de saber/poder.

1.1.1 – Corpo, sexualidade e representações

Nesta pesquisa o corpo e o sexo não foram pensados apenas como dados biológicos, mas, também, históricos, na tentativa de superar a lógica sexo-corpo-natureza/gênero-cultura. Essa lógica remete a duas maneiras diferentes e, de certa forma, contraditórias, de como o gênero freqüentemente tem sido usado, apontadas por Linda Nicholson. O primeiro uso de gênero é para opor ao sexo, ou seja, descrever o que é socialmente construído em oposição ao que é biologicamente dado. Nesse sentido, “gênero” e “sexo” são entendidos como algo distinto, o primeiro compreendendo o comportamento – não o corpo –, e o segundo a natureza, como se o corpo também não fosse construído socialmente. O segundo uso de gênero diz respeito a qualquer construção social concernente às distinções entre o masculino e o feminino, incluindo as construções que separam o corpo “feminino” de corpos “masculinos”²⁹. Nesse segundo uso, o corpo é visto através de uma interpretação social. Dessa forma, o “sexo” não pode ser independente do “gênero”, ou seja, o gênero abrange o sexo. Nicholson adverte que, embora esse segundo uso de gênero tenha predominado no discurso feminista, a herança do primeiro sobrevive, em muitos estudos o sexo tem permanecido “como aquilo que fica de fora da cultura e da história”³⁰. Em ambos os usos, o corpo continua não problematizado, a-histórico e o sexo pré-discursivo, natural.

²⁹ NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero.2000, p.9.

³⁰ Id. Ibid. p. 10

Para Judith Butler não há distinção ou oposição entre sexo e gênero, mas há uma descontinuidade entre corpos sexuados e gênero culturalmente construído:

Se o gênero são os significados culturais assumidos pelo corpo sexuado, não se pode dizer que ele decorra, de um sexo desta ou daquela maneira (...) Supondo por um momento a estabilidade do sexo binário, não decorre daí que a construção de 'homens' aplique-se exclusivamente a corpos femininos. Além disso, mesmo que os sexos pareçam não problematicamente binários em sua morfologia e constituição (...) não há razão para supor que os gêneros também devam permanecer em número de dois (...) Quando o status construído do gênero é teorizado como radicalmente independente do sexo, o próprio gênero se torna um artifício flutuante, com a consequência de que **homem** e **masculino** podem, com igual facilidade, significar tanto um corpo feminino como um masculino e **mulher** e **feminino**, tanto um corpo masculino como um feminino³¹.

Butler chama atenção para que, assim como o gênero, o sexo também seja percebido como algo culturalmente construído, “a rigor, talvez o sexo sempre tenha sido o gênero”. Conforme a autora,

(...) não faz sentido definir o gênero como a interpretação cultural do sexo. O gênero não deve ser meramente concebido como a inscrição cultural de significado num sexo previamente dado (...) tem de designar também o aparato mesmo de produção mediante o qual os próprios sexos são estabelecidos³².

Butler desloca a proposição sexo/natureza, gênero/cultura, sublinhando que o gênero é também o meio discursivo que estabelece o sexo como pré-discursivo, ou seja, o sexo como pré-discursivo é efeito do aparato de construção cultural que chamamos de gênero.

Michel Foucault assinalou as condições de construção discursiva do sexo/corpo como natural, pré-discursivo, instaurador das identidades e da sexualidade como essência, eixo definidor e inteligível das pessoas. Para Foucault, os processos de subordinação e assujeitamento se realizam, sobretudo, através do corpo. Ao fazer a “genealogia do sujeito”, Foucault destacou o “poder disciplinar” que constrói corpos, dispositivos do sexo, um ser

³¹ BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. 2003, p.24.

³² Id. Ibid. p. 25

humano que possa ser tratado como um corpo. Embora produzido pelas novas instituições coletivas, o poder disciplinar individualiza ainda mais o sujeito e envolve mais intensamente seu corpo³³. Assim, as “tecnologias do sexo” (“conjunto de técnicas para maximizar a vida”) agem no sentido de produzir seres humanos e corpos em sujeitos sexuados. Foucault propõe pensar a instauração de uma verdade sobre o sexo, não em termos de repressão e lei (poder jurídico), mas como efeitos de tecnologias de poder, compreendido “como a multiplicidade de correlações de forças imanentes ao domínio onde se exercem e constitutivas de sua organização”³⁴. Dessa forma, a noção de *dispositivo da sexualidade* elaborada por Foucault, é a explicitação deste poder que atua no sentido de produzir corpos sexuados. Conforme Foucault “o dispositivo de sexualidade funciona de acordo com técnicas móveis, polimorfas e conjunturais de poder”, ele engendra “uma extensão permanente dos domínios e das formas de controle”. O que lhe é pertinente “são as sensações do corpo, a qualidade dos prazeres, a natureza das impressões, por tênues ou imperceptíveis que sejam”³⁵. Por fim,

O dispositivo de sexualidade tem, como razão de ser, não o reproduzir, mas o proliferar, inovar, anexar, inventar, penetrar nos corpos de maneira cada vez mais detalhada e controlar as populações de modo cada vez mais global³⁶.

A noção de *dispositivo da sexualidade* me permitiu, portanto, pensar a construção do corpo celibatário e de representações sociais das solteironas como mulheres “que não se integraram à biologia”³⁷, um desvio das leis naturais, seja por não se inserirem numa prática sexual – aprisionada pela família conjugal –, ou por não realizarem a maternidade biológica, representação da “verdadeira mulher”, normal, completa, realizada e feliz³⁸. Nessa perspectiva, analisei, no capítulo 7, a patologização da mulher

³³ FOUCAULT, M. *Vigiar e punir*. o nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1991.

³⁴ FOUCAULT. M. *História da sexualidade 1*. op. cit. p. 88.

³⁵ Id. Ibid. p. 101.

³⁶ Id. Ibid.

³⁷ NEVES, B. “Tragédia das solteironas”. *Revista da Semana*. Rio de Janeiro, 17/ jul./1937.

³⁸ Voltarei à noção de “dispositivo da sexualidade” no último capítulo, quando discuto a construção do corpo celibatário.

insatisfeita sexualmente pelo discurso médico-científico como estratégias de poder para manter as desigualdades de gênero e a sexualidade reprodutiva.

Teresa de Lauretis aprofundou a análise das “tecnologias do sexo”, indicadas por Foucault, na construção de maneira universal de seres humanos e corpos sexuados, desdobrando-as em “tecnologias de gênero”. Assim, se os sujeitos são constituídos pelas “tecnologias do sexo”, eles são também engendrados, uma vez que são constituídos de forma diferenciada e assimétrica como homens e mulheres. O gênero “não é uma propriedade de corpos nem algo existente a priori nos seres humanos”, afirma Lauretis, mas assim como a sexualidade, seguindo Foucault, é “‘o conjunto de efeitos produzidos em corpos, comportamentos e relações sociais’ por meio do desdobramento de ‘uma complexa tecnologia política’”³⁹. Dessa forma, para de Lauretis, o gênero é tanto uma representação quanto auto-representação, e, como tal, é produto e processo de certo número de tecnologias sociais, de discursos institucionalizados, epistemologias e práticas críticas. Tânia Navarro-Swain assinala que,

(...) a existência das “tecnologias de gênero” mostra poderes disseminados que, pela criação e difusão de imagens e papéis femininos/masculinos, compõem e alimentam o dispositivo da sexualidade, determinando identidades binárias como matrizes de inteligibilidade do sexo (...). As “tecnologias do gênero” seriam os mecanismos institucionais e sociais que teriam o “(...) o poder de controlar o campo da significação social e produzir, promover e implantar representações de gênero”⁴⁰.

Para de Lauretis, a representação de gênero é também sua construção, ou seja, a construção de gênero é tanto o produto quanto o processo de sua representação⁴¹.

Butler, por sua vez, sublinha que, se afirmamos que gênero é construído culturalmente, devemos então nos perguntar: qual é o modo ou mecanismo dessa construção? Ou ainda: se essa construção não poderia ser

³⁹ LAURETIS, T. de. Op. cit. 1994.

⁴⁰ NAVARRO-SWAIN, T. A invenção do corpo feminino... Op. Cit. 2000, p. 57.

⁴¹ LAURETIS, T. de, op. cit. p. 1994, 209.

feita de outras maneiras⁴². Nesse sentido, a pesquisa histórica feminista não deve se limitar, ao ler os documentos, a descrever relações de gênero, mulheres ou homens cumprindo papéis normativos ou não-normativos atribuídos por seu sexo, mas percorrer a produção de sentidos que constroem o masculino e o feminino, isto é, os aparatos, discursos, categorias fundacionais que produzem pessoas como “homens” ou “mulheres”. Assim, me interessou na presente pesquisa a produção de representações sociais sobre as mulheres celibatárias e seus corpos, fazendo emergir, no imaginário coletivo a *solteirona* como uma figura estigmatizada; me interessaram as matrizes utilizadas nesse processo, como o casamento, a sexualidade, a maternidade, o desejo, a escolha e o amor, e entender estas matrizes como efeitos de uma formação discursiva específica que é o Brasil na modernidade pós-colonial, no momento em que se constituía uma sociedade de “direitos universais”.

Por fim, o conceito de representação social foi entendido aqui na acepção de Denise Jodelet, como uma “forma de conhecimento socialmente elaborada e partilhada”, com objetivo prático e “contribuindo à construção de uma realidade comum a um conjunto social”⁴³. As representações são, assim, espécies de imagens mentais que instituem a realidade, em seus aspectos individual e social⁴⁴. Conforme Jodelet “elas nos guiam no modo de nomear e definir conjuntamente os diferentes aspectos da realidade diária, no modo de interpretar esses aspectos, tomar decisões e, eventualmente, posicionar-se frente a eles”. As representações sociais circularam nas diversas práticas discursivas “cristalizadas em condutas e em organizações materiais e espaciais”⁴⁵.

1.2- História, documento, discurso: os suportes metodológicos

Por muito tempo, a disciplina histórica alimentou a crença inocente de que o documento era uma evidência unívoca da realidade, uma forma de

⁴² BUTLER, J. *Problemas de gênero*. Op. cit., 2003.

⁴³ JODELET, D. *Representações sociais: um domínio em expansão*. 2001.

⁴⁴ NAVARRO-SWAIN, T. *As teorias da carne: corpos sexuados, identidades nômades*. 2002.

⁴⁵ JODELET, D. op. cit., p.17.

acesso direto aos acontecimentos e aos personagens do passado. Conforme Foucault, “o documento sempre era tratado como a linguagem de uma voz agora reduzida ao silêncio: seu rastro frágil, mas por sorte, decifrável”⁴⁶. Em *A Arqueologia do Saber*, obra de 1969, Foucault propôs uma nova perspectiva para se pensar o documento⁴⁷, permitindo interrogá-lo e não mais pensá-lo como reflexo do acontecimento. O documento é uma materialidade construída por camadas sedimentares de interpretações, é um acontecimento discursivo. Para Foucault,

(...) a história mudou sua posição acerca do documento: ela considera como sua tarefa primordial, não interpretá-lo, não determinar se diz a verdade nem qual é seu valor expressivo, mas sim trabalhá-lo no interior e elaborá-lo: ela o organiza, recorta, distribui, ordena e reparte em níveis, estabelece séries, distingue o que é pertinente do que não é, identifica elementos, define unidades, descreve relações. O documento, pois, não é mais, para a história, essa matéria inerte através da qual ela tenta reconstituir o que os homens fizeram ou disseram, o que é o passado e o que deixa apenas rastros: ela procura definir, no próprio tecido documental, unidades, conjuntos, séries, relações....⁴⁸

Se a História transformava o monumento em documento, agora ela transforma os documentos em monumentos passíveis de uma arqueologia; ela desdobra “(...) uma massa de elementos que devem ser isolados, agrupados tornados pertinentes, inter-relacionados, organizados em conjuntos”⁴⁹. O documento, assim, não é neutro e objetivo. É o trabalho do/a historiador/a que produz sentido, que “monumentaliza” os documentos. Portanto, todo documento é uma montagem, e “cabe ao historiador desmontar, demolir esta montagem, desestruturar essa construção e analisar as suas condições de

⁴⁶ FOUCAULT, M. *Arqueologia do Saber*. 2004, p. 7

⁴⁷ Conforme Margareth Rago, enquanto a perspectiva da história de inspiração marxista posicionava-se contra um “certo positivismo na produção do conhecimento histórico”, nessa obra Foucault seguia na contramão, defendendo os atentados aos direitos da História, “Quando se ignoram os acidentes, os casos, os desníveis, em nome de uma homogeneização totalizadora, quando se é incapaz de pensar as descontinuidades”. (RAGO, M. *Libertar a História*. 2002, p. 257)

⁴⁸ FOUCAULT, op. cit. 2004, p. 7.

⁴⁹ Id. *Ibid.* p.8

produção”⁵⁰. Conforme Le Goff, o “documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder”⁵¹.

Ao ler o documento como monumento, a história se desliga da imagem de uma “memória milenar e coletiva”, pois o documento, como lembra Foucault, “não é o feliz instrumento de uma história que seria em si mesma, e de pleno direito, memória: a história é, para uma sociedade, uma certa maneira de dar status e elaboração à massa documental de que ela não se separa”⁵². A História se volta, dessa maneira, para a descrição intrínseca do documento-monumento; o problema então não é mais a determinação de causalidades, mas a construção de séries, não é estabelecer um fio condutor que liga todas as instâncias do social numa continuidade, mas pensar no conjunto de relações que definam unidades e inconsistências entre enunciados numa formação discursiva.

O documento deve ser pensando, em sua materialidade, não como memória ou reflexo do acontecimento, mas como outro acontecimento: não aquilo que me permite reconstruir o acontecimento do passado em sua totalidade, mas como práticas discursivas que produzem objetos históricos⁵³. É o tratamento dos documentos que os torna acontecimentos. Como sublinha Margareth Rago, o documento, percebido dessa maneira, produz efeitos: “o que vale dizer que as palavras deixam de ser pensadas como vento, leves, transparentes, sem densidade e sem qualquer importância em si mesmas”⁵⁴, elas formam enunciados que produzem sentidos e instituem a realidade.

Dessa forma, os/as historiadores/as tiveram que repensar o projeto de uma história que pretendia saber o que “‘realmente ocorreu no passado’ (...) a

⁵⁰ LE GOFF, J. J. Documento/monumento. 2003, p.536.

⁵¹ Id. Ibid.

⁵² FOUCAULT, Op. cit. 2004, p. 8.

⁵³ A noção de acontecimento, na acepção mais ampla dada por Foucault, “não é nem substância nem acidente, nem qualidade, nem processo; o acontecimento não é da ordem de corpos. Entretanto, ele não é imaterial; é sempre no âmbito da materialidade que ele se efetiva, que é efeito; ele possui seu lugar e consiste na relação, coexistência, dispersão, recorte, acumulação, seleção de elementos materiais; não é o ato nem a propriedade de um corpo; produz-se como efeito de e em uma dispersão material”(FOUCAULT, M. *A Ordem do discurso*, 1999, p.58)

⁵⁴ RAGO, Margareth. Prefácio. 2001, p.11.

certeza de que se poderia pisar em solo firme”, a idéia de legitimar a história como ciência pela utilização de um método “correto”, “seguro” que permitisse descobrir a verdade “científica” dos acontecimentos e do passado⁵⁵. Ao contrário disso, Foucault propôs que a história (pensada em sua descontinuidade e dispersão) abandonasse “o lugar do repouso, da certeza, da reconciliação – do sono tranqüilizado⁵⁶”. A História é, ela própria, um discurso cambiante sobre o passado, construído por historiadores/as do presente (que recorta, seleciona, escolhe, organiza seus documentos a partir dos interesses da sua época). Por isso, como observa Jenkins, “da existência do passado não se deduz uma interpretação única: mude o olhar, desloque a perspectiva, e surgirão novas interpretações⁵⁷”. Conforme Gregolin, “um mesmo fato histórico pode ser contado de diferentes pontos-de-vista, porque o autor do texto histórico (...) é apenas, e sempre, efeito construído pelo discurso⁵⁸. O conhecimento histórico não é neutro, o que significa que não podemos nunca descobrir “o que realmente aconteceu” em eventos ocorridos. Assim, o que se considerava serem “fatos” são apenas “versões dos eventos”. Além disso, não é possível ao historiador/a abraçar e recuperar a totalidade dos acontecimentos do passado, “porque o ‘conteúdo’ desses acontecimentos é praticamente ilimitado⁵⁹”.

Assim, em vez de reconstruir verdades, o objetivo da história passa a ser interrogar-se sobre a produção da verdade? A quem ela interessa? Pois, conforme Foucault,

A “verdade” deve ser entendida como um conjunto de procedimentos regulados para a produção, a lei, a repartição, circulação e o funcionamento dos enunciados. A “verdade” está ligada (...) a sistemas de poder, que a produzem e sustentam (...) um “Regime de verdade⁶⁰”.

⁵⁵ RAGO, M. op. cit., 2002, p.259.

⁵⁶ FOUCAULT, M. Op. cit. 2004, p. 17.

⁵⁷ JENKINS, K. *A história repensada*. São Paulo: Contexto, 2001, p. 35.

⁵⁸ GREGOLIN, M. R. V. Michel Foucault: o discurso nas tramas da história. 2004, p.23.

⁵⁹ JENKINS, K. Op. cit., p. 31.

⁶⁰ FOUCAULT, M. Verdade e poder. 1984, pp. 12-14.

Margareth Rago observa que, com esse deslocamento feito na História, os/as historiadores/as tiveram que “prestar atenção ao discurso, à maneira pela qual um objeto histórico é produzido discursivamente e à própria narrativa que constroem ou reproduzem”⁶¹. As noções de acontecimento e de discurso tornaram-se, assim, fundamentais à prática historiográfica. Na *Arqueologia do Saber*, Foucault atribui um sentido pleno à noção de discurso:

(...) Chamamos de discurso um conjunto de enunciados, na medida em que se apóiem na mesma formação discursiva; ele não forma uma unidade retórica ou formal, indefinidamente repetível e cujo aparecimento ou utilização poderíamos assinalar (...) na história; é constituído de um número limitado de enunciados para os quais podemos definir um conjunto de condições de existência (...) o problema não consiste em saber como e por que ele pôde emergir e tomar corpo num determinado ponto do tempo; é, de parte a parte histórico – fragmento de história, unidade e descontinuidade na própria história, que coloca o problema de seus próprios limites, de seus cortes, de suas transformações, dos modos específicos de sua temporalidade, e não de seu surgimento abrupto em meio às complicitades do tempo⁶².

A proposta de Foucault, conforme Margareth Rago, é libertar o discurso da trama das proibições, exclusões e limitações em que se encontra encerrado. Na *A ordem do Discurso*, texto escrito posteriormente (1970) e que se tornou leitura indispensável aos historiadores/as, ele afirma que é preciso restituir ao discurso seu caráter de acontecimento⁶³. Os discursos devem ser tratados como conjunto de acontecimentos discursivos.

Foucault propõe a destruição de evidências como um dos princípios para a análise histórica do discurso, uma vez que possibilita abandonar a busca de uma instância fundamental e criadora, de uma origem como começo nobre⁶⁴. Assim como a noção de série à unidade, pois os “discursos devem ser tratados como práticas descontínuas, que se cruzam por vezes, mas também

⁶¹ RAGO, M. op. cit. 2001, p.11.

⁶² FOUCAULT, M. Op. cit., 2004, p.132-133.

⁶³ FOUCAULT, M. *A Ordem do discurso*, op. cit. 1999, 51

⁶⁴ Sobre destruição de evidências, ver FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*, p.52; Nietzsche, a Genealogia e a História.1984, p. 25.

se ignoram ou se excluem”⁶⁵; a noção de regularidade, em vez de origem, e de condições de possibilidade para a significação. Essas noções permitem à história não desviar do acontecimento, mas alargar sem cessar o seu campo. Dessa forma,

(...) a história não considera um elemento sem definir a série da qual ele faz parte, sem especificar o modo de análise da qual esta depende, sem procurar conhecer a regularidade dos fenômenos e os limites de probabilidade de sua emergência, sem interrogar-se sobre as variações, as inflexões e a configuração da curva, sem querer determinar as condições das quais dependem⁶⁶.

As noções fundamentais para a história passam a ser as do acontecimento e da série, junto “com o jogo de noções que lhes são ligadas; regularidade, casualidade, descontinuidade, dependência, transformação”⁶⁷.

Em *Nietzsche, a Genealogia e a História*, Foucault constrói a noção de acontecimento, constituído a partir das noções de procedência e de emergência, e formula um projeto de uma “história genealógica” que se opõe à pesquisa da “origem”, à busca de uma identidade primeira. O acontecimento, para Foucault, deve ressurgir no que ele tem de singular, “longe de qualquer finalidade monótona; espreitá-los lá onde menos se os esperava e naquilo que é tido como não possuindo história”⁶⁸. Diz Foucault,

É preciso entender por acontecimento não uma decisão, um tratado, um reino, ou uma batalha, mas uma relação de forças que se inverte, um poder confiscado, um vocabulário retomado e voltado contra seus utilizadores, uma dominação que se enfraquece, se distende, se envenena e uma outra que faz sua entrada, mascarada. As forças que se encontram em jogo na história não obedecem nem a uma destinação, nem a uma mecânica, mas ao acaso da luta.⁶⁹

Dessa forma, fazer uma “história genealógica” significa apoderar-se das regras do jogo, pervertê-las, utilizá-las ao inverso e voltá-las contra seu nascimento; já que o acontecimento “é a cena em que as forças se arriscam e

⁶⁵ FOUCAULT, *A ordem do discurso*, p. 52.

⁶⁶ Id. Ibid. p. 55-56.

⁶⁷ Id. Ibid. p. 56-57.

⁶⁸ FOUCAULT, M. *Nietzsche, a Genealogia e a História*. Op. cit. p. 15.

⁶⁹ Id. Ibid. p. 28.

se afrontam, em que podem triunfar ou ser confiscadas”⁷⁰. A análise genealógica faz sua história como emergências de objetos diferentes, fazendo-as “aparecer como acontecimentos no teatro dos procedimentos”⁷¹. Ela propõe destruir os pontos fixos, as identidades, e trabalha a partir da diversidade e da dispersão, do acaso dos começos e dos acidentes; não pretende voltar ao tempo para restabelecer a continuidade da história, mas, ao contrário, restituir os acontecimentos na sua singularidade.

Nos capítulos que seguem, pretendo ressaltar que a emergência discursiva da solteirona garante, por meio do terror coercitivo, a orientação das mulheres para o matrimônio e a docilidade das mesmas nos casos em que a profissionalização em tarefas relativas ao cuidado de outrem é a alternativa.

1.2.1- O *Corpus* documental

A partir da concepção de documento-monumento, do documento pensado como um outro acontecimento, e não portador de “conteúdos” da história, um texto que, na sua historicidade⁷², é tomado “como discursos, em cuja materialidade está inscrita a relação com a exterioridade”⁷³, foi que procurei construir o *corpus documental* da presente pesquisa e o dispositivo analítico.

Conforme Orlandi, a construção do *corpus* não se faz separada dos procedimentos de análise. Decidir o que faz parte dele “já é decidir acerca de propriedades discursivas”, uma vez que o objetivo da análise deve ser “mostrar como um discurso funciona produzindo (efeitos de) sentidos”⁷⁴ – no caso específico desta pesquisa, a produção discursiva sobre a *solteirona*, o corpo celibatário, o casamento, a família. Esse objetivo da análise constituiu-se num

⁷⁰ Id. Ibid. p. 32.

⁷¹ Id. Ibid., p. 26.

⁷² O acontecimento do texto como discurso, o trabalho dos sentidos (ORLANDI, E. P. *Análise do Discurso: Princípios e procedimentos*. 2002, p. 68).

⁷³ Ou seja, com o contexto, a situação empírica, o interdiscurso, as condições de produção, a circunstância da enunciação (ORLANDI, E. P., Id. Ibid.).

⁷⁴ Id. Ibid. p.63.

dos critérios utilizados para a seleção dos documentos. Outro critério foi o espaço de investigação empírica; nesse sentido, limitei a coleta das fontes aos arquivos de Minas Gerais: Hemeroteca Pública de Minas Gerais, Acervo dos Escritores Mineiros (na Biblioteca Central da UFMG), Centro de Memória da Medicina de Minas Gerais, Divisão de Pesquisa e Documentação Regional da Unimontes, Arquivo do Fórum Gonçalves Chaves de Montes Claros; Biblioteca Pública de Montes Claros, Arquivo e Biblioteca Antônio Torres, em Diamantina; Arquivo da UFJF e Biblioteca e Arquivo Municipal Murilo Mendes em Juiz de Fora⁷⁵. Não obstante, alguns documentos encontrados nesses arquivos e incorporados ao *corpus* (como artigos de revistas e teses de medicina) não foram produzidos em Minas – embora os produzidos em Minas tenham sido priorizados – mas mesmo assim foram considerados, pois entendo que eles chegaram, foram lidos e fizeram parte do universo discursivo dessa região. Eles circularam sentidos para além do espaço político-administrativo em que foram produzidos⁷⁶.

O *corpus* documental da pesquisa foi constituído, então, por três conjuntos de fontes: 1) Fontes impressas: conjunto formado por jornais⁷⁷; revistas; livros de literatura; teses, manuais e livros de medicina e de sexologia, limitados àqueles encontrados no acervo do CEMEMOR e que faziam parte, na sua maioria, das bibliotecas particulares dos médicos fundadores da Faculdade de Medicina de Minas Gerais; a legislação civil de 1916, sendo restrita aos artigos relativos à formação da sociedade conjugal. Utilizei também alguns diários e livros de memória de forma auxiliar e não como fontes principais.

Foram priorizadas as revistas *Alterosa* e *Semana Ilustrada* editadas na capital mineira. A *Alterosa* foi a mais famosa e duradoura publicada no estado, cuja vigência foi de 1939 a 1964; era mensal e destinada à toda família. A revista era composta por seção de matérias noticiosas com ênfase para as

⁷⁵ Outros arquivos foram pesquisados como a Casa Setecentista em Mariana, no entanto, os documentos consultados, como os inventários, não foram utilizados na pesquisa.

⁷⁶ Nenhum dos arquivos pesquisados encontravam-se com seus acervos microfilmados ou digitalizados. Como um dos procedimentos metodológicos e como forma de operacionalizar o trabalho de coleta, todo material foi fotografado, por meio digital, e copiado em CD-Rom. Isso agilizou o trabalho e facilitou os procedimentos de análise.

⁷⁷ No caso da pesquisa na Hemeroteca em que o volume de jornais era maior, priorizei os códices que reunia maior número de exemplares de diferentes cidades mineiras.

idades mineiras; seção voltada para publicação de notícias e novidades de Hollywood, fatos da vida privada das estrelas e astros do cinema; publicava-se também resultados de enquetes, pilhérias, aspectos da vida moderna, propagandas, entre outros temas. Havia ainda uma seção de contos que foi das mais concorridas. Para essa seção escreviam conhecidos autores mineiros, nacionais e internacionais. Particularmente importante para esta pesquisa, foram as seções de aconselhamento “para os males do espírito”, uma espécie de “consultório sentimental” em que os “aconselhadores” respondiam a cartas de missivistas, em sua maioria mulheres, leitoras da revista, que pediam conselhos sobre relações matrimônios e amorosas, comportamento feminino dentre outros. Para o período de análise, a revista contou com duas destas seções: “Confidências e Confissões”, sob a responsabilidade do psicólogo Sílvio Castelar e “Caixa de Segredos”, sob a responsabilidade de Consuelo de San Martín. Falarei mais sobre essas seções ao longo dos capítulos. Já a revista *Semana Ilustrada*, um pouco menos conhecida, circulou durante a década de 1920. Era um periódico semanal de crítica social, humorístico, com literatura, charges e esportes, criado por estudantes das faculdades mineiras, por isso também havia matérias sobre a vida acadêmica. Iniciou-se como apenas um semanário humorístico chamado “A Caveira” e, em setembro de 1927, passou por uma metamorfose, conforme o editorial, transformando-se na revista “Semana Ilustrada”. Além de contos, crônicas e novelas, o periódico publicava matérias noticiosas e de crítica social, notícias da capital e de cidades mineiras, notas sociais, fotos das formosas e promovia diversas modalidades de concursos como o de “rainha dos estudantes”.

Na seleção das obras literárias para análise, levei em consideração o tipo de *solteirona* apresentado como personagem nos enredos, a importância dos autores e a circulação dos exemplares. Assim, selecionei o romance “O Quinze”, de Rachel de Queiroz cuja personagem principal, “Conceição”, uma alegre professora, fez opção pelo celibato como forma de manter sua independência; o romance “Éramos Seis”, de Maria José Dupré, que traz a personagem “Clotilde”, conhecida como o exemplo clássico da solteirona na literatura brasileira e que representa a solteirona funcional da família; e “O

Amanuense Belmiro”, obra do mineiro Cyro dos Anjos que tem como personagens a “perturbada Francisquina” e a “esquisita Emília” as “manas velhas” e dependentes do amanuense Belmiro, vítimas da decadência das fazendas mineiras.

2) Fontes orais: conjunto formado por narrativas de história de vida de professoras celibatárias mineiras, nascidas entre as décadas de 1920 e 1930. Por história de vida considerei a definição dada por Lígia Maria Leite Pereira, ou seja, o relato de uma narradora sobre sua existência através do tempo, com a intermediação da pesquisadora⁷⁸. Conforme ressalta essa autora, “por ser calcada no diálogo, a história de vida permite explorar melhor certos elementos que, em geral, são lacunares nos textos autobiográficos” como, por exemplo, “aspectos da intimidade, processos de tomada de decisão, vida cotidiana” dentre outros⁷⁹. Assim, não foi abordada toda a trajetória de vida das mulheres entrevistadas, mas somente a etapa referente a seu engajamento na vida profissional e o não-casamento. As mulheres foram selecionadas aleatoriamente e a opção por restringir às professoras se deu em razão de ter sido o magistério um curso considerado mais adequado às mulheres e ao mesmo tempo a carreira que mais ofereceu oportunidade de trabalho remunerado para elas fora de casa, como veremos no capítulo 6.

3) Fontes cartoriais: conjunto formado por alguns processos de desquite da comarca de Montes Claros analisados com o objetivo de discutir a constituição de mecanismos de controle uma vez que, a autoridade do marido sobre a esposa poderia ser mantida após o desquite; e por testamentos de mulheres celibatárias da comarca de Diamantina com o objetivo de entender a posse, administração e legado de bens por elas, um direito que foi interdito às casadas.

O discurso feminista do período estudado se fez presente neste trabalho através, principalmente, do romance “Virgindade Inútil” e do ensaio crítico “Virgindade Anti-higiência”, de Ercília Nogueira Cobra e de vários textos

⁷⁸ PEREIRA, L. M. L. Algumas reflexões sobre história de vida, biografias e autobiografias. 2000, p.118.

⁷⁹ Id. Ibid. p. 119-120.

de Maria Lacerda de Moura – que antecipou muitas discussões posteriores dos feminismos – reunidos em coletânea organizada por Miriam Moreira Leite⁸⁰.

Na tentativa de seguir algumas pistas metodológicas suscitadas por Foucault para a pesquisa historiográfica, procurei construir, a partir desta massa documental, séries de enunciados como um dos procedimentos metodológicos. Foram assim constituídas as seguintes séries: 1) Discurso jurídico (analisados através de enunciados da legislação civil); 2) discurso médico (em enunciados de teses, manuais e livros de medicina); 3) discurso de literatos(as) ou autoridades civis (que aparecem na imprensa e na literatura); e 4) discursos das próprias mulheres sujeito da pesquisa (em estratos das narrativas de história de vida). Embora tenha utilizado uma tipologia para estes discursos, esta não se constituiu a preocupação central do trabalho, pois, como adverte Orlandi, o que deve interessar prioritariamente ao analista “são as propriedades internas ao processo discursivo”⁸¹. Além disso, embora pensados em séries, esses discursos não foram tratados em separado, conforme a proposta metodológica de Foucault.

Procurei verificar, nesses discursos, como eles funcionaram: A) na construção de mecanismos de controle e hierarquias através dos aparatos jurídicos que organiza a distribuição e exclusão de direitos e, desta forma, cria formas de desigualdades políticas e de gênero (ver capítulo 3); B) na constituição de formas de coerção das mulheres para mantê-las ou inseri-las no “contrato de casamento” e disseminar o modelo de família conjugal (ver, por exemplo, capítulo 4, 6 e 7); C) na patologização da mulher insatisfeita sexualmente e na produção do corpo celibatário como doente, masculinizado e estéril (ver capítulo 7); D) na emergência do celibato feminino estigmatizado e da imagem estereotipada da *solteirona* para representar e nomear mulheres que não se conformaram ao modelo feminino desejado em determinada época, rejeitando os papéis definidos para elas como mãe e esposas (ver capítulos 2, 5, 6); De outra parte, o surgimento de formas de resistência.

⁸⁰ LEITE, M. M. *Maria Lacerda de Moura: feminista utópica*. 2005.

⁸¹ Conforme Orlandi, “os tipos resultam eles mesmos de funcionamentos cristalizados que adquiriram uma visibilidade sob uma rubrica, uma etiqueta que resulta de fatores extra-discursivos, lógicos, psicológicos, sociológicos, etc.”

Por fim, compreender, na imbricação desses discursos, a produção de sentidos que se conjugaram na construção de gênero, na produção e instituição no social de representações sobre mulheres celibatárias como um terrorismo que foi a *solteirona*. Como observa Orlandi, não há discurso que não se relacione com outros “(...) os sentidos resultam de relações: um discurso aponta para outros que o sustentam, assim como para dizeres futuros”. Dessa forma, o discurso deve sempre ser pensando como “um estado de um processo discursivo mais amplo, contínuo”; não há, portanto, começo absoluto, como origem, nem ponto final. “Um dizer tem relação com outros dizeres realizados, imaginados ou possíveis”⁸². Além disso, conforme adverte Foucault, “(...) não é preciso remeter o discurso a longínqua presença da origem; é preciso tratá-lo no jogo de sua instância”⁸³. Dessa forma, não me interessou determinar a origem dos enunciados ou dos acontecimentos, mas compreender quais as condições de emergência desses discursos no Brasil de finais do século XIX e primeira metade do XX. Que efeitos de sentidos e representações sociais produziram acerca da vida, do trabalho, das escolhas, da sexualidade, do corpo, enfim, da existência de mulheres celibatárias? Que efeitos de verdade procuraram instituir, encobrir e distribuir na realidade social?

Seguindo Spink e Medrado, o *sentido* é entendido nesse trabalho como:

(...) uma construção social, um empreendimento coletivo, mais preciosamente interativo, por meio do qual as pessoas – na dinâmica das relações sociais historicamente datadas e culturalmente localizadas – constroem os termos a partir dos quais compreendem e lidam com as situações e fenômenos a sua volta⁸⁴.

Os sentidos não são produzidos, dessa maneira, por uma atividade cognitiva intra-individual ou por uma simples reprodução de modelos. Na abordagem teórico-metodológica proposta por esses autores, a *produção de sentidos*,

⁸² ORLANDI, op. cit. p. 39.

⁸³ FOUCAULT, M. op. cit., 2004, p. 28.

⁸⁴ SPINK, M. J.; MEDRADO, B. Produção de sentidos no cotidiano: uma abordagem teórico-metodológica para análise das práticas discursivas. 2000, p. 41.

(...) é uma prática social, dialógica, que implica a linguagem em uso. (...) um fenômeno sócio-lingüístico, (...) e busca entender tanto as práticas discursivas que atravessam o cotidiano (...) como os repertórios utilizados nessas produções discursivas⁸⁵.

O conceito de *práticas discursivas*, a que tenho me referido ao longo desse texto, remete aos momentos de ressignificações, de rupturas, de produção de sentidos. As práticas discursivas são aqui pensadas como “linguagem em ação, isto é, maneiras a partir das quais as pessoas produzem sentidos e se posicionam em relações sociais cotidianas”⁸⁶. Foucault conceitua as práticas discursivas como:

(...) um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou lingüística, as condições de exercício da função enunciativa⁸⁷.

1.2.2- Procedimentos de análise

Ainda como procedimento de análise e interpretação dos documentos, constituídos em séries, utilizei alguns aparatos da Análise do Discurso (AD), que visa a compreender “como um objeto simbólico produz sentido”⁸⁸, como um determinado texto significa. Não sou lingüista, mas uma historiadora interessada pelos discursos, por isso utilizei da AD somente os procedimentos, termos e conceitos que me possibilitaram produzir um texto e análises no meu terreno, que é o da História. A Análise do Discurso teoriza a interpretação e, nesse aspecto, ela vai além da Hermenêutica, pois, como afirma Orlandi,

A Análise do Discurso não estaciona na interpretação, trabalha seus limites, seus mecanismos, como parte dos processos de significação. Também não procura um sentido verdadeiro através de uma “chave” de interpretação. Não há esta chave, há método, há construção de um dispositivo teórico [que tem como função mediar o movimento entre a descrição e a interpretação]. Não há uma verdade oculta atrás do texto. Há gestos de interpretação

⁸⁵ Id. bid.p.42.

⁸⁶ Id. ibid. p.45.

⁸⁷ FOUCAULT, M. Op. cit., 2004, p. 133.

⁸⁸ ORLANDI, E. P. op. cit. 2002, p.66.

que o constituem e que o analista, com seu dispositivo, deve ser capaz de compreender⁸⁹.

Para o/a analista do discurso, os dados lingüísticos não podem ser tratados como reflexo de 'opiniões' ou 'sentimentos' subjacentes das pessoas, como um 'espelho da mente' ou como uma ferramenta usada para se ter acesso aos pensamentos das pessoas, ainda que todo dizer seja carregado de intencionalidade, propósito, interesse⁹⁰. Os discursos devem ser entendidos em suas condições de produção, ou seja, na situação/circunstância em que emerge um enunciado, ou que se faz uma enunciação. As palavras significam pela história e pela língua. Assim o dito está sempre constituído pelos já-ditos; por isso, a memória deve ser pensada em relação ao discurso, ou seja, como *interdiscurso*: aquilo que é produzido antes, em outro lugar, mas que está presente numa situação discursiva, "formulações feitas e esquecidas que determinam o que dizemos". O Interdiscurso é a *memória discursiva*, entendida como,

(...) o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra. O interdiscurso disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada⁹¹.

Quando o sujeito diz, ele pensa que sabe o que diz, contudo, ele não tem controle sobre a forma como os sentidos se constituem nele; além disso, pelo esquecimento, ele tem a ilusão de ser a origem do que diz, quando, na realidade, ele apenas retoma sentidos pré-existentes. Os sentidos são determinados pela maneira como o sujeito se inscreve na língua e na história, eles significam por isso, e não pela vontade do sujeito. Conforme Orlandi, "quando nascemos os discursos já estão em processo e nós é que entramos

⁸⁹ Id. Ibid. p. 26.

⁹⁰ Numa entrevista concedida em 1981, Foucault fala da intencionalidade dos textos de Lacan. Diz ele: "Penso que o hermetismo de Lacan é devido ao fato de ele querer que a leitura de seus textos não fosse simplesmente uma "tomada de consciência" de suas idéias. Ele queria que o leitor se descobrisse, ele próprio, como sujeito de desejo, através dessa leitura. Lacan queria que a obscuridade de seus *Escritos* fosse a própria complexidade do sujeito, e que o trabalho necessário para compreendê-lo fosse um trabalho a ser realizado sobre si mesmo" (FOUCAULT. M. Lacan, o "libertador" da Psicanálise, 1999, p.299).

⁹¹ ORLANDI. E. op. cit. 2002, p.31.

nesse processo⁹². Dessa forma, o sujeito da Análise do Discurso é atravessado pela linguagem e pela história, ele

(...) só tem acesso a parte do que diz. Ele é materialmente dividido desde sua constituição: ele é sujeito de e é sujeito à. Ele é sujeito à língua e à história, pois para se constituir, para (se) produzir sentidos ele é afetado por elas. Ele é assim determinado, pois se não sofrer os efeitos do simbólico, ou seja, se ele não se submeter à língua e à história ele não se constitui, ele não fala, não produz sentidos⁹³.

O sujeito discursivo é também uma “posição”, ou conforme Foucault, é um “lugar de fala”, que o indivíduo ocupa para ser sujeito do que diz, ele fala a partir de um determinado lugar para que sua fala produza efeitos, e é esse “lugar”, essa “posição”, que lhe confere autoridade e respeitabilidade.

Dessa forma, ao pensar nas condições de produção do discurso, temos um sujeito, que é também assujeitado, que ocupa um lugar para falar, que não tem acesso a tudo que diz nem controle dos sentidos que produz (interdiscurso), e encontra-se numa instância ou situação de enunciação. Esta última remete à noção de *cena discursiva*, ou cenografia, proposta por Charaudeau e Maingueneau, ou seja, “a representação que um discurso faz de sua própria situação de enunciação”⁹⁴. Para esse autor, a “fala implica uma certa cena de enunciação, que, de fato se valida progressivamente por meio da própria enunciação”⁹⁵. Dessa forma, a cena da fala não pode “ser concebida como um simples quadro, uma decoração, como se o discurso sobrevivesse no interior de um espaço já construído e independentemente desse discurso. Ela é constitutiva dele”⁹⁶. Essa noção de *cena discursiva* permite ao/à analista se desvencilhar de categorias como “contexto”, da idéia de “pano de fundo”, pois não se vê nenhuma exterioridade entre os sujeitos e seus discursos. A Análise do Discurso, conforme Maingueneau, questiona a topografia “que coloca o

⁹² Essa é noção de esquecimento número um, construída por M. Pêcheaux. Conferir em Orlandi, op. cit., 2002, p.35-36.

⁹³ Id. ibid. p. 49.

⁹⁴ CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. *Dicionário de Análise do Discurso*. 2004, p. 95.

⁹⁵ Id. ibid., p.96

⁹⁶ Id. Ibid., p.95.

discurso e a 'realidade' como exteriores um ao outro, considerando a primeira como uma espécie de teatro de sombras"⁹⁷.

A partir dessa perspectiva, procurei, como procedimento de análise de meus documentos, pensar a cena discursiva dos diferentes discursos selecionados. Isso me permitiu compreender, no jogo da linguagem, quem fala, onde fala, para quem fala e do que fala, uma vez que todo discurso, ao mesmo tempo que é destinado a alguém, produz sentidos diversos. Dessa forma, os documentos tratados como discurso não foram considerados como se tivessem sido produzidos por um determinado sujeito, mas, conforme Maingueneau, eles devem ser entendidos como enunciados que correspondem a uma certa "posição sócio-histórica", um "lugar de fala", "na qual os enunciadores se revelam substituíveis"⁹⁸ e, segundo Rita Laura Segato, constituem territórios ao falar, que são posições com interesses em disputa. Para a autora, a noção de território tem um caráter especular, "é uma representação que representa", é "(...) um índice que denuncia onde estou, quem sou, a qual 'Nós' pertença, onde me localizo como significante encadeado a ele em uma sintaxe singular". Dessa forma, conforme Segato, "o território sempre existe marcado pelos emblemas identificadores de sua ocupação por um grupo particular, inscrito pela identidade desse grupo que o considera próprio e o transita livremente"⁹⁹.

O enunciado, nessa perspectiva, deixa de ser apenas um suporte para a transmissão de informações e passa a ser construtor e modificador de relações entre os interlocutores, seus enunciados e seus referentes¹⁰⁰. Na

⁹⁷ MAINGUENEAU, D. *Novas tendências em Análise do Discurso*. 3 ed. Campinas: Pontes/Unicamp, 1997, p. 33.

⁹⁸ Id. Ibid. p.14.

⁹⁹ SEGATO, R. L. Em busca de um léxico para teorizar a experiência territorial contemporânea. *Série Antropologia n.373*, 2005, p. 4. Segato constrói uma noção de território – diferente da noção de mera representação social do espaço fixado, unidade políticas, órgãos de administração, passagens, etc. –, a partir das reflexões de Foucault sobre a "problemática do governo" e do "poder pastoral". Assim, para ela, "O espírito do território deixa de ser sua localização espacial fixa e se transfere à circunscrição demarcada pelo assentamento de 'culturas' particulares, incluindo o trajeto que resulta de sua capacidade de agregar novos segmentos ao rebanho em processos que chamo de 'anexação banda'. Nessa inversão da relação povo-território, é possível dizer que a população é o eixo do território e que o território passa a ser um atributo espacial móvel da população"(Id. ibid. p.18).

¹⁰⁰ MAINGUENEAU, D. op. cit. 1997.

Arqueologia do Saber, Foucault desenvolveu uma reflexão sobre o enunciado importante para a Análise do Discurso ao distingui-lo de outras unidades:

(...) o enunciado não é uma unidade do mesmo gênero da frase, proposição ou ato de linguagem; e não se apóia nos mesmos critérios; mas não é tampouco uma unidade como um objeto material poderia ser, tendo seus limites e sua independência. Em seu modo singular (...) ele é indispensável para que se possa dizer se há ou não frase, proposição, ato de linguagem; e para que se possa dizer se a frase está correta (...) se a proposição é legítima e bem constituída, se o ato está de acordo com os requisitos e se foi inteiramente realizado (...) ele não é em si mesmo uma unidade, mas uma **função** que cruza um domínio de estruturas e de unidades possíveis e que faz com que apareçam, com conteúdos concretos, no tempo e no espaço. (Grifo meu)¹⁰¹.

O que faz uma frase, uma proposição ou um ato de linguagem tornar-se um enunciado para Foucault, é a *função enunciativa*, ou seja, o fato de ele ser produzido por um sujeito, isto é, uma *posição, um lugar de fala* que defina e possibilite que ele seja enunciado. “Não importa quem fala”, diz Foucault, “mas o que ele diz não é dito de qualquer lugar. É considerado, necessariamente, no jogo de uma exterioridade”¹⁰². Para que um enunciado exista é necessário uma instância produtora, um *autor*. Este não é, entretanto, idêntico ao sujeito do enunciado, a autoria é uma função do sujeito. O autor é visto por Foucault “como princípio de agrupamento do discurso, como unidade e origem de suas significações, como foco de sua coerência”. A função-autor também limita o acaso do discurso¹⁰³. Considerei como enunciados os textos de revistas, jornais, da literatura, do código civil, das teses e manuais de medicina, etc., ou seja, aqueles que provêm de uma instância de autoridade, de um lugar de fala reconhecido e que, de alguma maneira, se tornou público, ao contrário das narrativas de história de vida das professoras mineiras.

Ainda como procedimento de análise na presente pesquisa, procurei recortar dos documentos (textos) selecionados as superfícies discursivas, buscando nelas as significações possíveis e as matrizes de sentido –

¹⁰¹ FOUCAULT, M. Op. cit, 2004, p. 97-98.

¹⁰² Id. Ibid. p. 139.

¹⁰³ FOUCAULT, M. Op. cit. 1999, p. 26-29. Sobre a função-autor conferir também FOUCAULT, M. *O que é um autor?* 2000, p. 29-87. ORLANDI, Op. cit. 2000.

entendidas como categorias constitutivas dos discursos de uma época – que inscreveram na realidade representações sociais acerca de meus objetos de pesquisa, produzindo sentidos e efeitos de verdade.

Todo enunciado deve ser analisado dentro de uma *formação discursiva* específica para se compreender o sentido que ele produz¹⁰⁴. As palavras não significam em si mesmas, elas dependem de relações constituídas nas formações discursivas para significarem. Foucault institui o campo da história como o território das formações discursivas. Para ele, em toda formação discursiva existem regularidades que estabelecem as unidades dos enunciados – que podem ser entre os objetos, os tipos de enunciação e nas coerências dos conceitos – mas há os enunciados inconciliáveis, assim as unidades podem ser buscadas também na “distância que os separa e, eventualmente, em sua incompatibilidade”¹⁰⁵. Assim, a formação discursiva é constituída por “formas de repartição e sistemas de dispersão”. Diz Foucault:

No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma *formação discursiva*...¹⁰⁶

Eni Orlandi destaca que “o discurso se constitui em sentidos porque aquilo que o sujeito diz se inscreve em uma formação discursiva e não outra para ter um sentido e não outro”, ou seja, se inscreve nesse lugar, nesse campo histórico e não em outro, assim, “é pela referência à formação discursiva que podemos compreender, no funcionamento discursivo, os diferentes sentidos”¹⁰⁷. Neste trabalho, interessa aqueles que fizeram emergir uma personagem: a *solteirona*.

¹⁰⁴ ORLANDI, E.P. op. cit.2002, p.45.

¹⁰⁵ FOUCAULT, M. op. cit. 2004, p.40

¹⁰⁶ Id. Ibid. p. 43.

¹⁰⁷ ORLANDI, E. P. op. cit., 2002, p. 43-44.

CAPÍTULO 2

O NASCIMENTO DA SOLTEIRONA

*Você já tem quatorze anos. Se não for ajeitando o seu desde já, de mais velha ninguém querará e você ficará para tia. **Você assim vai virar facão**¹.*

A emergência do celibato feminino, como foco de uma problemática social e da imagem estigmatizada da *solteirona* no Brasil, está profundamente ligada ao projeto de modernidade burguesa em que a família conjugal, legalmente constituída pelo casamento civil, cresceu como preocupação do estado republicano. Nesse sentido, a família se tornou alvo de investimentos políticos e de diversos saberes científicos, pois, como braço fundamental do Estado, ela possibilitava o controle e a disciplina na vida cotidiana dos novos cidadãos e, sobretudo, a constituição de modelos idealizados de homens e mulheres marcados pelo gênero. A enunciação científica foi o que, de forma definitiva, produziu e reforçou o celibato estigmatizado porque o discurso da “solteirona” não é outra coisa que um discurso higiêncio-moral.

Essa emergência está ligada também a outros desdobramentos da modernidade – fortemente inspirada nas idéias de progresso e ilustração européias – que desencadeou os processos de urbanização e industrialização que atingiram de forma diferenciada no tempo e espaço as cidades brasileiras; a expansão das possibilidades de emprego remunerado e de escolarização

¹ MORLEY, H. p. 2002,148. Trata-se do livro “Minha vida de menina” escrito entre 1893-1895 sob a forma de diário em que Alice Dayrell Caldeira Brant, nascida em 1880 em Diamantina, retrata suas aventuras, crenças e acontecimentos passados em sua cidade natal, nesse período.

para as mulheres; o desenvolvimento de novos saberes como a sexologia e a psiquiatria; e a institucionalização do novo aparato jurídico, sobretudo a legislação civil que, ao legitimar as hierarquias e legislar o *status*, criou não apenas a desigualdade nas relações entre homens e mulheres, mas, também, entre mulheres casadas e solteiras; de outra parte, provocou a ampliação das reivindicações feministas pelos direitos de cidadania política plena e de igualdade dentro e fora da família.

A família conjugal se converteu na base para a constituição do modelo desejado de mulher e de seus novos papéis como “operárias domésticas”, na acepção de Lilá Abu-Lughod², e em lugar privilegiado para a intervenção e produção de discursos sobre a sexualidade sadia e reprodutiva. A organização e disseminação de famílias conjugais, governadas pelo matrimônio burguês iniciou, dessa maneira, novas formas de coerção e de subordinação das mulheres às novas formas de controle social e disciplina dentro do patriarcado moderno³. Conforme argumentou Lilá Abu-Lughod, nos quadros da modernidade, “converter as mulheres em esposas e mães modernas tem a demanda geral de formar a população, instituindo um novo regime disciplinário na vida cotidiana”⁴. A autora destaca bem, também, o caráter colonizador que a expansão da conjugalidade moderna teve, ao descrever o caso do Egito.

Nesse ordenamento, as mulheres que permaneciam celibatárias constituíam, de certa maneira, um elemento desestabilizador – pois, não apenas recusavam os novos papéis destinados a elas (como mães e esposas), mas, também, criavam condições de se constituírem em “indivíduo” para pleitear, de forma mais livre, os espaços de trabalho e para governar a si mesmas e a seus próprios bens; além disso, elas se tornavam exemplos visíveis da possibilidade de existência e de felicidade fora das relações conjugais. As mulheres celibatárias emergiram, assim, como uma figura indesejada que, incapazes de converter-se na “verdadeira mulher”, colaboradora do Estado, ficou “para tia”, “torceu a natureza”, virou “facão”,

² ABU-LUGHOD, L. op. cit. 2002.

³ Sobre patriarcado moderno cf. PATEMAN, C. *O contrato sexual*.

⁴ ABU-LUGHOD, L. op. cit., p.28.

conforme advertiu a mãe de Helena Morley na epígrafe. Foi nesse movimento que nasceu a *solteirona* como uma figura estereotipada.

Na busca de referenciais que me ajudassem refletir sobre esse processo de gestação e nascimento e construir a problemática desta pesquisa, encontrei o aparecimento e a utilização do termo *solteirona* – como uma marca de desprestígio social de mulheres que não se inseriram nas relações conjugais – primeiramente na Europa e mais tarde no Brasil com os discursos da modernidade, fortemente inspirados em matrizes científicas e ideológicas européias. Em períodos anteriores, a vida solitária, assim como formas variadas de organização da vida familiar para mulheres, parece ter sido comum e mais socialmente aceita. Essas são as reflexões que desenvolvo neste capítulo como parte da construção da minha problemática de pesquisa. Assim, apresento inicialmente o aparecimento do termo para nomear e representar mulheres não-casadas em outros contextos, como na Inglaterra e na França e, posteriormente, no Brasil, a partir da criação de personagens pela literatura romanesca. Em seguida, discuto a existência da vida solitária prévia de mulheres no Brasil e a disseminação da vida conjugal como o padrão a ser seguido por todas, a partir da emergência de novos cenários urbanos tornados possíveis com os desdobramentos do projeto de modernidade.

2.1 – O nome do celibato estigmatizado

A representação da celibatária como um tipo indesejado de mulher e a invenção do termo *solteirona* para nomeá-la, classificá-la e dar-lhe visibilidade foi correlativo à emergência de certo ideal de mulher, de casamento e de família. Seu aparecimento tem caráter histórico e pode ser datado e referido a um contexto social e preciso. As “solteironas” são definidas, freqüentemente, na historiografia, como mulheres que alcançaram a idade de 35 anos, pelo menos, sem se casarem. Conforme Susan Cotts Watkins, “elas são filhas, mas não esposas, freqüentemente irmãs ou tias, mas raramente mães, e suas

histórias, a contraponto, ecoam na história da família”⁵. Na introdução do *Journal of family history*, que dedicou um número especial a *Spinsterhood*, esta autora ressaltou que a grande proporção de mulheres celibatárias na Europa nos séculos XVIII e XIX ocasionou o alargamento de questões para a história do casamento, da família e das mulheres. Esta proporção chamou a atenção dos pesquisadores também para a construção da imagem estereotipada da celibatária.

2.1.1 - The *Spinster* e la *Vieille Fille*

Os poucos estudos sobre o celibato feminino estigmatizado no Ocidente encontraram os primeiros registros do termo “solteirona” nos escritos do século XVII, especialmente em dicionários e na literatura européias. Esses estudos, não obstante, freqüentemente analisaram a difusão desse termo como “efeito” do desenvolvimento capitalista que teria provocado a decadência do trabalho doméstico das solteiras, transformando-as em inúteis dependentes. Assim, para Ian Watt, a visão da *solteirona* como um “tipo ridículo e até detestável”, na Inglaterra, parece ter surgido no final do século XVII, associada ao desenvolvimento do capitalismo que provocou mudanças no *status* da mulher solteira e a valorização do casamento e da família conjugal. Richard Allestree, conforme Watt, afirmou em *The ladies’ calling* de 1673 que “considera-se agora uma solteirona como uma maldição que nenhuma fúria poética consegue superar (...) (e como) a mais calamitosa criatura da natureza”⁶. A palavra *spinster* (*solteirona*), conforme Watt, sugere a causa principal da decadência do *status* das mulheres celibatárias na Inglaterra. Ela foi usada pela primeira vez no sentido de “mulher solteira que já passou da idade habitual para se casar” em 1719, na “edição inaugural de um jornal chamado exatamente *The Spinster*”⁷. Nesse jornal, uma articulista, sob o pseudônimo de Rachel Woolpack, lembrava que “a palavra não era

⁵ WATKINS, S. C. *Spinsters. Journal of Family History*. 1984, p.310. No original: “They are daughters but not wives, often sisters or aunts but rarely mothers, their history the contrapuntal echo of family history”.

⁶ Apud WATT, I. O Amor e o romance: “Pâmela”. In: _____. *A ascensão do Romance*. p.127.

⁷ Segundo o *Oxford English dictionary* Apud WATT, I. op. cit. p.128.

depreciativa em sua origem, mas referia-se à louvável ‘atividade das mulheres obreiras’” e significava literalmente “fiandeira”⁸.

A partir do século XVIII, conforme argumenta Watt, as mulheres inglesas solteiras perderam ainda mais sua importância econômica no âmbito doméstico com o desenvolvimento da manufatura têxtil que diminuiu a necessidade de sua presença em atividades como fiar e tecer; conseqüentemente a indústria doméstica decaiu. Isso não significa que as moças deixaram de ter ocupações em casa, mas que o valor de seu trabalho foi intensamente diminuído, logo, a importância daquelas que se dedicavam a ele. As mulheres solteiras foram então obrigadas a tornarem-se “inúteis dependentes de alguém”, ou trabalhar fora mediante baixos salários. Por outro lado, as oportunidades de trabalho tornavam-se cada vez mais escassas devido ao grande excedente de mão-de-obra feminina e, por conseguinte, o salário médio das mulheres também caiu para cerca de um quarto do salário que os homens recebiam em média. Como sublinha Tânia Quintaneiro, “nesse novo contexto, as solteiras foram perdendo espaço no sistema produtivo e social e permanecer nessa situação veio a significar depender da caridade de parentes e, pior que isso, sujeitar-se ao mais entristecedor opróbrio”⁹.

Esse mesmo processo foi observado por Lee Virginia Chambers-Schiller, nos Estados Unidos, onde a palavra *spinster* também passou a ser utilizada para significar mulheres que nunca se casaram a partir do final do século XVIII. Nesse período uma parte significativa da economia estava baseada nas pequenas unidades domésticas. O casamento era uma forma de as mulheres conseguirem um grau de independência, mesmo que modesto, ao constituírem suas próprias casas. As filhas solteiras não tinham como estabelecer uma base econômica na medida que a cultura patriarcal impedia seu acesso a terra. Incapazes de sobreviver de seu próprio trabalho, como fiandeiras, muitas *spinsters* tiveram que aceitar um lugar na casa de um parente onde, em troca de serviços, elas foram habitualmente providas com

⁸ Id. Ibid. Cécile Dauphin também ressalta que na Inglaterra em torno de 1719 a celibatária dita *spinster* significava fiandeira. A conotação pejorativa visava uma realidade econômica, era a pobreza das fiandeiras que estava associada ao celibato. (DAUPHIN, C. Histoire d'un stéréotype: la vieille fille. 1984, p.214).

⁹ QUINTANEIRO, T. *Retratos de mulher*. 1996, p. 158.

abrigo e comida¹⁰. De produtoras passavam a reprodutoras e restauradoras da ordem doméstica.

Cécile Dauphin analisou a construção do estereótipo da *vieille fille* (*solteirona*) na França. Para ela, esse estereótipo teve seu ponto de partida também no XVII, época do aparecimento dos primeiros grandes dicionários, entretanto, foram, sobretudo, as transformações do século XIX que provocaram a “decadência” social das mulheres celibatárias e a cristalização do estereótipo da *vieille fille* no imaginário coletivo¹¹. Os processos de urbanização e industrialização, mais intensos nesse período, teriam desestabilizado a economia doméstica e obrigado as moças a entrarem de forma mais efetiva no mercado de trabalho a fim de garantir sua própria sobrevivência. Essa autora observa que, em períodos anteriores, principalmente em certas regiões rurais da França, o celibato feminino e a viuvez funcionavam como uma regra não escrita, mas profundamente interiorizada na consciência social, objetivando o controle demográfico e a não dispersão patrimonial. Essa situação se alterou no século XIX; assim, a decadência da produção artesanal doméstica provocou a migração de mulheres solteiras para as cidades onde foram obrigadas a suportar todos os riscos para sobreviverem sozinhas. Para Cécile Dauphin foi justamente “pela sua passagem para a cidade que as mulheres só têm acesso à visibilidade”¹².

As moças burguesas européias e americanas, para quem o mercado matrimonial era ainda mais restrito, dedicaram-se principalmente às atividades de governanta e de professoras, pois eram empregos socialmente mais aceitáveis à sua condição social; as mais pobres engajavam-se também nas carreiras de vendedoras dos grandes magazines, empregadas dos correios,

¹⁰ CHAMBERS-SCHILLER, L. V. *Liberty, a Better Husband: Single Women in America: The Generations of 1780-1840*. 1984.

¹¹ DAUPHIN, C. *Histoire d'un stéréotype : la vieille fille*. 1984.

¹² DAUPHIN, C. *Femmes seules*. In: DUBY, G.; PERROT, M. *Histoire des femmes en occident*. v IV. Le XIX^e siècle. 1991, p.517-518. Conforme a autora “Sobretudo por sua integração no tecido social: ao abandonar as famílias onde como filhas, irmãos ou tias, elas estavam desde sempre integradas à unidade de produção, elas entram no mercado de trabalho e suportam todos os seus riscos”. (Trad. Liv.). Essa obra foi traduzida para o português pela editora Afrontamento de Porto.

enfermeiras ou empregadas domésticas¹³. Além das escassas possibilidades de trabalho, fatores de ordem social e demográfica, como a migração masculina, as guerras e os altos custos do matrimônio, segundo Tânia Quintaneiro, fizeram aumentar ainda mais o número de moças, principalmente as instruídas da classe média, que não conseguiam encontrar marido no século XIX¹⁴. Elas passaram a alimentar um verdadeiro exército de preceptoras e governantas, muitas das quais foram em busca de trabalho em outros países como o Brasil, onde as famílias mais abastadas as contratavam para educar em casa as filhas¹⁵. As governantas eram em geral mulheres burguesas de famílias arruinadas que, conforme assinala Dauphin, tornavam-se ao mesmo tempo símbolo do novo poder das classes médias e figura emblemática dos seus medos, problemas e valores. Era uma mulher que ensinava a domicílio ou morava com uma família para ter um lar e rendimentos em troca de educar as crianças. Assim, “a governanta vive dolorosamente a contradição entre os valores atribuídos à sua educação de *gentlewoman* e as funções que ela se vê obrigada a exercer”¹⁶. Ina von Binzer, educadora alemã, foi uma dessas moças que veio para o Brasil no final do século XIX e que relatou, através de correspondências, suas experiências como educadora¹⁷. Além do estranhamento com os hábitos e costumes nativos, ela narrou seus infortúnios com métodos de ensino que não tinham eficácia com os alunos brasileiros¹⁸. Seu olhar era da europeia, construído a partir dos valores de sua própria

¹³ Cf. FARGE, A.; DAUPHIN, C. *Madame ou Mademoiselle?* 1984.

¹⁴ Segundo Quintaneiro, o número de mulheres inglesas tornou-se amplamente superior ao de homens, o censo de 1851 mostra que havia um excesso de 365.159 mulheres. Voltarei nisso.

¹⁵ No Brasil, só no final do século XIX foi que começaram surgir as primeiras escolas secundárias femininas, mesmo assim eram privadas e restrito o número de educandários.

¹⁶ DAUPHIN, C. op. cit. 1991, p.521.

¹⁷ As correspondências de Ina foram escritas em forma de diário, publicado posteriormente em livro. BINZER, Ina von. *Os meus Romanos*. 1982.

¹⁸ “(...) os brasileiros têm uma estranha noção sobre convivência, pois achavam profundamente censurável o fato de uma jovem professora viajar da estação até a fazenda na companhia do pai de seus alunos, mas consideram natural que ela percorra essa distância sozinha com o cocheiro preto, ou a cavalo com um dos trabalhadores livres, chamados ‘camaradas’, como aconteceu outro dia, a uma colega durante uma viagem de sete horas” (Id. *Ibid.* p.94-95). Além de demonstrar seu estranhamento com os costumes brasileiros, nessa fala ela mostra também a intensa mobilidade das mulheres solteiras, nesse caso professora, entre uma fazenda e outra, ou entre uma escola e outra. Ela própria viajou sozinha por vários países, hospedava-se em quartos de hotel sozinha, o que parecia constrangedor para os brasileiros desse período.

cultura, de aspectos de uma realidade que a havia expulsado de seu país. Isso se manifestava na forma em que percebia suas alunas mais velhas e construía representações sobre elas. “(...) Às 7 horas da manhã, começam: chegam primeiro ‘as grandes’ e tomam aula de alemão. Dona Gabriela, Dona Olímpia e Dona Emília já têm a idade de 19, 21 e 22 anos, o que para as brasileiras é ser quase solteirona”¹⁹. Mas, ela própria confessou já pensar em resignar-se à sorte de mulher celibatária: “Agora vou tornar-me mais ajuizada e encaixar-me pouco a pouco entre as velhas solteironas. É a única coisa acertada”²⁰. Maria Frieda Kruger Mancini parece ter sido outra professora alemã celibatária, altamente instruída, que veio para o Brasil. O jornal *O Jequitinhonha* de Diamantina publicou seu anúncio de abertura de cursos de línguas e música em 1905:

(...) professora alemã com 25 annos de prática de ensino na Alemanha, Inglaterra, nas primeiras famílias de Santa Catharina, Rio de Janeiro, Petrópolis e ultimamente em Curvelo, atualmente reside nesta cidade (...) abriu cursos de língua, português, francês, inglês, alemão e italiano – e dará lições de piano tanto na própria residência como fora²¹.

Para Cécile Dauphin as conotações pejorativas da mulher sozinha já circulavam na cultura ocidental, mas na França “a construção literária da personagem da solteirona e o uso banalizado do estereótipo pertencem, exclusivamente ao século XIX”²². No caso do Brasil, a construção dessa personagem se deu um pouco mais tarde, conforme discutirei adiante. Além disso, somente a partir do início do século XX as mulheres seriam afetadas pelos processos de industrialização e urbanização e pelo padrão burguês de organização das unidades domésticas. Até o final do século XIX, a economia do país era predominantemente rural e grande parte das atividades eram realizadas no âmbito doméstico sem que houvesse uma separação dicotômica entre os espaços da produção e da reprodução. Nos núcleos urbanos, várias

¹⁹ Id. Ibid. p. 21.

²⁰ Id. Ibid. p.130. Ela, contudo, se casou após conhecer um inglês na viagem de volta.

²¹ *O Jequitinhonha*. Diamantina, ano II, n. 78, p. 4, 24/09/1905. Esse anúncio foi republicado em vários números seguintes do jornal.

²² DAUPHIN, C. op. Cit. 1991, p. 530.

atividades produtivas ainda estavam associadas ao trabalho doméstico feminino. Como lembra Luciano Figueiredo, “(...) era ali que se realizava a produção para subsistência e a produção de gêneros a serem oferecidos no mercado para aquisição de renda, seja para o sustento de mulheres solitárias, seja para uma família nuclear²³”. Contudo esse tipo de atividade era realizado em sua maioria por mulheres brancas pobres, negras libertas ou escravas.

O discurso literário foi, sem dúvida, um dos mais ágeis na construção e difusão de representações da mulher celibatária e ao mesmo tempo em tornar visível o celibato feminino como inquietação, um campo problemático de uma época, colocando em cena uma personagem. O texto literário não é um reflexo de uma época, mas, conforme Sandra Pesavento, é uma fonte de acesso a formas de sentir e expressar o mundo, implicando, muitas vezes, “distorção, transformação ou mesmo oposição frente ao real”²⁴. Para o/a historiador/a, a literatura vale como uma “porta de entrada” às imagens e representações de um outro tempo e lugar, como aquelas da *spinster*, da *vieille fille*, ou da *solteirona*, que são tanto produzidas, quanto reproduzidas no texto literário, repetidas ao infinito, instituindo-as no real.

Dessa forma, a literatura inglesa, a partir do século XVIII, conforme observou Ian Watt, passou a apresentar numerosas caricaturas de *solteironas* como “criaturas desprezíveis”, ou como Roxana, personagem de Daniel Defoe que abandonou as pretensões de casamento para vivenciar o individualismo econômico²⁵. Na França, Cecile Dauphin observou que as representações da *vieille fille*, já apareciam na literatura clássica do século XVII com personagens de Thomas Corneille, de La Fontaine e de Molière, embora de forma superficial e como personagens secundários²⁶. A literatura do século XIX, ao contrário, preocupada em aplicar princípios psicológicos no estudo da sociedade, ampliou o número de personagens da *vieille fille*, diversificou e aprofundou seus tipos. Muitas delas eram heroínas, “vítimas necessárias da ‘seleção natural’” e das

²³ FIGUEIREDO, L. R. de A. *Barrocas famílias*.1997, p. 140.

²⁴ PESAVENTO, S. J. *História & História cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, p. 113.

²⁵ WATT, I. op. cit.

²⁶ *Dom Bertran de Cigarral* teatro de Corneille de 1650, as fábulas *Héron* e *La fille* de La Fontaine. Cf. DAUPHIN, C. Op. Cit. 1984,p.210.

circunstâncias. Essa literatura ofereceu detalhes sobre seu comportamento, seu físico, sua aparência e sua moral, como as personagens de Balzac e do grande historiador francês Jules Michelet²⁷.

Geneviève Fraisse, ao analisar a obra de Léon Frapié, romancista francês preocupado com as condições das mulheres de seu tempo, observou que suas heroínas, entre os anos de 1900 a 1940, eram, majoritariamente, mulheres instruídas e solitárias que foram obrigadas a se engajar em alguma profissão a fim de assegurar sua própria sobrevivência²⁸. O problema freqüente na obra de Frapié, segundo Fraisse, era como as mulheres instruídas da primeira metade do século XX, que exerciam uma profissão, podiam ter uma vida de mulher, afetiva e sexual. Como elas poderiam escapar à sorte da *vieille fille*, já que o casamento e algumas profissões femininas apareciam, quase sempre, como incompatíveis. Conforme sublinha Fraisse, sua profissão, ou simplesmente seu nível de estudo e de instrução, as impediam de seguir naturalmente o caminho predestinado de esposa burguesa²⁹. Assim, para Leon Frapié, o celibato feminino, antes dos anos de 1920, era social e profissional já que foi o destino inevitável de mulheres burguesas instruídas que se engajavam em certas profissões e a forma encontrada por elas para saírem da solidão foi necessariamente fazer obras sociais³⁰. Após esse período, outros fenômenos, como o desequilíbrio demográfico entre homens e mulheres em idade de casamento provocado pelas duas grandes guerras, foram determinantes do celibato e da solidão das mulheres. O problema da

²⁷ Sobre esse assunto cf. NAHOUM, V. La femme seule et la vieille fille, deux personnages, deux auteurs Michelet et Balzac, 1984, p. 265-271. Na *La Comédie Humaine*, de Balzac, está repleto de personagens de mulheres sós, dentre elas a *vieille fille*, um dos textos dessa obra que tornou-se clássico. (Cf. BALZAC, H. *La Comédie Humaine: scènes de la vie de province*. Paris: France Loisirs, 1999)

²⁸ FRAISSE, G. Léon Frapié et les nouvelles femmes seules. In : _____. *Les femmes et leur histoire*. 1998, p. 463-483. Conforme Fraisse, Léon Frapié é um romancista pouco conhecido até mesmo pelos historiadores da literatura, ele não é destacado nem mesmo por ter obtido o segundo prêmio Goncourt em 1905 com o romance *La Maternelle*, contudo, é um escritor de uma literatura social altamente importante.

²⁹ Id. Ibid. p.464.

³⁰ Sobre isso Cf. KNIBIEHLER, Yvonne. *Vocation sans voile, les métiers sociaux*. 1984, p. 163 a 176. BELLARD, Corinne. *Emancipation des femmes à l'épreuve de la philanthropie: la Charity Organisation Society en Grande-Bretagne et L'Office Central des Oeuvres de Bienfaisance en France du XIX^e siècle jusqu'à la guerre de 1914*, 2004 (These Doctorat en Histoire) EHSS.

virgindade foi então colocado pelo autor, que via na maternidade celibatária uma forma de as mulheres escaparem à solidão. Fraise assinala que as heroínas de Frapié, “obedecem ao mesmo esquema de identificação de amor de homem e de amor da humanidade. A realização de si, negação mesmo da solidão, é realização para o outro”³¹. Por outro lado, esse autor mostrou, através de suas heroínas, que uma mulher celibatária pode ser também um ser livre.

Esse aspecto da relativa liberdade das mulheres celibatárias é o que me desperta maior interesse neste trabalho. No entanto, ao contrário das abordagens do celibato estigmatizado como efeito do desenvolvimento capitalista, proponho pensá-lo como desdobramento de mecanismos de controle e coerção engendrados no Brasil a partir da nova centralidade que a família conjugal ganhou no discurso da modernidade – embora não descarte a importância da ampliação das oportunidades de trabalho remunerado para as mulheres nesse processo. O que se acrescenta como novidade aqui e permite ser iluminado mediante o enfoque foucaultiano, que adoto, é a convergência e coincidência dos discursos de cunho moral e higiênico-científico na produção da figura da solteirona, e o conseqüente terror moral que dissemina sobre as mulheres, assim como a pressão que exerce sobre as imagens do feminino.

2.1.2- No Brasil, a *solteirona*

Embora não tenha constituído sujeito principal das pesquisas historiográficas empreendidas no Brasil, as mulheres solteiras ou sozinhas foram alvos de investigação por parte de alguns/as historiadores/as, principalmente dos estudos de família, a partir de fontes diversas. Esses estudos identificaram a presença e a atuação dessas mulheres em vários espaços sociais, mas muitos deles as associaram, no caso das mais pobres, a atividades de prostituição como forma de sobreviverem sozinhas. Nos trabalhos consultados relativos a Minas Gerais no século XVIII e XIX, embora

³¹ Id. *ibid.* p.477. No original: “(...) obéissent au même schéma d'identification de l'amour de l'homme et de l'amour de l'humanité. La réalisation de soi, négation même de la solitude, est réalisation pour autrui ».

os/as autores/as falem de mulheres solitárias, solteiras, sós ou celibatárias, o termo *solteirona* não aparece como uma forma de classificação das mulheres nas fontes analisadas por eles/as. Parece que esse termo não era ainda usual no Brasil dos períodos estudados – ao contrário das sociedades citadas anteriormente – ou simplesmente não despertou a atenção dos/as historiadores/as porque essas mulheres não causavam nenhum incômodo. Assim, parece que ser sozinha neste período não se constituía um desvio ou um problema para as mulheres, fossem elas ricas ou pobres.

Uma das exceções encontradas foi Gilberto Freyre em *Sobrados e Mocambos*, obra de 1936 em que o autor deu continuidade à sua história social da família brasileira recobrando, nesse volume, o século XVIII e enfaticamente o século XIX para falar da decadência do patriarcalismo rural e do desenvolvimento urbano representado pelo sobrado. No capítulo “A Mulher e o Homem”, Freyre dedica um parágrafo para descrever a solteirona como “a maior vítima do patriarcalismo em declínio (...) abusada não só pelos homens, como pelas mulheres casadas”, embora não tenha especificado a fonte a partir da qual ele fala³². Sem o investimento dos pais em grandes dotes ou sem a possibilidade de serem enviadas para os recolhimentos devido às mudanças econômicas e, ainda, mediante a subserviência das mulheres defendida por juristas como Trigo de Loureiro, não era de se admirar, disse Freyre, “que as solteironas, principalmente, fossem pouco mais que escravas na economia dos sobrados”³³. Nesse capítulo, Freyre procurou estabelecer as diferenças físicas e intelectuais entre os sexos dentro do patriarcalismo brasileiro³⁴, partindo, especificamente, das conclusões “científicas” de Havelock Ellis, importante

³² FREYRE, G. *Sobrados e Mocambos*. 1951, p.308.

³³ Id. *ibid.* p. 309.

³⁴ Conforme Freyre, o homem foi o elemento móvel, militante e renovador; a mulher, o conservador, o estável, o de ordem. O homem, foi “o elemento de imaginação mais criadora e de contatos mais diversos e, portanto, mais inventor, mais diferenciador, mais perturbador da rotina. A mulher, o elemento mais realista e mais integralizado”(Id. *ibid.* p. 267). Em descrições como essa, Freyre cria as diferenças de gênero contribuindo para o estabelecimento na historiografia brasileira da idéia de passividade e submissão feminina. A utilização de exceções como Dona Francisca do Rio Formoso e Joaquina do Pompeu é para confirmar a regra de que na sua maioria as mulheres ficaram restritas ao universo da casa patriarcal, às atividades domésticas e à obediência a pais, maridos e irmãos. Sobre a contribuição de Freyre na cristalização de representações femininas ligadas à passividade submissão na historiografia brasileira, consultar NAVARRO-SWAIN, T. A construção imaginária da história e dos gêneros: o Brasil no século XVI.1996, p.130-153.

nome da sexologia das primeiras décadas do século XX e que, por sua vez, foi um dos mais vigorosos combatentes das *spinsters* inglesas. Leila Algranti, em *Honradas e Devotas*, também ressalta que “dar estado” às mulheres – de religiosa ou de casada – era uma forma de preservar a honra feminina e “afastar o estigma da *solteirona*”, embora esse termo não tenha aparecido em suas fontes³⁵. Isso são indícios do desprestígio vivenciado por certas mulheres das famílias de elite (assim como também de certos homens) que não se casavam, não obstante o termo *solteirona* não parecia ser, nesse período no Brasil, uma evidência que falava por si só.

Ronaldo Vainfas, no estudo sobre o período colonial brasileiro distinguiu os termos utilizados nos documentos, tanto em Portugal quanto no Brasil, para definir e nomear mulheres não casadas. Segundo este autor, *celibatária* era a forma utilizada para referir-se à “mulher que aspirava a casar-se ou que optara pela castidade sem ingressar em religião”, enquanto que, o termo *mulher solteira* que aparecia nos documentos coloniais significava “mulher que nunca casou”, “mulher que não tem marido”, “mulher pública”. Era quase “sinônimo de meretriz”, embora sem conotação profissional. Segundo esse autor, *mulher solteira* “(...) não possuía na época o significado que hoje lhe atribuímos de mulher não casada. Solteira era mulher desimpedida, livre, sem proteção de família ou marido, passível de envolver-se em quaisquer relações amorosas ou sexuais”³⁶. Como também sublinhou Helen Pimentel, “(...) já que eram mulheres livres não tinham direito a escolha e portanto, poderiam ser forçadas sem que com isso o homem estivesse cometendo algum delito”³⁷. Essa conotação de *mulher solteira* ainda apareceu na documentação de Dayse Lúcida Santos ao analisar processos de divórcio em Diamantina no final do século XIX. Lê-se no processo: “(...) dizia que era verdade o que ele

³⁵ ALGRANTI, L. M.. *Honradas e devotas: mulheres da colônia*. Rio de Janeiro: José Olympio/Brasília: Edunb, 1993, p.141. Agradeço a professora Leila Algranti por muito gentilmente ter debatido este tema comigo por email.

³⁶ VAINFAS, R. *Trópicos do pecado: moral, sexualidade e inquisição no Brasil*. 1997, p. 69.

³⁷ PIMENTEL, H. U. *A Construção das diferenças*. Casamento e sexualidade em Paracatu, MG, no século XVIII. Brasília, 2000. Dissertação (Mestrado em História) UnB, p. 73. O artigo 33 do livro V das Ordenações Filipinas de 1603 trata das punições “Dos Rufiões e Mulheres Solteiras”, tais como açoitamento e degredo. Cf. LARA, S. H. (org.) *Ordenações Filipinas, livro V*. 1999, p. 141-142.

havia percebido e que **ela continuava a vida de mulher solteira**. A testemunha entendeu que a autora **estava disposta a ter relações com quem ela tivesse vontade...**³⁸(grifos meus). Dessa forma, qualquer mulher independente que vivesse sozinha, com irmãos ou outras parentas poderia ser facilmente confundida com mulher “livre” e associada a alguma atividade ligada à prostituição, mas não era considerada necessariamente uma *solteirona*, ou até mesmo celibatária, para usar a terminologia proposta por Vainfas.

A partir do final do século XIX, porém, o termo *solteirona*, como representação de um tipo ridículo e desprezível de mulher que não se casou, emergiu em várias modalidades de discursos no Brasil. Dentre esses discursos, a literatura brasileira que passou a oferecer várias personagens solteironas, contribuindo, assim, para a construção e difusão desta representação e do celibato feminino estigmatizado no imaginário coletivo.

2.1.3 - Emília, Francisquina, Clotilde, Conceição: algumas personagens

Maria Lúcia Rangel procurou compreender como a *solteirona* foi situada na literatura brasileira partindo do estudo de obras de alguns escritores do século XIX, como José de Alencar ou Machado de Assis³⁹. Nas obras desses autores, Rangel não encontrou nenhum “exemplo de solteirona”, pois conforme ela,

Podemos tentar explicar esse fato pela tendência que marca a Literatura Romântica em ter um final feliz, com um ou vários casamentos realizados por amor – de acordo com as exigências da burguesia dominante, que optava por uma leitura amena, de entretenimento, sem grandes lances de realismo e sem muito aprofundamento psicológico⁴⁰.

A explicação de Rangel para a ausência de personagem solteirona na obra do realista Machado de Assis, foi que esse autor procurou “criar **heroínas plenas**, para as quais a experiência sexual é um fator determinante como meio

³⁸ AEAD. Processo de Divórcio, Luíza Mendonça Silva e José Maria Silva, caixa n. 199, ano 1882-1883. Apud SANTOS, D. L. *Entre a norma e o desejo*. Estudo das tensões na vida conjugal diamantinense no processo de mudança social (1869 a 1933). Belo Horizonte, 2003. Dissertação (Mestrado em História), UFMG, p.113.

³⁹ RANGEL, M. L. S. A solteirona na Literatura Brasileira. *Leitura*. 1994, p.10.

⁴⁰ Id. *Ibid.*

de verossimilhança”⁴¹. A literatura diz muito sobre a sociedade e a época que viveu o/a escritor/a, mas também é uma prática discursiva que institui valores, padrões de comportamentos e representações sociais. Assim, os sentidos que essa literatura procurou produzir foi o casamento e a inserção numa prática sexual como meio de felicidade e plenitude para as mulheres, elementos que, como lembrou Jurandir Freire Costa, foram amplamente usados no processo de conversão da família de elite para o modelo conjugal no século XIX⁴². Embora existisse grande número de mulheres celibatárias nesse período, parece que elas não constituíam, ainda, um elemento desestabilizador ou perturbador da família e seus correspondentes, não havendo necessidade de produzir um discurso sobre ela, uma imagem ou um estereótipo dela por meio de uma personagem. Além disso, longe das heroínas plenas de Machado de Assis, as *solteironas* foram construídas como sujeitos “mutilados”, incompletos e “incapazes de amar”. Conforme assinalou Cécile Dauphin, é justamente a suposta insensibilidade ao amor que exclui a solteirona do romance⁴³.

Somente a partir do início do século XX foi que Rangel encontrou a *solteirona* como uma personagem de apoio na literatura brasileira. Entre elas Tia Carlota e Tia Zulmira, personagens de Ondina Ferreira em *Enganoso é o Coração* de 1959; dessa mesma autora, a casta e rígida Ágata, personagem de *Chão de Espinho*, obra de 1955; Olímpia, “tia solteira, quarentona que trabalha no escritório de uma firma americana”, personagem de Heleoneida Studart em *A Primeira Pedra*, obra de 1953. Jorge Amado também criou personagens *solteironas* como as Irmãs Reis de *Gabriela, Cravo e Canela* de 1960 e D. Carmosina, a simpática funcionária dos correios de *Tieta do Agreste*. Marques Rebelo, em *Oscarina*, obra de 1931, criou uma personagem *solteirona*, Tia Almira, uma criatura rancorosa e desprezível – sentidos utilizados para tornar o termo, *solteirona*, inteligível.

Esteve para desembuchar o que pensava da tia dela, uma **cretina, despeitada, invejosa**. Para solteirona é assim mesmo – ninguém presta. Todo mundo tem defeito, todo mundo é à-

⁴¹ Id. Ibid.

⁴² COSTA, J. C. *Ordem Médica e norma familiar*. op. cit.

⁴³ DAUPHIN, C. op. Cit. 1984, p.215

toa, toda gente tem podres, fez isso, fez aquilo, **tudo porque não arranhou um desgraçado que quisesse casar com ela**⁴⁴.

A literatura brasileira criou tipos variados de *solteirona*, dos quais destaquei três para minha análise. Começo com a “esquisita” Emília e a “perturbada” Francisquinha, as “manas velhas” do *Amanuense Belmiro*, personagens e obra do escritor mineiro Cyro dos Anjos. As irmãs não foram nomeadas na obra como *solteironas*, embora sejam personagens que produzem sentidos dessa representação. Cyro foi um intelectual, membro de uma típica família do interior mineiro⁴⁵. Sua obra *O Amanuense Belmiro* foi publicada inicialmente em forma de crônicas no jornal *A Tribuna* de Belo Horizonte, em 1933, posteriormente, em 1937, foi editada em livro. O romance inicia-se no Natal de 1934 e vai até meados de 1936, seguindo uma progressão cronológica; o cenário é a cidade de Belo Horizonte, mas marcado pelas lembranças de Vila Caraíbas e da fazenda no interior mineiro onde Belmiro, narrador-protagonista, nasceu e foi criado. Cyro utilizou nessa obra uma estrutura de diário, dominado pelo fluxo de memória do protagonista Belmiro e de suas próprias lembranças. Seus personagens, lugares e situações

⁴⁴ Apud RANGEL, Id. Ibid.

⁴⁵ CYRO Versiani dos ANJOS nasceu em Montes Claros, Minas Gerais, em 5 de outubro de 1906. Foi o 13º dos quatorze filhos do casal Antônio dos Anjos e Carlota Versiani dos Anjos. Fez o curso primário em Montes Claros e começou seus estudos secundários aos 13 anos na Escola Normal da mesma cidade. Em 1923, foi para Belo Horizonte estudar Direito na Universidade Federal de Minas Gerais, formando-se em 1932. Durante os anos de faculdade trabalhou como funcionário público e jornalista, principalmente nos jornais Diário da Tarde, Diário do Comércio, Diário da Manhã, Diário de Minas e em A Tribuna. Depois de formado, tentou a advocacia em sua cidade natal. Desistindo da profissão, voltou à imprensa e ao serviço público. Em Minas, foi oficial de gabinete do secretário das Finanças, oficial de gabinete do Governador, diretor da Imprensa Oficial, membro do conselho administrativo do Estado. Foi também professor de língua portuguesa na Faculdade de Filosofia de Minas Gerais. Em 1946, transferiu-se para o Rio de Janeiro, onde ocupou, durante o governo Dutra, as funções de assessor do Ministro da Justiça, diretor do IPASEP — Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado e presidente do mesmo Instituto em 1947. Em 1952, regeu a cadeira de Estudos Brasileiros na Universidade do México. Dois anos depois, foi transferido para a Universidade de Lisboa. No final de 1955 regressou ao Brasil e em 1957 foi nomeado subchefe do gabinete civil da Presidência da República. Com o governo de Kubitscheck transferiu-se para Brasília. Participou, em 1960, de uma comissão para planejar a Universidade Nacional de Brasília, vindo a ocupar a função de coordenador do Instituto de Letras, além de, como professor titular, dar o curso de Oficina Literária. Aposentado, em 1956, voltou para o Rio de Janeiro. Em 1969, foi eleito para a Academia Brasileira de Letras para ocupar a mesma cadeira de Manuel Bandeira. Recebeu vários prêmios por sua obra literária. (In: PORTRAS DAS LETRAS. Disponível em <<http://www.portrasdasletras.com.br/pdtl2/sub.php?op=resumos/docs/amanuense>> Acesso em 10 de jun./2005.)

relembrem eventos concretos e pessoas de sua própria vida. A trajetória das duas irmãs velhas acompanhou o processo de urbanização do Brasil nas primeiras décadas do século XX com a decadência das fazendas, como registrado na seguinte passagem:

Pobres manas. Emília é apenas uma esquisita, mas Francisquinha, perturbada de nascença, vai de mal a pior. Foi este **o grande desgosto que ensombrou os dias do velho Borba e da velha Maia**. Desde cedo, viram que seria impossível dar-lhes **educação condigna**, mandando-as ao Colégio de Diamantina. Tiveram de viver sempre na fazenda, como bicho-do-mato, entre o pessoal de serviço. Quando o Borba morreu (a velha Maia partiu bem antes) e **a fazenda foi à praça**, recebi-as como herança. Emília não tinha, então, os cabelos grisalhos, e Francisquinha andava pelos trinta. Que custo trazê-las em viagem a cavalo e, depois, no comboio da Central! Vieram iludidas, pensando que iam para São Paulo, ficar na companhia do tio Firmino. Não lhes foi fácil habituarem-se à minha pessoa e modo de vida. Tanto tempo andei afastado delas, que lhes pareci um estranho⁴⁶.

A formação escolar apareceu no recorte como um capital individual que qualifica as mulheres no mercado matrimonial, por isso, o colégio de Diamantina era o destino das moças bem-nascidas do Norte de Minas. Conforme lembrou a memorialista Ruth Tupinambá Graça, “as famílias mais requintadas tinham orgulho em apresentar suas donzelas educadas em Diamantina”, pois era considerado naquela época o “centro mais próximo e acessível” do Norte de Minas⁴⁷. Privadas de uma “educação condigna” e presas a um cânon fixo de escolhas possíveis, Emília e Francisquinha parecem não ter reunido qualificativos suficientes para conseguir um marido de sua posição social – de filhas de fazendeiro e de família tradicional – e, ao mesmo tempo, estavam em posição superior para casar-se com um dos peões da fazenda com quem conviveram. O desgosto dos pais era, então, a impossibilidade de casar as filhas “como se deve”. Tal situação foi comum em muitas famílias mineiras afetadas diretamente pela crise da cafeicultura nos

⁴⁶ ANJOS, C. dos. *O Amanuense Belmiro*. Belo Horizonte: 2001, p.26

⁴⁷ TUPINAMBÁ GRAÇA, R. *Montes Claros era assim*. 1986, p.48.

anos 1930 que levou muitos fazendeiros à falência⁴⁸. Enquanto personagens, Emília e Francisquinha existem para compor o universo doméstico do narrador-protagonista,

Sem dizer nada, puxou-me pela manga do paletó e levou-me ao quarto grande, para me mostrar, por gestos, a folhinha pendurada na parede. Logo percebi que se tratava do aniversário. Emília, com certeza, não esqueceu do peru tradicional. Viva a tradição do Borbas! (...) Fiquei para o jantar e a mesa me comoveu: tivemos vinho do Rio Grande e peixe de Pirapora. (...) A gentileza desta tarde, o peru, a lembrança das comemorações domésticas das grandes datas dos Borbas e, por último, ou principalmente, a caneca de vinho realizaram um operação benéfica, transportando-me para um plano onde a vida se torna possível e as mágoas se esquecem. E tudo isso compõe, sem dúvida, outros tantos meios artificiosos que a vida emprega para manter, em nós, o interesse vital⁴⁹.

Elas servem de elo com seu passado, invocando-lhe a vida antiga – “Ainda assim, tão distantes de mim, encheram minha vida, e Emilia é, nesta casa, uma presença vigorosa e viril, que restabelece a atmosfera moral da fazenda”⁵⁰ – e para justificar a solteirice do Amanuense – “Se eu me casasse... Ora, aí vem tolice. **Quem quer saber de mim e das manas?**”⁵¹.

Já Clotilde, personagem de Maria José Dupré no romance *Éramos Seis*, ficou conhecida como o exemplo clássico da *solteirona* na literatura brasileira. *Éramos Seis* foi o romance que tornou a autora conhecida. Publicado originalmente em 1943, tornou-se leitura obrigatória também das gerações seguintes. Em 1945 já estava na sua quinta edição, com 27.500 exemplares publicados⁵². Posteriormente foi publicado na série “Vaga-lume”, destinada ao público juvenil, e transformado em novela exibida pela rede de televisão SBT na década de 1990. Foi ainda traduzido para o espanhol, francês e sueco e transformado em filme pelo cinema argentino. Maria José Dupré nasceu em

⁴⁸ Sobre isso cf. LOPES, M. F. *O sorriso da paineira*. Construção de gênero em Universidade Rural. 1995.

⁴⁹ ANJOS, C. op.cit.. p. 72-73.

⁵⁰ Id. Ibid. p. 26

⁵¹ Id. Ibid. p. 118.

⁵² ALTEROSA. Conversando com a Sra. Leandro Dupré. *Alterosa*, Belo Horizonte, maio/1945, p.132-133.

1905 e iniciou-se na literatura após se casar com o engenheiro Leandro Dupré. Seus romances eram dirigidos principalmente ao público feminino e seu lugar de fala é de uma mulher casada de elite – ela ficou conhecida como Senhora Leandro Dupré, nome do marido – em defesa da família moderna. As personagens protagonistas de seus romances são mulheres inseridas em ambientes familiares, como em *Éramos seis* que retrata, conforme a escritora, a “atribulada vida de uma família da pequena burguesia” paulistana⁵³. Em visita a Belo Horizonte em 1945, a escritora causou grande alvoroço na imprensa local e concedeu uma entrevista à revista *Alterosa*. O repórter mineiro a definiu como “um nome literário que vem encantando a geração feminina do Brasil”, e construiu o lugar de fala da escritora:

Se há no Brasil uma escritora que goze de um grande público, que é lida com real prazer, essa escritora é a paulista Leandro Dupré (...). Os romances da Sra. Leandro Dupré, fixadora dos instantes de luz e sombra do fértil cotidiano da família brasileira, vêm **embalando os sonhos românticos das nossas jovens, aquecendo os domésticos corações de nossas mães** e exaltando o heroísmo e a ternura da mulher dos nossos dias... (grifos meus)⁵⁴.

A própria Senhora Dupré atribuiu o sucesso de seus romances ao estilo simples com que os escreve, “depois à escolha dos temas de vidas reais”⁵⁵, como aqueles de suas personagens em *Éramos Seis*. A estória é narrada por Lola, sua protagonista, e se passa em São Paulo entre os anos de 1914 e 1942. Clotilde, personagem de apoio, é descrita como uma mulher religiosa, prendada, corajosa, cheia de iniciativas, mas que vive em função da mãe doente e, quando essa morre, em função das irmãs casadas e dos sobrinhos.

Mandei convidar Clotilde para passar uma temporada conosco; num dia abafado de novembro, com cestas e embrulhos de doces. (...) **Clotilde não ficava inativa**; costurava roupas novas para as crianças, consertava roupas velhas e ajudava na limpeza da casa. Falava sempre em fazer doces para vender; dizia que

⁵³ Id. Ibid.

⁵⁴ Id. Ibid.

⁵⁵ Id. Ibid.

isso dava dinheiro e estava tão prática que não se cansava muito⁵⁶.

A personagem aparece em oposição à irmã Lola que tem “tudo”: casa própria, marido, quatro filhos e que se regozija pela felicidade de ser uma mulher “realizada”. Clotilde não tem nada, contudo não é uma “inútil dependente”, sobrevive de seus próprios recursos, já que é uma doceira e, em certas situações, auxilia financeiramente a irmã, principalmente quando o marido desta morre e ela, que nunca teve uma profissão, herda as dívidas do falecido. Lola faz o contraponto com Clotilde e embora o marido, Júlio, não seja amável, ela é recompensada com a casa própria e a maternidade. As grosserias do marido, por sua vez, eram justificadas pelo fato de ser homem trabalhador e dedicado à família. Clotilde parece ter nascido para celibatária, pois no romance não consta nenhuma narrativa que justifique sua solteirice. Ela é a solteirona funcional da família brasileira, a tia velha – lembrada por vezes com saudade por memorialistas – aquela que foi reservada para cuidar dos sobrinhos e dos pais idosos, ela é por fim, a solteirona reabilitada pela literatura porque, por um lado, não vive somente para si, mas para os outros, e por outro, não é economicamente dependente – situação de mulheres solteiras que passou a ser censurada pela moral burguesa.

Por fim, Conceição, personagem de Rachel de Queiroz que, diferentemente das citadas, não acessa os estereótipos da *solteirona* tradicional. Ela também não é uma personagem de apoio, mas a protagonista de *O Quinze*, romance publicado em 1930, e que retrata a seca no sertão do Ceará no ano de 1915. Filha de membros da aristocracia rural nordestina, a autora, Rachel, foi uma figura polêmica por suas posições políticas e sua conflituosa relação com o movimento feminista⁵⁷. “Desde adolescente, transitou com espantosa autoridade e naturalidade pelos bastidores da cena literária e política do país”. Publicou *O Quinze* aos 19 anos, com enorme repercussão nacional, uma obra que, conforme Heloisa Buarque de Hollanda, “se infiltra no auge do *momentum* do modernismo regionalista com um inesperado feminismo

⁵⁶ DUPRÉ, M. J. *Éramos seis*. 32 ed. São Paulo: 1989, p. 66.

⁵⁷ Em 1932 Rachel se casou com o poeta bissexto José Auto da Cruz Oliveira, de quem se separou em 1939.

avant la lettre”⁵⁸. Posteriormente, em 1978, o romance foi traduzido no Japão e na Alemanha. Heloisa Buarque de Hollanda ressalta que um dos temas recorrente em entrevista realizada com a autora, foi

(...) as histórias e, sobretudo, a idéia de matriarca nordestina(...) os feitos e as aventuras das senhoras do sertão oitocentista, mulheres fortes, independentes, poderosas, crudelíssimas. Vieram os casos de D. Bárbara de Alencar, D. Federalina de Lavras, D. Marica Macedo...⁵⁹.

A autora observa que, “quando Rachel traça sua genealogia no quadro de uma linhagem feminina, ‘matriarcal’, não consegue dissimular uma fina delícia irônica”⁶⁰. Nesse sentido, seus romances “desenharam as personagens femininas mais radicais da época”, como Conceição, que “dizia alegremente que nascera solteirona”⁶¹. Conceição, como tantas celibatárias do período, era uma professora que vivia na cidade e, embora pertencesse a uma família tradicional do sertão, sobrevivia de seus próprios recursos. Era uma mulher alegre, bonita, benevolente, inteligente e culta; interessada por assuntos como o feminismo e o socialismo. Sua profissão de professora lhe assegurava liberdade de andar sozinha pelas ruas da cidade, ir a repartições públicas, reunir-se com autoridades.

– Só? **Eu sempre ando só!** Tinha que ver, de cada vez que fosse à escola, arranjar companhia...
– Pois eu pensei que não se usava uma moça andar só, na cidade. (...)
– Mas eu, é porque sou uma **professora velha**, que vou para o meu trabalho! Uma mocinha bonitinha não passeia só, não!⁶²

Não foi por falta de pretendentes que Conceição não se casou. Enamorada pelo primo Vicente, um vaqueiro bonito, “muito vermelho, queimado do sol, os traços afinados pela labuta desesperada. Ele “falava lentamente com seu modo calmo de gigante manso. Era o mesmo homem forte

⁵⁸ HOLLANDA, H. B. dez./1999. Disponível em <<http://acd.ufrj.br/pacc/literaria/ideias111299.html>> Acesso em 03/maio/2006.

⁵⁹ Id. O Ethos Rachel. 2005, p. 123-124.

⁶⁰ Id. Idib. P. 125.

⁶¹ QUEIROZ, R. O *Quinze*. 72 ed. São Paulo: 2002, p.10

⁶² Id. Ibid. p.74.

do sertão, de beleza sadia e agreste, tostado de sol, respirando energia e saúde...⁶³; que também nutria uma paixão pela prima, mas que acabou desistindo dela,

Pensou em trazê-la à força, roubada, talvez, passando por cima de preconceitos e protestos, vendo-a chorar, com os grandes olhos cheios de água, os cabelos escuros rolando soltos nas costas, cobrindo-lhe a face assustada. (...) Pouco depois, desejava apenas esquecê-la, fazê-la sair de sua vida para todo o sempre, para nunca mais... Queria somente que a lembrança dela se sumisse, como se some um peixe que foge por entre as malhas da tarrafa e mergulha de vez na água revolta...⁶⁴

Pelas leituras que fazia, por sua formação escolar e profissional, pela “liberdade” e autonomia financeira de que desfrutava, Conceição foi, como muitas celibatárias, mais exigente na escolha de um marido: “Nunca achei quem valesse a pena ...”⁶⁵, repetia ela sempre. O celibato, por fim, foi sua escolha, como forma mesmo de assegurar sua liberdade.

Mulheres reais, como as fictícias Emília e Francisquinha, as “manas velhas” e dependentes do Amanuense Belmiro e, especialmente Conceição, a professora instruída e emancipada de Rachel de Queiroz, ao contrário da reabilitada Clotilde, tia funcional ao matrimônio da irmã, constituíam um empecilho à constituição e plena vigência dos modelos idealizados de mulher (mãe/esposa/dona-de-casa), de conjugalidade e de família moderna. Assim, foi principalmente para essas mulheres que se dirigiram os discursos sobre a solteirona de literatos, moralistas, médicos e juristas. A família conjugal, constituída pelo matrimônio burguês, e a figura da mãe de família ganhavam nova importância nesses discursos, por isso deveriam ser disseminadas a todo corpo social especialmente entre aqueles/aquelas que levavam uma vida solitária.

⁶³ Id. *ibid.* p. 75.

⁶⁴ Id. *ibid.* p. 21

⁶⁵ Id. *ibid.* p.124.

2.2- Vida solitária e vida conjugal: em busca da ordem

As/os historiadoras/es da família, em especial aquelas/es preocupadas/os em “incluir” as mulheres na História, apontaram de maneira geral, para dois movimentos da família brasileira: o primeiro teria ocorrido durante o século XIX, com a tentativa de conversão⁶⁶ ou substituição⁶⁷ da família de elite organizada com base no modelo patriarcal ao modelo de família conjugal burguesa – formada pelo parentesco mais restrito (pai, mãe, filhos) e ancorada em hierarquias de gênero, em sentimentos de intimidade, privacidade, amor conjugal e filial⁶⁸. O segundo, a partir, sobretudo, da república, com os esforços para a disseminação do matrimônio burguês e da família conjugal a todo corpo social, uma vez que grande parte da população encontrava-se fora desses padrões⁶⁹, especialmente as mulheres que, em períodos anteriores, constituíam e mantinham sozinhas suas próprias famílias. Neste sentido, Rachel Soihet argumenta que, “no Brasil do século XIX, o casamento era boa opção para uma parcela ínfima da população que procurava unir os interesses da elite branca” e destinava-se, especialmente, às mulheres das camadas mais elevadas da sociedade⁷⁰.

Tendo em vista tais observações da historiografia da família brasileira, argumento que “viver sozinha” no Brasil e em períodos anteriores não se apresentava como um problema social ou pessoal mais amplo, embora houvesse o desejo de casar e essa recomendação principalmente por parte da igreja. Mesmo em espaços mais urbanizados, como algumas cidades mineiras,

⁶⁶ COSTA, J. F. *Ordem médica e norma familiar*. 1999

⁶⁷ BESSE, S. *Modernizando a desigualdade*. 1999.

⁶⁸ Os autores argumentam que, principalmente a partir da segunda metade do século XIX, transformações socioeconômicas foram minando as bases materiais do patriarcalismo, surgindo uma nova mentalidade, a *burguesa*, que valorizava o individualismo econômico, que tendia a afrouxar os laços entre pais e filhos e, conforme Maria Ângela D’Incao, foi “(...) reorganizadora das vivências familiares e domésticas, do tempo e das atividades femininas; e, por que não, a sensibilidade e a forma de pensar o amor” (D’INCAO, op. cit. p.223).

⁶⁹ Em nenhuma época, porém, houve um modelo hegemônico e único de organização da vida familiar, nem a família patriarcal no período colonial, nem a família burguesa no século XX. Cláudia Fonseca, por exemplo, sublinha que a maioria dos pobres e trabalhadores do início do século não aderiram ao modelo de família conjugal moderna, dispensando, em muitos casos, o casamento legal (FONSECA, C. *Ser mulher, mãe e pobre*. 1997, p.523). Cf. também SOIHET, R. *Mulheres pobres e violência no Brasil urbano*. 1997, p.362-400.

⁷⁰ SOIHET, R. Id. *ibid.* p.368.

foi comum a constituição e chefia de famílias singulares por mulheres sozinhas: fossem elas viúvas, divorciadas, abandonadas ou celibatárias⁷¹. Neste contexto, o estereótipo da *solteirona* não tinha lugar e não funcionava como uma forma de depreciação das solteiras que viviam sós; não se constituindo, assim, num ponto de assujeitamento das mulheres. As celibatárias surgiram como figura marginal – e isto é parte do meu argumento – quando a família conjugal e, junto com ela, a figura da mãe ganharam centralidade e outros cenários tornaram-se possíveis.

2.2.1- “É bom que o homem não fique só”

O celibato despertou atenção e a preocupação das autoridades civis e eclesiásticas brasileiras deste o período colonial; todavia, não era visto, neste momento, como um problema social ou um desvio da natureza, mas antes, um estado propício ao pecado e, por isso, deveria ser evitado. Conforme Leila Mezan Algranti, “na visão da igreja, o celibato é, portanto, um estado perigoso tanto para os homens como para as mulheres, e ambos podem sucumbir à tentação e cair em pecado”⁷². A conjugalidade aparece neste contexto como uma recomendação “a todos que não conseguirem manter-se castos”, e não como um imperativo da natureza como veremos adiante. O casamento aparecia ao olhar da igreja e da sociedade como forma de preservação da honra feminina e, sobretudo, masculina no caso dos parentes com mulheres sob sua dependência ou tutela. Conforme assinala Jean-Louis Frandrin, “Deus fez do casamento o remédio a todas as formas de incontinência”⁷³.

A constituição de famílias legítimas por meio do casamento foi vista pela coroa portuguesa como a principal estratégia de segurança, controle e aumento da população e, sobretudo, uma maneira de promover o povoamento – ainda durante o século XVII e XVIII – pois possibilitava “disciplinar os

⁷¹ Família singular é entendida aqui como aquela que não é formada a partir do casal de marido e mulher como as famílias matrifocais. No caso do Brasil do século XIX, a historiografia encontrou famílias singulares chefiadas tanto por mulheres quanto por homens.

⁷² ALGRANT, L. M. *Honradas e devotas*. Op. Cit. 141.

⁷³ FLANDRIN, J. L. La vie sexuelle des célibataires. In: _____. *Le sexe et l'Occident: évolution des attitudes et des comportements*. 1981, p.263.

colonos, torná-los mais assentados, presos aos laços familiares, dificultando sua volta à Metrópole”. Nesse sentido, a Coroa procurou incentivar o matrimônio por meio de alvarás e cartas régias e ao mesmo tempo dificultar a fundação de conventos femininos ou a saída de mulheres para Portugal para serem freiras. Procurou também limitar a ação dos que permaneciam solteiros, preteridos, às vezes explicitamente, para ocupar determinados cargos da administração, conforme observou Leila Algranti. Assim, não casar – legitimamente – poderia ser "desqualificante", mas, tanto para as mulheres, quanto para os homens e a forma de coerção contra os solteiros era por meio de instrumentos legais. Alheios à política colonizadora metropolitana, muitos colonos, porém, procuraram “orientar suas escolhas de vida a partir de suas experiências na América”⁷⁴, acomodando-se em relações conjugais fora da legitimidade.

Segundo Ida Lewkowicz, estudos realizados em São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais destacaram os arranjos familiares que estavam longe da legitimação, “levando à conclusão de que os brasileiros **não gostavam de casar**”⁷⁵. Dessa maneira, a sociedade teria se acomodado à ilegitimidade nas relações conjugais e amorosas, acabando por aceitá-la⁷⁶. Em Minas Gerais, os/as historiadores/as da família também destacaram certa resistência da população ao casamento, predominando, em muitos casos, as uniões ilegítimas e o celibato. Uma das hipóteses sustentadas é de que, em Minas, as relações não eram intencionalmente passageiras, o que seria confirmado pelo grande número de domicílios chefiados por mulheres ligadas a homens que, por sua vez, também possuíam domicílios independentes⁷⁷.

Para Ida Lewkowicz, “mesmo que se aceite que a sociedade mineira tivesse propensão para acomodar situações não legitimadas, pode-se considerar que o ideal era o casamento legítimo, conforme o ensinamento da Igreja e o ideal do Estado”⁷⁸, e que, “em todas as camadas da sociedade, havia

⁷⁴ ALGRANTI, L. M. Op. Cit. 67.

⁷⁵ KUZNESOF, 1990, P. 164 Apud LEWKOWICZ, I. op. cit. 1992, p.63.

⁷⁶ RAMOS, 1990, p. 163 Apud LEWKOWICZ, Op. cit., 1992, p.63.

⁷⁷ LEWKOWICZ, op. cit.1992; FIGUEIREDO, L. Op. cit., 1997.

⁷⁸ LEWKOWICZ, I. op. cit. 1992, p.63.

grande interesse pelo casamento”⁷⁹. No entanto, nem todos os indivíduos se inseriram completamente nesse processo, em função das dificuldades para realização dos matrimônios. Para essa autora, o princípio de residência neo-local pode ter sido um dos motivos da dificuldade para se contrair matrimônios em Minas Gerais, onde a ocorrência de domicílios chefiados por pessoas sozinhas parece ter sido mais predominante⁸⁰. Outros/as autores/as apontaram para a constante mobilidade da população mineira⁸¹, e outros/as, para as dificuldades “burocráticas” e altos custos demandados pela igreja na realização dos casamentos – responsável até a república pelos registros matrimoniais⁸². Diva Muniz destaca ainda a exigência do dote, costume comum a todas as camadas sociais, os impedimentos de consangüinidade ou parentesco⁸³; e Leila Algranti, dentre outros/as, assinala a falta de mulheres brancas aptas para os casamentos legítimos⁸⁴.

No caso especificamente das mulheres, quase sempre pensadas como sujeitos passivos – já que eram escolhidas ou “negociadas” – no mercado matrimonial, se nas Minas do início do século XVIII apareciam em escassez, no

⁷⁹ Id.; 1993, p.21.

⁸⁰ Id.; 1992, p. 63.

⁸¹ VILLALTA, L. C. *A torpeza diversificada dos vícios: celibato, concubinato e casamento no mundo dos letrados de Minas Gerais (1748-1801)*. São Paulo: 1993. Dissertação (Mestrado em História) FFLCH/USP. MUNIZ, D. C. C.; op. cit., FIGUEIREDO, L. op. cit. BOTELHO, T. *Famílias e escravaria: demografia e família escrava no norte de Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: 1994. Dissertação (Mestrado em História). FFLCH/USP.

⁸² FIGUEIREDO, L. Op. cit. 1997; PIMENTEL, H. U. *A construção das diferenças: casamento e sexualidade em Paracatu, MG, no século XVIII*. Brasília: 2000, 160 f. Dissertação (mestrado em História) UnB.

⁸³ MUNIZ, D. C.C., op. cit., p. 105. Eni de Mesquita Sâmara fez uma análise comparativa de mulheres chefes de família no Brasil do século XIX, destacando vários desses argumentos na explicação do elevado percentual de solteirice. Para ela “o índice de solteirismo era bastante alto na cidade e explicável em parte pelas dificuldades econômicas, pelo alto custo do casamento, pela falta de pretendentes e pela morosidade dos processos nupciais” (SAMARA, E. M. *Mulheres chefes de domicílios: uma análise comparativa no Brasil do século XIX*. 1993, p. 53).

⁸⁴ ALGRANTI, L. M. op. Cit. p.64-67. Vários estudiosos da colônia endossam o argumento de que a falta de matrimônio nas Minas devia-se à carência de mulheres brancas aptas para casar. A solução encontrada para tal problema era mandar vir mulheres de outras regiões e proibir que os pais encaminhassem as filhas para a carreira religiosa, como atesta a carta do governador das Minas D. Lourenço de Almeida ao rei de Portugal: “(...) Parece que um dos meios mais fáceis para que venham mulheres a casar a estas Minas é proibir Vossa Majestade que nenhuma mulher do Brasil possa ir para Portugal nem lhas a serem freiras, porque é grande o número que todos os anos vão...”(Apud LEWKOWICZ Op. cit.1993, p.15). Gilberto Freyre destaca ainda o embaraço de muitos pais “em escolher genro entre os homens solteiros da terra, de branquidade porventura duvidosa” (Op. Cit. p. 306).

século XIX já começaram a aparecer como excedente. Conforme Lewkowicz, o crescimento da população e o aumento do número de mulheres disponíveis ampliaram a **oferta de jovens solteiras**, fazendo “com que os pais se vissem compelidos a casar as filhas o mais rapidamente possível”⁸⁵ (grifos meus). Não obstante, poucos/as autores/as enfatizaram a vida celibatária como opção ou escolha, ou seja, ignoraram a existência de muitas pessoas, em especial de mulheres, que não aspiraram ao casamento – seja ele legítimo ou qualquer outro tipo relação conjugal fora da legitimidade – e constituíram outras formas de existência solitária sem necessariamente pensar como destino social, implacável e inevitável à vida conjugal, ou como “escolha vocacional” a vida religiosa. Conforme assinalou Ida Lewkowicz, a opção pela vida celibatária foi, muitas vezes, uma estratégia para manter o *status* social. A vida de solteiros, tanto para homens quanto para mulheres nas Minas setecentistas, segundo a autora, foi muitas vezes preferível a fazer um casamento abaixo de sua condição social.

Nessa mesma direção, Leila Algranti argumentou que muitas mulheres preferiam a vida nos recolhimentos e conventos femininos, sendo religiosas ou não, como forma de assegurarem uma existência mais livre e independente daquela que poderiam levar no casamento ou junto a seus familiares. Conforme a autora, longe da família, as reclusas “acabavam muitas vezes transformando os claustros em locais com condições de maior independência e sociabilidade do que usufruíam se vivessem com seus familiares”⁸⁶. Nessas instituições, essas mulheres poderiam exercer funções de direção e comando, como regentes, prioras, abadessas. Em último caso, as reclusas “eram senhoras de si mesmas e prestavam pouca obediência aos regulamentos”, o claustro era, portanto, também uma forma de resistência para muitas mulheres⁸⁷. Em outra direção, a constituição e chefia de domicílios “solitários” foi outra estratégia de sobrevivência e independência acionada por muitas mulheres sozinhas, sobretudo as celibatárias, que se juntavam e partilhavam seus poucos recursos, formando suas próprias famílias. Assim, a vida

⁸⁵ LEWKOWICZ, I. op. cit., p.1992, 64

⁸⁶ ALGRANTI, L. M. op. Cit. p. 211.

⁸⁷ Id. Idid. p. 217.

celibatária, nem sempre desejada, era muitas vezes preferida em lugar de um casamento pouco atraente.

2.2.2- Famílias de mulheres sozinhas

A historiografia da família brasileira tem identificado, em todas as épocas, diversas formas de organização da vida familiar em que o princípio de residência e o casamento, legítimo ou não, não foram ou são necessariamente a base para a constituição das unidades domésticas⁸⁸. Esses estudos identificaram, principalmente entre as populações urbanas, grande número de “lares solitários”, de famílias singulares ou de composição mais instáveis, muitas delas eram constituídas e chefiadas por mulheres sozinhas. *Solitárias*, *sós* ou *sozinhas* era a forma como mulheres que se encontravam sem marido na chefia do lar ou de uma família eram registradas nas listas nominativas do século XIX. Eram em geral, mulheres que viveram sozinhas antes do casamento ou permanentemente fora dele, ou ainda sem a companhia e a proteção masculina. Nesta categoria se incluíam as viúvas, as divorciadas, as abandonadas e as solteiras, com ou sem filhos.

Em Minas Gerais, onde a urbanização foi mais acentuada, como na região das minas, esse tipo de arranjo familiar foi muito comum durante o século XIX⁸⁹. Mas, por se tratarem de famílias matrifocais⁹⁰ ou chefiadas por

⁸⁸ A idéia de que, no Brasil, teria predominado o modelo de família patriarcal em todas as regiões foi introduzida pelos trabalhos de Gilberto Freyre (*Casa Grande e Senzala*, 1933) e Antônio Cândido (*The Brazilian family*, 1951) ao estudarem as famílias dos grupos de elite. As críticas a essa perspectiva de interpretação surgiram na década de 1980 dentre elas, as de Mariza Corrêa. Para ela apesar de ter existido esse modelo de família no Brasil, é exagerado generalizá-lo a toda sociedade, pois ele esteve restrito aos grupos de elite de algumas regiões do país e aos seus processos sociais. Cf. CORREIA, M. Repensando a família patriarcal brasileira, 1994, p. 15-42; Cf. também SOUZA, C. D.; BOTELHO, T. R. Modelos nacionais e regionais de família no pensamento social brasileiro, 2001)

⁸⁹ Conforme historiadores/as como LEWKOWICZ, I. As mulheres mineiras e o casamento: estratégias individuais e familiares nos séculos XVIII e XIX (1993); FIGUEIREDO, L. *Barrocas famílias* (1997); MUNIZ, D. C. *Um toque de gênero* (2003); BOTELHO, T. Fiandeiras e tecelonas: o trabalho da mulher na atividade têxtil mineira (Montes Claros – MG, século XIX) (2000); QUEIROZ, B. L. et. As mulheres chefes de domicílio nas Minas Gerais do século XIX: uma análise exploratória (2000).

⁹⁰ Segundo Rita Laura Segato, o termo matrifocal foi cunhado por Raymond Smith nos anos 1950 no estudo do parentesco afro-norte-americano. Nele, “a ênfase ideológica e normativa (...) não é posta na família nuclear (...) mas sim na solidariedade entre mãe e filho”. Dessa forma, “as relações entre mãe e filhos e as horizontais entre irmãos” são os eixos do sistema

mulheres solteiras, não raramente os historiadores tenderam a associá-las à promiscuidade e suas chefes à atividades de prostituição⁹¹. Não se descartam os indícios de que muitas mulheres pobres sozinhas tiveram que acionar diversas estratégias de sobrevivência, tendo, inclusive, que recorrer à prostituição ou à alcovite, principalmente em uma sociedade como a das Minas onde as oportunidades de trabalho pareciam ser poucas para as mulheres, ou mesmo no sertão, onde a economia estava baseada predominantemente nas fazendas. Entretanto, não se pode generalizar que todas as mulheres pobres que viveram sem a proteção de um pai ou marido estivessem envolvidas em atividades de prostituição como forma de sobrevivência. Muitas delas viveram dignamente como costureira, fiandeira, artesã, tecelã, lavadeira, rendeira, comerciante, parteira etc., sem necessariamente ser uma prostituta ou uma mulher de “vida livre”.

Para Diva do Couto Contijo Muniz, a existência de domicílios solitários chefiados por mulheres provocava desconforto, principalmente à “igreja e seus fiéis seguidores”, porque não se enquadravam no modelo familiar cristão imposto e, por isso, eram alvos privilegiados de acusações. Assim, esses domicílios “(...) foram considerados, desde os tempos coloniais, como um dos obstáculos à constituição de uniões legítimas, de ‘famílias sagradas’”⁹². A autora salienta que, em uma sociedade, como foi a mineira provincial, marcada por diversos tipos de desigualdades – de classe, raça, idade e de gênero – que limitavam as oportunidades e que valorizavam o estado de matrimônio, muitas mulheres, “para quem o casamento não foi possível, permitido ou desejado” utilizavam a constituição e chefia de lares “solitários” como uma estratégia de sobrevivência. “Sobreviver solteira” nessa sociedade implicava muitas vezes “constituir, prover e dirigir seu próprio domicílio”⁹³.

Nesse sentido, a existência de lares chefiados por mulheres solteiras ou celibatárias nas Minas Gerais do século XIX foi muito comum, conforme

tirando do matrimônio a posição de pivô (SEGATO, R. L. Inventando a natureza: família, sexo e gênero no xangô do Recife. 1995, p.436-437). Na historiografia brasileira o termo tem sido usado mais frequentemente no estudo de famílias escravas.

⁹¹ Sobre este tipo de associação ver, por exemplo, as análises de Luciano Figueiredo em *Barrocas famílias*, 1997, p.131-132.

⁹² MUNIZ, Diva do Couto Gontijo. *Um toque de gênero*. 2003, p. 103.

⁹³ Id. Ibid.p. 111.

observou Ida Lewkowicz, em Mariana, nas primeiras décadas do século XIX⁹⁴. A autora conclui que a presença de filhos foi um fator que contribuiu para que muitas mulheres solteiras se tornassem chefes de domicílio evidenciando, portanto, que a sexualidade e a reprodução não estavam fatalmente ligadas ao casamento. Muitas mulheres também encontravam-se sozinhas na chefia de seus lares “por orfandade, celibato ou abandono do cônjuge; outras, forras de condição, trazidas da África, separadas dos pais na infância, viram-se sós ao conquistar a liberdade”⁹⁵. Entre as solteiras sem filhos arroladas por Ida Lewkowicz, está Joaquina Rodrigues que, em 1813, chefiava uma casa com 13 habitantes na Rua do Seminário em Mariana; e Joaquina Maria da Incarnação que aos 36 anos, em 1819, apareceu na lista nominativa como agregada e, em 1823, já estava “em domicilio próprio, solitária”. Também havia casos de mulheres solteiras mais afortunadas que viviam por certo tempo com parentes, como as irmãs de Fortunato que, conforme Lewkowicz, “eram mulheres solteiras com posses que socorreram o irmão e não pessoas que necessitassem de abrigo”⁹⁶.

Joaquim de Salles, em suas memórias, também nos fala de mulheres celibatárias chefes de família como a parteira Lucinda, que viveu em Serro no final do século XIX. Conforme Salles, Lucinda era “uma preta que, ao meu tempo de menino já andava pela casa dos cinquenta”, não sabia ler nem escrever e era muito querida pela população do Serro:

(...) Quase todas as pessoas de vinte e cinco anos para baixo lhe beijavam as mãos por intermédio das quais tinham pela primeira vez visto a luz da vida. Ela por sua vez chamava de *filhos* todos os rapazes e as moças casadoiras do Serro (...). Com muitas irmãs, todas criadas, com irmãos casados e tias velhas, morava “a ilustre parteira” num lugarejo, na extremidade norte da cidade, chamado Leiteiro. Eram duas casas iguais, uma ao lado da outra

⁹⁴ LEWKOWICZ, Ida. *Vida em família: caminhos da igualdade em Minas Gerais*. 1992, p. 53. Ao calcular as taxas de celibato ela verificou que na Área 3, de menor concentração de riqueza em Mariana, em 1809, havia o dobro de mulheres solteiras em relação aos homens: 23% da população eram de solteiros com idade acima de 45 anos, sendo que, deste total, 25,5% eram mulheres. Segundo seus dados, cerca de 59% dos chefes de domicílio da Área 1, que concentrava maior número de proprietários de escravos, eram solteiros, entre homens e mulheres. Destes, 27% tinham filhos, sendo que 50% eram domicílios chefiados por mulheres. LEWKOWICZ, Ida. *Vida em família: caminhos da igualdade em Minas Gerais*. 1992, p. 53.

⁹⁵ Id. *Ibid.*

⁹⁶ Id. *Ibid.* p. 61.

(...). Era ela a patroa das duas casas em que vivia com seus parentes. Em ambas as moradas sua autoridade se impunha, pois à sua custa se mantinham todos. Conquanto seus irmãos e irmãs trabalhassem numa ou noutra profissão, o que eles ganhavam podiam ajuntar e amealhar, porque as despesas domésticas corriam por conta da parteira. De resto, toda a gente no Serro lhe fazia muitos presentes e não poucos obséquios⁹⁷.

Lucinda foi uma mulher, como tantas outras do seu tempo, que viveu de sua profissão sem necessitar da tutela de um pai, irmão, marido ou ainda de recorrer às atividades de prostituição e alcovite. Sobreviveu apenas de seu trabalho e com o auxílio das redes de solidariedade que construiu dentro da família e na comunidade em que viveu⁹⁸. Muitas mulheres negras, na situação de Lucinda, por sua vez, preferiram o celibato a se casarem com homens negros.

Ao analisar processos de desquite e tutela ocorridos nas primeiras décadas do século XX na comarca de Montes Claros, também encontrei variedades de organização familiares, muitas delas mantidas por mulheres. No entanto, os discursos veiculados por advogados, juízes, promotores, testemunhas, autores e réus nos processos, produziam os sentidos sobre a nova definição de família com os papéis hierarquicamente definidos: o pai no trabalho produtivo e a mãe nos cuidados com a casa e com a educação dos filhos, mas sob a supervisão e a autoridade do marido que legalmente exercia com exclusividade o “pátrio poder”; como no processo de desquite aberto em 1934, em que a autora foi a esposa:

(...) Porque foi a autora quem abandonou voluntariamente o lar conjugal, **por divergência com o réu, relativamente a educação das suas filhas mais velhas que deixava muito soltas**, durante

⁹⁷ SALLES, Joaquim de. *Se não me falha a memória*. 1993, p. 96-97.

⁹⁸ Tarcísio Botelho também encontrou elevado número de mulheres solteiras chefes de família em Montes Claros no ano de 1831. Segundo ele, dos 663 domicílios constantes na lista nominativa deste período, 27,2% eram chefiados por mulheres, o que, para ele era número significativo, tendo em vista ser esse um distrito predominantemente rural, cujo núcleo urbano devia contar com cerca de mil pessoas. (BOTELHO, T. Fiandeiras e tecelonas. O trabalho da mulher na atividade têxtil mineira (Montes Claros – MG, século XIX). p.33-50, 2000). O alto percentual de mulheres solteiras chefes de domicílio em Minas Gerais também foi observado por Queiroz et. al. Segundo eles em 1831 e 1832 havia 17.375 domicílios chefiados por mulheres, sendo que desse total 51% era de solteiras. Essas mulheres estavam envolvidas em atividades como de fiação, tecelagem, mineração, tropeirismo, transporte, construção civil, educação, pecuária e saúde (QUEIROZ, et. al. As mulheres chefes de domicílio nas Minas Gerais do século XIX: uma análise exploratória. 2000, p. 22, 24,25).

a estada do réu na fazenda, o que ele veio a saber por pessoas amigas, dando este facto origem a forte discussão entre o casal (...) Porque assim, a casa da mãe da autora onde esta passou a residir por sua livre vontade, **não é recomendável** para criação e educação dos filhos do casal⁹⁹.

Na fala do advogado do réu estão os indícios de que, longe de um ambiente harmônico com os papéis claramente definidos e respeitados, o lar conjugal se constituía num ambiente de constantes tensões e desacordos, neste caso, relativos à educação das filhas. A argumentação do advogado estava baseada, nesse sentido, na autoridade contestada do pai e na moral da mãe em especial, e das mulheres em geral: uma mãe, separada do marido, autora do processo; filhas, “*criadas soltas*”, ou seja, sem o controle do pai e, por último, a sogra, que tem uma casa que “*não é recomendável*”. Essa é uma casa (família) chefiada e formada por mulheres – uma sogra viúva, uma mulher separada que vive com filhas – por isso, numa cena discursiva constituída por homens (advogados, juiz, promotor), o discurso só poderia ter como superfície o questionamento da reputação, da “honestidade” e da honra das mulheres, pois elas viviam sem a proteção de um homem¹⁰⁰. Por outro lado, percebe-se que, se famílias como essa, de mulheres sozinhas, foram mais comuns e até mais aceitáveis nos períodos anteriores, agora essa forma de organização familiar – que sobrevivia sem a presença e autoridade masculina –, passou a ser vista, não apenas como desordem como também ameaça ao modelo normativo. Nesse sentido, a família conjugal foi instituída como modelo oficial e utilizada como braço do Estado republicano que viu nela um lugar estratégico para instaurar a ordem e com isso disseminar o progresso.

⁹⁹ ARQUIVO DO FÓRUM GONÇALVES CHAVES. *Processo de Desquite conjugal*. Montes Claros-MG., 1934. São usadas somente as letras iniciais dos nomes das pessoas arroladas no processo porque esses documentos encontram-se sob segredo de justiça.

¹⁰⁰ Rita Laura Segado, ao estudar a organização familiar mais recente entre membros do Xangô do Recife, descendentes de escravos, observou uma “negação consistente dos princípios sobre os quais a ideologia dominante na sociedade brasileira baseia a constituição da família”. Na comunidade estudada por ela, “o matrimônio e o parentesco de sangue são removidos da posição central que têm de acordo com esta ideologia (SEGATO, R. L. *Inventando a natureza...* op. cit., 1995, p. 431).

2.2.3 - A Família conjugal e os novos cenários

A partir, sobretudo, do final do século XIX as elites brasileiras procuraram instituir e disseminar os modelos idealizados de família e de conjugalidade modernas a todas as camadas sociais¹⁰¹. Esses modelos constituíam-se em estratégias centrais de seus projetos de modernidade e, conforme sublinhou Margareth Rago, de formação dos/as trabalhadores/as disciplinados e produtivos, agora os novos cidadãos e cidadãs da pátria¹⁰². Para Susan Besse, a família conjugal e o casamento civil foram percebidos como instituições “biologicamente naturais e socialmente necessárias para todas as classes sociais”, porque estas instituições seriam “capazes de operar uma gestão estatal dos nascimentos, disciplinar e controlar os indivíduos”¹⁰³ mas, sobretudo, era uma forma de assegurar a permanente sujeição das mulheres aos homens e de controlar sua autonomia e independência financeira e política – principalmente das mais pobres que haviam permanecido, em grande parte, solteiras e auto-suficientes durante o século XIX constituindo suas próprias famílias, conforme assinala. Rachel Soihet ressalta que a expansão da família burguesa entre os pobres “era encarada como essencial, visto que no regime capitalista que então se instaura (...) o custo de reprodução do trabalho era calculado considerando como certa a contribuição invisível, não remunerada do trabalho doméstico das mulheres”¹⁰⁴. Além disso, como sublinhou Maria Clementina Pereira Cunha, a construção da figura feminina “integrada e realizada através do casamento, constituiu um dos mecanismos

¹⁰¹ Conforme assinalou vários/as estudiosos/as, dentre eles, COSTA, J. F. *Ordem médica e norma familiar* (1999); BESSE, S. *Modernizando a desigualdade: reestruturação da ideologia de gênero no Brasil, 1914-1940* (1999); CHALHOUB, S. *Trabalho, lar e botequim*.(1986); D'INCAO, A. *A mulher e família burguesa* (1997), RAGO, M. *Do Cabaré ao lar* (1997)

¹⁰² Conforme Margareth Rago, “a domesticação do novo operariado implicou a imposição do modelo imaginário de família criado pela sociedade burguesa. Instituir hábitos moralizados, costumes regrados, em contraposição às práticas populares promíscuas e anti-higiências observadas no interior da habitação operária, na lógica do poder significada revelar aos pobres o modelo de organização familiar a seguir (RAGO, M. op. cit. 1997, p.61. Cf. também RAGO, M. *Trabalho feminino e sexualidade*, 1997b, p.583).

¹⁰³ BESSE, Susan K. *A modernizando a desigualdade: reestruturação da ideologia de gênero no Brasil (1914-1940)*. 1999, p.7.

¹⁰⁴ SOIHET, R. *Mulheres pobres e violência no Brasil urbano*.op. cit. p.362.

básicos de redefinição da família, enquanto estratégia básica de construção da ordem burguesa, peça-chave para a manutenção da estabilidade social”¹⁰⁵.

Muitos intelectuais e políticos brasileiros viam a superioridade moral, e de certa forma, material do Brasil na estabilidade da família brasileira; por isso, em seus discursos ela era apresentada como a *célula mater* da sociedade, responsável pelo desenvolvimento, fortalecimento e progresso do Estado; “é preciso manter o lar para salvaguarda da colectividade” argumentava o jurista Waldemar Ferreira¹⁰⁶. Conforme sublinham Arlette Farge e Michel Foucault, “a família é o lugar privilegiado onde a tranqüilidade privada fabrica uma certa forma de ordem pública”¹⁰⁷. Neste quadro, o número elevado de celibatários e celibatárias apresentava-se como “um obstáculo à população, ele diminui o número de cidadãos e ‘perturba a ordem da sociedade de boas maneiras’”¹⁰⁸.

No decorrer das primeiras décadas do século XX, os processos de modernização das cidades, mais acelerados em algumas regiões, com a ampliação das oportunidades de trabalho remunerado, devido à criação de novos setores de prestação de serviços e as migrações do campo, que ocasionaram maior número de solteiros na cidade em busca de trabalho ou de formação escolar, acentuaram ainda mais os valores e a importância dos modelos de família e de casamento modernos que deveriam ser adotados por todas as pessoas. Em Minas Gerais, a construção da nova capital (1897) sintetizava, em muitos aspectos, tais acontecimentos. Belo Horizonte nasceu como símbolo “do mais atualizado urbanismo modernista”, cidade planejada e higiênica, “nascida da razão positivista e republicana de seus construtores”¹⁰⁹, simbolizava, assim, a civilização e o progresso do Estado.

Esses acontecimentos que marcaram gradativamente a passagem de uma sociedade predominantemente rural para uma sociedade moderna

¹⁰⁵ CUNHA, M. C. Op. cit. 1989, 132.

¹⁰⁶ FERREIRA, Waldemar. O casamento como base da organização social. In: RIBEIRO, Leonidio. *Arquivos de medicina legal e identificação*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, ano III, 1938, p.206.

¹⁰⁷ FARGE, A.; FOUCAULT, M. *Les désordres des familles*. 1982, p.16. No original: « (...) la famille est le lieu privilégié où la tranquillité privée fabrique une certaine forme d'ordre public ».

¹⁰⁸ FARGE, A. *Les temps fragiles de la solitude des femmes à travers le discours médical du XVIII^e siècle*. 1984, p.258.

¹⁰⁹ PAULA, J. A. de. *Raízes da modernidade em Minas Gerais*, 2000, p.56.

ocasionaram novos hábitos e costumes. Por um lado, acentuou a privacidade da família e, por outro, a visibilidade das mulheres em espaços públicos. O princípio de residência foi sendo restrito aos membros do parentesco mais imediato – pai, mãe e filhos – excluindo todos os outros, como os idosos e os irmãos ou irmãs celibatários/as, uma vez que esses limitariam a privacidade e intimidade do casal¹¹⁰. Na coluna “conselhos sociais”, de 1939, a revista *Alterosa* orientou os casais contra a intromissão e a intriga de terceiros nas relações conjugais: “O amor pertence ao marido e à esposa, a amizade aos dois amigos. Assim que se intromete um terceiro – terceiro elemento entre o que não pode ser senão de dois – a paz está ameaçada”¹¹¹. Nesse movimento a casa também passou por profundas mudanças em sua arquitetura, com o objetivo de acentuar a separação com a rua e tornar os espaços internos mais aconchegantes¹¹².

A presença das mulheres, por sua vez, tornou-se gradativamente mais visível em cenários antes pouco comuns, modificando a paisagem da cidade. Elas passaram a povoar as páginas de jornais e revistas como escritoras, em sua maioria poetisas e cronistas, ou como participantes de concursos do tipo “a rainha dos estudantes mineiros”¹¹³; “a senhorita que tem os pés mais elegantes de Belo Horizonte”¹¹⁴. Esses concursos assinalam o lugar que se construía e se reservava para as mulheres, neste caso as burguesas, na imprensa e na sociedade, como belas e delicadas rainhas dos homens, que teriam como

¹¹⁰ Foi justamente no final do século XIX e início do século XX, período de maior expansão do modelo de família burguesa, que surgiu boa parte das instituições sociais para abrigar idosos, loucos, desamparados. Dentre essas instituições, podemos citar em Minas a criação da Casa de Assistência aos Alienados de Minas Gerais pelo governo do estado na cidade de Barbacena em 1900, posteriormente transformado em Sanatório Público; o Asilo São Vicente de Paulo de Montes Claros em 1903; o Recolhimento dos pobres de Santo Antônio de Diamantina. Essas instituições expressam as preocupações higienistas com a “saúde” da família e da cidade. Sobre essa discussão, conferir CUNHA, M. C. P. *O Espelho do mundo*: (1986). Um Asilo para abrigar exclusivamente mulheres celibatárias também foi um projeto defendido por uma articulista da *Revista Feminina* nos anos de 1920.

¹¹¹ ALTEROSA, Belo Horizonte, p. 91, nov. 1939.

¹¹² Esse processo de mudança na arquitetura das casas teve continuidade nas décadas seguintes do século XX, como podemos perceber nas plantas de casas “modernas” publicadas na revista *Alterosa*, quase todas com um passeio, um pequeno muro que estabelece os limites com a rua, um alpendre (varanda) e também uma garagem em função do desenvolvimento da indústria automobilística.

¹¹³ SEMANA ILLUSTRADA, Belo Horizonte, Ano 1, n.14, 4/09/1927.

¹¹⁴ SEMANA ILLUSTRADA, ano, 1, n.17, 25/09/1927.

motivo de orgulho “pés elegantes” e não uma carreira escolar ou profissional. Mas, concomitante aos novos cenários que se desenhavam, conforme sublinha Margareth Rago, outros instrumentos de confinamento das mulheres à “esfera privada” também foram sendo criados como condição de manter a ordem familiar, assim,

A invasão do cenário urbano pelas mulheres (...) não traduz um abrandamento das exigências morais (...). Ao contrário, quanto mais ela escapa da esfera privada da vida doméstica, tanto mais a sociedade burguesa lança sobre seus ombros o anátema do pecado, o sentimento de culpa diante do abandono do lar, dos filhos carentes, do marido extenuado pelas longas horas de trabalho¹¹⁵.

Não obstante, o cenário da rua foi sendo cada vez mais invadido por mulheres que saíam para fazer compras, divertir, ir ao cinema, mas também, para trabalhar, estudar e protestar¹¹⁶.

A)- Trabalhar

As mulheres brasileiras, nesse período, tiveram suas oportunidades de trabalho remunerado ampliadas como resultado do processo de industrialização iniciado no final do século XIX e do desenvolvimento de setores de prestação de serviço, do comércio e da burocracia. Novos postos de trabalho foram criados, abrindo possibilidade de emprego para mulheres instruídas da classe média, como secretárias, funcionárias públicas e dos correios, enfermeiras, vendedoras, professoras, datilógrafas, farmacêuticas, entre outras¹¹⁷. Paralelo a isso, ocorreu uma gradativa valorização do individualismo econômico ancorado no desejo de realização profissional.

¹¹⁵ RAGO, M. *Do Cabaré ao lar*. 1997, p.63.

¹¹⁶ Michelle Perrot desenvolve a idéia de SAIR de casa – para fazer variadas atividades no espaço público da rua como a benevolência, a caridade, o trabalho, o engajamento sindical, para migrar ou viajar – como um dos primeiros passos de independência das mulheres e do desenvolvimento de uma “consciência de gênero” a partir do século XIX no ocidente. Cf. PERROT, M. Sortir. In: DUBY, G.; PERROT, M. *Histoire des femmes en Occident*. v.IV, le XIX^e siècle. 1991, p.539-576.

¹¹⁷ Para uma análise mais detalhada da inserção das mulheres no mercado de trabalho e das atividades profissionais exercidas por elas consultar HAHNER, J. E. *Emancipação do sexo feminino: a luta pelos direitos da mulher no Brasil (1850-1940)*, 2003, especialmente o capítulo 3 “mundos femininos contrastantes no início do século”.

Muitas famílias burguesas passaram a aceitar e, de certa forma, a incentivar, o trabalho assalariado das mulheres, mas, como sublinha Besse,

(...) desde que não maculasse a reputação das mulheres (pela associação com as trabalhadoras de *status* social inferior), não comprometessem sua feminilidade (colocando-se em competição direta com os homens), nem ameaçassem a estabilidade do lar chefiado pelo homem (fomentando ambições individuais das mulheres ou oferecendo oportunidades reais de independência econômica)¹¹⁸.

Além disso, com o desenvolvimento do capitalismo muitos bens, anteriormente produzidos pelas mulheres em casa, passaram a ser adquiridos no mercado e um chefe de família não mais teria condições de prover sozinho o sustento da família. Por outro lado, a diminuição das necessidades do trabalho das mulheres no âmbito da casa, principalmente das solteiras, ocasionou certa “ociosidade”, menosprezada pela moralidade burguesa. Mas se a dependência econômica de mulheres solteiras em relação aos parentes começou a ser percebida como “parasitismo”, altamente censurado por intelectuais de todos os sexos, conforme assinalou Susan Besse; a dependência das casadas com relação aos maridos, pelo contrário, além de culturalmente recomendada foi também garantida pela lei, como discutirei no capítulo seguinte.

As mulheres mais pobres, no entanto, se, por um lado, tiveram suas possibilidades de trabalho informal ampliadas, como lavadeiras, costureiras, vendedoras ambulantes etc., por outro, tiveram seu acesso ao trabalho formal nas indústrias – que “fora aceito como natural” e necessário às primeiras fábricas têxteis do final do século XIX – amplamente controlado e limitado. Segundo Besse, o trabalho das mulheres da classe operária “começou a ser encarado como um mal antinatural e lamentável (ainda que necessário), porque punha em risco a estabilidade familiar e a ordem social e política”¹¹⁹. Margareth Rago observou que à medida que o processo de industrialização avançava as mulheres foram sendo “progressivamente expulsas das fábricas” e a força de trabalho masculina incorporada. Assim, “enquanto em 1872 as

¹¹⁸ BESSE, S. Op. cit., p.8.

¹¹⁹ Id. Ibid.

mulheres constituíam 76% da força de trabalho nas fábricas, em 1950, passaram a representar apenas 23%”¹²⁰.

B) Estudar

As necessidades econômicas e o projeto de modernização do país nos moldes europeus também ampliaram as oportunidades de escolarização das mulheres e, embora ainda muito limitado, de educação superior para as mulheres de classe média e alta a partir do final do século XIX. Em 1943, a revista *Alterosa* publicou a matéria “A mulher mineira invade a universidade”, em que constatou que em 25 anos de escolas superiores na capital mineira já haviam se formado mais de 400 doutoras¹²¹. A seguir outros números fornecidos pela reportagem:

TABELA 1
Mulheres em curso superior em Minas Gerais

Escola superior	mulheres graduadas	matriculadas em 1943
Faculdade de Direito	40	14
Faculdade de Medicina	30	12
Faculdade de Odontologia e Farmácia	130	30
Faculdade de Engenharia de Química Industrial	10	7
Faculdade de Filosofia*	**	61

* abrigaram os seguintes cursos: Letras neo-latinas, clássicas e anglo-germânicas, Geografia, História, Pedagogia, Filosofia, Matemática, Química e História Natural.

** a primeira turma dessa faculdade iria formar-se naquele ano.

FONTE: dados compilados de ALTEROSA, Belo Horizonte, 1943.

Apesar do crescente aumento do número de mulheres nos cursos superiores a partir da década de 1930, ainda havia muitas restrições a determinadas áreas e profissões. Assim, a revista explicou que “no estudo superior de engenharia da área de química industrial, sem dúvida o que menos propicia à mulher uma carreira segura, visto que é mais pesado e menos

¹²⁰ RAGO, M. op. cit, 1997, p.581-583.

¹²¹ ALTEROSA, Belo Horizonte, 1943.

compatível com a constituição feminina”¹²². Por outro lado, a Faculdade de Odontologia e Farmácia apresentou o maior número de mulheres formadas, possivelmente porque o exercício profissional da odontologia não exigia, necessariamente, o abandono da casa pelas mulheres, e a área de farmácia ter menos prestígio que a medicina. Conforme June Hahner, “somente em pequenas comunidades carentes de médicos ou de pacientes incapazes de pagar altos honorários é que os farmacêuticos mantiveram o seu papel tradicional de médico prático”¹²³. Com a criação da Faculdade de Filosofia, os cursos de licenciatura elevaram o número de mulheres matriculadas uma vez que o magistério se apresentava como a profissão mais apropriada às mulheres.

A expansão das oportunidades nas áreas profissionais e o ingresso em cursos superiores possibilitaram, assim, a muitas mulheres, a partir das décadas de 1920 e 1930, se profissionalizarem e ingressarem em carreiras variadas como as de médica, advogada, escritora, artista, engenheira, promotoras e, sobretudo, do magistério que, embora ainda com restrições, foi a carreira profissional que mais ofereceu oportunidade de emprego remunerado às mulheres fora de casa.

C)- Protestar

As mulheres saíam de casa também para exporem sua condição social e reivindicarem por direitos políticos e civis, maior liberdade e autonomia, através de ações isoladas ou de associações feministas. Céli Regina Jardim Pinto identificou três diferentes vertentes na movimentação feminista das primeiras décadas do século XX no Brasil. A primeira, que ela chamou de fase bem-comportada do feminismo, se caracterizava pela luta pela inclusão das mulheres, sem propor uma alteração das relações de gênero, “mas como um complemento para o bom andamento da sociedade”¹²⁴. Essa vertente foi representada principalmente pelas feministas ligadas aos grupos da elite

¹²² Id. *ibid.*

¹²³ HAHNER, J. *Emancipação do sexo feminino*. Op. Cit. 2003, p.198.

¹²⁴ PINTO, C. R. J. *Uma história do feminismo no Brasil*. 2003, p.15.

econômica e intelectual do país como Bertha Lutz, Júlia Lopes de Almeida, de quem falarei no capítulo 6, e outras ligadas à Federação Brasileira para o Progresso Feminino (FBPF). A FBPF, fundada por Bertha Lutz, foi uma das principais vozes do feminismo brasileiro do período, expandiu núcleos para vários estados do país, dentre eles Minas Gerais, e tinha como luta principal o voto feminino. A luta pelo voto se deu também de forma isolada, como no caso de Júlia Alves Barbosa que, em 1927, se tornou a primeira brasileira a conseguir judicialmente o direito ao voto no Rio Grande do Norte sob a alegação de ser solteira e independente¹²⁵. Em Minas, Elvira Komel (figura 1) tornou-se a primeira mulher mineira a votar em 1928. Elvira nasceu na cidade de Barão de Cocais (MG) em 1906, formou-se em Direito no Rio de Janeiro e em 1929 abriu uma banca de advocacia em Belo Horizonte. Durante a revolução de 1930, fundou o Batalhão Feminino João Pessoa que trabalhava na retaguarda do movimento revolucionário e teve suas atividades amplamente divulgadas pelos jornais *Estado de Minas* e *Diário de Minas* (figura 2)¹²⁶. O Batalhão chegou a alistar cerca de 8.000 mulheres no Estado e com o fim do movimento foi transformado em associação para lutar pelos direitos das mulheres. Elvira morreu precocemente aos 26 anos em 1932¹²⁷.

À segunda vertente do feminismo brasileiro da primeira metade do século XX, Céli Pinto nomeou de feminismo difuso, e se expressou “nas múltiplas manifestações da imprensa feminina alternativa”, que apresentava um campo mais vasto de questões, “defendem a educação da mulher e falam em dominação dos homens e no interesse deles em deixar a mulher fora do mundo

¹²⁵ Id. Ibid. p. 17.

¹²⁶ Parece que lutar no *front* do movimento revolucionário foi a primeira aspiração de algumas mineiras, pelo menos é o que sugere a matéria publicada no Diário de Minas “sufragismo e trincheira” onde o autor em tom irônico após falar da luta feminista por igualdade e expor o peso dos rifles e da abertura de trincheiras conclama: “Chegou, entretanto, a hora meninas bonitas e sufragistas! Alistem-se vocês nos batalhões que vão seguir para o ‘fronte’(...) Abrir trincheiras com uma ferramenta de sapa leve, meninas bonitas e feministas, é ainda a coisa mais divertida do mundo...” (DIÁRIO DE MINAS, Belo Horizonte, 24/10/2930). Em uma outra matéria publicada na *Revista da Semana* em 1937 o autor fala: “E, por efeito do movimento de 1930 e de ardores cívicos de trintonas montanhezas, houve uma tentativa de legião feminina, a qual chegou a escandalizar as rosas de Bello Horizonte... Mas não passou de uma bacharelize de sua gentil organizadora, cujo nome declinaria com o meu mais profundo respeito si a minha memória paizana ajudasse”(NAVARRO, Saul de. O valor das mulheres. *Revista da Semana*. Rio de Janeiro, n. 48, 6 de nov. 1937, p.1).

¹²⁷ SCHUMACHER, S.; VITAL BRAZIL, E. *Dicionário Mulheres do Brasil*. 2000, p.196-197.

público”¹²⁸. Em Minas Gerais, o primeiro jornal feminista foi o *Sexo Feminino* publicado em Campanha pela professora Francisca Senhorinha Dinis. O *Sexo feminino*, circulou de 1873-1889 e estava voltado para a educação, instrução e emancipação das mulheres. Nele Francisca Dinis queria que “de contínuo propugnássemos pelos direitos do nosso sexo, até agora conculcados pelo [sexo] contrário”¹²⁹. Mais tarde, em 1901 também foi criado em Diamantina o jornal *Voz Feminina* (ver figura 3) , órgão voltado aos direitos da mulher que tinha como redatoras as irmãs Clélia, Zélia e Nícia Corrêa Rabello. O jornal era quinzenal e defendia os direitos à educação e ao voto das mulheres comparadas à condição de escravas. Contava com assinantes e correspondentes em várias cidades mineiras como Belo Horizonte, Ouro Preto, Curvelo, Montes Claros, Theófilo Otoni e Serro¹³⁰. Em outros jornais e revistas mineiras também foram publicados artigos isolados sobre o feminismo e a condição das mulheres de modo geral, escritos por mulheres menos conhecidas nacionalmente como a advogada Miêtta Santigo (figura 4) ou mais renomadas como Maria Lacerda de Moura. Esta última foi a principal representante da terceira vertente do feminismo que Céli Pinto denominou menos comportado. Ao contrário das sufragistas, essa vertente apontava de forma não velada a opressão masculina e era constituída por mulheres trabalhadoras e intelectuais, militantes de movimentos de esquerda que defendiam “a libertação da mulher de uma forma radical, tendo na maioria das vezes a questão da exploração do trabalho como central, articulando as teses feministas aos ideários anarquistas e comunistas”¹³¹.

Maria Lacerda de Moura, de quem voltarei a falar nos capítulos seguintes, nasceu em 1887 em Manhuaçu (MG), mudando-se em 1891 para Barbacena (MG) onde estudou, se casou, ingressou na carreira de professora e começou a publicar seus primeiros escritos. Em 1921 mudou-se para São Paulo onde continuou seu trabalho em prol das causas feministas através de

¹²⁸ PINTO, C.R. J. op. Cit. p. 15

¹²⁹ HAHNER, J. op. Cit. p. 92-94.

¹³⁰ ABAT. *Voz Feminina*. Diamantina, ano I, n. 18, 16 de abril de 1901. Nessa edição é apresentado o nome de alguns correspondentes em outras cidades mineiras, todos eles homens.

¹³¹ PINTO, C. R. J. op. Cit. p. 15.

inúmeras conferências, aulas e da publicação de vários livros, crônicas e artigos. Influenciada na juventude pelo positivismo e pelo cientificismo, ela foi uma pacifista, anarquista e individualista rejeitando qualquer tipo de associação. Acreditava ser a luta sufragista uma causa menor, pois beneficiaria poucas mulheres, não trazendo vantagens para a grande maioria. Como forma de escapar à dominação masculina, defendia a maternidade consciente, o amor livre, o divórcio e denunciava a família conjugal monogâmica como o maior fator de opressão das mulheres. Para ela, “a instituição da família está baseada na ignorância feminina, na escravidão mental da mulher”¹³² assim, convém que ela fosse destruída. Neste aspecto, Maria Lacerda foi uma grande antecipadora de discussões feministas posteriores afirmando que:

A família é, logicamente, a fraude, a mentira, a exploração da ignorância feminina, a exploração do trabalho da mulher no serviço doméstico obrigatório (...). É o culto ao homem, atravessando as civilizações, culto em que ele é servido com todas as honras de protetor...

A família assim constituída, é “um contrato que tem por fim a exploração de um dos sócios pelo outro”¹³³. (grifos meus)

Assim, o casamento, como o contrato que forma a família, se constituía numa grande armadilha para as mulheres. Essa armadilha se armou em várias linhas: no contrato e na naturalização do casamento, nos “direitos” ou privilégios das esposas que se desdobram na idéia de “livre escolha” conjugal, de amor romântico e de prazer sexual como base das relações matrimoniais e do governo racional da casa. Essas linhas desenharam, por fim, a problemática desta pesquisa e sua análise permitiu a percepção de dois mecanismos complementares: um de controle, através do casamento legítimo, e outro de coerção, justamente pela entrada das mulheres nesse contrato, base da conjugalidade moderna. É dessa armadilha e das formas de escapar-se a ela que me ocupo nas partes seguintes deste trabalho.

¹³² MOURA, M. L. “Religião do amor e da beleza” (1926). In: LEITE, M. L. M. (org.) *Maria Lacerda de Moura*. Feminista utópica. 2005, p.129. Este livro organizado por Miriam Moreira Leite reúne alguns textos ou partes de obras de Maria Lacerda de Moura.

¹³³ Id. Ibid. p.129-130.



FIGURA 1: Elvira Komel

FONTE: ESTADO DE MINAS. Belo Horizonte, ano III, n. 809, 18/out./1930

Batalhão Feminino João Pessoa

Proclamação á mulher mineira.
—Serviços do batalhão á Junta de Saude Publica

"Mulheres mineiras! a Revolução domina o paiz inteiro. Si os nossos patriotas accudiram cohesos ao pregão libertador, devemos, tambem, estar a postos para a victoria final.

Vinde pois, patricias, engrossar as fileiras do Batalhão Feminino "João Pessoa". E' preciso o concurso de todas vós, quer sejam enfermeiras, professoras, empregadas de escriptorio, funcionarias, estudantes, ou quer sejam cosinheiras, lavadeiras, costureiras etc.; de todas, enfim, que estejam afeitas ao trabalho e ás luctas quotidianas.

Mulheres de minha terra! essa é uma causa nacional e que exige a cooperação de todos, homens e mulheres, sem distincções sociaes de classe e cor!

Soou a hora da mulher brasileira provar, mais uma vez, a sua capacidade.

Alistae-vos, pois, patricias!"

A Junta de Saude Publica vem de aproveitar os serviços de duas distinctas adeptas desse batalhão, as senhoritas Emilia Ferreira, professora, e Corina Britto, para assistência no novo Hospital instalado proximo ao quartel do 5.º batalhão, sob a direcção do dr. Olyntho Gersini e destinado a socorrer as familias dos soldados feridos em combate.

As listas de adhesões se encontram na redacção do ESTADO DE MINAS (av. Affonso Penna), na Junta de Saude (av. João Pinheiro) e á av. Contorno, 1.327 (Floresta), onde se fornecem os distintivos que são identicos aos dos batalhões masculinos. — Elvira Komel, comandante.

FIGURA 2: Anúncio do Batalhão Feminino João Pessoa

FONTE: ESTADO DE MINAS. Belo Horizonte, ano III, n.803, 10/out./193



FIGURA 3: Jornal *Voz Feminina*
 FONTE: Acervo do Arquivo e Biblioteca Antônio Torres. Diamantina-MG.



FIGURA 4: Miêta Santiago
 FONTE: SEMANA ILUSTRADA. Belo Horizonte, ano II, n. 66/67, 22/12/1928

PARTE II

AS ARMADILHAS DO CASAMENTO

CAPÍTULO 3

O DIREITO SOBRE AS ESPOSAS

*(...) Foram elles os inventores da mulher pária. (...) Elles, os legisladores que só **legislam para si**. Para o sexo do legislador, tudo, tudo! (...) Para o sexo legislado, nada! Nada!*¹

Nas primeiras décadas do século XX, uma parte significativa da população brasileira ainda se mantinha celibatária ou fora do casamento legítimo – situação que constituía um empecilho à disseminação do modelo de família conjugal moderna. Conforme dados do IBGE, em 1900, dos 17.318.556 habitantes do país, 69,19% eram solteiros, 26,52% casados e 4,29% viúvos. Do total de solteiros, 32,90% eram mulheres e 36,29% eram homens. 57,54% da população de solteiros estavam na idade entre 15 e 39 anos, considerada casável para o período². A migração do campo para as cidades, sobretudo a partir dos anos de 1920, também contribuiu para elevar o número de solteiros e solteiras em idade de casar entre a população urbana³. Distantes das influências dos pais, muitos desses jovens, inclusive mulheres, priorizavam o trabalho, os estudos ou a carreira profissional adiando para mais tarde as pretensões matrimoniais. Ainda em 1945, a revista *Alterosa*, de Belo Horizonte, publicou uma matéria em que apontou a tendência de diminuição dos índices

¹ COBRA, E. N. *Virgindade é inútil e anti-higiênica*. 1932 (1922) p. 73. Grifos Meus.

² Os dados não indicam as uniões consensuais, mesmo assim fica evidente que a maioria da população não estava inserida no casamento legítimo. Fonte: IBGE. *População. Estatísticas do século XX*. Rio de Janeiro: IBGE, 2003. 1 CD Rom.

³ Sobre migração campo/cidade cf. DURHAM, E. *Urbanização e migração*. In: _____. *A caminho da cidade*. 1984, p.19-42.

de casamento, mais comum nos países que estiveram envolvidos com as duas grandes guerras. O Brasil, não obstante, também acompanhava tal tendência:

Os jornais têm publicado estatísticas alarmantes referentes ao casamento. Na Inglaterra trinta por cento das mulheres não se casam; nos Estados Unidos, vinte e oito por cento; na França, trinta e cinco por cento, e assim por diante. No Brasil, não há, sobre o assunto, cifras exatas, mas o dia 8 de dezembro, data preferida para uniões legítimas, foi em 1944 um fracasso. Houve menos da metade de casamentos que em 1943⁴.

Assim, no processo de disseminação da família legalmente constituída, foram criadas medidas de incentivo ao casamento legítimo, monogâmico e indissolúvel. O aparato jurídico, em especial o primeiro código civil brasileiro, que passou a vigorar a partir de 1917, definiu juridicamente a família conjugal como modelo oficial, reconhecido pelo Estado, e o casamento como um contrato, feito entre “indivíduos livres” e sem nenhuma forma de coerção e, sobretudo, os termos deste contrato e da sua dissolução. O casamento apresentava-se então como um contrato entre iguais baseado em obrigações mútuas e contraprestações, por um lado, e na hierarquia dos papéis de gênero, pelo outro. A submissão e dependência das esposas em relação aos maridos em termos econômicos e políticos se encontrava em franca contraposição com a ideologia da simetria das trocas de serviços entre os conjugues. O dispositivo científico-moral produzia o desejo de casar como uma vocação inata de todos, especialmente das mulheres. A naturalização do desejo de casar camuflava, assim, a natureza ambivalente e, portanto, instável, do contrato do casamento, simultaneamente desigual embora baseado em trocas formuladas como simétricas. São estas as questões que discuto neste capítulo.

3.1- A natureza do contrato

A família conjugal, legalmente constituída pelo casamento civil, tendia ao afrouxamento das relações entre pais e filhos, promovendo a independência e a autonomia destes em relação àqueles, mas, promovia e reforçava, através

⁴ ALTEROSA. Sedas e Plumas. Belo Horizonte, ano 6, maio/ 1945.

do “contrato de casamento” um outro tipo de dependência e submissão: a da esposa ao marido.

Carole Pateman argumenta que o casamento dá início a um tipo de contrato que assegura aos homens o direito político sobre as mulheres e o acesso sistemático aos seus corpos. Tais direitos foram criados pelo contrato social original, e nesse sentido, ele é também um contrato sexual⁵. Em sua obra *O contrato sexual*, a autora argumenta que a história do contrato social foi contada pelos teóricos clássicos somente pela metade, porque excluiu a forma como o patriarcado moderno se estabeleceu. Nessa história, o contrato social teria colocado fim ao patriarcado (entendido como direito político do pai), assegurando a liberdade civil aos homens, salvaguardada pelo Estado. A sociedade civil é, assim, “criada pelo contrato de modo que contrato e patriarcado parecem ser irrevogavelmente contrários”⁶. Contudo, segundo a autora, há outras coisas em jogo na formulação desse pacto original, que são “a dominação dos homens sobre as mulheres e o direito masculino de acesso sexual regular a elas”⁷. O contrato social seria então uma história de liberdade e o contrato sexual, uma história de sujeição. “O contrato original cria ambas”: a liberdade para os homens e a dominação das mulheres. Para Pateman, “os filhos subvertem o regime paterno não apenas para conquistar sua liberdade, mas também para assegurar as mulheres para si próprios”⁸. Já que o contrato é feito entre homens, as mulheres não participam dele como indivíduos, pelo contrário, elas “são o objeto do contrato”⁹. Seguindo Foucault, a autora conclui que,

(...) desde o século XVII, quando as histórias do contrato original foram contadas pela primeira vez, um novo mecanismo de subordinação e disciplina permitiu que os homens tomassem conta dos corpos e das vidas das mulheres. O contrato original (diz-se) criou uma nova forma de legislação, e a participação nos contratos reais da vida cotidiana constitui uma forma moderna de estabelecimento de relações localizadas de poder dentro dos

⁵ PATEMAN, C. *O Contrato sexual*, 1993, p. 17.

⁶ Id. Ibid. p. 16.

⁷ Id. Ibid.

⁸ Id. Ibid. p. 17.

⁹ Id. Ibid. p. 21.

campos da sexualidade, do casamento e do trabalho. A legislação e o Estado Civil, bem como a disciplina (patriarcal), não são duas formas de poder, mas dimensões da estrutura complexa e multifacetada de dominação do patriarcado moderno¹⁰.

A história do contrato sexual, conforme Pateman, “elucida a *instituição* do casamento”; assim, “não importa o quanto um casal evite reproduzir as relações matrimoniais patriarcais, nenhum de nós consegue escapar completamente das conseqüências sociais e legais do ingresso no contrato de casamento”¹¹.

Colette Guillaumin desenvolveu uma análise detalhada da apropriação das mulheres, seu tempo, sua força de trabalho, seu espaço, sua individualidade e de seu corpo de forma coletiva pela família e de forma privada, através do contrato de casamento. Visto como uma relação individualizada devido sua aparência de contratualidade, o casamento mascara as relações reais de dominação. Assim, lembra essa autora, “como no contrato de venda de força de trabalho onde a significação ocultada é a propriedade de si mesmo, no ‘contrato’ de casamento a significação ocultada é a não-propriedade de si mesmo”; pois as mulheres não configuram como vendedoras, uma vez que, anteriormente ao contrato elas já eram propriedades e objeto. Além disso, esse contrato não estabelece, como em outros a unidade de tempo, as atividades a serem executadas e a forma de pagamento, isso porque, conforme Guillaumin, o que é cedido não é a mera força de trabalho, “mas a unidade material que forma o individuo ele mesmo”¹², ou seja, a mulher.

Esta dominação/apropriação do trabalho, da autonomia e do corpo das mulheres pela família ocultada no contrato de casamento já havia sido exposta, questionada e denunciada por Maria Lacerda de Moura nos anos 1920 e 1930, conforme apontado no capítulo anterior. Apesar de sua vasta obra, por muito tempo pairou sobre Maria Lacerda certo silêncio que, segundo Miriam Moreira Leite, “parece provir da desmistificação que procurou fazer do amor, do

¹⁰ Id. Ibid. p.34.

¹¹ PATEMAN, C. op. Cit. p.37.

¹² GUILLAUMIN, C. *Sexe, race et pratique du pouvoir*. L'idée de Nature. 1992 (1978), p.34-35.

casamento e do progresso industrial, expondo os segredos da vida privada”¹³. Ela via a família como uma “fraude”, uma “mentira”, um contrato tácito, base da submissão e exploração das mulheres. A instituição da família está baseada e se matém às custas da ignorância, do servilismo e da escravidão mental das mulheres que tem por fim afirmar que ela é apenas “a procriadora ou o instrumento de volúpia” denunciava, Maria Lacerda. Assim considerava ela,

(...) **convém que a família seja derrubada**, desmoronada totalmente, portanto, está alicerçada na escravidão, no servilismo e na exploração **de um dos contratantes do contrato que representa o casamento, para a constituição da família**. A sociedade é, pois, mantida à custa da estupidez da ingenuidade ou da escravidão feminina. Logo, essa sociedade deve ser destruída. **Esse “contrato” é a partilha do leão**: o homem é forte, instrui-se, vai até aonde sua capacidade o leva, e, a mulher “é do lar”, não cursa estudos superiores, obedece, serve, abdica do direito de pensar para “ser do lar”, para defender a instituição família; é explorada a sua idiotice; a sua ignorância é “defendida” – para que seja a mantenedora da família!¹⁴ (grifos meus)

Se por um lado, o discurso de autoridades brasileiras científicas, políticas e principalmente jurídicas procurava produzir a idéia de família, constituída por meio do casamento legal, como salvaguarda nacional e como uma instituição sagrada e natural, Maria Lacerda, em seus enunciados, procurou desvendar o que essa idéia mascarava: a subordinação feminina ou o direito sobre as esposas. Nesse sentido, ela defendeu o polêmico divórcio, pois “o casamento por toda vida é contra a natureza”¹⁵, a maternidade livre e consciente como forma de as mulheres terem a posse de seu próprio corpo¹⁶ e a constituição da família com base apenas no amor “e não nos dogmas da religião ou nas leis do casamento”¹⁷. As leis do casamento, instituídas pelo código civil republicano, retiravam das mulheres casadas a condição de indivíduos e tornavam-nas juridicamente incapazes e submissas ao marido.

¹³ LEITE, L. M. M. Aspectos do segredo: Maria Lacerda de Moura. In: FUKUI, L (org.) *Segredos de Família*. 2002, p.65.

¹⁴ MOURA, M. L. “Religião do amor e da beleza”(1926) op. cit. p.129.

¹⁵ Id. Ibid. 126.

¹⁶ Id. “Amái e... não vos multipliqueis” (1922). In: LEITE, M. M. Op. Cit. p. 233.

¹⁷ Id. “Religião do amor e da beleza”. Op. cit. p. 134.

3.1.1- O aparato jurídico – legislando a hierarquia e a desigualdade

No Brasil, com o fim da escravidão e a instauração da República surgiu a necessidade de definição dos novos cidadãos e sujeitos jurídicos, assim como as relações entre o Estado e a sociedade. A igreja católica, antes responsável pelos registros cíveis, dentre eles o casamento, foi desoficializada e, para consolidar o novo regime, instituiu-se o aparato jurídico¹⁸. Até este período eram, primeiro, as Ordenações Filipinas, depois, as Constituições Primeiras do Arcebispo da Bahia que legislavam sobre as questões relativas à família no Brasil¹⁹. As leis republicanas formuladas e implantadas criavam a aparência de igualdade de direitos, mas de fato legitimavam a subordinação das mulheres aos homens. Assim, o Código Penal aprovado em 1890, que já nasceu obsoleto, manteve as noções e os crimes contra a honra da legislação anterior, baseados nas relações de gênero que lhes davam sustentação. A preocupação dos juristas era manter a família com base nos princípios patriarcais, mas recoberta de uma roupagem moderna. A Constituição de 1891, por sua vez, estabeleceu a igualdade e a cidadania, mas sem mencionar o gênero. Conforme observou Sueann Caulfield, na redação do texto foram utilizados pronomes coletivos masculinos, fato interpretado pelos juristas de forma a excluir as mulheres. Nesse sentido, o direito de votar e de ocupar

¹⁸ Sobre a secularização do casamento no Brasil Cf. LORDELLO, J. M. *Entre o Reino de Deus e dos Homens: a secularização do casamento no Brasil do século XIX*. Brasília, s/d. Dissertação (Mestrado em História) UnB.

¹⁹ As Ordenações Filipinas entraram em vigor no Brasil por volta de 1603, quando se tornou oficialmente público por Filipe I, Rei de Portugal; e foi um código legal que reuniu em cinco volumes as leis que conduziram a sociedade deste reino. O livro I delineia as atribuições, direitos e deveres dos magistrados da justiça; no segundo livro estão definidas as relações entre o Estado e a Igreja; o terceiro delibera as ações cíveis e criminais, ou seja, do processo cível e do criminal, regulamentando o direito subsidiário. “O livro IV determina o direito das coisas e pessoas, estabelecendo as regras para contratos, testamentos, tutelas, formas de distribuição e aforamento de terras etc”. O último livro refere-se ao direito penal, estipulando-se os crimes e suas respectivas penas. Essas Ordenações constituíram o mais duradouro código legal português; sendo que sua duração plena se prolongou até 1830, quando o novo Código começou a revogar práticas do último livro, que foi o primeiro a ser substituído. No entanto, pode-se constatar resquícios de determinações das Ordenações até 1917, quando o primeiro Código Civil brasileiro começou a vigorar (Cf. LARA; S.H. (org). *Ordenações Filipinas – Livro V*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999). A partir da vigência do Código Filipino, os crimes ligados às questões religiosas passaram a ser julgados pelo direito canônico, através dos Tribunais Eclesiásticos. Sendo assim, D. Sebastião Monteiro da Vide reuniu nas Constituições Primeiras do Arcebispo da Bahia, em 1707, os crimes de ordem religiosa e suas respectivas penas (Cf. VIDE, Sebastião Monteiro da. *Constituições Primeiras do Arcebispo da Bahia (1707)*. 3ed. São Paulo, 1853).

cargos públicos, que compreendia a “cidadania ativa”, foi restrito aos homens alfabetizados maiores de 21 anos e “(...) em companhia de crianças, loucos, mendigos, analfabetos e índios protegidos pelo Estado, as mulheres permaneceram cidadãs ‘inativas’, sujeitas às leis republicanas, mas, sem o direito de participação cívica”²⁰. Por fim, o primeiro Código Civil brasileiro aprovado em 1916 instituiu o modelo oficial de família e, dentro dela, os modelos também de marido e de esposa com obrigações mútuas, mas em espaços distintos e hierarquicamente separados, conforme observou Elizandra Klem Coutinho²¹.

Esse aparato legislativo foi fortemente inspirado pela filosofia positivista de Augusto Comte que sustentava as idéias sobre o progresso da humanidade pela aplicação de princípios racionais e científicos. Conforme ressalta Sueann Caulfied, “os juristas brasileiros, ansiosos por promover o aperfeiçoamento social e racial da população, viam no direito positivo uma justificativa e um método para intervir no desenvolvimento físico e moral da nação”. A elite modernizadora encontrou no positivismo o discurso ideal para disseminar as representações simbólicas da nova ordem, por isso os positivistas, conforme destacou José Murilo de Carvalho, foram os principais manipuladores de símbolos da República²², e também dos modelos idealizados de homens e mulheres com responsabilidades específicas no progresso da nação. As mulheres, nesta corrente de pensamento, eram consideradas guardiãs da moral da família, responsáveis pela manutenção da ordem da casa, pela educação da prole, além de servirem de musas inspiradoras para o marido e os filhos. Regina Caleiro argumenta que os positivistas republicanos pleiteavam “a complementaridade biológica, mental e social entre homens e mulheres, mas apesar de companheiras, as mulheres não eram iguais aos homens”²³. Neste sentido, o código civil de 1916 só foi aprovado depois de terem sido retiradas

²⁰ CAULFIED, S. *Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação*. Rio de Janeiro (1918-1940). 2000, p.63. Cf. esta obra também para uma análise mais detalhada e na perspectiva de gênero desses dois conjuntos de leis.

²¹ COUTINHO, E. K. *Separação judicial litigiosa como drama social*. 2007.

²² CARVALHO, J. M. Os positivistas e a manipulação do imaginário republicano. In:____. *Formação das Almas*. 1990.

²³ CALEIRO, R. C. L. O positivismo e o papel das mulheres na ordem republicana. 2002, p.42.

as “disposições liberais” como aquelas que ampliavam os direitos das mulheres dentro da família e o divórcio. Ele não só legislou o status, mas funcionou no sentido de manter a desigualdade e a hierarquia.

A primeira tentativa de codificação civil no Brasil ocorreu na segunda metade do século XIX com a *Consolidação das Leis Civis*, formulada por Augusto Teixeira de Freitas e concluída em 1857. Após a conclusão desse projeto, uma comissão composta por sete juristas examinou esse conjunto de leis e fez uma apreciação positiva do trabalho realizado por Freitas; atribuindo-lhe a habilitação como projeto do Código Civil do qual foi preparatório importante. Essa legislação foi formulada em virtude de um contrato firmado entre Freitas, o Governo Imperial e a Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça; sendo publicada oficialmente por este órgão. Esse documento sofreu pequenas alterações, explicações ou adições nos intervalos das publicações das edições posteriores e vigorou com boa aceitação nas repartições, nos tribunais, e entre os Juizes do Império. A parte especial da consolidação tinha dois livros; o primeiro tratava dos direitos pessoais envolvendo as questões ligadas às relações familiares; e a segunda dizia respeito aos direitos reais que regeram os aspectos ligados à herança. A tentativa do governo era aperfeiçoar a Legislação civil brasileira, diante da necessidade de leis que substituíssem as obsoletas Ordenações Filipinas. No entanto, o que se verificou, foi a permanência de diversas disposições dessas Ordenações, que continuaram como fundamento do direito civil no Brasil até a criação do primeiro Código Civil²⁴. Esse começou a ser redigido em 1899 pelo jurista Clóvis Bevilacqua, sendo sancionado em 1916 e colocado em vigor somente em 1917.

O primeiro Código Civil brasileiro regulamentou os direitos civis, dentre eles, o casamento e o desquite. Como uma lei, mas, também e principalmente, como uma prática discursiva, ele criou e assegurou os direitos dentro da sociedade conjugal. Dessa forma, embora historicamente as mulheres tenham ocupado lugar de destaque na família, constituindo-se, em muitos casos, em suas mantenedoras, o código civil, baseado na idéia de prestações e

²⁴ Cf. FREITAS, Augusto Teixeira de. *Consolidação das Leis Civis*. Rio de Janeiro: Garnier, 1869.

contraprestações mútuas, legitimou a divisão sexual entre trabalho produtivo e reprodutivo e tornou as mulheres casadas incapazes e dependentes. Assim, o código não proibia diretamente o trabalho remunerado das mulheres, mas criava um instrumento jurídico de controle da autonomia delas durante o casamento e após o desquite, já que caberia ao marido autorizar ou proibir a esposa a seguir uma carreira profissional. Além disso, o marido era oficialmente o chefe da sociedade conjugal, cabia a ele a representação legal da família, determinar onde iam morar, e, como detentor do '*pátrio poder*' e do "poder marital" podia dispor dos bens tanto do casal como da esposa e, em caso de herança, era, freqüentemente, ele quem recebia como "cabeça do casal".

As principais polêmicas na aprovação do código giraram em torno do modelo de família a ser adotado e do divórcio. Clóvis Beviláqua, ao comentar o código em 1917, argumentou, todavia, que a razão de atribuir ao homem a chefia da família se devia unicamente "à necessidade de apenas um assumir a direção dessa, de modo a harmonizar as relações da vida conjugal", e não à inferioridade das mulheres. O jurista, na defesa da sua obra, insistia que a subordinação das mulheres aos homens era "muito reduzida, é quase que meramente formal" uma vez que ela tinha o "direito" de administrar as despesas domésticas e "meios de conter e fiscalizar a ação do marido"²⁵.

Bevilaqua tinha um lugar de fala institucional porque foi nomeado pelo Estado para redigir o código, e suas interpretações, pela autoridade de seu lugar, adquiriam estatuto de verdade produzindo sentidos. Ao dizer que se atribui a chefia da família ao marido pela necessidade de apenas um controlar e não à "inferiorização" da mulher, e que a "subordinação das mulheres aos homens é muito reduzida", ele pressupõe que a inferiorização e a subordinação já existiam, embora, nesse caso, a primeira não tenha motivado a ação, e a segunda tenha sido reduzida pelo poder de administrar as despesas domésticas confiado agora à mulher. Contudo, para que a equanimidade fosse realmente alcançada, a chefia deveria ficar a cargo de um ou outro cônjuge e

²⁵ BEVILAQUA, Clóvis . *Código civil*, v.1. 1916, p. 183. O artigo 235 estipulava que o marido tinha de obter a permissão da esposa para realizar transações financeiras importantes – mas não seria de admirar que muitas delas fossem persuadidas pelos maridos para seus fins; e o artigo 247 permitia que a esposa fizesse despesas domésticas sem autorização do marido.

não apenas do marido, conforme definiu o código²⁶. Ao usar a palavra “inferiorização”, Bevilaqua reconhecia que haveria hierarquia, e que ela estava sendo instituída. Parece, porém, que começa a haver certa preocupação com uma justiça nas relações conjugais; entretanto, a pressão social do poder masculino instituído a torna impossível. Os paliativos indefinidos ou uma justificativa circunstancial só fazem consolidar o lugar de fala masculino do jurista, que entende, assim, manter seus privilégios e reafirmar a superioridade intelectual, moral e administrativa dos homens.

Por outro lado, “dar” o “direito” às mulheres de administrarem as despesas domésticas e “meios de conter e fiscalizar a ação do marido”, além de criar uma hierarquia – uma vez que elas controlam somente os recursos domésticos e mesmo assim subordinadas ao marido –, coloca-as como co-reponsáveis pelas ações do marido. Num processo de desquite amigável ocorrido em Montes Claros em 1917, para citar apenas um exemplo, o juiz decidiu que “nenhuma partilha há a fazer-se entre os cônjuges divorciantes”, uma vez que as dívidas contraídas por “ambos” eram superiores aos bens do casal²⁷. Ou seja, a administração dos bens caberia unicamente ao homem, mas a dívida considerava-se compartilhada. Apresenta-se com dois pesos e duas medidas: as mulheres não tinham direito ou voz ativa na administração dos bens, mas eram co-responsáveis das dívidas e das seqüelas econômicas em negócios mal conduzidos. Uma articulista da revista *Alterosa* argumentava que, embora os homens exercessem o poder de decisão, quem de fato “mandava” eram as mulheres; contudo, essas apareceram nos enunciados da autora como a causa do mal, a determinação dos insucessos do marido, e não o contrário. Ela disse: “Quando você observar que um homem de bons

²⁶ Carole Pateman, ao discutir a subordinação das mulheres legitimada pelo contrato de casamento, argumenta que “na sociedade civil, ninguém detém o direito político absoluto, livre das restrições impostas pela legislação civil”. Para ela, “a questão não é se um marido é um soberano absoluto, mas se ele é um soberano de algum modo e, se ele sempre tem um direito (civil) limitado sobre sua mulher”, como esse direito conjugal surgiu. Segundo ela a resposta de Locke para essa questão é que o poder conjugal originou-se na natureza. Dessa forma, a esposa é naturalmente submissa ao marido porque “o fundamento natural que garante que prevaleça a vontade do marido e não da esposa é o de que o marido ‘é capaz e mais forte’”. Assim, “uma vez que o homem e uma mulher se tornam marido e esposa e têm de tomar decisões, o direito de decidir, ou ‘a última determinação, isto é, o domínio’ fica a cargo de um ou de outro”. (PATEMAN, C. *O contrato sexual*. 1993, p.83-84).

²⁷ AFGC. *Processo de Desquite conjugal amigável*. Montes Claros-MG., 1917

predicados falha, apure quem o acompanha na vida e, sem dúvida alguma, constatará que sua mulher é a causa imediata do seu fracasso²⁸.

No discurso de Bevilaqua, a matriz de sentido é a defesa da família conjugal e, por conseqüência, as relações hierárquicas e desiguais de poder. Ao reconhecer o exercício maior de poder dos maridos – controle dos bens, da família, do trabalho das mulheres –, o processo discursivo produzia a desigualdade e, ao mesmo tempo, a representação do trabalho feminino como reprodutivo e restrito ao âmbito doméstico. Nesse sentido, o marido foi legalmente definido como o provedor da família, sendo o sustento da esposa “dever seu de honra”²⁹ e sua prestação. Ele era obrigado a prover a família e, em contraprestação, as mulheres teriam o direito à “proteção marital”³⁰. Estabelecia uma relação desigual e assimétrica de troca em que os homens detêm o controle e as mulheres, em troca de “proteção”, entregavam sua autonomia e lhes deviam obediência. Assim, Carole Pateman sublinha que, “no contrato de casamento, as mulheres se convertem em esposas e os homens em maridos, em virtude de dizerem ‘sim’”. Constitui-se aí uma relação desigual de troca que “é estruturada no decorrer do tempo por uma troca permanente entre as duas partes – a troca de obediência por proteção (...)”. A grande questão nessa relação de troca é que “uma das partes do contrato – a que dá a proteção – tem o direito de determinar como a outra cumprirá sua parte na troca”³¹. Ela recobre a “dominação patriarcal”,

A troca controlada de submissão por proteção, de trabalho gratuito por sustento [...] A base do patriarcalismo é um contrato tácito de troca: sustento econômico e proteção dados pelo homem em troca da subordinação em todos os aspectos, e das assistências sexual e doméstica gratuita dadas pela mulher³².

²⁸ Irene Paz. *Elas mandam*. *Alterosa*, ago./1941.

²⁹ BEVILAQUA, C. op. cit. p.113.

³⁰ Em trabalho anterior, analisei processos de desquites ocorridos em Montes Claros (MG) nas primeiras décadas do século XX, onde a ausência de “proteção marital” foi um dos argumentos utilizados pelas mulheres em processos litigiosos em que elas eram autoras. Cf. MAIA, C. J. Entre “inocência” e “corrupção”: a construção de gênero e de representações sociais de mulheres desquitadas no início do século XX. In: REDEFEM. Gramado (RS), 2003.

³¹ PATEMAN, C. op. cit. p. 91.

³² LERNER, G. *Creation of patriarchy*, p. 191-2. Apud PATEMAN, C. id. Ibid. p.54.

A este respeito também Maria Lacerda de Moura afirmava, “no regime atual a mulher é escrava porque precisa da proteção masculina. O indivíduo protegido vale menos, e está sob a dependência do protetor”³³.

No processo de desquite descrito anteriormente, além de não receber nenhum bem na partilha, a esposa foi obrigada a desistir de qualquer pensão por parte do marido, como lhe assegurava a lei³⁴.

Eu (...) abaixo assinada declaro que vivendo separada de facto do meu marido (...) com quem nenhuma relação conjugal tenho **e de quem não careço para manter a minha subsistência**, que de livre e espontânea vontade desisto de qualquer pensão alimentícia a que tiver direito, sendo contribuição do referido meu marido do qual tracto de desquitar-me.³⁵

Essa declaração talvez fosse apenas uma fórmula jurídica pré-estabelecida que atribui, porém, à mulher que a assina, o estatuto de sujeito de seus atos e vontade. Ao desquitar-se, as mulheres retomavam, aparentemente, sua autonomia e seus direitos de cidadania. A declaração da desquitante é também um dos indícios de que muitas mulheres casadas exerciam atividades produtivas não carecendo dos maridos para sua própria sobrevivência. Além disso, como instrumento jurídico, a esposa teve que abrir mão dos bens, assim como da pensão alimentícia, para dar continuidade ao processo de desquite tendo em vista as dívidas do casal. Assim, o Código não refletia uma realidade – o trabalho das mulheres exclusivamente doméstico – mas pretendia instituí-la.

Ao tornarem-se esposas, as mulheres juridicamente tornavam-se pessoas incapazes, já que o Código Civil Brasileiro, por meio do artigo 6, manteve a incapacidade das mulheres casadas sem nem mesmo discutir a inovação proposta pelo ante-projeto.

³³ MOURA, M. L. A mulher é uma degenerada? (1932) Op. Cit. p. 73.

³⁴ Segundo o artigo 224 do Código, sendo a mulher autora da ação, “innocente e pobre” poderia pedir “alimentos provisionais” fixado pelo juiz, e meios de subsistência para os filhos. Ela perderia esse direito, caso o marido provasse que é “culpada”, desobrigando-o de tal pagamento. Também conforme o artigo 324, “a mulher condenada (...) perde o direito a usar o nome do marido”, porque, é a mulher desquitada que pode “abusar enxovalhando o nome do marido, de quem se separou” (Beviláqua, op. cit. 1917, p. 285).

³⁵ FÓRUM GONÇALVES CHAVES. *Processo de Desquite conjugal amigável*. Montes Claros-MG., 1917.

Art.6 – **são incapazes, relativamente a certos actos** (art.147 n.1), ou à maneira de os exercer:

I – os maiores de dezesseis e menores de vinte e um annos (...);

II – As **mulheres casadas**, emquanto(sic) subsistir a sociedade conjugal;

III – Os prodígios;

IV – Os silvícolas.

Carole Pateman lembra que os teóricos clássicos construíram uma versão patriarcal da masculinidade e da feminilidade e, com base nessa construção, “somente os seres masculinos são dotados das capacidades e dos atributos necessários para participar dos contratos (...) quer dizer, somente os homens são ‘indivíduos’”³⁶. Nesse sentido, ao justificar a incapacidade das mulheres, Beviláqua argumentou:

Não é a inferioridade mental a base da restrição imposta à capacidade da mulher, na vida conjugal, é a diversidade das funções que os consortes são chamados a exercer (...). Em tudo aquillo que exigir mais larga e mais intensa manifestação de energia intellectual, moral e physica, **o homem será mais apto do que a mulher**; mas em tudo aquillo em que se exigir **dedicação, persistência, desenvolvimento emocional delicado**, o homem não se pode equiparar à sua companheira³⁷.

No enunciado, o jurista circunscreveu, ainda, o trabalho das mulheres casadas a uma esfera privada, restringindo suas habilidades àquelas necessárias ao exercício da maternidade e do cuidado com a casa e com o marido. Assim, além de incapazes, as esposas deveriam se tornar economicamente dependentes dos maridos. Ao contrário das mulheres casadas, as solteiras ou viúvas tiveram assegurados com maior plenitude seus direitos civis com o Código de 1916, sendo eliminadas as restrições antes feitas a todas as mulheres tais como “a exclusão da tutoria, não sendo ascendente da pessoa tutelada, a incapacidade para assumir responsabilidade por terceiro, ou de ser testemunha em testamentos”³⁸. Nesse sentido, o Estado legislou o *status* instituindo uma desigualdade entre mulheres casadas e

³⁶ PATERMAN, C. op. Cit.

³⁷ BEVILAQUA, C. Op. cit. 1916, p.183.

³⁸ Id. *ibid.*

mulheres solteiras pelo acesso diferenciado aos bens, ao trabalho, à condição de indivíduo jurídico, mas também ao casamento, como veremos adiante.

A Constituição promulgada em 1934 trouxe explícito, através do artigo 113, §1º, o princípio da igualdade: “Todos são iguais perante a lei. Não haverá privilégios, nem distinções por motivo de nascimento, **sexo**, raça, profissões, próprias ou do país, classe social, riqueza, crenças religiosas ou idéias políticas” (grifo meu). No entanto, as mulheres tiveram assegurado somente o direito à cidadania política, elas continuavam sem a cidadania plena e as desigualdades e hierarquias estabelecidas no código civil foram mantidas.

Assim, o código civil, e o discurso jurídico que o sustentava, instituiu e legitimou não apenas a assimetria entre maridos e esposas, mas também entre mulheres esposas e mulheres solteiras produzindo a desigualdade. Este aparato jurídico, junto com outras práticas discursivas, procurou criar padrões de homens e de mulheres construídos pelas diferenças de gênero e com obrigações mútuas dentro ou fora da família, regulamentados pelo contrato de casamento. Assim, a natureza do contrato de casamento, ou seja, um dispositivo de controle e de regulamentação e legitimação de relações hierárquicas e desiguais entre homens e mulheres, foi efetivamente camuflada, à medida que o casamento foi apresentado como uma vocação inata das mulheres, parte da sua natureza.

3.2 – O cânone da “natureza”: o mandato de casar e “a tragédia das solteironas”

Para disseminar os modelos idealizados de família e de mulheres no Brasil, aos poucos, ocorreu uma verdadeira explosão discursiva, com a emergência de um mercado editorial voltado aos aconselhamentos matrimoniais, manuais de casamento e de instruções às jovens mães³⁹. A maternidade foi ainda mais valorizada e transformada no tempo essencial e divino da mulher “onde realização física e papel social se encontram”⁴⁰. A figura

³⁹ Publicavam-se obras tanto de autores/as brasileiros/as, quanto de autores estrangeiros como as de Havelock Ellis, considerado o pai da sexologia e Marie Stopes, famosa autora inglesa de aconselhamentos matrimoniais.

⁴⁰ Id. Ibid. p.251. No original «(...) óu accomplissement physique et rôle social se rejoignent ».

da “mãe” tornou-se central, devido a sua responsabilidade na manutenção da família, na saúde e na educação dos filhos que daria ao Estado⁴¹. Assim a idéia da maternidade esclarecida e de que “ser mulher é ser quase integralmente mãe dedicada e atenciosa”⁴² foi cada vez mais introduzida e instituída. Manuais e currículos escolares foram organizados voltados à produção de mulheres que fossem gerentes racionais da vida doméstica e socializadoras inteligentes dos filhos, mas desobrigadas de qualquer trabalho considerado produtivo.

Nesses enunciados, a maternidade e o casamento foram construídos como o fundamento da vida das mulheres, o único caminho possível da felicidade e o meio pelo qual elas cumpririam as determinações do seu gênero e assegurariam uma posição social, pois “é humilhante não ter marido”⁴³. Esses discursos criavam as marcas das “diferenças sexuais” que atrelam as mulheres a um destino biológico (maternidade) e social (casamento)⁴⁴. Elas deveriam ser esposas fiéis, mães amáveis, donas-de-casa hábeis e dedicadas. Fora deste quadro, elas não eram nada, como sublinham Marina Maluf e Maria Lúcia Mott:

O dever ser das mulheres brasileiras nas três primeiras décadas do século foi, assim, traçado por um precioso e vigoroso discurso ideológico, que reunia conservadores e diferentes matrizes reformistas e que acabou por desumanizá-las como sujeitos históricos, ao mesmo tempo que cristalizava determinados tipos de comportamento convertendo-os em rígidos papéis sociais. “A mulher que é, em tudo, o contrário do homem”, foi o bordão que sintetizou o pensamento de uma época intranquã e por isso ágil na construção e difusão das representações do comportamento feminino ideal, que limitaram seu horizonte ao “recôndito do lar” e reduziram ao máximo suas atividades e aspirações, até encaixá-las no papel de “rainha do lar”, sustentada pelo tripé mãe-esposadona-de-casa.⁴⁵

⁴¹ A este respeito cf. MAIA, C. J.; COUTINHO, E. K. Filhos do Estado: crianças e organização familiar em Montes Claros (1889-1930). v.10, n.1, 2005.

⁴² D'INCAO, M. A. Mulher e família burguesa. In: *História das mulheres no Brasil*. 1997, p.229.

⁴³ NEVES, Berilo “A Tragédia da solteirona”. *Revista da Semana*. 17 de jun. 1937.

⁴⁴ NAVARRO-SWAIN, op. cit. 2000.

⁴⁵ MALUF, M.; MOTT, M. L. op. cit. p. 373.

O casamento, assim como a maternidade, passava a ser percebido não como um mero evento social, mas como uma dádiva divina, “(...) única senda, banhada de luz por onde se chega à felicidade”⁴⁶; e, acima de tudo, como um imperativo da natureza. Por isso era algo essencialmente (naturalmente) aspirado e desejado por todos, principalmente pelas mulheres. Berilo Neves na matéria de abertura da *Revista da Semana* intitulada “A tragédia das solteironas”, publicada em 1937, afirmava:

O casamento é, para a mulher, como o ar para os pulmões. Uma mulher celibatária é, sempre, uma mulher mais ou menos asphyxiada. **Nunca se infringe impunemente um preceito da Physiologia.** A Natureza não disse si os casamentos devem ser indissolúveis ou não: **exige**, apenas que os haja⁴⁷.

A enunciação é o casamento como força vital para as mulheres, seu élan e sua finalidade de viver. Assim, se o casamento, como a maternidade, faziam parte da natureza das mulheres, isso significou que aquelas que não realizaram nem um nem outro, passaram a ser percebidas como um desvio da natureza, logo, o celibato apresentou-se como anti-natural e a celibatária a figura da anormalidade. Ao infringir “um preceito da fisiologia”, ou seja, ao não se casar, não ter filhos, a celibatária pagaria o preço de sua transgressão, pois, seria punida pela “natureza” com um corpo doente, histérico, nervoso e inútil. Foi assim que, quando o discurso jurídico não foi suficiente para manter a desigualdade e a hierarquia, entrou na arena o discurso médico-científico com a patologização da mulher insatisfeita sexualmente (como discutirei na parte III). A histerização do corpo da mulher foi uma das quatro estratégias do dispositivo da sexualidade assinalada por Foucault, em que a ‘mulher nervosa’ emergiu como a imagem em negativo da mãe⁴⁸. Como lembra Michelle Perrot, nesse dispositivo “o corpo feminino é um investimento do poder, um lugar

⁴⁶ AÇÃO CATÓLICA. *O Decênio crítico*. Para os moços e as moças dos 16 aos 26 anos. São Paulo: Paulinas, 1946.

⁴⁷ NEVES, Berilo. Op. cit.

⁴⁸ Id. Ibid. p. 99. As outras estratégias são a pedagogização do sexo da criança; socialização das condutas de procriação; psiquiatrização do prazer perverso.

estratégico da esfera privada e pública, um ponto de apoio da biopolítica”⁴⁹.

Berilo Neves segue dizendo:

O matrimônio é uma fórmula social que tem por si o prestígio da tradição e o da Igreja. Talvez não seja a fórmula mais perfeita: mas a verdade é que, até hoje, ninguém inventou coisa melhor para **regular a relação entre os sexos, no mundo civilizado** (grifos meus).

Em um outro enunciado publicado mais tarde, em 1946, como introdução ao livro *O decênio crítico*, de autoria da Ação Católica e direcionado às “moças e moços dos 16 aos 26 anos” a fim de lhes apontar o caminho certo entre o matrimônio, o celibato e a vida religiosa, aparecem as mesmas matrizes de sentido:

Argumento: - **considerando atentamente a natureza**, vemos que a mesma nos revela: - a) UM FATO: que o homem e a mulher têm a mesma dignidade, embora com uma personalidade distinta e incompleta; b) UM FIM: que tal diferença não se pode atribuir à casualidade; ela **indica que o homem e a mulher devem unir-se** e integrar-se. c) UM MÉTODO: segundo o qual na educação dos dois sexos é de toda a necessidade ter-se sempre diante dos olhos o FATO e o FIM mencionados: quem deles prescinde e os ignora, **age contra a natureza e não chega ao seu desideratum** (grifos meus)⁵⁰.

Percebemos nos enunciados o funcionamento do dispositivo da sexualidade, com a inserção das relações sexuais num sistema de utilidade politicamente conservador, assegurando, dessa forma, a sexualidade binária e o eixo reprodutivo. O matrimônio, que não era qualquer invenção, mas, aquela que tinha “o prestígio da tradição e da igreja” é, então, a forma mais “civilizada” de regular as relações entre os sexos, ou seja, proporcionar a sexualidade prescritiva e reprodutiva dentro da família conjugal que, como assinalou Foucault, foi a permutadora entre a aliança (matrimônio) e a sexualidade.

O segundo enunciado elucida o estabelecimento de hierarquias entre os gêneros, já que ambos “têm a mesma dignidade, embora uma personalidade distinta e incompleta”, e a heterossexualidade compulsória, pois,

⁴⁹ PERROT, M. Michel Foucault et l'histoire des femmes. In : *Les Femmes ou les Silences de L'Histoire*.1998, p.418.

⁵⁰ AÇÃO CATÓLICA. *O decênio crítico*. Op. Cit. 1946.

a diferença, imposta pela natureza entre homens e mulheres, indica que eles devem unir-se, integrar-se porque são complementares. Escapar a esse ordenamento, ou seja, agir “contra a natureza”, significava, portanto, pagar um preço, já que, como Berilo Neves, o segundo enunciador após indicar a fórmula da felicidade (a complementaridade) fez sua advertência, “não chega ao seu desideratum”, pois uma mulher só, agora, era uma mulher incompleta. O segundo enunciador, que já tem um lugar de fala constituído, pois, fala em nome da igreja, por meio da Ação Católica, também utilizou o discurso de autoridade da natureza, “considerando a natureza”, disse ele. Assim suas conclusões eram irrefutáveis porque partem de observações – método que também é científico – de eventos naturais. É mais uma vez a naturalização de determinações sociais historicamente estabelecidas. Conforme assinala Navarro-Swain, o discurso da “natureza”, por um lado, “faz da procriação a essência da mulher e subtrai-lhe ao mesmo tempo o papel de sujeito e a posse de seu corpo”; por outro lado, “a instituição do casamento em particular e a heterossexualidade compulsória, em geral, fazem com que as mulheres possam ser apropriadas em sua sexualidade e sua força de trabalho de modo individual e coletivo pelos homens”⁵¹.

A emergência de discursos desse tipo indica, portanto, que isso era algo que não existia, mas algo que se pretendia instaurar, ou seja, criar um novo regime de verdade para as mulheres, tendo como matrizes de inteligibilidade o casamento, a família conjugal, a maternidade, a heterossexualidade e a diferenciação entre os sexos. Assim elas deveriam ser convencidas a tornarem-se esposas, pois, conforme assinalaram Marina Maluf e Maria Lúcia Mott,

Se o casamento representava uma etapa superior das relações amorosas, se foi proclamado ‘garantidor da saúde da humanidade’, o melhor remédio para o corpo e para a alma, e se constituía uma das maiores fontes de ‘estabilidade social’, era preciso então, divulgá-lo e transformá-lo numa necessidade para todos. Os celibatários, vistos como ameaça ao edifício social e a pureza do casamento, eram motivo de discursos que não poupavam os homens tampouco as mulheres⁵².

⁵¹ Swain, op. cit. 2000, p. 56.

⁵² MALUF e MOTT, op. cit. p. 387.

Nesse processo de convencimento para as mulheres aderirem à conjugalidade normativa e moderna (matrimônio monogâmico indissolúvel, baseado em obrigações mútuas) uma das estratégias discursivas acionadas foi a criação da idéia de privilégios ou direitos exclusivos da esposa, tais como a livre escolha do próprio marido, o amor romântico como base das relações matrimoniais e o governo racional da casa moderna. O dispositivo do preenchimento da “normalidade” por parte das mulheres só e exclusivamente dentro da instituição conjugal era reforçado pelo terror científico-moral disseminado pela figura estigmatizada da solteirona. Em que condições, porém, as mulheres realmente exerciam suas escolhas? Que tipo de amor lhes era realmente oferecido? O que elas eram obrigadas a renunciar para se engajarem numa relação amorosa? Em que medida as mulheres puderam verdadeiramente aspirar a interesses individuais? Esses “direitos”, de que me ocupo no próximo capítulo, configuraram numa forma de coerção usada para inserir ou manter as mulheres no “contrato de casamento”.

CAPÍTULO 4

O “DIREITO” DAS ESPOSAS

Na família patriarcal, imersa em uma sociedade marcada por valores holistas, a ideologia que regia a conjugalidade era, principalmente, a de alianças sócio-econômicas. O indivíduo, especialmente as mulheres, englobado pela família, casava-se para atender a interesses mais coletivos¹. Arrumar marido ou esposa era responsabilidade dos pais, e no caso das mulheres de elite, o dote era elemento indispensável para realização de bons casamentos. Assim, para incentivar o casamento na sociedade brasileira que, embora ainda dominada por valores holistas, movia-se para uma visão de mundo que prenunciava o individualismo, foi introduzida, e cada vez mais reforçada, a idéia do casamento como resultado da “livre escolha” dos cônjugues visando não mais os interesses sócio-econômicos da família, mas, a realização do amor romântico.

Os/as autores/as que estudaram as mudanças nos padrões de conjugalidade no ocidente e a emergência da idéia de amor romântico apontam, nesse sentido, para a importância do surgimento do individualismo a partir do século XVIII que proporcionou o aparecimento da família conjugal

¹ Ida Lewkowicz destaca a participação dos filhos, inclusive das mulheres, na escolha conjugal em Minas Gerais já no século XVIII e na primeira metade do XIX. Conforme essa autora “a inclinação dos noivos parece ter desempenhado o seu papel: amor e necessidade foram motivos para o acerto do casamento para Anna Firmina e Manoel Jacintho...” (In: As mulheres mineiras e o casamento, op. cit. p.17). O que mudou, porém foi o padrão da conjugalidade, pois se antes prevaleciam os interesses dos pais, a partir principalmente do final do século XIX, os discursos passaram a condenar a interferência deste em detrimento da liberdade de escolha dos filhos.

moderna caracterizada pela maior autonomia dos filhos em relação aos pais². Tais mudanças foram possibilitadas pela afirmação da idéia “do indivíduo liberto dos laços sociais; não mais derivando sua realidade dos grupos a que pertença, mas em relação direta com um cosmos composto de indivíduos, onde as relações sociais valorizadas são relações interindividuais”, conforme assinalaram Eduardo Viveiros de Castro e Ricardo Benzaquen de Araújo³. Um indivíduo de direitos, dentre eles; o de escolher e o de amar a quem quiser. Este capítulo analisa a produção e disseminação das idéias de livre escolha, de amor conjugal e do governo restrito da casa, de forma moderna e científica, como direitos das esposas. Tais idéias visavam atrair ou manter as mulheres na conjugalidade, não obstante, muitas delas que já estavam inseridas nas relações matrimoniais, de variadas formas, manifestaram suas insatisfações.

4.1 - O dispositivo da escolha

Denis Rougemont, em sua *História do Amor no Ocidente*, ressalta que o casamento baseava-se em três grupos de valores que lhe impunham suas “coerções”: as coerções sagradas – nas sociedades pagãs onde se levava em consideração os ritos de compra, do rapto, do pedido e do exorcismo –, as coerções sociais – baseadas nas questões de sangue, de posição social, de interesses familiares e de dinheiro – e as coerções religiosas – onde o compromisso religioso é feito “para todo o sempre” e não se leva em consideração as diferenças individuais⁴. “Ao perder as garantias de um sistema de coerções sociais”, argumenta o autor, o casamento passou a basear-se em

² Dentre eles, LUHMANN, N. *O amor como paixão*; WATT, I. op. cit.; LOBATO, J. *Amor, desejo e escolha*; ROUGEMONT, D. *História do Amor no Ocidente*; VIVEIROS DE CASTRO, E. B.; BEZAQUEN DE ARAUJO, R. *Romeu e Julieta e a origem do Estado*. In: VELHO, G. (org.) *Arte e sociedade*, 1977. WATT, I. op. cit.

³ VIVEIROS DE CASTRO, E. B.; BEZAQUEN ARAUJO, R. Op. Cit. p. 131. Nesse belíssimo texto, os autores argumentam que o romance de Romeu e Julieta pode ser interpretado como um mito que narra o nascimento do amor como “um tipo de relação social em que os parceiros eram definidos como indivíduos, e não como *personas*” englobada pela lógica social (id.ibid. p.155). O casal Romeu e Julieta surge, assim, como a primeira manifestação da família conjugal moderna que passa a ter como ponto focal as relações internas (afetivas), “não mais as relações que uniam diferentes famílias entre si” (Id. Ibid. p. 152).

⁴ ROUGEMONT, D. *História do Amor no Ocidente*. 2003, p.373-374. Sobre o casamento cristão, cf. SOT, M. La g n se du mariage chr tien. In : *Amour et sexualit  en Occident*, 1991, p.193-206.

decisões individuais. “Ou seja, o casamento tem realmente por base uma idéia individual da felicidade, idéia que se supõe, na melhor das hipóteses, comum aos dois cônjuges”. Nesse sentido, a escolha do cônjuge emerge como um direito dos filhos, pois, conforme sublinha Carole Pateman, “o direito político enquanto direito paterno é incompatível com a sociedade civil moderna”⁵.

No Brasil, a Consolidação das Leis Cíveis de 1869, organizada por Teixeira de Freitas, já assinalava a obrigatoriedade de se fazer referência na escritura de casamento à “espontânea e livre vontade das recíprocas promessas, feitas e aceitas, sem a menor coação”⁶. No entanto, a omissão dessa informação no assento de casamento não implicava na anulação do matrimônio, já que, conforme Teixeira de Freitas, não se constituía em um requisito essencial no contrato. Além disso, os casamentos deveriam ser contraídos por escritura pública assinada pelos futuros cônjuges e seus respectivos pais, curadores ou tutores⁷. A primeira lei republicana do casamento civil, instituída em 1890, por sua vez, reforçava a idéia da “livre escolha”, ao proibir os casamentos sob coação e determinar que, quando se tratasse de casamento de menores de idade realizados em prédios privados, as janelas e portas deveriam permanecer abertas.

“Arrumar” casamento se tornava cada vez mais tarefa dos filhos e o dote, por sua vez, caiu em desuso no final do século XIX. Para Besse, o fim do dote significava para muitas mulheres da elite a dependência econômica total dos maridos, mas por outro lado, “(...) elas também conseguiram ter maior liberdade de escolher (e responsabilidade de encontrar) seus próprios esposos. E as mulheres sem posses tinham chance muito maior de casar legalmente”⁸. Sem o dote, eram agora atributos mais individuais os que qualificavam as mulheres a serem candidatas atraentes no mercado matrimonial; nesse sentido, “encontrar” um marido tornava-se, para as mulheres, uma questão de sucesso ou fracasso, um mérito pessoal. Dependia das suas capacidades

⁵ PATEMAN, C. op. cit. p.16.

⁶ TEIXEIRA DE FREITAS, T. Op. cit. p. 90

⁷ Id. ibid. p. 87-10.

⁸ BESSE, S. op. cit. p. 18

física, estética, intelectual, artística e doméstica de despertar o interesse e o amor dos homens.

Médicos, advogados, intelectuais, articulistas, através da imprensa, principalmente das colunas de aconselhamento, passaram a condenar a interferência dos pais nas escolhas dos filhos e a defender a autonomia na escolha do cônjuge, mas ao mesmo tempo também criavam padrões idealizados que direcionavam as escolhas, sobretudo das mulheres, como na matéria “O marido ideal” publicada na revista *Alterosa*.

Três coisas convém conhecer, antes de mais nada, acêrca do homem a quem se vai dar a própria mão, ou a de uma filha: sua pessoa, sua família e seus meios de vida. (...) **Quando se escolhe um marido, deve-se procurar um homem que tenha saúde, de idade proporcional à mulher, dono de bom caráter, de família respeitável e com meios de vida estáveis**, que não dependam do acaso ou da sorte, porém baseados em trabalho honesto e seguro. **Sem saúde, tudo é triste e amargo**, mesmo para os ricos; juntar-se a uma família onde haja **enfermidades hereditárias** equivale, geralmente a proporcionar a si própria uma existência lamentável. Quanto às idades, convém que haja certa igualdade entre as esposas e os esposos. Uma diferença de quinze ou mais anos destrói aquela vivacidade⁹. (grifos meus)

Os padrões de escolhas possíveis eram assim construídos a partir de critérios de idade, de posição social, de condição sócio-econômica e da eugenia, conforme o enunciado. Além de direcionar as escolhas das mulheres para os canais convencionais, os discursos de autoridade, como este, procuravam ainda assegurar os casamentos intra-classe e intra-raciais – endogamia –, já que a preocupação do projeto burguês do período não era somente a constituição de famílias conjugais, mas principalmente com a descendência, ou seja, os filhos brancos e sadios que o casal daria ao Estado. A questão que se apresenta nestas enunciações é, pois, a da emergência e afirmação da família como preocupação pública. Seria essa progressão já o preanuncio da biopolítica atual? A medida que o Estado se redimensiona e expande os espaços que institui e controla, a família como órgão a cargo de fornecer e formar cidadãos vai assumindo uma centralidade antes desconhecida como foco de controle por parte do Estado.

⁹ ALTEROSA. O marido ideal. Belo Horizonte, out./1945.

Nesse sentido, os assuntos matrimoniais, tais como a escolha, o amor, a beleza, o comportamento da esposa, mas também, intrigas familiares e infelicidades conjugais, cresceram como preocupação pública, ganhando cada vez mais destaque na imprensa seja com a publicação de obras e coleções especializadas, seja em matérias e colunas de jornais ou revistas.

Em Minas, a revista *Alterosa* foi um dos principais veículos que se ocupou de tais assuntos. Ela publicava uma seção de aconselhamento “para os males do espírito”, uma espécie de “consultório sentimental” em que os “aconselhadores” respondiam a cartas de missivistas, em sua maioria mulheres, leitoras da revista: esposas infelizes ou submissas, moças casadoiras, amantes ansiosas. No período em análise, a revista contou com duas colunas desta modalidade: em 1940, a coluna “Confidências e Confissões”, sob responsabilidade de Sílvio Castelar e, a partir de 1945, uma outra coluna chamada “Caixa de segredos”, de Consuelo San Martin. As missivistas pediam conselhos quase sempre relacionados às infelicidades conjugais, ao comportamento feminino, ao casamento, aos relacionamentos amorosos e à escolha conjugal. Nas cartas enviadas e selecionadas para serem respondidas, o/a jornalista realizava recortes de extratos para publicar e comentar, de acordo com temas que lhe conviessem ou fossem de interesse da revista. É possível, assim, perceber que, nesse gênero de discurso, o/a autor/a de uma carta, como sublinha Maingueneau, deve considerar determinadas condições ao escrever, pois, “(...) não só ele [ela] apenas reage a um discurso previamente organizado pelo jornal [nesse caso a revista], mas também não possui poder algum sobre a redação, nem tem certeza de que sua carta será publicada”¹⁰. Nessa cena, o discurso é selecionado, recortado, organizado e dirigido não apenas às missivistas, mas a todas as leitoras de *Alterosa*, por um sujeito (o/a aconselhador/a) que é também uma “posição”, um “lugar de fala” construído pela revista¹¹. Nesse sentido, na primeira edição da seção “Confidências e Confissões”, a revista construiu o lugar enunciativo do aconselhador:

¹⁰ MAINGUENEAU, op. cit. 1997, p. 35.

¹¹ FOUCAULT, M. *A Ordem do discurso*.; ver também FOUCAULT, M. *A Arqueologia do Saber*.

Silvio Castelar, o grande cronista de requintada sensibilidade que **inaugurou**, na imprensa brasileira, o consultório para os males do espírito, passou a colaborar na ALTEROSA. O penetrante **psicólogo**, autor do livro “Doentes d’Alma” recebe, diariamente, dezenas de cartas de **admiradores** seus espalhados por todos os recantos do Brasil. Nas páginas desta revista, na secção a seu cargo – Confidências e Confissões – responderá todas as cartas que lhe forem dirigidas por aqueles que sofrem de males que ninguém vê e que são, quase sempre, os mais cruéis...¹²

Não se tratava, portanto, de qualquer pessoa, mas de alguém que inaugurou uma modalidade jornalística, era alguém de experiência, reconhecido nacionalmente, um “penetrante psicólogo”; dessa forma sua fala tinha a autoridade do discurso médico-científico e da experiência, ele detinha a cura para os “males que ninguém vê”¹³. Assim, questões relativas a relacionamentos, problemas amorosos e conjugais, dúvidas sobre comportamento, entre outros, poderiam ser tratadas em termos de doença. O excerto construiu, ao mesmo tempo, o lugar de fala de Sílvio Castelar e organizou previamente o discurso da revista, determinando as temáticas que seriam objetos da seção. Ao lado de médicos e psicólogos o aconselhador exercia, pois, o papel de confessor. A confissão, conforme assinalou Foucault, passou a ser no ocidente “uma das técnicas mais altamente valorizadas para produzir a verdade”¹⁴, e a figura do confessor uma instância altamente importante, já que,

(...) a confissão é um ritual de discurso onde o sujeito que fala coincide com o sujeito do enunciado; é, também, um ritual que se desenrola numa relação de poder, pois não se confessa sem a presença ao menos virtual de um parceiro, que não é **simplesmente o interlocutor, mas a instância que requer a confissão**, impõe-na, avalia-a e intervém para julgar, punir, perdoar, consolar, reconciliar; um ritual onde a verdade é autenticada pelos obstáculos e as resistências que teve de suprimir para poder manifestar-se...¹⁵

¹² ALTEROSA, Belo Horizonte, ano II, jan.1940.

¹³ Como salienta Foucault, “(...) a fala médica não pode vir de qualquer um, seu valor, sua eficácia, seus próprios poderes terapêuticos e, de forma geral, sua existência como fala médica não são dissociáveis do personagem estatutariamente definido que tem o direito de articulá-la”(FOUCAULT, M. *Arqueologia do Saber*. Op. cit. 2004).

¹⁴ FOUCAULT, M. *Scientia sexualis*. In: *História da Sexualidade*, v.1, op. Cit.p. 59.

¹⁵ Id. Ibid. p.61

Antes solidamente ligada às práticas da penitência, pouco a pouco a confissão foi-se transformando, sobretudo a partir do protestantismo, da contra-reforma, da pedagogia do século XVIII e da medicina do século XIX. Ela perdeu sua situação ritual e exclusiva, foi difundida e utilizada em toda uma série de relações e em várias instâncias sociais. “As motivações e os efeitos dela esperados se diversificaram”, tudo pode e deve ser confessado em detalhes: os pensamentos, os desejos, o passado, os sonhos, os prazeres, os crimes, as dúvidas, as próprias doenças e misérias. Diversifica-se também as formas que ela toma, dentre essas formas as utilizadas nas seções de aconselhamento, ou seja, as consultas e as cartas. Conforme Foucault, a confissão “está tão profundamente incorporada a nós que não a percebemos mais como efeito de um poder que nos coage”, que nos incita a falar, pois ela produz efeitos não em quem recebe, “mas sim naquele de quem é extorquido”¹⁶. O próprio título que nomeia a seção, “Confidências e Confissões” sugeria o tipo de assunto a ser abordado, confessado pelas leitoras, ou seja, aspectos da sua intimidade, aquilo que não se pode confiar a outrem.

O aspecto do segredo que assegura o caráter de sigilo, logo de confiabilidade do conselheiro/confessor apareceu também na seção “Caixa de Segredos”. Ao contrário de Sílvio Castelar, o “lugar de fala” de Consulo San Martin foi construído nos recortes de cartas publicadas em sua seção, sendo supostamente esta posição legitimada pelos/as próprios/as leitores/as. Na edição de dezembro de 1945, a revista explica o objetivo da seção:

CAIXA DE SEGREDOS é uma seção permanente que esta revista oferece a todos os seus leitores desejosos de solucionar os seus problemas sentimentais, sentindo necessidade de conselhos sinceros e baseados na experiência e observação da existência humana através das suas múltiplas manifestações psicológicas¹⁷.

Ambos os aconselhadores falavam ao público, não em seu próprio nome, mas de uma outra instância pública que é a revista, se apresentando, assim, como pessoas removidas de seu ser individual. Conforme assinala Rita Laura Segato

¹⁶ Id. *ibid.* p. 59.

¹⁷ ALTEROSA, Belo Horizonte, dez./1945.

ao discutir o sujeito dos textos públicos, esse discurso público tem uma “retórica da desincorporação” que ‘implica falar para todos desde um corpo neutro, representando o ‘público’”. É um corpo situado que “se apropria do lugar do sujeito público, legitimando e afirmando” sua posição de autoridade. Assim quem falava era a autoridade da esfera pública – representante do Estado –, eram sujeitos, portanto, autorizados a darem conselhos sobre assuntos sentimentais e comportamentais, e, pelo lugar que ocupavam, o que diziam tinha efeito de verdade. Seus conselhos eram, desta forma, “um texto marcado que se apresenta como não marcado (...) como geral, apesar de ser particular e situado”¹⁸.

Dentre os temas diversos sobre relacionamentos conjugais, essas seções criavam ideais de escolha conjugal e de comportamento feminino como base para constituição dos casamentos. Na seção de “Confidências e Confissões” de setembro de 1940, uma missivista de Itabirito pediu conselhos sobre a escolha do noivo:

“Tenho dois pretendentes: um não goza das boas graças de minha família, o outro é bem recebido e admirado em minha casa. É justamente aquele que meus parentes detestam, que eu mais estimo. Que devo fazer?”¹⁹.

Na sua resposta, Sílvio Castelar deixou claro a superação da interferência dos pais e a primazia dos interesses individuais sobre os interesses de família:

“Minha presada (sic) amiga, Felicidades,
A sua pergunta não é de uma menina moderna. **Há mais de meio século, os pais deixaram, para as filhas, a tarefa de escolher noivos.** Há ainda, nos sertões bravios, homens fiéis aos costumes coloniais, eu bem sei. Mas Itabirito é uma cidade próspera e culta. Ninguém lhe vai impor um marido. **A preferência da sua família não tem um caráter de prepotência.** É apenas uma questão de simpatia... Nesta altura da civilização, os parentes não são ouvidos nem consultados em questões dessa natureza...”²⁰ (grifos meus)

¹⁸ SEGATO, R. L. Del cuerpo camuflado del sujeto “público” al cuerpo abolido de Internet: un trayecto occidental. 2003, p.176-177.

¹⁹ ALTEROSA. Confidências e confissões. Belo Horizonte, set./1940.

²⁰ Id. Ibid.

Na seção de maio de 1940, ele respondeu a uma missivista de Muriaé, uma francesa que dizia amar a um homem cujos pais desejavam que ele se casasse com uma “determinada moça, parenta dele, feia, velha e rica”²¹.

Respondeu ele:

Atendo o seu angustioso apelo. Na luta travada entre você e os pais de seu noivo, a vitória será sua. Sua porque **a razão, o amor e a mocidade estão do seu lado**. Eles só contam com a **autoridade paterna, muito enfraquecida** nos tempos que correm. (...) Essa teimosia dos pais do seu noivo não terá forças para destruir a sua felicidade. E além disso, você é francesa, e a França é a pátria da inteligência, da graça e, sobretudo, da astúcia. **A solteirona que se prepara para liquidar o Hélio tem pela frente os encantos da sua juventude**. É preciso, no entanto, que o seu noivo **não assista impassível a luta**. É a sorte dele que se decide. Diz você que ele tem 24 anos. Nessa idade os homens já têm personalidade. (...) Os pais do seu noivo querem conhecer o seu passado. **Menina bonita como você não tem passado** (...) Que quer a família de Hélio? Uma lista dos seus pecadinhos de moça? **E a solteirona que desejam impingir no rapaz terá algumas trincas?** ²² (grifos meus)

A família conjugal tendia ao afrouxamento das relações entre pais e filhos, promovendo certa independência e autonomia desses em relação àqueles. Assim, o enunciador produziu a escolha do cônjuge como um valor e um direito pessoal a ser defendido, o que justificava o desacato aos pais – “É preciso, no entanto, que seu noivo não assista impassível à luta”. Mas, ao mesmo tempo, essa escolha foi circunscrita e direcionada, já que estabeleceu outros valores a serem observados, como o amor romântico, os atributos como a beleza da noiva, a virtude, a idade, e principalmente o seu comportamento. Disse ele, “a razão, o amor, a juventude estão do seu lado”; “a solteirona que se prepara para liquidar o Hélio tem pela frente os encantos da sua juventude”; “moça bonita como você”. Ou seja, não eram mais os elementos como o dote, o nome de família, a posição social ou a realização de alianças, mas, os valores mais individualistas que constituíam a base para os casamentos, e que, por sua vez, foram objetos de reflexão e produção do feminino, ou pelo menos,

²¹ Extrato da carta de Luci, publicado na seção “Confidências e Confissões”. ALTEROSA, op. cit. maio/1940.

²² ALTEROSA. Confidências e Confissões. Belo Horizonte, ano II, maio/1940.

de produção de um tipo de mulher desejável como esposa pela sociedade e pela cultura.

Os padrões estéticos, que são históricos e socialmente definidos, constituíram um dos elementos de classificação e qualificação das mulheres no mercado matrimonial²³. Assim, outro sentido imprimido pelo enunciado foi a disputa, a competição por um marido que colocava as mulheres em batalha pelos melhores partidos. De um lado, as jovens e bonitas estabelecidas como vencedoras e, de outro, as fracassadas, transformadas em solteironas feias e invejosas, daí a preocupação da missivista de Barbacena chamada Efigenia: “Tenho três prêmios de beleza, mas não sou vaidosa. Dizem todos que as **mulheres bonitas não são felizes**. Penso em casar-me e desejava alguns conselhos da sua longa experiência”²⁴ (grifos meus).

“Conquistar” um marido tornou-se assim, uma questão de sucesso ou fracasso, um mérito pessoal para as mulheres e não somente uma mera questão de “escolha”. Dependia das capacidades intelectuais, domésticas, físicas e principalmente estéticas das mulheres em despertar o interesse e o amor dos homens. Dessa forma, a produção de representações da *solteirona* como mulheres invejosas, rancorosas e frustradas foi também uma forma de produzir o casamento como algo desejado por todas, mas um privilégio somente de algumas.

A escolha do marido apresentava-se, portanto, como um “direito” conquistado pelas mulheres e, por isso, as relações matrimoniais se tornavam supostamente mais igualitárias, conforme assinalou, em tom irônico, Nilo Aparecida Pinto, articulista da revista *Alterosa* responsável pela matéria “Qual a esposa que eles preferem?” publicada em 1944:

(...) O máximo que as mulheres conquistaram com relação ao casamento, o que **aliás é razoável**, foi libertar-se da tirania paterna ou materna que, outrora, lhes impunha o árido, o

²³ Mary Del Priore observa que os padrões de beleza começaram a mudar nas primeiras décadas do século XX com a introdução dos esportes, “a elegância feminina começou a rimar com saúde”, teve início a moda da mulher magra. In: *História do Amor no Brasil*. 2005, p.242-246.

²⁴ ALTEROSA, “Confidências e Confissões”, maio/1940.

companheiro. Eva, hoje, escolhe ela mesma o esposo, e se tem revelado **mentalmente** capaz para fazê-lo²⁵. (grifos meus)

No entanto, o comportamento das mulheres emergiu como fator preponderante no universo de escolhas matrimoniais e, por isso, tornou-se também objeto de preocupação das mineiras casadoiras, como Elsa Carmosina, missivista de Juiz de Fora e Hortência Palos, missivista de Muzambinho, que escreveram à seção de “Confidências e Confissões”:

“Tenho vinte anos e gosto de esporte. Gozo mesmo da fama de grande nadadora. Um rapaz de boas qualidades, mas muito sensível, e contrário as minhas exibições, não quer que eu dispute campeonatos.(...) Pensa o senhor que eu devo abandonar o esporte e dedicar-me, apenas ao homem que me quer para esposa? Que me aconselha?”²⁶

“Tenho lido em ALTEROSA suas discretas respostas a perguntas muitas vezes embaraçosas. Julgo sempre acertados os seus conselhos. Valho-me da sua experiência para dizer-me se a vaidade é perdoável na mulher. Tenho vinte anos, sou solteira, quase bonita. Sou de gênio comunicativo e gosto de ser admirada. Devo modificar o meu temperamento?”²⁷

Em seus conselhos Sívio Castelar instituía ideais de comportamento feminino construídos pelas diferenças de gênero:

“Minha boa amiga, Venturas.
O casamento é o episódio culminante na vida da mulher. **Entre o esporte e o casamento uma mulher normal não deve hesitar.** Em regra os homens ponderados não procuram noivas nas praias de banhos...”²⁸

“Não sei até a que grau a senhorita é vaidosa e comunicativa. O excesso é que transforma tudo na vida (...) **Os homens gostam de desfrutar as mulheres alegres e comunicativas, mas não as desejam para esposas. Todos preferem, para o lar, a moça discreta e simples.** Um letrado português, homem de muitas manhas e de muitas luzes, advertia: a mulher, quanto mais cubiçada (sic) é, menos é para cubiçar (sic.). Os antigos foram sempre mestres nessa arte difícil de dar conselhos. Queriam eles

²⁵ ALTEROSA. Qual a esposa que eles preferem?. Belo Horizonte, 1944, p.88-89.

²⁶ Elsa Carmosina. Confidências e Confissões. ALTEROSA, Set./ 1940

²⁷ ALTEROSA. Confidências e Confissões.Jul./1940. Missivista Hortência Palos

²⁸ Id. Resposta de Sívio Castelar.In: ALTEROSA, Set./ 1940,

que a esposa nunca se afastasse do lar e fugisse o mais possível de festas e reuniões. **A mulher em casa, o homem na labuta.** (...). **Procure a minha amiga tornar o seu gênio mais discreto e recatado.** Com isso realçará os seus dotes físicos e os seus predicados de espírito, que eu julgo apreciáveis”²⁹.

Os sentidos produzidos pelo enunciado foram de que uma mulher “normal” desejava, sobretudo, o casamento, mesmo que isso significasse renúncias, como a prática de esportes ou o trabalho fora do lar: “a mulher em casa, o homem na labuta”. Assim, para serem “escolhidas” no mercado matrimonial, elas deveriam ser discretas, recatadas, resignadas, submissas, já que a manutenção do casamento e do “lar feliz” foi atribuída às esposas; daí a preocupação da missivista casadoira de Montes Claros:

“Dentre em breve me casarei. Queria alguns conselhos da sua experiência nessa hora grave. Que devo fazer para conservar a afeição do meu marido? Tenho visto tantas esposas perderem o afeto do companheiro! **Deverei ser ativa ou submissa?** Vaidosa ou modesta? **Haverá algum livro que ensine a arte de ser boa esposa?** Espero ansiosa a sua resposta”³⁰. (grifos meus)

Assim, em que condições as mulheres poderiam realmente exercer suas escolhas?

4.1.1- Escolha de quem?

A referida matéria “Qual a esposa que eles preferem?” publicada pela revista *Alterosa* foi resultado de uma enquête realizada entre “intelectuais de diferentes profissões, todos solteiros” de Minas. Na introdução diz o jornalista responsável:

Mas, a “caça ao marido” continua, por isso mesmo, alimentando **uma das mais caras expectativas da mulher em face do seu estado civil**, seja ela a granfina das praças, a sambista dos cassinos, a funcionária pública, a moça dos escritórios, a laborosa costureira ou, a operária das fábricas. Assim, está claro que **a moça casadoira está subordinada a preferência dos homens**

²⁹ Sílvio Castelar. In: ALTEROSA, jul./1940.

³⁰ ALTEROSA. Confidências e Confissões., jan./1940. Entre os livros indicados pelo aconselhador estão o “Espelho de Casados”, de João de Barros, editado em 1540; o “Casamento Perfeito”, de Diogo de Paleiros, editado em 1540.

que procuram em meio a paisagem feminina aquela que se harmonize com seu temperamento e se enquadre perfeitamente nas exigências que o orientam na formação de um lar³¹. (grifos meus)

Para o enunciador todas as mulheres querem casar-se independentemente da sua condição econômica ou social: a granfina, a sambista, a funcionária pública, a moça dos escritórios, a costureira, a operária. Contudo, sua escolha estava subordinada à preferência masculina e ao seu enquadramento num modelo de esposa desejado pelos homens. Nesse sentido, parece que muitas mulheres, embora não estivessem de acordo, estavam cientes das regras do jogo das escolhas conjugais, vistas muitas vezes como fatalidade, pré-destinação do que liberdade ou conquista. Assim, declarou uma entrevistada de Maria de Fátima Lopes:

(...) mulher tinha mesmo que casar, era isso que mais cobravam [quem cobrava?] ... todo mundo... quando estou pronta... ou era destino mesmo – traçado desde a hora em que eu nasci... **Você não pode escolher, tem que casar com quem quiser casar com você...**³².

A chamada em destaque na revista *Alterosa* informava o objetivo da matéria: “Um inquérito para definir as preferências masculinas na eleição de uma esposa – o ‘**tipo século XX**’ parece um pouco desprestigiado...”. Esse ‘tipo’ a que se referiu o enunciador era o da também nomeada “mulher moderna”, ou seja, aquela que tinha uma profissão remunerada, que reivindicava direitos políticos, que modificava padrões estéticos e por tudo isso incomodou tanto os críticos. O enunciador, no início da matéria, caracterizou o que considerava esse tipo de mulher e lhe construiu um lugar. Depois de tecer considerações sobre os avanços do feminismo que produziu a mulher moderna diz ele:

(...) Mas, os **excessos** [do feminismo], com a tolerância levada aos extremos, foram com o tempo, elaborando uma mulher

³¹ ALTEROSA. “Qual a esposa que eles preferem, op. cit.1944.

³² LOPES, M. F. *O sorriso da Paineira*: construção de gênero em Universidade Rural. Rio de Janeiro, 1995, tese (doutorado em Antropologia Social) Museu Nacional. Entrevista n.07 com uma pioneira do curso de Economia Doméstica. Essa tese analisa a criação do curso de Economia Doméstica em 1948 da hoje Universidade Federal de Viçosa – Minas Gerais. Voltarei a falar desse curso.

diferente da que conheceram nossos avós e muitos de nossos pais. Originou-se, então, a chamada “**mulher moderna**”, cujo tipo dispensa definição, tão conhecida nossa se fez... (grifos meus)³³

O “dispensa definição” do enunciador foi porque ele pressupõe que este já era um “tipo” conhecido, uma figura comum do dia-a-dia das pessoas, contudo, ele induziu situá-lo num contexto específico que foi das críticas e conquistas feministas ou como resultado dessas. A enquete deu aos homens as opções para escolherem entre a “mulher antiga”, a “moderna”, “ou aquele tipo intermediário e que por sua vez dispensa também definição”. Assim ele levou o leitor a concluir que a primeira (a antiga), portanto, era o inverso da segunda (a moderna), confirmada pelo tipo intermediário. As opções de escolha (limitadas em apenas três) foram por sua vez mais uma forma de classificar e enquadrar as mulheres em determinados padrões: aceitos ou rejeitados.

Responderam à enquete um médico, um jornalista, um advogado, um escritor e um militar. As repostas foram apresentadas não de forma aleatória, mas obedeceram a um ordenamento de acordo com o lugar hierárquico de preferências que o autor quis construir. Assim os dois primeiros afirmaram categoricamente ser a “mulher antiga”:

– Sem dúvida alguma, prefiro a mulher antiga, a mulher que a tradição ainda mantém em nossos dias, principalmente em nossa Minas conservadora – conservadora sem ser retrógrada... Na verdade, a **mulher moderna tem as suas seduções**, a que nós homens dificilmente resistimos. Mas, são, apenas, **ótimas companheiras para os divertimentos**, chego mesmo a dizer, que são esplêndida para esses “**namoros**” **sem epílogos** com latim de igreja. Agora, com relação ao casamento, minha preferência é pela mulher encarnação das virtudes cristãs, a dona de casa, sempre vigilante na manutenção da harmonia doméstica, companheira não apenas nas horas felizes, mas nos momentos difíceis, a mulher que sabe consolar, que sabe compreender, e a quem com muita razão os nossos ancestrais chamavam o “**anjo do lar**”. A mulher moderna é incapaz disto, e será quando muito um enfeite um tanto caro na vida de um rapaz milionário, com os seus exotismos, as suas complicações, o seu luxo e a sua futilidade sem limites... (grifos meus)

³³ ALTEROSA, “Qual a esposa que eles preferem...” op. Cit.

– Entre a moderna e a antiga, ou melhor, entre a mulher tipo Hollywood e a Bárbara Helledora (sic), que renuncia aos prazeres do mundo para o **sacerdócio do lar**, qualquer moço compreensível ficará com aquela que deseja **viver para o lar, para a família...** (grifos meus)

Em outras palavras, a mulher de preferência deles era aquele modelo construído de esposa/mãe/dependente que renunciava a sua própria vida para viver em função do marido e da família. O primeiro, por sua vez, destacou a “utilidade” da mulher moderna, como “divertimento” para os homens, aventura amorosa “sem epílogos”. Parece ser inconcebível que as mulheres pensassem em si em primeiro lugar ou que aspirassem a outras coisas da vida para além de um marido, filhos e família, e havia mesmo um repúdio nesse sentido.

Na seqüência, foram apresentadas as respostas de dois entrevistados que, embora tenham destacado as características que elegeram para sua futura esposa, vacilaram e não apontaram deliberadamente seu “tipo”: um deles disse não crê num “critério seguro” para tal distinção, crê “somente numa mulher: aquela que é bastante feminina”; o outro disse ser difícil responder “porque é da essência da mulher variar dia a dia”, ou seja, as mulheres são volúveis, inconstantes, são elas que mudam e não as preferências dos homens.

Por último, foi apresentada a resposta de um militar. Esse, primeiro se incluiu entre os “Schoppenhaurianos que nada vêem na mulher senão defeitos e maldades”, mais adiante afirmou ser como um sertanejo, “quando diz em sua simples sabedoria: - ‘De mulher e cavalo pangaré – Domine-libera me”, para finalmente apresentar sua escolha: a mulher moderna. Para ele, as mulheres não mudaram quem as mudou foi o homem, ele a domina e a molda de acordo com suas preferências: “Em si mesma a mulher não mudou, nem mudará jamais. **Quem a modifica**, além das contingências (sic.) do meio ambiente, **é o homem** que elas verdadeiramente amam” (grifos meus). Ele retirou delas qualquer tipo de ação e conquista em benefício próprio. As mulheres modernas – “tipos século XX”, símbolo do avanço na conquista de direitos e de autonomia – como afirmava o autor da matéria, apareceram em desvantagens, pois amedrontavam futuros pretendentes. Conforme lembrava uma professora,

minha entrevistada, “eu acho que **eu não dava certo para casar não, eu era muito independente**”³⁴. Nesse sentido, Diva Muniz ressalta que,

(...) a construção da “*mulher moderna*”, cujos movimentos precisavam ser detidos, contidos e retroagidos porque sua independência, advinda principalmente, mas não exclusivamente, da inserção no mundo do trabalho, era vista como ameaça, como fator de desagregação da ordem familiar patriarcal³⁵.

Por isso, as mulheres que detinham capital escolar, certa autonomia financeira e de movimentos tornaram-se também menos atrativas como futuras esposas, pois o homem não se casaria com uma mulher que fosse superior a ele. A escolha era limitada pela estrutura de gênero que define uma hierarquia que não poderia ser infringida e o matrimônio não deveria entrar em rota de colisão com essa hierarquia. Dentro do casamento, a esposa tinha que ser menos que o marido para que a ordem de gênero fosse mantida, visto que o casamento não poderia ser igualitário.

Muitas mulheres, para quem as possibilidades de estudo e trabalho foram ampliadas, conforme assinalei, tornaram-se mais exigentes em suas escolhas e não encontravam maridos que estivessem à sua altura. Elas desejavam companheiros não só da sua posição social e econômica, mas principalmente que tivessem o mesmo capital escolar e nível cultural. O dispositivo que limita a escolha estava também no homem negro, pois muitas não aceitariam maridos que fossem mais escuros que elas. No caso das pertencentes às famílias tradicionais, levavam em consideração também que tivessem “berço”. Elas recusavam, assim, um casamento para baixo – hipogâmico – ou inter-racial que, em certos casos, era considerado mais humilhante que a condição de solteirice. A resposta de Consulo San Martin da seção “Caixa de Segredos” à missivista Sônia Maria permite perceber isso:

Fala-me do seu caso amoroso. Com **extraordinário bom-senso**, analisa-o. Conclui por dizer-me que se encontra em situação bem difícil, em relação aos seus sentimentos para com o namorado. (...), minha amiga, não se case por paixão. **Seria humilhante**

³⁴ DÁLIA. Montes Claros, maio/2004.

³⁵ MUNIZ, D. C. Proteção para quem? O código penal de 1940 e a produção da “virgindade moral”. 2005

para o seu futuro esposo e para si mesma. **Se você não o admira**, a ponto de comparando-o com outros espíritos mais brilhantes, **achá-lo inferior, não ligue o seu destino ao destino desse moço**. Nada mais triste para um homem ou para uma mulher que se envergonhar do companheiro, quer física, quer intelectual, quer moralmente. Quanto ao seu futuro esposo não comentar os autores que você menciona, não se impressione. Will Durant, Oscar Wilde e outros, lembrados na sua carta, são dispensáveis na formação de uma boa cultura³⁶.

Neste sentido, uma pioneira do curso superior de Economia da Doméstica em Minas Gerais explicou as razões pelas quais não se casou. Dentre outros critérios, ela desejava encontrar uma “pessoa intelectual, porque acho que investi muito no meu lado intelectual e acreditava que não podia dar certo a convivência com um homem que não tivesse curso superior...”³⁷. Da mesma forma, Conceição, a professora independente, personagem fictícia de Rachel de Queiroz, explicou ao responder por que não se casou: “Nunca achei quem valesse a pena...”, ao que adverte Dona Inácia: “Moça que pega a escolher muito acaba ficando na peça...”³⁸. Mediante a possibilidade de um casamento para baixo com primo Vicente, pois o vaqueiro não tinha o mesmo capital escolar, Conceição preferiu a solteirice. Conforme sublinha Maria de Fátima Lopes:

A demanda por um casamento para cima deve ser entendida segundo um sistema de valores que indicava o lugar das mulheres na sociedade e os papéis que elas deveriam cumprir, contudo, essa busca muitas vezes era difícil, pois não encontravam parceiros que garantissem sua concretização, não havia oferta de parceiros condizentes com as novas expectativas das mulheres-profissionais³⁹.

Ao mesmo tempo em que a livre escolha se apresentou como direito dos cônjuges, emergiu também o discurso que conduzia as escolhas das mulheres. Assim, no mesmo campo discursivo surgiram dois dispositivos conflitantes como parte do discurso: o da liberdade e o da coerção. Este último,

³⁶ Resposta à Sônia Maria. ALTEROSA. Caixa de Segredos.,1945, p.66-67.

³⁷ LOPES, M. F., Op. cit. p. 230. Entrevista n. 02.

³⁸ QUEIROZ, R. op. cit.

³⁹ LOPES, Op. cit. p.229.

por um lado, ironizava aquelas mais exigentes como a professora minha entrevistada, a missivista Sônia Maria, a pioneira da economia doméstica e a fictícia Conceição; por outro, atribuía a responsabilidade dos fracassos conjugais às mulheres porque não souberam escolher ou simplesmente por terem exercido o direito de escolha. No primeiro caso, os sentidos produzidos eram de que as mulheres escolhiam demais. Assim, uma matéria publicada no jornal *A Idea Nova*, de Diamantina, procurou caracterizar em tom jocoso a forma como as mulheres, através da idade, escolhem noivos:

As moças escolhem noivos da maneira seguinte:

Aos quinze anos, vêem se está bem vestido e se têm muitos pares de calça.

Aos dezoito querem um moço alegre, divertido e que saiba assoviar e dançar.

Aos vinte e cinco, querem um homem grave e sério.

Aos vinte e seis fecham os olhos e o que vier está nas unhas o que cair na rede é peixe.

Aos vinte e sete, em diante, desesperam, e como perderam as esperanças procuram desmanchar os casamentos das outras⁴⁰.

Esse tipo de enunciado apareceu em diferentes discursos que classificavam as mulheres como interesseiras, fúteis, volúveis e invejosas. Tais discursos procuravam, dessa forma, controlar e apressar a escolha das mulheres, funcionando como uma advertência para que estas não recusassem pretendentes, pois quem escolhe demais “fica na peça”, como advertiu Dona Inácia à Conceição, torna-se solteirona.

No segundo caso, atribuía-se às mulheres que exerceram o seu suposto direito de escolher um marido, a “culpa” pelos casamentos mal sucedidos, pelos fracassos e infelicidades conjugais. Elas eram obrigadas a aceitar o comportamento dominador dos maridos, uma vez que, elas “escolheram” e por “livre” vontade, ingressaram no contrato de casamento. Como atestou Sílvio Castelar, “**Quem escolhe é quem vai casar**. Ao menos, se for infeliz, **a responsabilidade corre apenas por conta da menina apressada** e ingênua que agiu com imprudência” (grifos meus). Esses foram sentidos usados no processo de assujeitamento das mulheres. Assim, no recorte de uma carta enviada à seção “Caixa de Segredos”, percebe-se a

⁴⁰ . A IDÉA NOVA. As Moças. Diamantina, ano VI, n. 262, p.2, 16/04/1911.

assimilação do senso de responsabilidade pelo fracasso conjugal por parte de uma missivista desesperada:

Inicialmente você me diz que se casou **contra a vontade dos seus pais**. Que há uma diferença de 20 anos entre você e seu esposo. Que ao se casar, aos 22 anos você dizia saber o que ia fazer e que estava disposta a **arcar com todos os aborrecimentos** que essa união desigual viesse, porventura, trazer-lhe⁴¹. (grifos meus)

Eu acho, minha boa amiga, **que a mulher que escolhe a sua própria cruz, deve levá-la ao calvário**. Aliás, são hoje raríssimos os casamentos feitos pelos pais. O desespero, no seu caso, não deve encher-lhe o coração. Não se mate; você tem, ainda muito direito à vida⁴². (grifos meus)

A missivista estava ciente de que subverteu um padrão da conjugalidade – a idade dos cônjuges – que sua escolha foi um desacato aos pais; por isso, ela assumiu toda responsabilidade pela infelicidade, vendo no suicídio a única solução. O sentido de responsabilidade, de culpa da mulher que escolhe, foi transformado em destino inescapável pela aconselhadora em sua resposta, já que ela ingressou “livremente”, sem coação dos pais, no contrato de casamento.

No entanto, a influência dos pais e do círculo de amigos continuava fortíssima na decisão dos cônjuges. Dessa forma, Dália, minha entrevistada, narrou que não se casou “(...) porque todo namorado que eu arranjava, meu pai achava que não era bom”⁴³. A idéia de que dificilmente um casamento realizado contra a vontade da família daria certo ainda prevalecia. Conforme argumenta Josefina Pimenta Lobato, “os valores holistas, representados pela família, não deixam de existir em sociedades individualistas mas, envergonhados, eles se camuflam e a coação se faz em nome do bem-estar e da felicidade pessoal do coagido”⁴⁴.

Além das coerções sociais – dos pais e do “meio” –, o dispositivo apresentava outras formas de coerções por vezes tendo como estratégia

⁴¹ ALTEROSA, Caixa de Segredos. Belo Horizonte, ano V , jan./1945.

⁴² Id. Ibid.

⁴³ DÁLIA. Montes Claros, entrevista realizada em julho de 2004.

⁴⁴ LOBATO, J. P. *Amor, desejo e escolha*. P. 174.

discursiva a violência física ou simbólica. Dessa forma, uma matéria publicada pelo jornal *o Pharol*, de Juiz de Fora, em 03/07/1890, noticiava o assassinato de D. Rita Eugênia de Jesus com nove facadas pelo liberto Antônio José Rodrigues pelo motivo de ter a vítima “repellido uma proposta de casamento”⁴⁵. Em edição de 11/07/1890 esse mesmo jornal publicou matéria semelhante:

Em Araguay, neste Estado, deu-se a 7 do mês passado uma engraçada scena de ciúmes, da qual foi protagonista o cidadão José Antônio do Valle. Vendo-se desprezado pela dama de seus sonhos, Valle apoderou-se de uma faca e invadindo a casa da ingrata investiu contra ella, cortando-lhe... os cabelos!⁴⁶.

Para além de um fato real, ou da veracidade dos motivos que ocasionaram o desfecho de violências contra mulheres, matérias como essa, publicada em um jornal de grande circulação regional, funcionavam também como parte do dispositivo da escolha, ou seja, a produção do medo – violência simbólica –, para que as mulheres não rejeitassem futuros pretendentes.

Percebe-se, portanto, que se a livre escolha conjugal afirmava-se como um direito, ele se restringia aos homens. Para muitas mulheres, a livre escolha não se efetivou, pois, por um lado, as escolhas foram conduzidas dentro de um cânon fixo daquelas possíveis e desejáveis, determinadas por critérios de idade, de raça, de posição social, de capital escolar, e de outras formas de coerções. Por outro lado, a escolha estava subordinada a um tipo de comportamento social desejável para a moça, à sua estética, sua inteligência e suas habilidades domésticas uma vez que a escolha deveria ser recíproca. Assim, no jogo do mercado matrimonial ela ocupou muito mais a posição de escolhida do que de escolher.

Além dos qualificativos da moça, outro fator tornou-se preponderante como princípio de seleção conjugal: o amor romântico. Neste sentido, um jovem noivo da capital mineira pediu conselhos à “Caixa de Segredos”:

É você noivo, há dois anos me revela. Percebe, porém, que embora seja a eleita dotada de excepcionais qualidades físicas, intelectuais e morais **não consegue amá-la**. Percebe mais que, quanto mais se aproxima a data do enlace, mais lhe esfria o

⁴⁵ O PHAROL. Juiz de Fora, n. 155, 03/07/1890. A matéria não fala se dona Rita era negra como o liberto que a atacou.

⁴⁶ Id. n.162, 11/07/1890.

entusiasmo pelo casamento. (...) Meu amigo, o seu casamento, **num caso semelhante, seria muito leviano**. É muito mais nobre desfazer um compromisso, antes de consumir o ato mais sério da sua vida...⁴⁷. (grifos meus)

Os interesses de família, as qualidades físicas, intelectuais e morais, conforme o sentido impresso pelo enunciado, já não eram suficientes para fundamentar uma relação matrimonial ideal. Ela deveria ser baseada principalmente no amor dos consortes, porque ele era a garantia da felicidade conjugal. Niklas Luhmann sublinha que “as idéias acerca do amor conjugal têm um fundamento essencialmente racional. Baseiam-se na aceitação do espaço no qual se tem de desenrolar a vida”⁴⁸. Por isso, outro sentido produzido pelo enunciado foi a ausência de amor como característica da irresponsabilidade do noivo, o que tornava o casamento leviano. Conforme sublinha Mary Del Priore, o be-a-bá do casamento começou a mudar a partir das primeiras décadas do século XX, assim, “o casamento de conveniência passa a ser vergonhoso e o amor... bem, o amor não é mais uma idéia romântica, mas o cimento de uma relação”⁴⁹.

4.2- A conjugalidade moderna e o amor romântico

O *amor romântico*, fundamentado na intimidade da vida a dois, passava a constituir-se a base das novas relações conjugais. Ele era o princípio de uma “escolha individual” e dessa forma, tornava o casamento uma relação mais atrativa às mulheres⁵⁰. Josefina Pimenta Lobato sublinha que a ideologia do amor reforçava o princípio da escolha individual com a afirmação da idéia “de que a união matrimonial deveria ‘brotar de uma atração pessoal –

⁴⁷ ALTEROSA. Caixa de Segredos, dez./1945.

⁴⁸ LUHMANN, N. *O amor como paixão*. 1991, p.172.

⁴⁹ DEL PRIORE, M. op. Cit. p.231.

⁵⁰ Para Sérgio Costa, o amor romântico é um modelo histórico-cultural que se desdobra em cinco dimensões: no campo das emoções; como idealização; como modelo de relação, onde condensam-se historicamente a unidade entre paixão sexual e afeição emocional, a unidade de amor e matrimônio e freqüentemente os planos de constituição de uma prole; como prática cultural; e no campo das interações sociais. Sobre essa definição conferir COSTA, S. Amores Fáceis? Romantismo e consumo na modernidade tardia. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 73, nov./2005.

física, social e mental – de aparência e temperamento’ e visar ‘basicamente à satisfação individual’”. Essa ideologia, por sua vez, justificava a saída dos filhos do controle familiar, colocando sua relação conjugal acima e à frente dos vínculos com os pais e irmãos. O amor e o casamento assumiam a feição de direito do indivíduo⁵¹, que, por conseguinte, significava direito à felicidade. O casamento não visava mais à realização de alianças, mas do *amor romântico*. Este, por sua vez, se tratava mais de um sentimento marginal, vazio, incomensurável, mas um sentimento domesticado, conforme assinalou Lobato. Para ela, domesticar o amor é “utilizá-lo, em sua imprevisibilidade descontrolada e potencialmente subversiva, como fundamento indispensável à obtenção de relações amorosas gratificantes”⁵². Assim o amor romântico “funciona como fator de integração social, servindo como parâmetro para relações amorosas que visam a se concretizar no âmbito da vida conjugal”⁵³. Conforme Luhmann, “o amor torna-se o fundamento do casamento, este torna-se mérito sempre renovado do amor”⁵⁴.

Como parte das estratégias de desenvolvimento do dispositivo amoroso com vistas ao matrimônio por um lado, foram criados espaços públicos específicos mais distantes do olhar vigilante dos pais para que os enamorados pudessem vivenciar suas emoções românticas e principalmente se apaixonarem. É o caso dos bailes, muitos dos quais organizados para proporcionar o encontro “por acaso” dos pares; as horas dançantes, o escurinho do cinema, o passeio na praça e às apresentações de serestas mais característicos no interior, assim como as festas religiosas. Ruth Tupinambá Graça, em suas memórias sobre Montes Claros, lembra que as festas de coroação de Nossa Senhora, no mês de maio, na igreja Matriz da cidade, era um momento muito propício para o florescimento de romances, pois as novenas eram animadas e ninguém faltava. “Os rapazes, muito compenetrados e caprichosamente penteados e perfumados não perdiam as novenas, pois era

⁵¹ LOBATO, J. P. op. cit. p. 141-142.

⁵² Id. Ibid. p. 43.

⁵³ Id. Ibid.

⁵⁴ LUHMANN, N. *O Amor como paixão*. Para a codificação da intimidade. Lisboa: Difel, 1991, p. 187.

lá que outros olhos de longe, ansiosos buscavam os seus cheios de promessas...”⁵⁵. Mas foi, sobretudo, o *Footing* que oferecia melhores oportunidades para os casais se encontrarem e se apaixonarem. O *Footing* funcionava como uma espécie de sala de apresentação para moças e rapazes em idade de namoro, era um verdadeiro ritual público baseado no jogo de troca de olhares. Conforme explicou uma professora de economia doméstica de Viçosa, na hora costumeira (em geral após o jantar) os jovens se encontravam no local do *footing* que, nesta cidade, ocorria na praça central; os rapazes andavam em uma direção e as moças em outra; em determinado momento se encontravam e se comunicavam através da troca de olhares. Uma comunicação não discursiva, mas, conforme sublinha Luhmann, “amantes podem conversar infinitamente, sem se dizer nada. Ou seja, não são necessários ação comunicativa, perguntas ou pedido do amado para que o amante se sintonize com ele”. Depois que se descobriam apaixonados, com o consentimento da moça, o rapaz pedia autorização dos pais para namorá-la. Os jornais e revistas da capital com frequência noticiavam alguns acontecimentos dos *footings*, divulgavam o horário e o local que, primeiro, se realizavam na Praça da Liberdade e, mais tarde, na Avenida Afonso Pena. Em Montes Claros, por muito tempo, o *footing* aconteceu na rua Quinze (hoje Presidente Vargas) na área central da cidade. Ruth Tupinambá Graça lembra que “era lá que começava o ‘flirt’, que se transformava em namoro, noivado e casamento. A ‘Rua Quinze’ era a mola-mestra de todo romance daquela época”. A memorialista narra com detalhes esse ritual que proporcionava o surgimento dos namoros:

As moças (de todas as idades) muito arrumadas, perfumadas, impecáveis nos seus vestidos vaporosos, bem trabalhados, magnificamente femininas (não se usava roupas “jeans” nem os sapatos de borracha e lona, os tênis que masculinizam as mulheres) nos seus elegantes saltos Luiz XV, cabelos longos e boquinhos de coração, surgiam aos bandos, de todas as partes da cidade para o animado “footing” da rua Quinze.

Desfilavam, sem pressa, alegremente para lá e para cá, da esquina do (hoje) Conservatório até a esquina da rua Doutor Santos, enquanto rapazes formavam grupos maiores nos passeios (...). O horário normal era das 19 às 21 horas, mas,

⁵⁵ TUPINAMBÁ GRAÇA, R. *Montes Claros era assim...*, 1986, p.27.

especialmente aos domingos prolongava-se até às 22 horas, sendo que a animação chegava ao auge. Ninguém ficava em casa, e com que ansiedade esperávamos aquele “footing”!⁵⁶.

Por outro lado, desenvolveu-se também um conjunto de práticas discursivas que instituíam ideais de amor, principalmente por meio da literatura romanesca, do cinema e das revistas. Os assuntos amorosos tornaram-se, por longo tempo, um dos principais temas das colunas de aconselhamento para onde as “desesperadas amorosas”, as “noivas indecisas”, as “Monjas tristes” e os “Apolos” enviavam cartas ansiosas pedindo conselhos sobre o primeiro amor, sobre como despertar atenção do amado, como ter certeza do amor do eleito, como escolher entre dois amores, a idade certa para amar; a quantidade de vezes que se pode amar; como descobrir o verdadeiro amor, entre outros. Nas respostas dos aconselhadores que, conforme assinalei, ocupavam lugar de experiência e de autoridade médico-científica, o amor era apresentado em oposição à paixão que continuava sendo percebida como despropósito, doença, loucura passageira, insensata, desregrada, como assinalava a aconselhadora da revista *Alterosa* à uma missivista de Curvelo:

“(…) onde já se viu uma menina no século XX, freqüentando um educandário misto, dizer que se acha apaixonada? Sabe você o que quer dizer paixão? – **Paixão é doença psicológica, é desvio psíquico**. E você é uma moça normal. Basta ler-lhe a carta”.

Conforme sublinha Niklas Luhmann, “o amor torna-se no motivo exclusivamente legítimo de escolha de companheiro, por isso tem de filtrar-se todos aqueles momentos da paixão ameaçadores, perigosos para a existência e que colocam as coisas em termos de vida ou de morte”⁵⁷. Assim, contra as paixões, se “constrói uma afetividade conjugal cheia de normas, cheia de regras”⁵⁸.

⁵⁶ Id. Ibid. p.114.

⁵⁷ Id. ibid. p. 196

⁵⁸ DEL PRIORE, M. op. cit. p. 253.

4.2.1- Os limites do “amor”

Como a escolha, o amor também era direcionado para os canais convencionais assegurando certa homogeneidade entre os amantes, dentre elas a de posição social, de condições econômicas e de capital cultural e, no Brasil, de raça, como podemos perceber nas respostas da “Caixa de Segredos”:

A questão econômica muito concorre para a felicidade matrimonial (...). **Ama você a um rapaz pobre** (...) O amor é sempre cego e não costuma nos mostrar, esse lado feio da vida: a indigência. É amada por outro de boa situação e que não lhe é de todo indiferente, seja feliz como o segundo, será mais acertado, não acha?⁵⁹.

Amara você, ternamente, a um rapaz de condição modesta, embora digno e capaz de fazê-la feliz. Da noite para o dia desfizeram vocês esse namoro. Como por encanto aparece-lhe, agora, um cavalheiro educado, gentil, e, sobretudo dotado de grande fortuna e pede a sua mão. Você é pobre. Sabe que é bonita, mas desconhece outros atributos que possam fazê-la amada por uma pessoa de tanto destaque (...) **paixão de homem rico por moça pobre, raramente não é um capricho**⁶⁰.

Minha cara Dulce: como são hoje comuns os casos como este que você me apresenta! Diz-me em sua carta que se sente, plenamente feliz porque ama. Adiante me afirma que é um homem casado o objeto do seu amor. Minha doce amiga, **o amor de uma jovem por um homem casado é um erro**. Desaconselham-no, ou melhor condenam-no a Igreja, as nossas leis e, conseqüentemente, a sociedade⁶¹.

Os amores considerados infecundos ou transgressores eram assim desaconselhados e vistos como erro. O direito individual de amar a quem quiser também estava limitado pelos padrões morais e de conduta e pela estabilidade familiar já que tinha como propósito único o casamento, que trazia a promessa de felicidade. “(...) **Nenhuma mulher (...) será feliz se não fôr amada por um homem**. Não, nenhuma mulher pode ser inteiramente feliz, se

⁵⁹ ALTEROSA. Caixa de Segredos., nov./1945. Resposta à noiva indecisa de Itaúna.

⁶⁰ Id. mar./1945. Resposta a Dora, missivista da Capital.

⁶¹ Id. Ibid. Resposta à Dulce Maria, do Distrito Federal (Rio de Janeiro).

não amar e for amada”⁶². Justificava para si mesma Catarina personagem do conto “Entre o amor e o dever”, publicado pela revista *Alterosa*, uma médica-cirurgiã que se vê obrigada a escolher entre a carreira no hospital e o casamento.

O amor heterossexual, nesse sentido, foi também um dos pontos de assujeitamento das mulheres na medida que o amar e ser amada por um homem foi construído como algo precioso que deveria ser buscado a todo custo, pois era a garantia de felicidade e de realização pessoal⁶³. Como parte do dispositivo desta construção desenvolveu-se toda uma literatura romântica especializada e voltada para moças como os romances de M. Delly, amplamente lidos no Brasil até a década de 1950, assim como o cinema americano que forneciam repertórios de modelos para a prática amorosa⁶⁴. Josefina Pimenta Lobato sublinha que nesse tipo de literatura, “o amor mantém um duplo papel de criar o alicerce ideológico para a dominação masculina”, pois tinha como fundamento a idealização moral feminina e a valorização do poder político-sexual masculino⁶⁵. A feminista Ercília Nogueira Cobra foi uma crítica desse tipo de romance e folhetins que, segundo ela, era fonte de ilusão e mentiras que enchem “de vento as cabeças das levianas”, e desafiava: “Realidade senhores! Franqueza! Mostrem à mulher o mundo como elle é, e não como deveria ser...”⁶⁶. Maria Lacerda de Moura também via o amor monogâmico, único e para toda vida, tal qual era descrito nos romances, como fonte de servidão e de submissão das mulheres. Para ela, “a mulher, mais

⁶² ALTEROSA. SWIFT, Gertrudes. Entre o amor e o dever [conto]. Belo Horizonte, p.12-16 mar./1944.

⁶³ É nesse sentido que o amor também será usado no processo de produção da representação da solteirona como uma mulher mal-amada e frustrada.

⁶⁴ Somente na edição de 30 de outubro de 1937, a “Revista da Semana” anunciava o lançamento de cinco obras de M. Delly pertencentes à coleção “Bibliotheca da moças” da editora Companhia Editora Nacional. São elas: “Elfrida”, “Escrava ou... rainha?”, “Rei de Kidji”, “O fim de uma Walkyria”, “Entre duas almas”. Rosane Manhães Prado observa que “muitas pessoas se referem a M. Delly como uma autora, e alguns até dizem ‘Madame Delly’”, no entanto, trata-se do pseudônimo literário de um casal de irmãos franceses, Frédéric Henri Joseph e Jeanne Marie Henriette Petitjean de la Rosière (Cf. PRADO, R. M. Um ideal de mulher: estudo dos romances de M. Delly. In: *Perspectivas antropológicas da mulher 2*, 1981, p.75-112; ver também CUNHA, M.T.S. *Armadilhas da sedução: os romances de M. Delly*. 1999).

⁶⁵ LOBATO, J. P. *Op.Cit.* p.164.

⁶⁶ COBRA, E. N. *Virgindade é Inútil e Anti-higiência*. 1932,p.185.

afetiva, mais amorosa, mais pura nas suas demonstrações de carinho, não compreendeu ainda que toda a tragédia feminina está na falsidade do dogma de um só grande amor⁶⁷. Menos radical, Raquel de Queiroz através da sua personagem Conceição, professora independente e celibatária, manifestava desconfiança do tipo de amor ingênuo, absoluto, apresentado pelos romances. Diz a professora:

– Ora o amor!... Essa história de amor, absoluto é incoerente, é muito difícil de achar... eu, pelo menos nunca o vi... o que vejo, por aí, é um instinto de aproximação muito obscuro e tímido, a que a gente obedece conforme as conveniências... Aliás, não falo por mim... que eu, nem esse instinto...Tenho a certeza de que nasci para viver só...⁶⁸

O amor romântico visto como fonte de opressão das mulheres, inimigo primordial de sua emancipação, também foi alvo de intensas críticas do movimento feminista dos anos 1970, do qual Betty Friedan foi uma das principais expoentes. Para ela foi o anseio pelo amor que teria conduzido as mulheres de volta ao lar e à domesticidade. Como sublinha Lobato, “o casamento por amor ideologicamente *individualista* e socialmente burguês, fundamentado na intimidade matrimonial” surgia aos olhos de feministas como Friedan “como profundamente prejudicial às mulheres. O amor que lhes era ofertado parecia-lhes como inextricavelmente ligado a uma submissão inevitável ao poder masculino⁶⁹. O médico Austregésilo Lima que freqüentemente denunciava o autoritarismo dos maridos brasileiros e estimulava as mulheres a aprimorar seu nível de instrução, como observa Susan Besse, ajudou a instituir este ideal de amor fundado no poder masculino e na submissão feminina; segundo ele: “o entusiasmo feminino pelo homem nasce da idéia de força; pode ser física, ou moral; porém, é indispensável que a mulher se submeta para realmente amar⁷⁰. As mulheres eram orientadas a serem passivas e contidas em suas relações amorosas e ao mesmo tempo

⁶⁷ MOURA, M. L. Liberdade sexual das mulheres. In: LEITE, M. L. M. Op. cit. p.55.

⁶⁸ QUEIROZ, R. *O Quinze*. Op. Cit. 148.

⁶⁹ Id. Ibid.. p.165

⁷⁰ LIMA, Antônio Austregésilo. *Livro de sentimentos: máximas e comentários*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1932, p. 100 *Apud* BESSE, Op. Cit. p. 76.

tolerantes com os amores extraconjugais do marido⁷¹. O conselho, a seguir, de Consuelo de San Matín elucida tais orientações:

Conta-me você, minha boa amiga, haver casado como a maioria das moças brasileiras de alguns anos atrás, exclusivamente por amor, não obstante a situação econômica pouco privilegiada do seu noivo. Que embora com pequenos recursos viveram felizes um bom número de anos. Que essa felicidade era coroada com a presença de quatro encantadoras crianças.

Acontece, porém, que agora, depois de 15 anos de vida conjugal, é a sua tranqüilidade perturbada. E você me afirma que o esposo, antes carinhoso e solícito já não é, nem para os filhos (...). Termina a sua missiva afirmando-me que tem provas seguras de que existe outra mulher na vida do seu companheiro, e pede-me um conselho (...).

No seu lugar, eu me contentaria com o amor dos meus filhos. Haverá algo de mais puro e mais doce que o amor do filho para a sua mãe?⁷².

Em último caso, a ausência de amor do marido seria, assim, compensada por outro tipo de amor “mais puro e mais doce”: o amor incondicional dos filhos.

Apesar do repertório de modelos de relações amorosas e rituais oferecidos e do direcionamento dos apaixonados para o amor endogâmico, não se pode descartar, conforme argumenta Sérgio Costa, que é a presença do código do amor, ou seja, a existência de uma forma particular de comunicação “que define a conformação do mundo especial dos amantes, no qual os rituais e adereços românticos adquirem efetivamente sentido, concretizando sua vocação amorosa”⁷³. Além disso, o casamento por amor era mais atrativo e em

⁷¹ A revista *Alterosa* publicou na edição de abril/1945 um conto da Mme Maria José Dupré narrado na primeira pessoa chamado “A traição do meu marido”. É a estória de um marido que trai a esposa, quando a família se muda às pressas para Paris devido a perseguições políticas no Brasil. Depois de perder o marido, a personagem conclui: “A experiência que tive me fez má conselheira e o conselho que dou às minhas filhas e a todas as mulheres é este: “se você algum dia perceber que seu marido é infiel e você o ama, não se entregue ao desespero, não puxe os cabelos, não faça o que fiz. Faça das tripas coração, vista-se com esmero, enfeite-se, faça-se bela sorria sempre e não demonstre a ninguém que tem o inferno no coração. Trate de se divertir e de conquistar para um **flirt** o primeiro homem aproveitável das suas relações, mesmo que seja o amigo da casa. Seja coquete, seja faceira, seja mulher. Seu marido vendo que você tem admiradores, talvez mude de idéias e esqueça a outra, procurando de novo seu amor. Um incentivo assim produz maravilhas; sempre dá resultados. É Freud. Ele percebe que você não é a laranja murcha que pensava em pôr de lado e vê que tem ainda um suco bom que precisa aproveitar”.

⁷² ALTEROSA. Caixa de Segredos. fev./1945. Resposta a Maria Flora, missivista da Capital.

⁷³ COSTA, S. op. Cit.

certos casos mais benéfico às mulheres, do que os casamentos arranjados, muitas vezes com parceiros completamente desconhecidos pelas moças.

Com o princípio neolocal de residência da família conjugal, o casamento oferecia ainda às mulheres a “soberania” e o governo de um lar.

4.3- O governo da casa

Conforme assinalai, as possibilidades de autonomia para as esposas se tornavam legalmente mais restritas já que seu trabalho fora de casa poderia ser controlado pelo marido e ela estava interdita de administrar os bens da família. O governo de forma racional da casa emergiu, assim, como maneira de compensar as esposas pela ausência de uma carreira profissional fora do âmbito doméstico e de autonomia nos negócios da família. Ele foi também, uma estratégia para convencê-las de que sua “subordinação” nas relações conjugais, conforme assinalava Bevilaqua, era “muito reduzida”, uma vez que elas teriam o “direito” de administrar as despesas domésticas”. Tratava-se, antes, de uma divisão de tarefas no âmbito da família tendo em vista as “aptidões naturais” determinadas pelo sexo.

Assim, a administração do lar passou a ser vista como uma profissão das mulheres/esposas e como tal exigia também uma formação escolar específica, já que a casa deveria ser administrada sob bases modernas e científicas. Em 1916, o *Almanach*, de Juiz de Fora, divulgou a abertura de um curso regular de dois anos com diploma e anel de grau destinado ao “preparo de verdadeiras de donas-de-casa” (Figura 5). Mas, o mais interessante nesse campo de qualificação profissional de mulheres foi a criação, mais tarde, do curso de graduação em Economia Doméstica na então Universidade Rural de Minas Gerais – hoje Universidade Federal de Viçosa. Ele teve início em 1948, primeiramente como curso técnico de Administração do Lar. Em 1954, já tendo formado as professoras pioneiras no curso anterior, muitas das quais com complementação da formação nos Estados Unidos – a matriz fundadora – teve

início o curso de nível superior em Economia Doméstica⁷⁴. Conforme Maria de Fátima Lopes, sob influência direta da *Home Economics* norte-americana, a ênfase dada no curso de Viçosa era a “aplicação da ciência na solução dos problemas cotidianos da família”, especialmente das famílias rurais, assim as tarefas da casa seriam desenvolvidas de forma racional e científica como a um laboratório⁷⁵. No caso das mulheres burguesas, no avançar das décadas do século XX, uma casa equipada com aparelhos eletrodomésticos cada vez mais sofisticados, além de sinônimo de vida moderna, tornava as tarefas domésticas menos fatigantes e mais prazerosas e realizadas com inteligência. Dessa forma, conclui Lopes:

(...) Sob o império da ciência, o preparo de alimentos, tanto quanto outros aspectos do doméstico teve que ser revisto e libertado de *vícios e falhas*. As reformas na técnica culinária, somadas à introdução dos eletrodomésticos, levam ao apaixonante estudo da alimentação, da habitação e do vestuário; concomitantemente à socialização das crianças, os espaços da casa se transformam em *laboratórios*. Entretanto, todas essas *conquistas* só fazem sentido se dirigidas para o *ideal de amor* que se realiza na *socrossanta instituição do casamento* garantia de alcance do *belo sonho de amor* que equivale ao *ideal de felicidade conjugal*⁷⁶.

Tais idéias eram instituídas e/ou reforçadas e veiculadas pelas propagandas em revistas e em outras modalidades de textos como os contos da revista *Alterosa*. A seção de contos da revista foi uma das mais concorridas; para ela realizavam-se concursos abertos aos leitores a fim de selecionar aqueles a serem publicados; escreviam autores conhecidos como Murilo Rubião, Olga Obay, Maria José Dupre, ou outros, estrangeiros. No último caso, vários contos publicados eram de autores norte-americanos, assinalando o deslocamento, já no final dos anos 1930, da influência européia/francesa para a americana, sinônimo de sociedade moderna, que perpassava várias instâncias da vida social, como o cinema, a música, a arte e a literatura. É o

⁷⁴ Antes da criação do curso de Viçosa já existiam no Brasil outros cursos dessa modalidade em nível de ensino médio como por exemplo o Colégio Bennett no Rio de Janeiro. Sob a criação do curso de Economia Doméstica, cf. LOPES, M. F. op. Cit.

⁷⁵ Id. Ibid. p.

⁷⁶ Id. Ibid. p.193.

caso do conto “Um matrimônio moderno” escrito por Rudolph Q. Laval para *Alterosa*⁷⁷. Miriam, a personagem principal, é jovem, bonita, graduada em filosofia. Os amigos a chamam de a “revoltosa”. Diz ser uma mulher moderna, que só se casa se tiver vários empregados, pois, não vai cuidar da casa, não terá filhos e fará suas refeições em restaurantes. Até que ela “conheceu mais tarde o amor”. O amado aceita as condições impostas por Miriam, eles se casam e iniciam a vida de noitadas e refeições em restaurantes. Um dia, Miriam começou a preparar o jantar do marido e reconheceu:

– Olha Jorge, estava equivocada. Antes de casar-me acreditava que a felicidade se baseava, principalmente, na diversão. Era feliz assim, mas **logo me convenci do meu erro**. Pensava por exemplo, que cozinhar era um problema difícil. O meu equívoco partia de que não conhecia cozinha além da de mamãe – lembra? – para cujo manejo eram precisas três pessoas. A nossa porém, é elétrica, e não produz fuligem e nem tampouco cinzas... (grifos meus)

Segue falando das maravilhas da geladeira elétrica, cafeteira elétrica e das comidas deliciosas preparadas por ela com rapidez e comodidade. O diálogo continua:

– Oh! Não acredito no que dizes... Não é para menos... e te felicito.
– A mim? Não...
– A quem, então?
– A ti mesmo, meu querido, que organizaste o nosso lar com aparelhos elétricos. Eles fizeram o milagre de transformação do meu espírito...

O autor concluiu seu conto ressaltando que, daquele dia em diante, “o casal Azevedo viveu completamente feliz” e eles nunca se esqueceram de que “a felicidade que usufruíam se devia à eletricidade”. Tiveram muitos filhos e foram felizes para sempre. Os sentidos imprimidos pelo enunciado são que é um erro não ser dona-de-casa e que a verdadeira felicidade das mulheres está em suas funções domésticas. Não é o marido que fala, mas a própria mulher se “convence” disso. “Histórias” desse tipo serviram de roteiros de várias modalidades de textos que, como no conto de *Alterosa*, usavam a escolha

⁷⁷ ALTEROSA. Belo Horizonte, set./1939.

individual, o amor romântico, o governo racional, científico e moderno do lar feliz como matrizes para produzir sentidos sobre os “ideais” femininos – o que quer uma mulher – e, por conseguinte, do casamento e da família como bens almejados por todas.

Assim, mediante as reivindicações correntes no período de feministas como Berta Lutz e Antonieta Vilela de escolarização das mulheres, criaram-se cursos específicos para elas de forma a lhes assegurar o direito à educação ou o acesso ao mundo eminentemente masculino das ciências. Estes cursos, no entanto, não subverteriam, nem colocariam em risco a ordem instituída – sobretudo com expansão do modo de vida burguês no século XIX – que divide o mundo entre o doméstico/reprodução/feminino e público/produção/masculino, e principalmente sem colocar em risco o modelo almejado de esposa/mãe/dona-de-casa, a “operária doméstica”, conforme Lilá Abu-Lughod. Esta autora, ao analisar esse processo de modernidade entre as mulheres do oriente próximo, ressaltou que:

Um discurso de domesticidade científica para as classes médias e a elite emergente, às vezes parecia confirmar o lugar da mulher na casa e até-la mais estreitamente aos novos lugares recém definidos, também as outorgava uma posição quase profissional que, todavia, alargava o caminho para ascender a outras profissões⁷⁸.

Alargaram também o campo das queixas e as mulheres, de formas variadas, colocaram em evidência suas insatisfações com o pouco que lhes eram oferecido dentro das relações conjugais.

4.4 - Queixas conjugais – o “direito” contestado

Paralelo aos discursos que procuravam instituir a idéia de que o casamento era algo muito bom e, por isso, desejado por todos, especialmente, pelas mulheres, emergiu também as críticas ao comportamento dos homens

⁷⁸ ABU-LUGHOD, L. Anhelos feministas y condiciones postcoloniales. Op. cit. p.32. No original: “Un discurso de domesticidad científica para las classes medias y la elite emergente, a la vez que parecia confirmar el lugar de la mujer en la casa y atarla más estrechamente a los nuevos hogares recién refinados, también les otorgaba una posición casi profesional que quizá allanara el camino para acceder a otras profesiones”.

enquanto maridos, à opressão das mulheres no casamento e às relações desiguais e hierárquicas aí implantadas. Essas críticas foram formuladas principalmente por feministas como Maria Lacerda de Moura, mas também, por parte de esposas que não estiveram envolvidas diretamente nas lutas políticas de emancipação das mulheres. Segundo Besse, muitas “(...) mulheres estavam considerando que ser esposa incluía-se entre as ocupações mais difíceis e mais desagradáveis – fonte de ‘cruel desilusão’ e de ‘amargo martírio’”⁷⁹.

Em Minas Gerais, essas críticas circularam em várias publicações de São Paulo e Rio de Janeiro, onde o feminismo estava politicamente mais bem organizado como movimento ou associações ou em de artigos isolados publicados na imprensa local, muitos dos quais se restringiam basicamente às discussões em torno da emancipação política – talvez menos desestabilizadora das relações de gênero. A “questão feminina”, tornava-se um importante tema de debate na imprensa e a palavra feminismo passou a ser amplamente usada a partir da primeira década do século XX⁸⁰, ora como sinônimo de mulher moderna – nesse caso todo comportamento feminino considerado ousado como, por exemplo, sair de casa sozinha, ir ao cinema, dirigir carros ou usar mini-saias era considerado feminista – ora como forma de desacreditar o movimento das mulheres, como na charge “o feminismo avança” publicada na capa da *Semana Ilustrada* em 1927 (figura 7).

Não obstante, nos interstícios de uma imprensa predominantemente masculina e conservadora, surgiram também as críticas ao casamento como limitador das potencialidades das mulheres, e aos papéis restritivos das esposas. Numa matéria publicada em 1927, no jornal *Diamantina*, uma escritora, que assinou com o nome de Maria, questionou a idéia de “Rainha do lar”, certamente pelo que ela ofuscava: “(...) Dizem que a mulher é rainha do lar! Bonitas palavras, mas só a experiência da vida pode fazer conhecer quanto de ironia ellas encerram!”. As palavras são irônicas justamente pela dependência e submissão a que “as rainhas do lar” estavam sujeitas já que suas potencialidades limitavam-se à administração doméstica: ser uma rainha do lar significava ter uma casa para governar em troca da entrega do controle

⁷⁹ BESSE, S. Op. cit. p.45.

⁸⁰ HAHNER, J. E. op. cit., p. 250.

de sua vida e sua autonomia ao marido. Como forma de superação dos papéis restritivos que o título de “rainha do lar” encerrava, a autora defendeu a educação para a emancipação econômica das mulheres: “(...) Isso quer dizer que não veio ao mundo só para ser mãe, mais ainda – é susceptível de alliar o nobre papel de mãe e educadora – a todos os outros, quando for convenientemente educada”⁸¹.

Uma outra matéria publicada mais tarde em *Alterosa* alertava para a crise do modelo de casamento predominante no qual as mulheres encontravam-se em estado vergonhoso e de deterioração, uma relação desigual que exigia muito mais das mulheres do que dos homens.

(...) O homem não tem, na realidade, muito que ganhar com a melhoria do casamento. Quando a mulher perceber o estado vergonhoso de deterioração em que está essa instituição que absorve sua vida, muito mais do que a do homem, as idéias de Lindsey sobre o casamento de experiência encontrarão um terreno fértil. (...) O convênio matrimonial está caduco. Nada se perde ao experimentar alguma coisa nova, porque, de resto, não há nada mais a perder⁸².

A reforma na instituição do casamento proposta pela autora, era portando o relacionamento aberto, livre, que, na sua concepção, exigiria menos sacrifícios das mulheres, pois não requer o contrato.

Se, por um lado, os “Consultórios Sentimentais” da revista *Alterosa* construíam ideais de comportamento feminino, de casamento e de escolhas conjugais, por outro lado, eles também podem ser entendidos como uma estratégia usada pelas mulheres para manifestarem suas insatisfações com o comportamento dos maridos e com as relações conjugais. Ao contrário das “maravilhas do casamento” construídas pelos diversos textos da época, as missivistas revelavam maridos ciumentos, grosseiros, controladores, adúlteros e um cotidiano de violência física e simbólica, desvelando a situação de submissão e *status* de incapazes das mulheres dentro do casamento. Uma realidade muito distante da de “esposa feliz” construída pelo discurso

⁸¹ FEMINISMO. *Diamantina*. Diamantina, ano 1, n.12, 13/mar./1927, p. 1.

⁸² Vale a pena casar? *Alterosa*. Belo Horizonte, ano IV, set./1942, p.25.

dominante por oposição à solteirona frustrada e infeliz. Recortei alguns extratos dessas seções onde é possível perceber as queixas das mulheres:

“(...) a única saída que se me apresenta é o **suicídio**. Não me é possível mais agüentar um **marido ciumento, deseducado e brutal**”.⁸³

(...) diz-me em sua carta que embora casada, há um ano apenas, já se **sente abandonada pelo esposo**, antes carinhoso e dedicado.⁸⁴

O fato de **haver uma outra mulher na vida do seu esposo**, até ontem modelar e dedicado, não é motivo para você **chegar aos extremos** a que pensa chegar. Todos esses casos amorosos, na vida dos homens casados, minha ingênua Luiza Maria, são, na sua maior parte, ou um capricho, ou uma vaidade, ou, uma fraqueza.⁸⁵

“(...) sou casada há dez anos. Vivo inteiramente **alheia aos negócios de meu marido**. Tenho tudo que desejo, mas o meu esposo nunca me pede conselhos ou orientação”.⁸⁶

“Sou casada há quatro anos, sempre fui esposa submissa e leal, mas tenho dúvidas a respeito do comportamento de meu marido. Não acha o sr. que **o marido deve ser tão fiel quanto a esposa?**”⁸⁷

“(...) meu marido é ciumentíssimo. Quer saber de todos os meus passos. Quando me ausento de casa tenho que fazer relatórios completos. Ele quer saber onde estive, com quem conversei, qual foi o assunto da palestra e tudo mais. **Penso que maridos dessa natureza humilham as suas esposas**”⁸⁸.

Conforme assinaliei anteriormente, nessa modalidade de discurso não só existe o recorte e seleção por parte dos responsáveis pela seção que escolhe o que quer responder, como também os interesses da revista que induz às temáticas que deseja ver publicadas. Mesmo assim, as queixas em

⁸³ Missivista da Capital que escrevia sob o pseudônimo de Esfinge.. ALTEROSA. Caixa de Segredos. Belo Horizonte, ano v , jan./1945.

⁸⁴ Ida Mirtes, missivista da capital. ALTEROSA. Caixa de Segredos, fev./1945.

⁸⁵ Luiza Maria, de Caravelas/ Bahia. ALTEROSA. Caixa de Segredos, set./1945.

⁸⁶ Alcina Triler de Pouso Alegre. ALTEROSA. Confidências e Confissões, ano II, set./1940.

⁸⁷ Missivista de Tremendal. ALTEROSA. Confidências e Confissões, maio/1941.

⁸⁸ Cristina Fiorenze, missivista de Araxá. ALTEROSA. Confidências e Confissões, mar./1941.

torno das relações conjugais expressadas através do pedido de aconselhamento eram extremamente recorrentes tanto em “Confidências e Confissões” quanto na “Caixa de Segredos”. As temáticas se repetiam em todas as seções e frente a elas os aconselhadores procuravam, por um lado, justificar o comportamento dos maridos através de argumentos da antigüidade do costume (ou seja, sempre foi assim, é próprio do homem) como forma de torná-lo “normal” e por isso aceitável, em asserções do tipo: “(...) desde o começo do mundo, os homens gozam de certas regalias”⁸⁹; “O caso do seu esposo é uma fraqueza muito comum no homem desse século”⁹⁰. Conforme assinala Adrienne Rich, as mulheres são ensinadas a aceitar como natural a inevitabilidade da “pulsão” masculina porque essa nos é inculcada como um dogma⁹¹.

Os maridos também eram apresentados pelos aconselhadores como vítimas: “Homens como seu marido sofrem muito. É o ciúme que toca as raias da loucura. Os antigos chamavam o ciúme de monstro de olhos verdes. Ele é uma vítima desse monstro (...) Quando a minha boa amiga tiver cinquenta(sic.) anos, verá que o ciúme do seu marido estará muito atenuado. Até lá trate-o com piedade e carinho”⁹²; procuram amenizar suas atitudes: “O defeito do seu marido é muito vulgar”⁹³; ou atribuir-lhes razão e confiabilidade: “(...) penso que a razão está com seu marido. Uma mulher casada não deve se exibir em bailes”⁹⁴; “Deixe que seu esposo trate dos negócios. Não queira saber o que

⁸⁹ Sílvio Castelar. ALTEROSA, Confidências e Confissões. maio/1941. Augusto Forel, considerado um dos pais da sexologia em seu livro “A Questão Sexual” amplamente lido no Brasil, justificava o comportamento sexual dos homens acentuando as diferenças de gênero e inscrevendo-as na natureza. Assim para ele “a mulher normal é muito mais difícil do que o homem na concessão do seu amor. Enquanto o homem normal se sente atraído para o coito com quase todas as mulheres mais ou menos jovens e sadias, não é este, absolutamente, o caso da mulher normal para com o homem. Também ella é muito mais constante do ponto de vista sexual. Raramente lhe é possível sentir desejos sexuaes por vários homens ao mesmo tempo; seus sentidos não a arrastam senão para um só apaixonado”. (In: FOREL, A. *A Questão Sexual*. 1929, p.99).

⁹⁰ Conselo San Martin. ALTEROSA. Caixa de Segredos, fev./1945.

⁹¹ RICH, A. La contrainte à heterossexualité et l’existence lesbienne. *Questions Féministes*, 1981, p.29.

⁹² Sílvio Castelar, op. cit. mar./1941

⁹³ Id. Ibid. Jan./1941

⁹⁴ Id. Ibid. Set./1940

ele faz na rua, supondo sempre que ele age com acerto e sabedoria”⁹⁵. A revista, através destas colunas, aconselhava às mulheres paciência com a brutalidade e lhes ensinava a santidade do casamento. Por outro lado, os aconselhadores delegavam às mulheres a responsabilidade pelo comportamento dos maridos, ou seja, era sempre ela a culpada: “Estou certa de que você não se conduziu muito habilmente. Daí, os aborrecimentos que lhe surgiram”⁹⁶; “O que na realidade existe, em quase todas as moças brasileiras, minha boa Ilda, é uma certa falta de preparação para o casamento, falta essa que as leva a decepções imaginárias”⁹⁷. “O que prejudica seriamente a felicidade da moça brasileira é a pressa que tem de se casar”⁹⁸, o que faz com ela não espere o seu único e “verdadeiro amor”. “Por isso acho que você não deve se deixar levar assim, tão facilmente acreditando que um grande amor é o início de uma felicidade duradoura. Prepare, antes, essa felicidade, conhecendo bem o objeto da sua afeição”⁹⁹. Assim, a questão do elevado número de queixas conjugais e de casamentos infelizes já não se justificava apenas pelos casamentos arranjados. Conforme ressalta Luhmann, o amor romântico também assumia “a explicação quer da felicidade quer da infelicidade no casamento”¹⁰⁰.

Não obstante, a prática discursiva das missivistas permitia que as mulheres casadas transformassem um problema individual (o ciúme, o abandono, os maus-tratos, o sofrimento, a opressão) em um coletivo comum, além de, ao mesmo tempo, torná-lo público. Ou seja, um problema que aparentemente se apresenta como individual (dela ou específico do seu casamento) tornava-se coletivo a medida que outras mulheres passavam a perceber que vivenciavam as mesmas situações de constrangimento, opressão, sofrimento, e compartilhavam dos mesmos anseios. Nesse sentido, as missivas, como práticas discursivas, podem ser pensadas como uma forma

⁹⁵ Id. Ibid.

⁹⁶ Id. Ibid. set./1945.

⁹⁷ Id. Ibid. abr./1945.

⁹⁸ ALTEROSA. Caixa de Segredos. dez./1945. Resposta a Flor de Lins, missivista de Eugenópolis.

⁹⁹ Id. Ibid. fev./1945. Resposta à Marion da Capital.

¹⁰⁰ LUHMANN, N. Op. cit.

de movimentação política dessas mulheres: por um lado elas expunham seus problemas e transformavam o privado em público; por outro, estimulavam outras mulheres, leitoras da revista, a falarem de si e de seus problemas, à medida que essas se identificavam com as situações expostas.

Essas seções de aconselhamento da revista *Alterosa* podem ser compreendidas a partir de argumentos desenvolvidos pela antropologia da fofoca. Conforme assinalou Robert Paine, a “fofoca é indubitavelmente o canal mais importante para reafirmação constante de valores compartilhados sobre comportamento”¹⁰¹. Paine foi um/uma dos/das antropólogos/as que estudou o uso social da fofoca propondo pensar as conexões entre fofoca e comunicação. Nestes termos a fofoca é “administração de informação”, ou seja, é um processo em que as pessoas retêm ou circulam informação sobre outros, conforme seus próprios interesses. O fofoqueiro dá informação, mas na medida em que deseja muito mais receber. Ao “dar” informação, como as missivistas, ele estimula que outros falem também. Esse argumento, lembra Paine, não nega que, ainda que a expectativa do fofoqueiro seja de receber mais do que dá, freqüentemente, ele também distribui informação. Assim, os aconselhadores dos “consultórios sentimentais”, como o/a fofoqueiro/a, exercia o papel de administrador/a de informação, ele/ela recebia e distribuía informação de acordo com seus interesses, ou da revista, nesse caso, funcionava também, querendo ou não, como um/uma articulador/a. Ao remeter o problema de uma ao problema vivenciado por outras, o/a aconselhador/a se constituía num ponto de ligação em uma rede que se construía entre uma missivista, as outras missivistas e as leitoras em geral da revista. Isso pode ser percebido em acepções tais como: “Minha bôa Maria Flora, como a sua, muitas consultas semelhantes têm vindo às minhas mãos”¹⁰²; “Já respondi, em número anterior, uma consulta quase idêntica à sua”¹⁰³. Uma rede que unia, em torno de uma problemática comum, não só mulheres de Minas Gerais, mas

¹⁰¹ PAINE, R. What is gossip about? An alternative hypothesis. 1967, p. 279. Sobre antropologia da fofoca, cf. tb. GLUCKMAN, M. Gossip and Scandal. *Current Anthropology*. University of Chicago Press, v. 4, n.3, june 1963; COX, B. A. What is Hopi gossip about? Information Managent and Hopi Factions. *The Journal of the Royal Anthropological institute*. V.5, n.1, 1970.

¹⁰² ALTEROSA. Caixa de Segredos, fev./1945.

¹⁰³ Id. Ibid., mar./1945.

também de outros estados, já que além das missivas de várias cidades mineiras, havia também as do Distrito Federal (Rio de Janeiro), Goiás, Bahia dentre outras localidades, tornando possível gerar a idéia de um problema social mais geral em torno de cada queixa. A fofoca, argumenta Paine, é um instrumento social poderoso para qualquer pessoa que aprende administrá-la e pode dirigir ou canalizar seu efeito catalítico¹⁰⁴ e socializador do suposto “defeito”, “desvio” ou problema inicialmente percebido como individual e privado.

Conforme tenho assinalado, no processo de convencimento das mulheres a aderirem ao casamento, onde seriam mais facilmente controladas, foi oferecido a elas o “direito de escolher” o próprio marido, o direito ao amor conjugal e dos filhos e o direito de governar a casa, mas, mediante a existência das queixas conjugais cada vez mais públicas, principalmente relativas ao comportamento dos homens, a idéia de marido ideal, ao contrário da “esposa ideal” amplamente produzida e veiculada pelos discursos, não se apresentava como uma promessa às mulheres. O “marido ideal” tornou-se, antes, idealização delas, produto de suas fantasias.

Já se disse, e com razão, que **o marido ideal não existe**. (...). Aquele tipo, cheio de belas e excelentes qualidades, com o qual sonham todas as moças – é triste confessar – não existe senão no pensamento das jovens apaixonadas. Por muito honesto, educado, agradável, física e moralmente, que seja o homem, podem ficar certas as moças de que **ele deferirá muito daquele escrínio de perfeições que sua fantasia de enamoradas idealizou**. (...) **O homem propende, por sua natureza, a arrebatamentos de domínio e de violência**, e da habilidade da mulher depende que esses maus momentos não tenham conseqüências desastrosas. “Ninguém é perfeito neste mundo” (...) se só pudesse ser considerado bom marido um homem sem defeitos, então não haveria felicidade conjugal sobre a terra (...) Para essa ocasião, aqui está meu conselho: tolerância, doçura, compreensão e **umas lagrimzinhas... de vez em quando** [para sensibilizar o marido]¹⁰⁵.

Ao assinalar que “o marido ideal não existe” e também “ninguém é perfeito”, a enunciação é que as mulheres deveriam se contentar e conformar

¹⁰⁴ PAINE, R. op. cit. p. 283.

¹⁰⁵ ALTEROSA. O marido ideal. Out./1945.

com o marido que tinham, e com o comportamento que ele adotava. Assim, outra estratégia discursiva foi a naturalização do comportamento dos homens: era da sua natureza ser dominador e violento, portanto, algo que não poderia ser mudado. As mulheres deveriam estar cientes disso e de acordo, quando ingressaram “livremente” no contrato de casamento.

A armadilha estava armada. Não obstante, Colette Guillaumin, na sua análise sobre a apropriação das mulheres, conclui que,

(...) toda mulher não apropriada oficialmente pelo contrato reservando seu uso a um só homem, isto é, toda mulher não casada ou agindo sozinha (circulando, consumindo etc.) é o objeto de uma concorrência que desvenda a natureza coletiva de apropriação das mulheres¹⁰⁶.

A celibatária expunha e evidenciava a situação de opressão da mulher casada e, ao mesmo tempo, desvelava a ameaça àquelas que se orientavam exclusivamente pelo casamento. Ao direcionar suas escolhas para outras vias que não aquelas da conjugalidade moderna, elas também criavam condições de possibilidade de uma existência mais autônoma e de escapar às armadilhas do casamento, como veremos no capítulo seguinte.

¹⁰⁶ GUILLAUMIN, C. op. Cit. p.42. No original: “Toute femme non appropriée officiellement par contrat réservant son usage à un seul homme, c’est à-dire toute femme non mariée ou agissant seule (circulant, consommant, etc.) est l’objet d’un concours qui dévoile la nature collective de l’appropriation des femmes ».

CAPÍTULO 5

COMO ESCAPAR ÀS ARMADILHAS: O CELIBATO DAS MULHERES

O celibato feminino, nas primeiras décadas do século XX, foi visto por algumas feministas inglesas, francesas e brasileiras, a exemplo de Cecília Bandeira, como a principal estratégia política contra a dominação masculina. Para muitas mulheres, feministas ou não, o celibato foi uma maneira de escapar às armadilhas do casamento e se constituir em indivíduos. Assim, ao permanecerem solteiras e fora do controle “jurídico” de um marido, parece que as mulheres poderiam exercer mais “livremente” suas escolhas e constituir outros modos de vida fora daquele oferecido pela família conjugal. O celibato feminino pode ser pensado, assim, como uma recusa ao contrato de casamento que implica e legitima a subordinação das mulheres mascarada num “pacto desigual”, no qual a esposa deve obediência a seu marido em troca de proteção¹, conforme discuti em capítulo anterior. Permanecer solteira para uma mulher, nesse contexto, significava dizer não à sujeição e à submissão, o que, nesse sentido, é um ato político. O celibato feminino foi também um dos múltiplos pontos de resistência² nas relações de poder inerentes ao

¹ PATEMAN, C. Op. cit. p. 82.

² Como salienta Foucault, “as resistências (...) são o outro termo nas relações de poder; inscrevem-se nestas relações como o interlocutor irreduzível ...”(FOUCAULT, M. *História da sexualidade 1*, 91-92).

casamento, à família conjugal, à obrigatoriedade da maternidade e à heterossexualidade compulsória³.

Nesse sentido, este capítulo discute como, na posição de celibatárias, as mulheres criavam condições de possibilidade para uma existência mais autônoma, uma vez que poderiam constituir-se em indivíduos jurídicos e mais livres para investir na sua formação escolar, na carreira profissional e saírem da órbita exclusivamente familiar e da dependência masculina. Por isso, o celibato foi visto por algumas mulheres como uma estratégia política contra a dominação masculina e, por outras, por exemplo, as professoras mineiras que narraram suas histórias de vida neste trabalho, como um caminho possível para que pudessem colocar seus interesses e aspirações no centro de suas escolhas.

5.1– Exceder ao controle: Mulheres “indivíduos”

A feminista e individualista, Maria Lacerda de Moura, em seus escritos, atentava para a necessidade de as mulheres assumirem a posição de “indivíduo”, no sentido de viver para si e sem a necessidade de proteção do pai ou marido, como forma de escaparem à apropriação privada, pelo casamento e coletiva, pelos encargos familiares. Para Maria Lacerda, “certos homens de mais (sic.) gosto têm o instinto da propriedade da mulher, exceção da mulher ‘indivíduo’”⁴. Desse modo, ela afirmava que “todas as mulheres que conseguiram ser ‘elas mesmas’ ou foram solteiras – ou viúvas ou divorciadas ou mal vistas pela família inteira”⁵.

Fora do contrato matrimonial e “desobrigadas” das funções requeridas pela maternidade, as mulheres poderiam aspirar a interesses mais individuais e assegurar formas de constituírem-se em “sujeito jurídico”, em “indivíduo”, excedendo os dispositivos legais de controle. Quando maior, elas se tornavam

³ Como sublinha Segato, é “historicamente que o componente homossexual da sexualidade humana é suprimido como parte do processo de imposição do gênero sobre os indivíduos e com a finalidade de garantir a existência e a continuidade da instituição do matrimônio” (SEGATO, R.L. op. cit., 995, p. 456-457).

⁴ MOURA, M. L. A independência da Mulher (1926). In: LEITE, M. M.(Org.) op. cit. p. 123.

⁵ MOURA, M. L. Religião do amor e da beleza. p.120.

responsáveis por si mesmas e por seus bens; ao contrário das casadas que não podiam nem mesmo receber heranças, pois eram seus maridos, como “cabeça do casal”, quem recebiam. As solteiras podiam herdar e também administrar e legar seus bens conforme quisessem e, não tendo herdeiros ascendentes ou descendentes, não estavam sujeitas nem mesmo às disposições legais da partilha.

Muitas celibatárias usaram seus testamentos para beneficiar principalmente outras mulheres. Isso pôde ser verificado nos testamentos de celibatárias da cidade de Diamantina⁶ que revelaram também uma rede de solidariedade entre mulheres. Maria das Dores Pereira, proprietária de muitos bens, aos sessenta e oito anos, em 1958, deixou para uma irmã a parte da chácara onde viviam junto com os lotes de terreno e, para a outra, o dinheiro da venda de uma casa que estava emprestado⁷. Da mesma forma, Carlota Joaquina da Costa, natural de Bom Jesus de Matozinhos e residente em um distrito de Diamantina há mais de cinqüenta anos, em 1918, nomeou como herdeira Dona Maria Delfina de Souza e seu marido, por gratidão a esta “que sempre foi para mim de uma dedicação verdadeiramente filial há mais de quarenta anos, tratando-me com solicitude em todas as minhas enfermidades”⁸. Ou ainda, mulheres mais pobres como Maria da Cruz Mascarenhas que, em 1928, sem saber ler ou escrever e doente de cama, mas em seu juízo perfeito, legou seu único bem, uma casa baixa, coberta de telhas na rua do Amparo, onde residia, à menor Maria dos Reis Lopes, filha de Maria Joana dos Anjos “em recompensa pelo muito que sua mãe me tem prestado e continuará a prestar”⁹.

Maria Ferreira Rabello foi ainda mais longe. Em seu testamento, feito em 1899, declarando ser católica, “**filha natural de D. Anna da cunha Coutinho**, já falecida e sempre conservei-me no estado de solteira pelo que

⁶ Foi consultado no Arquivo e Biblioteca Antônio Torres somente o maço 241 que estava disponível, pois no momento da pesquisa o arquivo passava por reformas. Somente nesse maço, entretanto, encontrei nove testamentos de mulheres solteiras que viveram no período em estudo. Considerei um número elevado dado o tamanho da cidade e ao fato de a prática de deixar testamento já não ser tão usual a partir do século XX.

⁷ ABAT. Testamento de D. Maria das Dores Pereira. Diamantina, 1958, maço 241.

⁸ ABAT. Testamento de D. Carlota Joaquina da Costa. Diamantina, 1918, maço 241

⁹ ABAT. Testamento de D. Maria da Cruz Mascarenhas. Diamantina, 1928, maço 241.

não tenho ascendentes e nem descendentes”, ela legou à Perciliana Ferreira Rabello, que vivia em sua companhia, uma casa em usufruto na rua da Luz na cidade de Diamantina e determinou as suas disposições de última vontade:

(...) faço este legado com a cláusula de **não poder ser alienado e de não poder o marido de Perciliana exercer domínio ou acto algum de administração sobre o mesmo legado**, que por morte de Perciliana, ou se não for ela viva no tempo da minha morte, passará para sua filha Itelvina ou a seus filhos, se não for ella viva, com todas as cláusulas exatamente estabelecidas para Perciliana, e só por morte de Itelvina passará o pleno domínio da mesma casa a seus filhos. (grifos meus)¹⁰

Com esse legado às mulheres, garantindo-lhes sua sobrevivência, criou também criou um dispositivo para evitar que os homens tivessem acesso aos bens da esposa beneficiada. Ela deixou ainda à D. Joaquina Motta “as remanescentes de água” da casa em que residia. Nesse testamento, percebe-se que Maria Ferreira era filha de mulher também solteira, conforme indica a expressão “filha natural”, e viveu em meio predominantemente feminino. Além de bens materiais, ela legou bens espirituais a mulheres para quem pediu que fossem celebradas cinco missas, deixando certa soma em dinheiro para isso. As almas beneficiadas foram: a sua própria, a de sua mãe e a de Joaquina Simpliciana de Avelar. Ainda como “disposições de última vontade”, desejou que fosse enterrada na capela de Nossa Senhora do Amparo e rogou “às Justiças do meu Paiz que o cumpram e façam cumprir como n’elle [testamento] declarado está”¹¹.

Na condição de solteiras, as mulheres criavam condições para desdobrar a lei e desvelar as inconsistências que surgem, no mesmo campo discursivo, entre os enunciados de igualdade, que convocava a todos, independentemente do sexo, para participar como “indivíduos livres” do mercado de trabalho. Um decreto dos Correios, publicado no jornal de Diamantina, “O Pão de Santo Antônio”, em 1922, elucida esse processo. O decreto reconhecia e instituía as **moças** como indivíduos, uma vez que sem o direito à cidadania ativa, as mulheres não poderiam ocupar cargos públicos.

¹⁰ ABAT. Testamento de D. Maria Ferreira Rabello. Diamantina, 1899, maço 241.

¹¹ Id. Ibid.

As **moças dos Correios**, em virtude da circular abaixo, do sr. Diretor Geral **passam a ser consideradas indivíduos**". (...) **os indivíduos do sexo feminino** poderão exercer qualquer **função** no Correio, que seja **compatível com o referido sexo...**¹². (grifos meus).

O termo "as moças" do enunciado circunscreve o referente e, ao mesmo tempo, limita os direitos conquistados estritamente às solteiras¹³. Esse decreto expõe as inconsistências de uma sociedade que, num mesmo movimento, sustentava princípios incompatíveis, simultaneamente igualitários e individualistas, por um lado, e hierárquicos de gênero, pelo outro; isto é, criava-se um equilíbrio entre a necessidade do trabalho das mulheres como indivíduos iguais, e as restringia na sua suposta natureza tendente à conjugalidade e à procriação¹⁴.

Numa perspectiva de análise marxista, Eunice Durham argumentou que, para um sistema que consome força de trabalho como foi o capitalismo, em desenvolvimento no Brasil nesse período, "o sexo do trabalhador, pela primeira na história, passa a ser irrelevante". Assim, primeiramente, criaram-se condições de "inclusão" das mulheres no mercado de trabalho impessoal na categoria indiferenciada de "indivíduo portador de força de trabalho". Isso constituiu a fundamentação de um modelo de igualitarismo individualista. Nesse sentido, homens e mulheres se enfrentariam no mercado de trabalho como indivíduos aparentemente livres e iguais. No entanto, a industrialização promoveu a separação entre os espaços da produção e o da reprodução, estabelecendo o isolamento das mulheres na vida doméstica e sua exclusão dos direitos políticos. Dessa maneira, para Durham, as mulheres passaram a sofrer uma contradição fundamental: "a percepção de sua igualdade enquanto indivíduo na esfera do mercado e sua desigualdade enquanto mulher,

¹² O PÃO DE SANTO ANTÔNIO. Diamantina, ano XV, n. 14, 5/03/1922, p.1.

¹³ O termo "moça" no Brasil era utilizado somente para se referir às mulheres solteiras, sobretudo virgens.

¹⁴ Michelle Perrot observa que, também na França do final do século XIX, a opção pelo celibato em certos casos era derivada da preferência por uma carreira profissional e os correios ofereciam inúmeros exemplos. "Em 1880, acima dos cinquenta anos, contam-se 73% de mulheres sozinhas, entre elas 55% solteiras (...). Os itinerários reconstituídos (C. Dauphin, P. Pézerat) mostram que foi o desejo de autonomia financeira e profissional que levou ao celibato". (PERROT, M. À margem: solteiros e solitários, 1991a, p.299).

ancorada na esfera doméstica da reprodução”¹⁵, ou seja, na família onde prevaleceu a assimetria legalizada pelo aparato jurídico do estado republicano. Assim, posteriormente o gênero teve a função de marcar diferentemente o sujeito dentro de uma sociedade que havia criado condições de um igualitarismo radical.

Um dos mecanismos de controle do trabalho remunerado das mulheres foi o estabelecimento das obrigações mútuas no casamento pelo código que acabou por legislar sobre o status. Conforme discuti em capítulo anterior, o código civil brasileiro de 1916, além de legitimar o exercício desigual de poder e a hierarquia dentro da família, assegurou também aos maridos o direito de proibir o trabalho das esposas fora de casa. Na condição de esposas, além de não poderem se constituir em indivíduo jurídico – elas eram incapazes perante a justiça – as mulheres não podiam, também, concorrer como indivíduos livres no mundo do trabalho, pois dependiam da autorização do marido. Ao legislar o *status*, o Estado criou, de certa maneira, outra forma de marcar o sujeito instituindo mais um elemento de desigualdade, neste caso, entre solteiras e casadas.

As celibatárias, ao contrário das esposas, estavam, pois, fora da órbita deste mecanismo, além disso, não tinham uma família para cuidar e reproduzir – com todas as novas atribuições do modelo de mãe/esposa requeridas pelo projeto de modernidade burguesa. No *status* de solteiras, elas estavam mais desimpedidas para concorrer ao emprego remunerado – não sem restrições de todo tipo – com os homens e na condição de indivíduos em pé de igualdade.

Para muitas mulheres, a ampliação das oportunidades de escolarização e do ingresso de forma mais efetiva no trabalho remunerado proporcionada pelos desdobramentos da modernidade, criou condições de possibilidades de maior autonomia financeira e de escapar ao controle masculino (pai ou marido) e às armadilhas do casamento. No entanto, apesar da ampliação das ofertas de emprego e ocupação para as mulheres, outros mecanismos e estratégias discursivas regulavam sua entrada no mundo do

¹⁵ DURHAM, E. Família e reprodução humana. 1983, p.34.

trabalho e as redirecionavam de volta ao lar¹⁶, pois seu trabalho passava a ser percebido como uma ameaça à família e à conjugalidade moderna.

5.1.1- Carreira profissional ou de esposa: estabelecendo os limites

No caso das mulheres mais pobres, um dos mecanismos usados para controlar seu trabalho e autonomia foi a própria legislação trabalhista e as representações acerca do ambiente de trabalho. Segundo Susan Besse, “(...) a autonomia das mulheres da classe operária (...) ia sendo diminuída pela crescente dificuldade que enfrentavam na competição com os homens de sua classe no mercado de trabalho”. O Ministério do Trabalho “delineou uma legislação protetora que restringia o emprego feminino a setores e turnos ‘adequados’ e, não por coincidência, menos remunerados (...)”¹⁷. Margareth Rago destaca que o mundo do trabalho passou a ser representado pela metáfora do cabaré, por oposição ao universo sagrado do lar. Tais representações visavam conduzir as mulheres do “cabaré ao lar”¹⁸.

Em 1944, a revista *Alterosa* constatou o grande e crescente número de mulheres ocupando postos de trabalho em diferentes setores, principalmente entre os funcionários aprovados em curso para ingresso no serviço público. A revista resolveu fazer uma enquete com os empregadores para saber o que pensavam sobre o trabalho das mulheres:

– Em regra geral, as mulheres são muito dedicadas ao trabalho, muito honestas no cumprimento de seu dever, e muito compenetradas das obrigações assumidas para com seus patrões (...) **Não possuem** espírito administrativo, senão raramente, o que não é de se admirar porque também entre os homens **nem sempre** se encontra um administrador. (...) Acho, contudo, que a **mulher antiga** procedia melhor, **dedicando-se ao lar, à escola e à enfermagem. O lugar da mulher é no lar**, cuidando de seus filhos, de seus irmãozinhos. A mulher é para a criança o melhor catecismo, a melhor religião. A criança hoje recebe educação moderna, baseada nos mais recentes estudos da ciência, se adapta assim mais facilmente à vertigem do progresso de nossos tempos, mas sem o carinho da **mãe e da professora**, faltar-lhes-á

¹⁶ RAGO, M. Op. cit., 1997, p.69.

¹⁷ BESSE, S. Op. Cit. p.9.

¹⁸ RAGO, M. Op. cit. 1997, p. 588.

o sentimento de bondade, de amor universal, que só a mulher lhe saberá ensinar. Sei também que, quer na repartição, quer na loja de negócio, **cada mulher está tomando o lugar de um homem** que, uma vez empregado, poderia constituir um novo lar, uma nova família, mais uma molécula de felicidade e de grandeza para o Brasil. Por isso sou de opinião que **o lugar da mulher é no lar**, na escola e no hospital... ¹⁹ (grifos meus).

A resposta do Sr. Carlos Vaz de Carvalho, dono da Casa Guanabara, assinala o paradoxo da “mulher moderna” e as inconsistências de uma sociedade que necessitava do trabalho dela, mas não admitia sua completa autonomia traduzida aqui em competição com os homens. Por outro lado, a autonomia financeira, defendida por muitas feministas do período, constituía uma ameaça a um referente de feminino que se pretendia instituir e, acima de tudo, uma ameaça às prerrogativas do homem e da masculinidade. A matriz de sentido principal do enunciado é a defesa da família conjugal ancorada no princípio de que o pai é o provedor; por isso, o trabalho das mulheres aparecia como competição, ele impedia a formação de novas famílias, uma vez que as mulheres não eram concebidas, nem definidas pela lei como provedoras. Além disso, o enunciado estabelece a divisão sexual do trabalho associando o trabalho das mulheres à função biológica – especialidade do cuidado com o outro – e os homens ao trabalho intelectual. Assim, não possuir espírito administrativo é regra para as mulheres, enquanto que para os homens é exceção, como indica o “nem sempre” do estrato.

Diversas práticas discursivas instituíam no tecido social a idéia de incompatibilidade do trabalho fora da casa com as funções da maternidade e o modelo desejável de “mulher casada”. Como forma de controlar o trabalho, e conseqüentemente a autonomia das mulheres, foram criados empecilhos à conciliação entre casamento/maternidade e uma carreira profissional. A constituição biológica dos corpos femininos passou a ser utilizada nos discursos como sendo imprópria para determinados tipos de trabalho, e o exercício da maternidade aumentava gradativamente os requisitos que amarravam as mulheres “à esfera doméstica, enquanto a ênfase na criação

¹⁹ ALTEROSA. As mulheres vencem na luta pela vida. Belo Horizonte, jan./1944. Esse foi um período de grande expansão e necessidade do trabalho feminino devido à II Guerra Mundial.

dos filhos definia estritamente os traços apropriados do caráter feminino”²⁰. Margareth Rago destaca que muitos acreditavam que:

(...) o trabalho da mulher fora de casa destruiria a família, tornaria os laços familiares mais frouxos e debilitaria a raça (...). As mulheres deixariam de ser mães dedicadas e esposas carinhosas, se trabalhassem fora do lar; além do que um bom número delas deixaria de se interessar pelo casamento e pela maternidade²¹.

O marido como “profissão” para as mulheres tornava-se um dos elementos no processo de subjetivação do feminino e um dos mecanismos de coerção para conduzi-las ao casamento. O marido foi apresentado, pelos discursos jurídico e moral, como o provedor da esposa e dos filhos, guardião e protetor da família. Assim, as mulheres poderiam – e era realmente mais “recomendável” e “aceitável” – prescindir do trabalho remunerado, conforme explica minha entrevistada:

Tinha também uma teoria que **o marido era o sustentáculo da mulher**. Uma vez eu vi a mãe de uma amiga minha falando: “você vai casar porque **o marido é um emprego que você tem**”. O marido era visto como o provedor, a pessoa que tinha que sustentar aquela mulher, que tinha saído de casa e tinha perdido o vínculo com o pai, que era o provedor, para passar para o marido que seria o novo provedor²².

Esse processo pode ser percebido também nos registros de Helena Morley, no final do século XIX. Aqui as representações sociais, produzidas pelos discursos, são aceitas, absorvidas e reproduzidas no processo de auto-representação²³.

Hoje, quando chegamos à casa de Júlia, ela disse a mamãe: “Os planos de Helena já se vão por água abaixo, Dona Carolina. A senhora já soube que vou me casar breve? Já arranjei até substituta. Agora vai ser mais difícil para Helena”. Respondi: “Eu também não tenho esperança de tirar meu título tão cedo, Júlia. Se no primeiro ano já encalhei, avalie nos outros. Também a gente não sabe do futuro. **Quem sabe se eu também, quando**

²⁰ BESSE, S. Op. Cit. p.11.

²¹ RAGO, M. op. cit., p.585.

²² Professora 1. Montes Claros, maio/ 2004.

²³ DE LAURETIS, T. As tecnologias do gênero. In: BUARQUE DE HOLLANDA, H. *Tendências e Impasses: o feminismo como crítica da cultura*. 1994, p.206-242.

ficar moça, não vou encontrar, como você, um rapaz de quem eu goste e não vou ter precisão de dar escola?”. Júlia disse: “Isso é o mais certo”²⁴. (Grifos meus)

Em um outro episódio, Helena planejou vender, às escondidas da mãe, um “broche furado”, para mandar fazer um vestido. Escreveu ela:

(...) Estou tão feliz que até já sei o que vou lhe dizer. Eu receberei o vestido e mostrando a mamãe lhe direi: “este é comprado com o dinheiro do broche que meu pai disse que é para mim depois de moça. **Depois de moça já terei a minha cadeira de professora ou um marido**, e não precisarei de broche furado”²⁵. (grifos meus)

Ou marido, ou cadeira de professora, escreveu Helena. Muitas mulheres como Júlia, a professora de uma escola na zona rural que Helena pretendia substituir, se viram impelidas a optarem entre uma coisa ou outra – marido ou carreira. “O casamento era um empecilho, era proibitivo”, lembrou uma professora, minha entrevistada²⁶. Ao limitar a possibilidade de escolhas das mulheres, carreira ou casamento, os enunciados do tipo: “o marido é um emprego” estabeleciam uma forma de exclusão das mulheres do mundo do trabalho. Cécile Dauphin, ao estudar mulheres celibatárias na França do século XIX, argumenta que:

Essa invenção da incompatibilidade entre trabalho e casamento marca mais particularmente o destino das mulheres no século XIX e impõe a idéia de um sacerdócio laico, desde então que um ideal humanista persiste ao exercício de uma profissão (enfermeira, professora primária, assistente social...). Em suma, a escolha ou a necessidade de trabalhar situa as mulheres diante dessa alternativa que sela sua identidade social e seu destino de mulher: profissão ou família²⁷.

²⁴ MORLEY, H. Op. cit. p. 121.

²⁵ Id. Ibid. p.207.

²⁶ DÁLIA. Montes Claros, maio/2004.

²⁷ No original : « (...) cette invention de l'incompatibilité entre travail et mariage marque plus particulièrement le destin des femmes au XIX^e siècle et impose l'idée d'un sacerdoce laïc dès lors qu'un idéal humaniste préside à l'exercice d'un métier (infirmière, institutrice, assistante sociale...). Em somme, le choix ou la nécessité de travailler place les femmes devant cette alternative qui scelle leur identité sociale et leur destin de femme : métier ou famille » (DAUPHIN, C. Femmes seules. 2002, p.523).

A carreira de professora, entretanto, surgia como a mais adequada às mulheres. Na seção “Caixa de Segredos” de outubro de 1945 da revista *Alterosa*, a aconselhadora Consuelo San Martin respondeu a uma missivista chamada Antonieta que lhe pediu conselhos sobre a “profissão que mais convém à mulher”, sua “intromissão no mundo político” e sobre a “capacidade intelectual da mulher”. Antes de responder, a aconselhadora manifestou duvidar de que a missivista fosse realmente uma mulher devido à “complexidade” das questões colocadas por ela, indicando assim que a capacidade intelectual das mulheres ou, pelo menos, de suas leitoras era, para a aconselhadora, limitada.

(...) A profissão que mais convém à mulher? No meu modo de pensar, eu lhe pergunto: **será conveniente à mulher, a profissão que a afasta do seu lar?**(...) Sem ser muito rotineira, acredito bem mais felizes as Evas que cuidam tão somente do arranjo inteligente do seu lar, sem preocupações outras que aquelas que **a natureza lhes confiou**. Contudo, a escolher, creio que a única capaz de salvaguardá-la do frio ceticismo e do egoísmo seria, ainda a de **educadora**.

A intromissão da mulher no mundo político, nada mais significa que trazer-lhe, além dos que já possui, um encargo a mais, **sem nenhuma compensação verdadeira**.(...) Não discuto, nem nego a capacidade intelectual da mulher para realizações admiráveis em qualquer setor, quer da vida social, quer da vida pública do país. **Nego-lhe, sim, é a resistência física para essa sobrecarga de trabalho**.

Enquanto, totalmente, invadimos o campo das atividades masculinas, os filhos de Adão, diminuem as suas responsabilidades, para ceder-nos todos os trabalhos da terra.

Nenhum homem vai, porque sua esposa também exerce misteres fora do lar, dividir com ela o trabalho doméstico, sem levar em conta o sacrifício da maternidade que pelo nosso avanço, a mãe natureza não nos vai poupar. Lembremos ainda, da miséria moral em que ficam os lares abandonados à boçalidade do doméstico brasileiro (...) **Preparemo-nos, sim, para a volta ao lar, em perigo de deserção...**²⁸

O enunciado reafirma a associação entre mulheres/natureza/ trabalho reprodutivo, a responsabilidade das mulheres na manutenção da família, as restrições à capacidade física das mulheres a determinados tipos de trabalho e aponta para certa preocupação com a jornada dupla de trabalho, mas vista

²⁸ ALTEROSA. Caixa de Segredos. Out./1945.

como algo imutável porque faz parte da divisão natural das funções entre os sexos. Propõe, sobretudo, que as mulheres voltem ao lar como forma de preservação da família.

Não obstante, numa matéria intitulada “Deve a professora casar?”, publicada em 1928 na revista *Semana Ilustrada* de Belo Horizonte, o articulista defendeu a criação, em Minas Gerais, de uma lei semelhante à do estado de Santa Catarina, que determinava que as professoras perderiam seu cargo em caso de contraírem matrimônio. Argumentou ele:

Deve a professora casar e continuar no exercício do cargo? Acho que não. O magistério primário, quando o bem compreendido na sua alta missão social e exercido com a convicção profissional de um sacerdócio, exige renúncias de quem o professa. Uma dessas, a meu ver, é o matrimônio. Porque o casamento, dando à mulher os encargos do lar, que se não limitam ao de “limpar os olhos dos filhos e fazer a comida do marido”, mas que são encargos grandes, múltiplos, árduos e indelegáveis quase todos, dentre os quaes este, que a todos sobreleva – a criação e educação dos filhos – **o casamento é um entrave ao desenvolvimento cabal das obrigações que o professorado exige da mulher**²⁹. (grifos meus)

Se nos enunciados anteriores a matriz de sentido é a defesa da família e do casamento, por meio da exclusão das mulheres do mundo do trabalho, neste é justamente o contrário: a exclusão de algumas mulheres do direito à família/casamento através da sua inclusão numa carreira profissional. Mas não se tratava de qualquer carreira, mas uma que, apesar de exercida fora de casa, reunia elementos de constituição do feminino e que deveria ser exercida como uma espécie de sacerdócio laico e de benevolência. Mesmo assim, o enunciador deixa claro a superioridade das funções do casamento e da maternidade – “que a todos sobreleva” – em relação ao magistério, que “exige renúncias”. Isso significa dizer que nem todas estavam qualificadas a exercê-lo graças aos “encargos grandes, múltiplos, árduos e indelegáveis” exigidos.

O trabalho das mulheres tornava-se cada vez mais necessário, principalmente nas profissões relacionadas aos cuidados com os outros,

²⁹ COSTA, Craveiro. Deve a professora casar? SEMANA ILUSTRADA. Belo Horizonte, ano 1, n.50/51, 26 de maio de 1928. Esta matéria é mais amplamente analisada em outro lugar deste trabalho.

rejeitados nesse momento pelos homens, tais como de enfermeira, governanta, assistente social e professora, que passaram a ser reconhecidas como tipicamente femininas. No entanto, mesmo o exercício dessas profissões, socialmente reconhecidas e necessárias, significava a renúncia aos “direitos” exclusivos da esposa. Dessa forma, as professoras do enunciado eram as “abnegadas”, em outras palavras, as excluídas do casamento e da família conjugal. Por isso mesmo, elas foram as figuras privilegiadas na produção discursiva da “solteirona” como um sujeito inferiorizado. Conforme ressaltou Diva Muniz, “o ingresso e inserção das mineiras no mercado de trabalho via atividade docente, foi cercado por regras e cerceado por interdições de forma a enquadrá-las no padrão de conduta prescrito”³⁰.

Se a recusa ao casamento passou a ser um requisito para o exercício de certas profissões, a recusa deliberada ao casamento e a defesa do celibato feminino foram também transformadas em estratégia política proposta por algumas feministas inglesas, francesas, americanas e também brasileiras para escapar ao controle e à dominação masculina.

5.1.2. O celibato político

O celibato político, conforme Sheila Jeffreys, foi uma das estratégias centrais de luta defendida por várias feministas inglesas desse período como meio de promover a libertação das mulheres. Elas recusavam o casamento, ou porque ele era considerado uma “escravidão humilhante” e de dependência das mulheres em relação aos homens, ou porque elas queriam ter uma carreira profissional, desejo que era impedido pelos maridos. Segundo Jeffreys,

(...) algumas feministas estavam escolhendo antes da Primeira Guerra Mundial não ter quaisquer relações sexuais com homens. Elas tomavam suas decisões em protesto contra a forma tomada pela sexualidade masculina, e a forma que as mulheres eram oprimidas em seus relacionamentos com os homens, e porque algumas delas acreditavam que a posição de todas as mulheres

³⁰ MUNIZ, D. do C.G. Mulheres, trabalho e educação: marcas de uma prática política. In: NAVARRO-SWAIN, T.; MUNIZ, D. do C. G. *Mulheres em ação: práticas discursivas, práticas políticas*. 2005, p.77.

só podia ser melhorada numa sociedade onde houvesse uma larga classe de mulheres celibatárias.³¹

Christabel Pankhurst foi uma dessas feministas que afirmou categoricamente ser o celibato uma decisão política, uma escolha deliberada feita em resposta às condições da escravidão sexual [sex-slavery] a que as mulheres estavam submetidas³². Ela não estava sozinha em sua posição. Segundo Jeffreys, 63% dos membros da União Política e Social de Mulheres em 1913 eram “solteironas”, e muitas outras eram viúvas. Lucy Re-Bartlett, em artigo publicado em 1912, destacou o crescente aumento do celibato entre as mulheres e atribuiu isso à degeneração e desgosto pela maternidade³³.

Para muitas celibatárias como Cicely Hamilton a escolha positiva pelo celibato era uma tática política. Em seu livro *Marriage as a Trade* ela faz uma longa exposição do porquê de as mulheres desejarem ser “solteironas”. Segundo Jeffreys, Cicely Hamilton acreditava na necessidade política de um número elevado de “solteironas” para a revolução das mulheres, porque considerava a atitude das casadas meramente servil e imitativa daquela dos homens. Para ela, essa atitude forçava as mulheres a entrarem no casamento e ao mesmo tempo evitarem a competição econômica principalmente após a Primeira Guerra, quando as mulheres estavam ainda mais engajadas no mercado de trabalho e numa carreira profissional³⁴. A razão de Hamilton permanecer celibatária era porque ela via o casamento como um negócio e achava insuportáveis as condições de vida das esposas. Para ela, somente as “solteironas” poderiam avançar a causa das mulheres, destruir ou diminuir o prestígio do casamento e provocar melhorias nas condições de vida das mulheres casadas a medida em que oferecia uma alternativa viável ao casamento compulsório. E. Noel Morgan também defendia uma classe de

³¹ JEFFREYS, S. *The Spinster and her enemies*.1985, p. 88.

³² Id. Ibid. p. 89.

³³ Id. Ibid. p. 90.

³⁴ The attitude was not merely contempt for a ‘creature [who] was chaste and therefore inhuman’ but active dislike which she felt could only arise from ‘consciousness that the perpetual virgin was a witness, however reluctantly, to the unpalatable fact that sexual intercourse was not for every woman an absolute necessity’. The spinster was by her very existence a living reproach to men as to the form of their sexuality. (Ibid. p. 91-92)

mulheres celibatárias como uma tática política contra a sujeição sexual. Em artigo publicado na revista *Freewoman*, conforme Jeffreys, ela viu a existência de tal classe como uma estratégia deliberada por parte da “natureza” que “pretendia emancipar as mulheres como resultado de uma escolha positiva por elas não se casarem”³⁵.

Elizabeth Abbott ressalta que uma “comunidade espiritual para profissionais resolutamente celibatária, rebeldes e muito cientes sobre o plano político” era o que propunha alguns grupos de ativistas inglesas no final do século XIX, dentre eles o das escritoras Beatrice Potter, Margaret Harkness, Amy Levvy e Olive Schreiner. Elas decidiram viver sozinhas no centro de Londres, longe do conforto da casa e das críticas de suas famílias, onde formaram “uma comunidade de almas irmãs” baseada na amizade e na solidariedade mútua. Elas estavam bem decididas a levar, como celibatárias, uma existência autônoma e digna de ser vivida.

(...) o celibato dessas mulheres resulta de uma posição puramente política. Sua castidade não tem nada a ver com a moral, nem com o medo de uma gravidez, nem com o desejo de permanecer pura até que o príncipe encantado se materialize (...). Por vezes elas mesmas se admiram de ter rejeitado o casamento burguês e maternidade para tentar fazer um lugar na dura realidade de uma cidade suja e cruel³⁶.

No Brasil, o celibato político também foi defendido por algumas feministas das primeiras décadas do século XX, embora não tenha sido com o mesmo vigor das feministas inglesas e não tenha se constituído ponto de pauta prioritário de suas lutas. Susan Besse, em seu estudo sobre a reestruturação da ideologia de gênero no Brasil, analisa textos de feministas como os de Elizabeth Bastos, Cecília Bandeira de Melo Rabelo Vasconcelos, Ercília Nogueira Cobra, Maria Lacerda de Moura, Mariana Coelho e Bertha Lutz, que criticavam abertamente a sujeição das mulheres no casamento. Algumas

³⁵ Id. Ibid. p. 93. No original: “(...) intended to emancipate women rather than as the result of positive choice by women not to marry”.

³⁶ ABBOTT, E. op. Cit. P. 318. No original: “(...) le célibat de ces femmes résulte d’une position purement politique. Leur chasteté n’a rien à voir avec la morale, ni avec la peur d’une grossesse, ni avec le désir de rester pûre jusqu’à ce que le Prince Charmant se matérialise (...) Parfois elles s’étonnent elles-mêmes d’avoir rejeté mariage bourgeois et maternité pour tenter de se faire un place dans la dure réalité d’une ville sale et cruelle”.

dessas feministas defendiam o celibato feminino como estratégia política, entre elas Cecília Bandeira, a Chrysthème, romancista, cronista e articulista da *Revista Feminina*. Ela argumentava que “(...) enquanto os homens não modificassem seu comportamento, as mulheres estariam em melhor situação sozinhas”, chegando a recomendar que as mulheres pedissem o divórcio ou permanecessem celibatárias: “Antes o celibato, a nobre existência individual, a digna organização de uma vida sã e isolada, do que um casamento mau, um enlace pernicioso”³⁷, dizia ela. Para Maria Lacerda de Moura, conforme já dito, uma das maneiras de as mulheres escaparem à dominação masculina seria assumirem a posição de “mulher indivíduo”, ou seja, viverem primeiramente para si. No entanto, isso só seria possível às mulheres que se conservassem fora de qualquer vínculo conjugal, pois, “todas as mulheres que conseguiram ser ‘elas mesmas’ ou foram solteiras – ou viúvas ou divorciadas ou mal vistas pela família inteira”³⁸. Ela defendia ainda a “maternidade consciente”, o divórcio e o “amor plural” como forma de libertação das mulheres e de posse do seu próprio corpo; mas, advertia: “(...) primeiramente, que a mulher resolva o seu problema econômico. A mulher tem de se bastar a si mesma na luta pela subsistência”³⁹. Só conseguirá ser independente a mulher que vive do seu trabalho e que manda na sua própria vida, pois, na condição de esposa, “ligada pela lei, pelo dinheiro ou pelo receio do que possam dizer, ligada ao homem, casada ou não, dependendo da sua respiração de manhã à noite (...) é lá possível independência?”⁴⁰.

Como vimos, as esposas estavam legalmente impedidas de ter um emprego remunerado, administrar bens e de constituírem-se sujeitos jurídicos. Culturalmente, o casamento era representado como a única fonte de sobrevivência para as mulheres e, por isso, elas não necessitariam de uma

³⁷ VASCONCELOS, C. B. A educação feminina de hoje. *Revista Feminina*, 7(68), jan./1920 apud BESSE, S. Op. cit. p. 46. O debate feminista do início do século foi mais intenso na imprensa carioca e paulista onde existia um número maior de publicações voltadas para as mulheres e as questões suscitadas por elas. Nesse sentido, não foi possível verificar a existência de uma polêmica em torno da defesa do celibato ou da criação de uma classe de mulheres celibatárias, a exemplo das feministas inglesas, uma vez que o universo desta pesquisa se restringiu aos documentos encontrados em arquivos mineiros.

³⁸ MOURA, M. L. A Independência feminina (1926). In: LEITE, M. M.(org.) op. cit. p. 120.

³⁹ MOURA, M. L. Liberdade sexual das mulheres (s./d.). In: LEITE, M. M. (org.) op. cit. p.57.

⁴⁰ MOURA, M. L. Religião do amor e da beleza (1926). In: LEITE, M. M. (Org.) Op. Cit. p.124.

profissão. Sua formação escolar poderia limitar-se ao suficiente para serem educadoras inteligentes dos filhos e administradoras racionais de suas casas. A esse respeito, feministas como Elisabeth Bastos advertia que “(...) enquanto as mulheres não conseguissem mudar a consciência dos homens, seria muitas vezes melhor buscar um trabalho remunerado como meio de viver honestamente e independente dos ‘caprichos’ dos homens”. Conforme ela, “[O] homem não merece confiança, e casar é dar-lhe muita confiança. [...] Em certos e determinados casos, mais vale lutar só do que mal acompanhada”, ou seja, o melhor para as mulheres seria permanecerem solteiras como forma de conservar sua liberdade e autonomia⁴¹. Várias dessas feministas também permaneceram solteiras e algumas, como Mariana Coelho, rejeitavam publicamente a glorificação em torno da maternidade e da vida conjugal⁴². Bertha Lutz também rejeitava os papéis de esposa e mãe como uma fonte adequada de auto-realização, *status* social e segurança econômica. Para ela, a emancipação econômica das mulheres era pré-condição para qualquer outro tipo de emancipação. Casamento e maternidade também não faziam parte das suas aspirações⁴³. Antonieta Villela Márquez, celibatária, professora, escritora e articulista de jornais de Uberlândia na década de 1920, também defendia maior autonomia para as mulheres através do trabalho e da educação: “(...) trabalhemos para a completa emancipação da mulher brasileira, porque ela não vive, vegeta. (...) Estudemos, trabalhemos e vejamos se em nosso século, o homem não inclinará a frente diante de nosso poder”⁴⁴.

Por outro lado, muitas outras mulheres, simplesmente não encontravam maridos adequados que estivessem à altura da sua condição social ou de sua formação intelectual. Uma mulher com capital escolar e com uma carreira profissional, principalmente em atividades intelectuais, se, por um

⁴¹ BESSE, S. op. cit. p. 47.

⁴² KAMITA, R. C. Mariana Coelho: em defesa de Mata Hari. In: FAZENDO GÊNERO 6. Florianópolis, 10-13 de ago. 2004. Comunicação.

⁴³ No seu discurso ao entrar para a Câmara de Deputados, Bertha Lutz diz que “O lar é a base da sociedade, e a mulher estará sempre integrada ao lar. Mas o lar não se limita ao espaço de quatro paredes. O lar é também a escola, a fábrica, o escritório. O lar é principalmente o parlamento, onde as leis que regulam a família e a sociedade humana são elaboradas” (apud. Besse, op. cit.:17).

⁴⁴ MARQUEZ, A. V. “O século da mulher”. *A Tribuna*. Uberabinha, 30 maio 1920.

lado, amedrontava futuros pretendentes, por outro, tornava-se mais exigente na escolha de um marido e mais ousada na reivindicação de maior igualdade de direitos no casamento⁴⁵. Conforme sublinha Margareth Rago, “os pais desejavam que as filhas encontrassem um ‘bom partido’ para casar e assegurar o futuro, e isso batia de frente com as aspirações de trabalhar fora e obter êxito em suas profissões”⁴⁶.

Muitas dessas mulheres não estiveram engajadas em lutas feministas assumindo posições como a defesa do celibato político, mas em suas práticas, adotaram formas de vida que foram em si um ato político. Eram mulheres que não viam em um marido a única possibilidade de sobrevivência, o casamento como uma carreira ou única experiência possível para uma mulher, optando pela vida celibatária como forma de assegurar uma profissão remunerada e a autonomia financeira. Uma das professoras entrevistadas, a quem chamei de Dália, foi uma dessas mulheres. Ela abandonou as pretensões de casamento para resguardar sua autonomia e liberdade de escolha. Na citação abaixo, ela explica os motivos de sua escolha e do seu não-casamento:

(...) muitos homens eram irresponsáveis e as mulheres que não tinham emprego, amargavam uma vida horrível de necessidade, de maus tratos, mas elas suportavam porque naquela época também não tinha o divórcio, e as mulheres eram criadas para servirem os homens (...). Meu pai é do século passado nasceu em 1885, minha mãe, por exemplo, **era uma espécie de escrava** do meu pai, que ela ficava 24 horas por conta dele. Ela era uma servidora dele (...) E a mulher também servia para procriar, tinha mulheres que tinha (sic) 21 filhos. (...). Eu observava isso e não achava graça nesse negócio de casamento. Não casei, porque eu ficava pensando, analisando a respeito do **casamento daquela época, era uma coisa terrível!** A mulher tinha de ser doméstica de forno e fogão, lavadeira, cozinheira, igual o samba ‘eu quero uma mulher que sabia lavar e cozinhar, de manhã cedo me acorde na hora de levantar’; e era assim... Tem um ditado que fala que ‘quem pensa não casa’, (...).

⁴⁵ Cláudia Fonseca observou entre as solteironas francesas do pós-guerra que suas oportunidades de casamento eram limitadas pelas considerações de classe, “socializadas desde cedo para reconhecer e manter as distinções de classe”, muitas delas preferiam ficar solteiras a casar-se com homens de outra formação social, econômica e cultural (FONSECA, C. Solteironas de Fino Trato: reflexões em torno do (não)casamento entre pequeno-burguesas no início do século.1989). Muniz lembra uma “advertência” de Rousseau, o filósofo da educação “(...) toda mulher letrada permanecerá solteira a vida inteira, em só havendo homens sensatos na terra” (Rousseau apud MUNIS, op. cit. p. 165).

⁴⁶ RAGO, M. Op. cit., 1997, p.582.

Desde mocinha eu já tinha emprego, eu tinha dois empregos. Todo concurso que tinha eu fazia, e depois por fim, eu fui professora primária, ensino médio e universitário, e depois eu fiz concurso para o cartório, tirei 1º lugar. Os candidatos eram todos bacharéis em direito, eu não, eu tinha curso de Letras, e tinha uma pessoa que tinha 30 anos de cartório e eu tirei primeiro lugar, nos dois concursos, para o cartório de protesto e de registro civil. Então mais uma vez a mulher, **como mulher e solteira**, passou na frente dos homens. (...). Eu ficava pensando muito no casamento da minha mãe, das amigas delas, depois mais tarde das minhas colegas. **Eu não tinha ilusão nenhuma**, mesmo quando eu era adolescente, eu tinha um medo de casar! Porque minhas colegas todas vinham me contar as coisas, eu era muito calada, discreta, eu era um depósito de queixas e lamentações, e aquilo foi ficando na minha cabeça...⁴⁷.

Minha depoente foi uma mulher de muitos pretendentes, mas não estava disposta a abrir mão de sua autonomia e de seu trabalho para cumprir as prescrições de uma mulher casada da sua época. Resguardadas a distância que separa a época dessa fala e de sua vivência e as questões do presente que direcionam o olhar da narradora para o passado no ato de lembrar, eram principalmente as condições impostas às mulheres no casamento que a amedrontavam. Os exemplos da mãe, das amigas, das colegas faziam com que ela percebesse o casamento como algo “terrível” para as mulheres. Em seu discurso, ela estabeleceu o contraste entre a mulher casada – “escrava” do marido, dependente, dona de casa – e a solteira, que trabalha, estuda, vence na vida, supera os homens.

Nas narrativas de outras mulheres entrevistadas para esta pesquisa, os motivos do não-casamento se repetiram, ou seja, priorizaram os estudos e o investimento na carreira – como forma de vivenciar outras experiências – e em alguns casos, principalmente das menos afortunadas, a ocupação ou auxílio à família, abandonando as pretensões de casamento, de família e de filhos, não vistos por elas como fator principal de felicidade e de realização pessoal. São destas narrativas que agora me ocupo.

⁴⁷ DÁLIA. Montes Claros, julho/ 2004.

5.2- Viver para si? – Histórias de vida de professoras mineiras

*Olha, a idéia que eu tenho é que **a gente não tinha tempo pra si**, não tinha tempo para namorar, para se dedicar aos rapazes lindos da minha juventude (risos)⁴⁸.*

As narrativas orais de história de vida de sete professoras mineiras permitiram-me não só estabelecer uma “escuta”, mas também discutir aspectos da vida celibatária que possibilitou essas mulheres escaparem às armadilhas do casamento. As narradoras nasceram entre as décadas de 1920 e 1930 em diferentes cidades mineiras, exceto uma que nasceu a bordo de um navio⁴⁹. As narrativas reuniram trajetórias e origens sociais diversas: duas mulheres são filhas da aristocracia rural, quatro da pequena burguesia (comerciantes e funcionários públicos) e uma delas de pequenos agricultores. Todas elas fizeram o curso de magistério, a maioria estudou em escolas normais tradicionais de Minas Gerais, como o Colégio Nossa Senhora das Dores na cidade de Diamantina e o Colégio Imaculada Conceição, em Montes Claros. A mais pobre estudou a duras penas em escolas públicas em diferentes épocas. Somente uma delas não cursou o ensino superior.

Devido à particularidade das narrativas e por tratar-se de um tema que, na maioria das vezes, traz constrangimento às mulheres, optei por manter as narradoras no anonimato, por isso utilizo nomes fictícios para identificá-las: Dália, de quem já me referi, nasceu em Bocaiúva, é licenciada em Letras e bacharel em direito, sua carreira desenvolveu-se como escritã; Margarida nasceu em Maria da Cruz, à época distrito de Montes Claros, e aposentou-se como professora primária da rede pública de ensino; Hortência nasceu em Brasília de Minas, onde começou sua carreira como professora, ela é licenciada em pedagogia, foi supervisora escolar, inspetora e delegada de ensino; Maria Flor nasceu na zona rural da cidade de Juramento, é licenciada

⁴⁸ MARIA FLOR. Montes Claros, mar./2007.

⁴⁹ Apenas a Maria Flor me revelou a idade de 70 anos, as outras só falaram a década que haviam nascido ou citou algum fato histórico que me permitisse localizar tal data no tempo, como, por exemplo, Margarida disse que começou a estudar em Diamantina durante o primeiro governo de Getúlio Vargas.

em Letras com especialização em literatura, como professora, trabalhou em todas as séries do ensino básico e fundamental, foi coordenadora de área do MOBREAL e da Fundação Educar⁵⁰. Entre as economistas domésticas, dona Rosa nasceu nos EUA durante viagem da família, possui mestrado e doutorado em Economia Doméstica, cursados nos Estados Unidos; dona Violeta e Acácia fizeram mestrado em Extensão Rural; as três foram professoras do curso superior em Economia Doméstica da Universidade Federal de Viçosa.

Quando solicitei as entrevistas, informei a elas que se tratava de uma pesquisa sobre professoras solteiras, assim, restringi as narrativas a circunstâncias específicas de suas vidas e enfatizei as opções de estudo e a vida profissional. O questionamento sobre o não-casamento surgiu no momento da narrativa sobre a vida profissional ou foi narrado espontaneamente. A exceção foi Rosa, pois a procurei para falar sobre sua tia, uma professora celibatária amplamente conhecida na cidade de Montes Claros. Ela começou falando da tia, mas acabou por falar de si mesma, sobre sua opção pelo celibato e sua vida profissional.

As histórias de vida dessas mulheres revelaram que, ao contrário da imagem da celibatária egoísta, transformada em *solteirona*, vivendo exclusivamente para si, ao colocarem suas carreiras profissionais à frente de outros interesses como o casamento e a maternidade, essas mulheres se dedicaram intensamente ao outro representado pela família, pelo trabalho ou pela comunidade, conforme lembrou Maria Flor na epígrafe. O casamento também não apareceu nas narrativas como uma vocação inata das mulheres. Para umas ele não foi uma aspiração prioritária, outras simplesmente não viram nele um negócio interessante preferindo o celibato. O celibato não apareceu como uma estratégia deliberadamente política, mas foi uma condição velada, senão a única via possível, para que pudessem colocar seus interesses e aspirações no centro de suas escolhas.

⁵⁰ Mobral – Movimento Brasileiro de Alfabetização – foi um programa do governo federal para alfabetização de adultos, utilizando o método de Paulo Freire. A Fundação Educar foi substituída do Mobral. Utilizei em geral nomes de flores para identificar as narradoras, exceto Maria Flor.

5.2.1- Diploma e celibato

O magistério foi uma das carreiras profissionais que melhor ofereceu oportunidades de trabalho remunerado para as mulheres. Para muitas, o diploma de normalista foi a porta de entrada no mundo do trabalho: era a chance para muitas jovens bem-nascidas que, principalmente a partir do início do século XX, se viram obrigadas a realizar uma atividade econômica remunerada, mas também para as jovens mais pobres. A criação de Escolas Normais públicas e a concessão de bolsas de estudo por parte das escolas particulares ampliaram as possibilidades das jovens mais pobres obterem um diploma de normalista e ingressarem numa carreira profissional. Muitas delas viam nessa possibilidade uma forma de independência financeira, e até mesmo de ascensão social, como podemos perceber nos registros do diário de Helena Morley, escrito em Diamantina no final do século XIX:

Fomos com mamãe visitar a professora de Bom Sucesso. Boa Vista não tem escola; os meninos daqui vão aprender é no Bom Sucesso (...) Júlia, sempre que encontrava mamãe dizia: “Estou só guardando a escola para Helena. Desejo **sair daqui para um lugar mais adiantado**”. Eu estava com minha vida na cabeça: meu pai continuava minerando; a casa ele vendia e punha um negócio aqui para Nhonhô; Renato, assim que tirasse o título, podia ir para longe dar escola, porque é homem; mamãe e Luisinha ficavam com o serviço da casa e criando galinhas, **e eu na escola**⁵¹. (grifos meus).

Ser professora era motivo de orgulho da família, principalmente no caso daquelas que provinham de um universo rural e relativamente pobre como Maria Flor. Ela explicou que era um grande caso “uma família, cujos pais agricultores, sem terra, (...) trabalhavam de meeiros, terem filhos professores; era muito gratificante para eles e isso era motivo de orgulho”. Daí a preocupação de D. Mariana dos Santos Magalhães, que morreu solteira em Diamantina, ao deixar, além de outros legados, em seu testamento de 1924, a quantia de cento e trinta mil reis para sua prima “adquirir um anel de normalista como lhe prometera”⁵².

⁵¹ MORLEY, H. *Minha vida de menina*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p.121.

⁵² ABAT. Testamento de D. Mariana dos Santos Magalhães. Diamantina, 1924, maço 241.

Desde o século XIX, o exercício do magistério tendia a ser associado a uma missão: o/a professor/a ideal era aquele/a que encarasse a “profissão” como um verdadeiro sacerdócio. Ao ser assumido em grande parte pelas mulheres, essa carreira foi cada vez mais associada a uma vocação e não a uma profissão que deveria ser remunerada como outra qualquer. Esse processo foi acompanhado de uma progressiva desvalorização da carreira e, por isso, menos atrativa financeiramente aos homens. Nesse sentido, o ingresso de mulheres no magistério não foi visto como concorrência ou competição com os homens, fato mais freqüentemente percebido em outras profissões. O magistério como vocação era uma maneira de doação ou cuidados com os outros e não como forma de realização pessoal, por isso foi a profissão fora de casa considerada mais apropriada e recomendada às mulheres, era também a profissão que redimia as solteiras, pois resgatava a função de mãe/educadora⁵³. Diva Muniz ressalta que, ao se formarem, as professoras dedicavam-se “integralmente às suas alunas e alunos, pouco preocupadas com o salário, excedendo sua ‘missão’ por vocação, graças à sua natureza maternal que as faz **esquecerem de si, para viverem para os outros**”⁵⁴(grifos meus).

O curso normal não visava meramente à profissionalização das professoras, mas também à formação de donas-de-casa racionais para administração da casa e capazes de exercer uma maternidade esclarecida. Para isso, muitas famílias da elite matriculavam suas filhas na Escola Normal não com objetivo de lhes garantir uma profissão, mas para formar boas mães e educadoras, um capital social que passou a ser altamente valorizado como um dos requisitos para realização de um “bom” casamento⁵⁵. O curso de magistério foi, assim, por longo tempo vulgarmente conhecido como “curso **espera marido**”.

Com essa finalidade, também foi criado, em 1952, o curso superior em Economia Doméstica na antiga Universidade Rural de Minas Gerais (1950) na

⁵³ Assim como a enfermagem. Conforme ressalta Diva Muniz, “a docência não subverteria a função feminina fundamental, ao contrário, poderia ampliá-la ou sublimá-la”. (MUNI, D.do C. G. op. Cit. 2005, p.83.

⁵⁴ MUNIZ, D. C.C. *Um toque de gênero*. Op. Cit. p. 229.

⁵⁵ MUNIZ, D. C.G. op. cit., 2003, p.189.

cidade de Viçosa, que substituiu o curso técnico de Administração do Lar iniciado em 1948. A criação da Escola de Ciências Domésticas, conforme Maria de Fátima Lopes, teve em vista formar no espaço acadêmico “um mercado matrimonial composto de Economistas domésticas e Agrônomos para a formação de uma elite agrária” em Minas Gerais⁵⁶. Nas explicações sobre a origem da Economia Doméstica (ED), encontradas pela autora, estava a necessidade de fixar no campo o agrônomo formado na Escola Superior de Agronomia através do casamento. No entanto, era necessário a formação de moças do mesmo nível social, pois, “muitas vezes ele somente acha uma moça deste nível social nos centros grandes”⁵⁷. O problema era que “tal moça não tendo experiência e nem apreciação da vida rural logo persuadirá o agrônomo a deixar o emprego rural onde seu treino vale mais e ir para uma cidade grande”⁵⁸. A solução encontrada para o problema foi, então, a criação da Escola de Ciências Domésticas que “naturalmente atrairia moças de altas qualidades” e lhes daria a formação e o preparo necessário para a vida rural. “Então o que será preciso, será os rapazes namorarem e casarem com as alunas da Escola de Ciências Domésticas. Assim o melhoramento da agricultura estará solucionado”⁵⁹. Nesse sentido, uma entrevistada me explicou que, quando estudou “falavam que era **curso procura marido**” e tal estigma acompanhou por muito tempo o curso de Economia Doméstica⁶⁰.

As Escolas Normais, assim como a de Economia Doméstica, constituíam-se em importante espaço no processo de assujeitamento das mulheres a um modelo de comportamento feminino desejado, e de mulher: a

⁵⁶ LOPES, M. F. *O sorriso da paineira*. Op. Cit. p.223. Exemplifica tal objetivo a metáfora da enxertia usada por Mss Disckson, uma das americanas fundadoras do curso. Ver especialmente o capítulo “A Economia Doméstica como uma operação de enxertia”, 158-1

⁵⁷ *Apud* LOPES, M. F. op. cit. p.163.

⁵⁸ Id, Ibid.

⁵⁹ Id. Ibid. Fazia parte do primeiro currículo do curso as disciplinas: Nutrição: Preparo de Alimentos, Bacteriologia, Dietética, Conservação de Alimentos. Vestuário: Têxtil, Confecção, Drapeados, Modelos de Drapeados, Alfaiataria. Decoração: Habitação, Administração do Lar, Decoração do Lar, Desenho Técnico; Puericultura: Higiene, Anatomia, Puericultura, Enfermagem do Lar, Fisiologia; Arte e Recreação: Canto, Música, Pintura, Cerâmica e Escultura; Educação: Educação, Psicologia. Incluía ainda disciplinas como química, matemática, botânica, inglês, criação e cuidados com animais domésticos de fazenda, horticultura, sociologia, economia rural e contabilidade do lar e da fazenda. Cf. p.126.

⁶⁰ Ex- professora do curso de Economia Doméstica. Entrevista concedida em fev./2007.

mãe/esposa racional e devotada à família, mas ao mesmo tempo, se converteram em fator de emancipação e liberdade para elas, pois lhes proporcionavam, dentre outras coisas, um emprego remunerado e autonomia financeira, carreira profissional e capital cultural. Assim, nem todas as mulheres que se formaram nessas escolas ficaram presas às redes de significação ali constituídas. No caso das economistas domésticas, conforme observou Maria de Fátima Lopes, havia um mercado amoroso no âmbito da universidade, “mas que não se concretizou naquele modelo de conjugalidade idealizado para a convivência de agrônomos e economistas domésticas”. Assim, das doze mulheres pioneiras do curso, oito permaneceram celibatárias, um percentual da ordem de 70%⁶¹. Todas elas começaram a trabalhar logo em seguida à formatura como professoras do curso, dedicando-se a uma intensa atividade profissional-acadêmica e participando ativamente na estrutura do poder institucional. Uma destas pioneiras, ao explicar as razões do não-casamento entre as economistas domésticas, lembrou que,

(...) comentava com Magnólia que, mesmo nos Estados Unidos as mulheres que se dedicavam à ED, professoras, realmente elas não se casavam. Ela achava que foi a profissão que foi **desfazendo tanto a mulher**, que ela se sentiu tão realizada e absorvida pelo trabalho. Você vê esse grupo que esteve aqui só tinha uma casada, deve ter vindo umas dez. Todas as outras eram solteironas...⁶². (Grifos meus)

A inserção numa carreira profissional criou condições de possibilidades para que as mulheres vislumbassem outros afetos e outras formas de realização e de felicidade para além daquelas produzidas para elas, ou seja, marido, filhos e lar. Criou condições, também, para que, em algum momento, elas deslocassem a família e se colocassem no centro da própria vida. A profissão desfaz a mulher, afirmou a pioneira. A carreira profissional lhe possibilitava desvencilhar do modelo construído de mulher, exceder a seu assujeitamento, seu processo de fabricação. Ao não se casarem, as economistas domésticas introduziram uma torção nesse modelo fabricado de mulher; elas não rejeitaram, de forma explícita, um curso que produz/reforça as

⁶¹ LOPES, M. F. op. cit.

⁶² *Apud.* LOPES, M. F. op. cit. p. 251.

representações, atividades e modelos de comportamento feminino definidos pelo gênero, mas se apropriaram dele (curso) para se realizarem pessoal e profissionalmente, e experimentarem uma existência mais livre e independente. Ao não se casarem, elas expuseram as fissuras desse modelo, os pontos por onde ele pode ser desestabilizado e destruído⁶³. Esse processo pode ser entendido dentro do que Rita Laura Segato chamou de “mímesis progressiva”, discutido no capítulo 1; elas transformaram assim “a obediência em desacato”⁶⁴. Como assinala Maria de Fátima Lopes,

(...) o fato de essas mulheres terem experimentado outros modelos possíveis que não aqueles de mãe/esposa através do casamento, não engendra necessariamente novos códigos de representação, mas poderia, pelo menos, levantar a discussão⁶⁵.

5.2.2- As narrativas do não-casamento

O mesmo movimento pode ser observado entre as normalistas. Conforme explicou Maria Flor, ao ser perguntada sobre os motivos de seu não-casamento: “(...) **a moça, a senhorita... a menina que fosse dar aula estava muito fadada a não se casar** (...) o porquê eu não sei explicar”⁶⁶. A resposta indica que ela estava ciente de que “dar aula”, assumir uma profissão significava para algumas mulheres correrem o risco de permanecerem solteiras. Parece que as professoras entrevistadas estavam dispostas a correrem tal risco, pois, ao concluírem o magistério dedicaram-se intensivamente ao trabalho, à carreira e aos estudos, como sua principal prioridade. A dedicação ao trabalho aliada aos sentidos produzidos pelo discurso da incompatibilidade entre trabalho remunerado e casamento, certamente concorreram para que a moça que fosse dar aulas não se casasse, mas as escolas, ao se tornarem locais de trabalho predominantemente

⁶³ O sujeito excêntrico é aquele que no momento em que excede seu assujeitamento pode criticar tal processo. Ele é também crítico do seu próprio discurso. Embora tenham feito opção pela carreira profissional e não se casado, as economistas domésticas como professoras, continuaram produzindo e reproduzindo o modelo de esposa e dona-de-casa às suas alunas.

⁶⁴ SEGATO, R. L. op. Cit. 2003, p.244.

⁶⁵ Id. Ibid. p. 253.

⁶⁶ MARIA FLOR. Montes Claros, mar./2007.

feminino, também não se constituíam em espaço propício onde as moças casadoiras pudessem encontrar possíveis pretendentes ou iniciar seus romances.

Com exceção de Dália que venceu um concurso para trabalhar em um cartório, todas as outras narradoras investiram plenamente em suas carreiras como professoras. Algumas foram obrigadas a migrar de cidade a fim de exercer a profissão, estudar ou assumir cargos importantes na carreira como diretoras, inspetoras de ensino e uma delas chegou a ocupar o cargo de delegada de ensino, um dos mais altos da carreira⁶⁷. Margarida, por exemplo, se formou na Escola Nossa Senhora das Dores, em Diamantina, e para exercer a profissão de professora, se viu obrigada a sair da casa dos pais no então distrito de Maria da Cruz onde trabalhava nos negócios da família e se mudar para a cidade de Montes Claros. Ela lembrou:

Quando eu voltei para casa, curso terminado (...) eu voltei a trabalhar. Dava aula particular naquele lugarejo, eu tinha uma porção de alunos e trabalhava com ele [o pai] no escritório dele... porque ele tinha um movimento muito grande. Tinha usina e loja. Então fiquei lá muitos anos, trabalhando com ele, chegou um ponto que eu falei: **isso aqui não dá pra mim não** (...) Eu vim para cá [Montes Claros], resolvi num dia e no outro dia... vim. Cheguei aqui numa quarta-feira a noite... sexta-feira eu já estava trabalhando. Eu cheguei à noite no outro dia eu falei: vou procurar emprego. Porque meu pai não queria que eu viesse. Ele falou: o quê que você vai fazer lá? **Vou trabalhar**⁶⁸.

O casamento não apareceu nas narrativas dessas mulheres como projeto prioritário, mas embora o desejo de maior independência, de vencer na vida, de realização profissional e pessoal fosse enfatizado, o celibato não foi para elas uma opção ou estratégia política. Para umas, ele foi o caminho mais viável, senão o único possível, para se tornarem senhoras de si e se colocarem no centro de suas escolhas. Para outras, uma condição ou resultado de um exercício de escolha, quase sempre, relativa ao desejo de investimento numa vida profissional, seja por uma realização pessoal, no caso daquelas mais

⁶⁷ Delegacia de Ensino era o órgão responsável por todas as escolas públicas estaduais de uma região geográfica do Estado de Minas Gerais. Hoje a denominação utilizada é de Superintendência de Ensino, e a profissional responsável superintendente e não mais delegada.

⁶⁸ MARGARIDA. Montes Claros, jun./2004.

afortunadas; seja como forma de auxiliar a família, no caso daquelas mais pobres.

No primeiro caso, temos o exemplo de Margarida citada anteriormente. Ela era filha de usineiros e estudou numa escola normal tradicional para onde só eram enviadas as moças das famílias mais ricas da região. Foi o desejo de maior independência em relação à família, principalmente, do pai por meio de uma profissão, que fez essa professora dedicar-se à carreira. Conforme ela explicou:

Mas meu pai era assim muito rigoroso, muito exigente, principalmente comigo. Depois eu até entendi por quê. Porque eu morava lá, era um braço dele... no escritório, eu tomava conta... Ele viajava muito, ia muito ao Rio e a São Paulo a negócio. Eu tomava conta daquilo tudo de maneira que **ele me prendia um pouco por causa disso**. Aí eu não queria não... não tinha vontade não [de namorar]... eu saía mais por sair.. eu não tinha vida aqui [onde morava], **não vou casar, eu não tenho emprego direito**. A hora que ele ficar velho e morrer... ele vai morrer primeiro que eu, pela lógica tinha que ser. Então eu vim [para Montes Claros] por causa disso⁶⁹.

O pai apareceu em suas lembranças como um empecilho a seu casamento e mediante a constatação de que junto dele não teria nem marido, nem carreira, ela resolveu migrar e correr todos os riscos de sobreviver praticamente sozinha na cidade e depender exclusivamente de seus próprios recursos.

No segundo caso, o desejo de auxiliar a família apareceu como principal motivo do celibato em especial para aquelas que pertenciam a famílias numerosas e com poucos recursos financeiros, conforme explicou Hortência ao ser perguntada sobre seu não-casamento:

(...) [não] casamento para mim foi uma opção de vida, viu? (...) eles [os pais] tinham doze filhos, e eu era a segunda da família e meu pai lutava com certa dificuldade... que ele era empregado do telégrafo e tinha que educar doze filhos. Então ele conversava muito comigo que estava em dificuldade e eu falei: olha pai, eu vou ajudar. O que eu puder fazer é pela família. Aí eu comecei por aí. Mas eu acho que **quem me escolheu mesmo foi Deus...** que quis **me separar e não quis que eu me dedicasse ao matrimônio não**. Ele me queria assim solteira e dedicando a

⁶⁹ Id. Ibid.

minha vida aos meus parentes, aos meus amigos, aos meus netos⁷⁰.

Embora inicialmente ela tenha afirmado ter sido o não-casamento uma opção de vida, mais adiante ela, porém, se retirou do papel de agente da ação, colocando-se no lugar de agente passivo no jogo das relações matrimoniais e familiares. Assim ela não escolheu, mas foi escolhida, atribuindo a uma instância divina os rumos de seu destino. O seu não-casamento não foi, portanto, sinônimo de um fracasso pessoal, mas se deveu ao fato de que ela foi escolhida para uma missão muito maior e mais importante: a de auxiliar o pai no sustento da família. Seu celibato não foi um castigo, um peso, um preço a ser pago, mas, ao contrário, foi uma missão que se desdobra no fato de ela ter que abrir mão de uma etapa importante de sua própria vida (o casamento) para se dedicar ao outro: pais, parentes, amigos, “netos” (filhos dos sobrinhos e sobrinhas). Vemos nessa narrativa o funcionamento do interdiscurso que, conforme Eni Orlandi, “disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa”⁷¹; ou seja, na sua memória discursiva ela acessou sentidos produzidos antes em outro lugar e esquecidos, mas que determinam o que disse.

A narrativa dessa professora aponta ainda para uma prática tornada comum entre as famílias do interior mineiro que foi a de “separar” uma das filhas para, primeiro, auxiliar os pais na criação dos irmãos e irmãs mais jovens e, depois, se ocupar deles na velhice, bem como da família dos irmãos. Para isso, ela renunciava ao matrimônio e a constituição de sua própria família. É o caso, por exemplo, da personagem Clotilde, uma das figuras de solteirona mais conhecida na literatura brasileira, conforme discutido em capítulo anterior.

Situação semelhante foi narrada por Maria Flor que viu na oportunidade de inserção na carreira do magistério, quando era ainda muito jovem, uma forma de ajudar a família e de melhorar sua própria vida. Filha de agricultores sem terra, ela era a quarta de uma família de onze filhos, e a mais velha dentre as mulheres. Para sua sobrevivência, a família trabalhava como

⁷⁰ HORTÊNCIA. Montes Claros, ago./2005.

⁷¹ ORLANDI, E. P. op. Cit. p. 31.

meeira⁷², por isso migrava sempre de uma fazenda a outra, tendo ela estudado em várias escolas rurais até conseguir se formar. Após a conclusão da quarta série primária, ela foi convidada a assumir uma turma numa escola rural:

(...) eu terminei minha quarta série. Aí em Juramento (...) e fui lecionar. (...) Já, numa localidade chamada Ribeirão. (...) eu era uma menina-moça, de dezessete anos... dezesseis, dezessete anos. E fui dar aulas... Na zona rural, que estava sem escola porque a professora veio embora para Montes Claros. Então quando um lugar na minha época ficava sem escola aproveitava... minha época de criança, aproveitava-se a pessoa que terminava a quarta série e que mostrava um certo desempenho.

Então o meu salário era gasto **com as mínimas despesas que eu pudesse dedicar a mim**, a minha pessoa, e ajudar os meus irmãos menores, tanto em material escolar, roupa, uniformes para irem pra escola, porque todos estudaram graças a Deus e... houve época em que este salário **tinha que ajudar na despesa alimentar também da família**, porque não é sempre que a família tem os gêneros necessários a alimentação, os gêneros todos. Mesmo meu pai sendo pessoa que cultivava, que produzia, que colhia feijão, verduras, há umas coisas que a terra não produz que a pessoa precisa de comprar. E eu tinha que entrar, na medida do possível, com um pouco do nosso salário para isso. Eu estou falando do nosso salário porque Geralda minha irmã também...⁷³

O salário de professora assegurou por muito tempo certa tranqüilidade e conforto para uma família numerosa e pobre, que vivia em um lugar de escassos recursos monetários. Assim, não foi o desejo considerado “egoísta” de “viver para si” que orientou a escolha dessa professora, mas, antes, o desejo de auxiliar a família e de exercer uma profissão que a conduziu ao trabalho remunerado. O celibato foi o resultado dessa escolha.

Conforme assinalai anteriormente, as moças diplomadas que detinham certo capital cultural e independência financeira se tornavam mais exigentes na escolha de marido, pois desejavam parceiros mais cultos, que tivessem pelo menos a mesma formação escolar, e no caso das mais ricas, o mesmo “nível” social. No caso das mais pobres, como Maria Flor filha de agricultores, tornava-

⁷² Tipo de contrato de serviço em que a família de agricultores sem a posse da terra entra com a mão-de-obra e o fazendeiro concede a terra e a semente a ser cultivada. Ao final, o produto da colheita é dividido ao meio entre as duas partes.

⁷³ MARIA FLOR. Montes Claros, mar./2007.

se ainda mais difícil conseguir marido adequado já que não pertencia a uma família “tradicional”. Ela enfrentava, por um lado, a concorrência das moças de famílias mais ricas e prestigiadas pelos melhores partidos e, por outro, por morar e trabalhar na zona rural, durante sua juventude, não teve as mesmas oportunidades de participar de ciclos de convivência ou de encontro (como o *footing*, o cinema, as serestas, as festas) onde encontraria rapazes com formação escolar à sua altura.

A ausência de atrativos pessoais também apareceu na explicação do não-casamento dessa professora: “(...) eu acho que eles [os rapazes] não me achavam bonita não, havia moças mais bonitas do que eu e eles se engraçavam mais nelas, mas sucesso com eles eu não fazia não”⁷⁴. Nessa narrativa, vemos o discurso produzindo efeitos. Conforme ressaltai no capítulo 4, a beleza foi forjada pelos discursos, principalmente das revistas, como um fator essencial que qualificava as moças no mercado matrimonial e que, por sua vez, orientava a escolha da esposa ideal, que deveria ser bela, mas também recatada e submissa. Por outro lado, a independência e autonomia das mulheres – características associadas à mulher moderna – eram qualidades que pouco interessavam aos rapazes na hora de fazerem suas escolhas. Nesse sentido, uma outra entrevistada argumentava que “(...) Eu também não servia para casar não, porque eu era muito independente”. Ser “independente” parece que tornava as mulheres menos atrativas no mercado matrimonial. A esse respeito, Maria Lacerda de Moura também citou a resposta de uma ilustre moça, culta, linda, emancipada e consciente à pergunta “por que não se casa a senhorita”? feita por um também ilustre cientista das letras: “Porque mulheres da minha têmpera não se unem a homens vulgares e homens a quem poderíamos admirar não nos querem, e a razão simples: somos independentes e temos caráter e eles precisam de escadas para subir”⁷⁵. As narradoras assumiram o discurso e fizeram uso dele para explicar os motivos pelos quais não se casaram.

⁷⁴ Id. Ibid.

⁷⁵ MOURA, M. L. A Independência feminina (1926). Op. Cit. p.125.

5.2.3- Celibatárias e Casadas: avaliando escolhas

A dedicação ao outro (representado ora pela família, ora pelos alunos) não significou, todavia, que essas mulheres, em certos momentos, não se colocassem no centro de suas escolhas, quase sempre quando estas estavam associadas ao desejo de maior investimento na carreira e nos estudos. A entrada na carreira profissional e a dedicação intensiva ao trabalho e aos estudos passaram a ocupar todos os espaços da vida dessas mulheres, tornando seu objetivo prioritário, como ficou claro em suas narrativas:

Eu não tinha tempo para isso [namoro] também. Você sabe que eu não tinha tempo? Eu vivia assim fuçando a escola. **Escola para mim foi uma continuação de um lar que eu deixei para trás.** Vivi em função disso. Então ali eu ia à tarde e à noite, eu ia no primeiro turno, saía às onze horas, voltava para o segundo turno. Começava às duas, eu entrava duas e meia, saía às cinco. Ia às seis para o terceiro turno e saía às dez, dez e meia. Mas negócio de namoro... **quem que queria uma pessoa que só vivia atrás de criança e literatura ...** (risos)⁷⁶.

(...) **Quando eu comecei a trabalhar eu já excluí essa idéia de namoro.** (...) namorei, mas quando era mocinha. Namorei aqui em Viçosa mesmo. No tempo de namoro antigo, que ninguém pode fazer idéia de como era... depois, comecei a trabalhar e me desinteressei totalmente⁷⁷.

Assim, o investimento no namoro e no casamento, que deveria ser feito durante a juventude, foi aos poucos sendo deixado para segundo plano até que, por fim, deixou de fazer parte de seus interesses mais imediatos e de seus projetos de vida. Daí a consciência de que, sem perceber, seu tempo passou: “(...) as moças namoravam já para casar ou então elas ficavam aguardando o momento propício e este momento passava, como passou para mim e para muitas colegas”⁷⁸. Ou ainda, “Eu acho que eu fiquei muito preocupada em estudar e passou o tempo sabe...”⁷⁹. Se esse tempo passou sem ser percebido é porque foi um tempo bom e de certa maneira um tempo de alegrias, daí o

⁷⁶ MARGARIDA. op. cit.

⁷⁷ Entrevista feita e cedida por Maria de Fátima Lopes.

⁷⁸ MARIA FLOR. Op. cit.

⁷⁹ D. ROSA. Viçosa, Fev./2007

sentimento de “que valeu a pena”. Como explicou uma delas: “(...) acho que eu não tive tempo... eu acho que talvez não... mas valeu a pena”⁸⁰.

Se, em suas narrativas, a opção pelo celibato valeu a pena para elas, o mesmo não ocorreu com o casamento para muitas de suas amigas e irmãs. “E não vejo muita vantagem, olhando as colegas... Sei lá... não sei se valeu a pena para elas, não”⁸¹. A comparação com as casadas apareceu voluntariamente em suas narrativas, quando explicavam os motivos de seu não-casamento ou quando lembravam suas experiências de vida:

(...) muito pouco privilegiadas [as casadas] assim sabe... achavam que **não valeu a pena o sacrifício**. Eu acho assim... **quando você se casa cinqüenta por cento de você caiu... de sua liberdade de seu interesse**, acabou... se você quer manter aquela relação. (...) eu não tenho, vamos dizer, inveja... elas não fizeram bom negócio não, sabe...

[Pergunta]: Por que que a senhora acha que 50% da liberdade se perde quando se casa?

Eu acho que porque você tem que se doar né? Senão não vai dar certo o casamento não é? Tem que doar... e geralmente **a mulher vai doar mais**.(...) acho que as coisas tem que serem divididas... mas para minha geração a coisa era assim mesmo: se casou, você tem que olhar a família, você tem que olhar a casa, tem que olhar os filhos, e o cara fica no bom...⁸²

(...) eu tinha medo era de fazer um mau casamento. (...) eu observava isso e não achava graça nesse negócio de casamento, não casei, porque eu ficava pensando, analisando a respeito do casamento daquela época, era uma coisa terrível. A mulher tinha de ser doméstica de forno e fogão, lavadeira, cozinheira, igual o samba ‘eu quero uma mulher que sabia lavar e cozinhar, de manhã cedo me acorde na hora de levantar’ e era assim...⁸³

O casamento foi visto por elas como algo terrível e como um grande sacrifício devido aos encargos múltiplos exigidos pelas tarefas domésticas, mas sobretudo, pelas renúncias que deveriam fazer, dentre elas pela liberdade. Ao contrário da mulher casada dona-de-casa, a mulher solteira aparece nas narrativas como dona-de-si, mais livre para ganhar e gastar seu próprio

⁸⁰ D. VIOLETA. Viçosa, fev./2007

⁸¹ Id. Ibid.

⁸² Id. Ibid.

⁸³ DÁLIA. Op. cit.

dinheiro, para ir onde desejar e, também, para amar a quem quiser e quantas vezes possíveis:

Oh... então, deixa eu abrir o verbo aqui. Por exemplo, entre uma mulher solteira, dona do seu pé até a cabeça, inclusive independente com relação ao que ela vai fazer com seu dinheiro, o que que ela comprou, para quem que ela vai telefonar... ela pode paparicar o rapaz que ela bem entender... porque graças a Deus está cheio de gente bonitinha por aí caçando colo, né? E muita gente, muitos jovens precisando de amor, e só a pessoa que é solteira pode ter esse privilégio de dar amor aos rapazes que estão precisando⁸⁴.

Conforme ressaltai em capítulo anterior, o casamento oferecia às esposas – pelo menos em aparência - o amor do marido e dos filhos, uma prática sexual regular e uma casa para governar, privilégios que a solteira não poderia ter. Nas narrativas das celibatárias entrevistadas, elas também procuraram enunciar privilégios em relação às casadas, apresentando o que elas tinham ou poderiam ter e as outras, na condição de casadas, não poderiam: liberdade, autonomia financeira, possibilidade de amar mais vezes. Os seus valores eram outros e se estendiam para além do universo estritamente familiar.

6.2.4- Fora da órbita familiar

O desejo de investimento no estudo e na carreira e o engajamento no trabalho remunerado criaram, assim, condições para que as mulheres celibatárias pudessem sair da esfera familiar, acumularem certo capital cultural e se tornarem mais autônomas. Conforme sublinhou Michelle Perrot, sair do ciclo doméstico e estável da família foi um dos primeiros passos de independência das mulheres, do desenvolvimento de uma “consciência de gênero” e da erupção de algumas rupturas na fronteira dos espaços considerados masculinos e femininos como, por exemplo, no mundo do trabalho⁸⁵.

⁸⁴ MARIA FLOR. Op. cit..

⁸⁵ PERROT, M. op. cit. 1991b.

As oportunidades de trabalho remunerado para as mulheres derivadas do magistério foram ampliadas também em função do aumento do número de escolas públicas primárias. A necessidade cada vez maior de alfabetização da população, seja para atender ao projeto de modernizar a sociedade, ou para atender às demandas do mercado de trabalho que exigia cada vez mais trabalhadores/as que soubessem ler e escrever, ampliou principalmente a partir dos anos de 1920 o número de escolas públicas primárias e, conseqüentemente, a oferta de trabalho para professoras e suas possibilidades de sair de casa. Os jornais freqüentemente noticiavam a abertura de novas escolas e a nomeação de professoras:

Foi nomeada professora pública da cadeira mista do Riacho das Varas a normalista d. Josephina Marques Vianna⁸⁶.

A normalista D. Ambrosina Alice Beltrão foi nomeada para o cargo de professora da 2ª. Cadeira da cidade de Grão Mogol⁸⁷

Anúncios desse tipo apontam, ainda, para outras elementos, como a maior mobilidade e autonomia das professoras, uma vez que muitas escolas para as quais eram nomeadas estavam localizadas em outros municípios, distantes do controle mais sistemático da família, ou ainda na zona rural, onde as possibilidades dessas mulheres – instruídas e algumas bem-nascidas – de encontrarem maridos adequados às suas exigências eram ainda mais reduzidas. Hortência lembrou de suas viagens e os lugares por onde morou para trabalhar:

(...) Lecionei em Brasília de Minas, depois fui chamada para Januária para a Escola Normal. Trabalhei um ano e meio... dois anos. Lá eu fui professora de metodologia. Depois da Escola Normal de Januária eu voltei outra vez para Brasília de Minas, mas aí eu voltei como diretora do grupo escolar. Trabalhei lá um bocado de tempo. Depois minha vida foi assim projetando em outros setores. Eu fui chamada para trabalhar nos cursos regionais (...). Trabalhei em Conselheiro Mata, Diamantina dois anos. Também depois na fazenda do Rosário. Trabalhei também em Pará de Minas, Florestal. Todos esses lugares havia curso para professoras rurais que naquele tempo, 1940 por aí, as professoras não eram formadas, então havia curso para elas. Então nesses cursos, a gente lecionava neles, para dirigir essas

⁸⁶ A IDEA NOVA. Diamantina. Anno III, v. 139, 6/12/1908.

⁸⁷ Id. Ano I, n. 20, p. 2, 26/08/1906.

professoras. Orientar... porque elas não tinha o curso normal. Mas trabalhei nesses cursos, fui trabalhando... depois fui chamada para fazer um curso de prática de ensino lá nos Estados Unidos (...). Quando voltei fui chamada para Delegacia de Ensino e meu trabalho foi se projetando nesse setor aí.

Maria Flor fez o curso de formação de professoras rurais referido no depoimento e, para tanto, ela também teve que sair e viajar. Ela começou a lecionar na zona rural da cidade de Juramento com a formação apenas da quarta série primária, posteriormente fez o curso de formação de professoras na cidade de Leopoldina equivalente ao ensino fundamental (quinta a oitava série), por último o curso normal e a graduação em Letras na cidade de Montes Claros. Acácia, formada em Economia Doméstica, também viajou aos Estados Unidos para complementação dos seus estudos. Ela confidenciou que por ter saído para estudar no exterior, perdeu um noivado de muito tempo. Símbolo de sociedade moderna, avançada em muitos valores devido às imagens veiculadas no cinema, não era visto com bons olhos pela sociedade, principalmente do interior como Viçosa, a ida de moças sozinhas para os Estados Unidos, mesmo que fosse para estudar: “(...) a sociedade pensava de um jeito assim: ah vai ficar sozinha, com certeza ia... aprontar”⁸⁸. O namorado da minha entrevistada propôs a ela que omitisse o destino da sua viagem aos demais ou que mentissem o fim do namoro enquanto durasse a sua permanência no exterior. Assim fizeram, mas, quando ela retornou o fim do namoro realmente se concretizou, pois o noivo já estava de casamento marcado com outra moça.

As professoras saíam e viajavam para trabalhar, para estudar, para passear, para se qualificar e com isso conheciam e trocavam experiências com as colegas de profissão muitas das quais vivenciavam a mesma condição de solteira:

E eu tive oportunidade de viajar e trabalhar em várias e várias cidades em Minas Gerais, em algumas da Bahia, em algumas de Pernambuco e um grande encontro chamado Encontro dos Supervisores de Área no Rio de Janeiro. Foi um momento de

⁸⁸ D. VIOLETA. Viçosa, 2007.

grande integração porque neste encontro estavam professores desde o Amazonas até o Rio Grande do Sul⁸⁹.

Em 1928 a revista *Semana Ilustrada* publicou uma foto (abaixo) de uma turma de professoras que saiu do interior para se aperfeiçoar na capital mineira:



FIGURA 7: Alunas do curso de Aperfeiçoamento da Escola Normal Superior
FONTE: SEMANA ILUSTRADA, Belo Horizonte, ano II, n.66/67, 22/12/1928.

A fotografia chama a atenção ainda para as mudanças que podem ser observadas na postura e na imagem desta nova geração de professoras. Diva Muniz estudou as mestras mineiras do século XIX e observou que para inserir no mundo do trabalho e serem socialmente reconhecidas, as professoras tiveram que “interiorizar papéis, valores e normas existentes de forma a pautar suas condutas segundo os padrões” instituídos de mestra da época, “presididos por imagens de professora como pessoa abnegada, distinta, estóica, vigilante, disciplinada e assexuada...”. As “professoras de antigamente”, conforme poema de Carlos Drummond de Andrade analisado

⁸⁹ MARIA FLOR, Op. cit..

pela autora, eram feias e usavam óculos, o ensino se fazia com dificuldade e todas se sentiam profundamente infelizes⁹⁰. As professoras desta nova geração, quando o ensino já havia mudado, não usam óculos, são bonitas, graciosas e modernas: cabelos curtos à melindrosa (e não em “coques”), vestidos curtos, com as pernas à mostra em tons claros e transparentes (e não cobrindo os tornozelos e em tons escuros e pesados), bocas pintadas e insinuantes (e não descoloradas e cerradas) braços descobertos e descansados sobre as pernas, elegantemente cruzadas ou encolhidas (e não cobertos e segurando a palmatória ou rentes ao corpo perfilado, disciplinado), enfeitam os olhos e o espírito dos moços enamorados com sua elegância e inteligência, conforme o enunciado abaixo da fotografia (e não a professora assexuada e desprovida de qualquer atributo físico). A fotografia assinala uma materialidade corporal e indumentária que traduz as mudanças operadas na postura das professoras do século XIX para as dos anos de 1920 que saíam de casa e alteravam a paisagem dos espaços públicos.

A constante e variada mobilidade dessas mulheres criou condições que as possibilitaram desvencilharem-se das cobranças e do olhar mais atento e vigilante da família, do ciclo de amigos e conhecidos; conquistar maior autonomia e romper com certas representações de gênero às quais haviam sido forjadas, embora tivessem que assumir um tipo de comportamento esperado de uma mulher solteira e um modelo de professora. Esse modelo imposto de mestra, argumenta Muniz, não foi explicitamente recusado pelas professoras, mas, “por meio de estratégias e escolhas minuciosas” elas se apropriaram dele, “mobilizando-o para seus próprios fins, as professoras ‘feias’ de ‘antigamente’ acabaram por ingressar em um setor do mundo do trabalho antes restrito aos homens”⁹¹. Para muitas, este modelo abnegado e dedicado da professora servia também de justificativa, socialmente aceita, para o não-casamento. Assim o modo de vida adotado possibilitou que elas não estivessem presas o tempo todo nas redes de significação que as constituíam e assim exceder certos pontos de assujeitamento, por exemplo, o marido como

⁹⁰ MUNIZ, D. do C. G. Sobre professoras de “antigamente” que eram “feia” e “usavam óculos”... *Labrys*, 2002, p.3.

⁹¹ MUNIZ, D. do C. G. op. Cit. 2005, p.87.

profissão ou a vocação inata para a maternidade e para o casamento. “Porque eu não tive vocação para casamento. Graças a Deus minha filha!”, afirmou uma das professoras pioneiras da economia doméstica entrevistada por Maria de Fátima Lopes⁹². O depoimento de Maria Flor, ao falar sobre a condição das mulheres solteiras da sua geração, também permite perceber esse processo.

(...) **Eu agradeço também a minha família que não colocou na minha cabeça que eu ia ser uma titia.** Quando eles pensaram que não, eu tinha virado uma titia, **eles não me viram virando**, porque eu não tive azedume, aquele momento assim: ah, pois é... eu não me casei! Eu não me casei, mas sou feliz, porque a minha condição de amar sempre existiu, se não aproveitaram mais desse amor eu sinto muito! Porque o amor está aí, para dar, partilhar e para viver...

(...)

Agora comigo aconteceu uma coisa interessante, que pode ter sido providencial para esse **não inculcamento**. Por exemplo, as pessoas que conviveram comigo dos meus sete aos quinze anos, não são as mesmas que conviveram comigo na minha juventude, vamos dizer assim dos 18 aos 30, aos 30 e tantos anos. Também quem me viu dos sete aos quinze não sabe se eu sou casada ou não, porque a gente não ficou morando ali no mesmo lugar. A minha família foi sempre de mudar de lugar. **Quem não tem terra tem essa vantagem de estar sempre mudando de lugar** e para cada lugar que a gente morava a gente construía um grupo de amizade. E depois que eu fiquei adulta, por exemplo, **não me consta, não me lembro de alguém ter chegado perto de mim e [perguntar]... mais vem cá! Você não casou?** Parece que, pode ser exceção, mas **entre os meus amigos e amigas não houve esta preocupação não. Ou nós fomos muito beneficiados, da minha geração, ou então nós fomos realmente diferentes das pessoas que não se casaram, e que sofrem porque não se casaram.**

As pessoas com quem ela conviveu não foram as mesmas da infância à idade adulta, o que significou escapar à cobrança mais direta feita pelas pessoas do ciclo de convivência que esperam ver realizadas sucessivamente cada etapa da vida de uma mulher – traçada por seu destino social e biológico – ou seja, o namoro, em seguida o noivado, o casamento, os filhos, os netos... “mais vem cá! Você não casou?”. Significou também que, ao conviver com diferentes grupos de amigos e de vizinhança, ela vivenciou outros valores e

⁹² Entrevista feita e cedida por Maria de Fátima Lopes.

representações com os quais se identificou e não somente aqueles do universo burguês. Assim sua mobilidade física proporcionou que seus valores, interesses e pontos de identificação fossem também mais móveis, transitórios, flexíveis e plurais.

Por outro lado, essa professora é a de origem mais humilde dentre as narradoras e viveu parte de sua vida na zona rural onde a ameaça de se tornar uma *solteirona* não parece ter produzido os mesmos efeitos que em outros contextos: “(...) minha família que não colocou na minha cabeça que eu ia ser uma titia”, disse ela. O celibato estigmatizado, o terror da *solteirona* – como veremos na parte seguinte deste trabalho – parece ter pertencido nesse momento, sobretudo, mas não exclusivamente, às famílias burguesas e urbanas, ou seja: mais susceptíveis às pressões da modernização. Para as famílias mais pobres e de origem rural não havia problema em ser sozinha ou não aderir a um padrão de conjugalidade.

5.2.5 – Ser sozinha

Este contraste pode ser percebido ainda no depoimento de Margarida, cujo pai foi comerciante e usineiro e a família esteve envolvida em várias atividades do comércio e da indústria na cidade de Montes Claros:

Isso que ela [a irmã casada] sempre soube me falar: vida boa é a sua. Eu é que sei! **Eu sou o homem e a mulher. Eu que tinha que pensar. Que agir e pensar como homem e como mulher.** E trabalhar também! A gente sem marido... Acho que o casamento é uma coisa indispensável. Tanto é que o próprio Deus criou o homem. Depois ele falou: não é bom que o homem seja só. Façamos uma mulher como sua companheira. E foi aí que criou Eva. Ele mesmo viu que no fundo **ninguém vivia só não**. E nós humanos precisamos de uma companhia. Precisamos de um lar. Precisamos de **um braço forte que ajude a gente**. A gente precisa muito. **Eu acho que toda moça deve casar**. A minha [adotiva] casou mal. Por ignorância (...). Mas eu criei para fazer um bom casamento. Que desgosto eu tenho nisso (...). Meu Deus! Eu sei que tudo que eu fiz foi mal feito e errado... exceto escola... escola eu dei tudo que eu pude, não dei mais porque não tinha para dar...

Ela não usou em sua narrativa o substantivo solidão, mas, o adjetivo “sozinha”, no sentido de ser/estar desamparada. Assim, ser sozinha apareceu como uma carga muito pesada para uma mulher e tal situação estava ligada a fatores específicos como a tomada de decisão – “eu tinha que pensar” – à sobrevivência – “e trabalhar também” – à criação dos filhos, neste caso dos sobrinhos, e à velhice. O casamento era assim, não a realização de um desejo pessoal ou de um sonho de juventude, mas uma possibilidade de dividir os duros encargos da vida. Sem o casamento não havia a divisão de tarefas, baseado em obrigações mútuas, que este pressupunha e ela, que criou irmãos e sobrinhos, teve que executar tudo sozinha, “agir e pensar como homem e como mulher”, afirmou. Por isso, acreditava ter fracassado e errado em tudo que fez na vida. O seu fracasso não estava, entretanto, na sua incapacidade de conquistar um marido para si, mas naquilo que executou sozinha, por isso, afirmou que “toda moça deve casar”. O fracasso ressaltado, neste caso, é o mau-casamento da sobrinha que ela criou e educou sozinha. A exceção foi a escola, pois foi a sua profissão e esta não pressupunha divisão de tarefas com um companheiro ou marido. Assim, embora se sentisse uma “fracassada”, essa professora é amplamente reconhecida e lembrada na cidade onde vive devido a sua competência no trabalho e por ter idealizado e criado uma escola, no início mantida pela indústria dos irmãos e hoje pelo Estado. Em outro momento, ao lembrar e narrar sua trajetória ela expressou um sentimento de ausência, de algo de lhe falta agora na velhice:

(...) Minha vida aqui foi uma luta. Busquei não sei o que... que chega o fim da vida, o que que eu arranjeri? O quê que eu fiz? Estou aí, sozinha, não tenho marido, não tenho filho... aí sozinha.

Ser sozinha nesse contexto era não ter marido e filhos, pois ela viveu rodeada de pessoas. Primeiro os irmãos que ajudou a criar, em seguida os sobrinhos e, no momento que a entrevista foi feita, os sobrinhos-netos, pois a sobrinha que ela criou e se casou mal, havia se separado do marido, passando a morar com ela junto com os filhos. A narrativa sobre a solidão dessa professora apareceu voluntariamente na entrevista sem que fosse mencionada ou colocada em perspectiva como um ponto a ser lembrado em sua história de vida. Essa narrativa chamou minha atenção, então perguntei à Maria Flor se

ela sentia algum tipo de solidão. A resposta também foi contrastante: “Nenhuma. Eu sinto saudade. Saudade das pessoas (...) de um determinado tempo da minha vida (...) mas solidão não”. Comicamente ela completou: “Mesmo porque depois do telefone, ninguém precisa sentir solidão”⁹³.

Quando solicitei para essa professora comentar sobre a situação de mulheres solteiras da sua geração e perguntei se ela havia sofrido algum constrangimento por ser celibatária, ela respondeu:

Mas acho também... que **foi fabricado esta questão da mulher que não casou ser infeliz**, ser triste, ser *titia*, porque uma coisa é ser tia, outra coisa é ser *titia* (risos). Porque se elas não perderam o amor por elas mesmas, elas vão ser felizes a vida toda⁹⁴.

À medida que as mulheres ampliaram as possibilidades de igualitarismo individualista, de exercer direitos, de experimentar uma existência mais livre rejeitando os papéis de mãe e esposa, e que reivindicaram outros direitos como os de cidadania política e ativa, elas passaram a ser vistas como ameaça à estabilidade da família e à conjugalidade moderna. Por um lado, elas não contribuía com a formação de novas famílias conjugais, por outro, mostravam para as esposas e aquelas que se orientavam exclusivamente nesta direção, a possibilidade de existência fora da conjugalidade. Precisamente para combater essa ameaça foi sendo “fabricada” a idéia da infelicidade, fracasso e insatisfação da mulher que não se casou, conforme bem observou minha narradora. A *solteirona* emerge assim como figura coercitiva que mantém as mulheres dentro do matrimônio. A última parte deste trabalho analisa, portanto, os dispositivos desta invenção.

⁹³ MARIA FLOR, Op. cit..

⁹⁴ Id. Ibid.

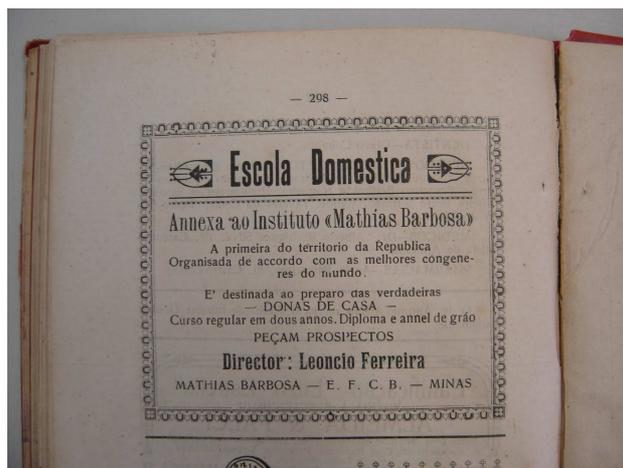


FIGURA 5: Anúncio do curso de Formação de donas-de-casa.
 FONTE: ALMANACH de Juiz de Fora. 1916.

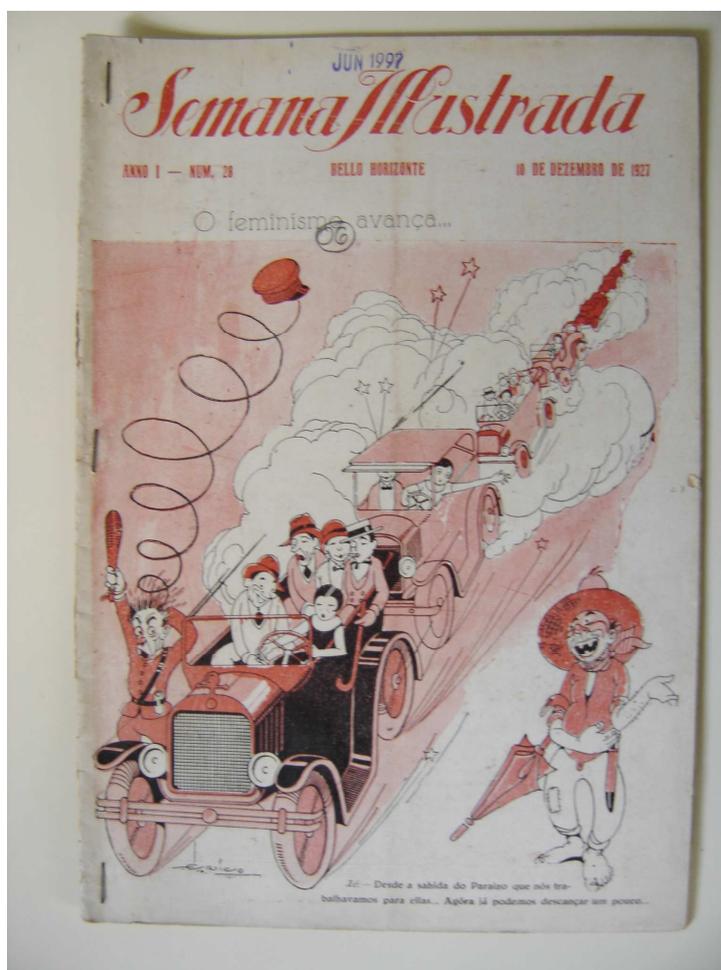


FIGURA 6: Charge "O feminismo avança"
 FONTE: SEMANA ILUSTRADA. Belo Horizonte, ano I, n.28, 18 de nov. 1927. Está escrito abaixo: "Desde a saída do paraizo que nós trabalhávamos para ellas... Agora já podemos descansar um pouco."

Distribuído em 12 Copias
 Dtma 13 de março de 1962
 Distribuidor a Luís de Motta

1.336
 17.3.62

2
 7

Em nome, honra e gloria da Santissima Trindade Deus Pai, Deus
 Filho e Deus Espírito Santo, amem, Eu, Maria das Dores Pereira,
 filha legitima de João Avelino Pereira e Firmiana Neves Pereira,
 ambos já falecidos, com sessenta e oito anos de idade, brasileira, na-
 tural e residente nesta cidade de Diamantina, estando em meu
 perfeito juizo, embora adoeitada, resolvi fazer este meu testa-
 mento, para dispor de meus bens e fazer outras determinações de
 ultima vontade, pela forma que passo a expor. Sou solteira, como
 meus pais já são falecidos, não tenho herdeiros necessários, po-
 dendo, conseqüentemente, dispor livremente de meus bens. Para
 minha irmã Jacintha Helena Pereira dedicada companheira
 de toda a minha vida, deixo a parte que tenho na Chacara
 onde ambas residimos, bem como os lotes de terrenos da mes-
 ma desmembrados. Do dinheiro que tenho a receber do Sr. José
 Dupim, produto da venda de uma casa de que era condômina,
 na importância de seiscenta mil cruzeiros, representada por
 dez notas promissórias de valor de cinco mil cruzeiros cada
 uma, vencíveis mensalmente a partir do mez de março
 de 1959, faço os seguintes legados: a) à minha irmã Cecília
 Candida Pereira deixo Cr. \$20.000,00; b) ao meu sobrinho e
 afilhado José Dircelio Pinheiro, filho menor de Firmiano Alos
 Pinheiro, deixo Cr. \$10.000,00; c) ao meu sobrinho Renato Guil
 Pereira, deixo Cr. \$10.000,00; d) à minha sobrinha e afilhada
 Maria Helena Torres, deixo Cr. \$10.000,00. Tenho também no Ban-
 co de Crédito Real de Minas Geraes, um depósito em comum com
 minha irmã Jacintha Helena Pereira, cujo valor atual desconhe-
 ço, mas do qual me pertence a metade. Deste depósito, deixo
 a importância necessaria para ser celebrada, por minha alma
 uma série de missas Gregorianas e mais doze (12) simples duran-
 te o primeiro ano, após a minha morte. Recomendo ainda ao
 testamenteiro que servir, mandar celebrar mais 20 missas
 por alma de meus pais e de meu irmão José Avelino (10) di-
 tas pela alma de Adriana Maria de Aguiar e suas irmãs (10)

FIGURA 8: Testamento de Maria das Dores Pereira
 FONTE: ABAT. Diamantina, 1958, março 24.

PARTE III

A PRODUÇÃO DISCURSIVA DE IMAGENS E DE CORPOS

CAPÍTULO 6

“DESENCANTADAS CRIATURAS PROIBIDAS DE AMAR”:

*Minha geração (...) a moça que não se casava até os 25 anos era considerada **solteirona**. Solteirona era um título pejorativo e **muitas pessoas para não receber este título casavam com qualquer um**, porque o que nós vemos aqui no interior, atualmente não, mas na minha época de mocidade as **moças se preocupavam em casar cedo para não ‘ficar pra tia’**. Eu nunca importei com isso. (...) Graças a Deus na minha mocidade já não usava essa pecha de solteirona não, a mulher já estava mais desenvolvida, mais independente¹.*

Na primeira metade do século XX, falou-se muito no Brasil sobre as relações conjugais, as práticas amorosas e os comportamento sociais, conforme assinala nos capítulos anteriores. Por um lado, os discursos criavam a importância da maternidade e exaltavam o casamento como meio de realização pessoal, vocação inata e destino social de todas as pessoas, principalmente das mulheres. Por outro lado, emergiu a imagem da “solteirona” significando um tipo depreciado, infeliz e inferiorizado de mulher, uma espécie de anomalia social. Essa imagem ganhou visibilidade e passou a ser amplamente utilizada no processo de sujeição e subjetivação das mulheres. Ela foi arma de um certo “terror moral” para conduzir ou manter as mulheres na conjugalidade e na heterossexualidade reprodutiva. Assim, sustento neste capítulo que a construção de imagens e sentidos sobre as “solteironas” foi, por um lado, uma estratégia para combater o celibato, empurrando as mulheres para o casamento até por receio de cair no temido estereótipo da solteirona conforme assinalou minha entrevistada na epígrafe. Por outro lado, o discurso

¹ DÁLIA. Montes Claros, maio/2004.

sobre ela foi dirigido também à mulher casada para convencê-la de que era feliz. É um discurso sobre a família enquanto um bem precioso e privilégio de algumas. A *solteirona* é, assim, o dispositivo que distribui a posição de todas as mulheres e do gênero.

Nos documentos analisados neste capítulo (crônicas, matérias noticiosas, contos, pilherias, entrevistas) a terminologia celibatária ou mulheres solteiras, praticamente não apareceu. A palavra usada para se referir a mulheres solteiras foi *solteirona*, às vezes de forma piedosa, mas, mais freqüentemente em estilo irônico e jocoso. Como sublinha Maria de Fátima Lopes, “quando escrevo reforçando os estereótipos femininos e o faço jocosamente, estou manipulando preconceitos que estão dados em outras instâncias sociais, não fui eu quem os criou”². Nesse caso, os discursos sobre a *solteirona* não só acionavam sentidos já presentes em outras instâncias e lugares, mas principalmente os instituía ou os reforçavam. O termo já possuía uma memória discursiva, e outros sentidos foram produzidos e incorporados a ele facilitando a tarefa de torná-lo inteligível. Os discursos procuravam colocar em evidência, por um lado, um tipo desejável de mulher, e por outro, um tipo detestável. Assim no mesmo movimento em que aparecia a imagem da esposa/mãe feliz, aparecia, também, a imagem da *solteirona* frustrada e invejosa.

No presente capítulo procurei, então, analisar os sentidos utilizados na construção de imagens da *solteirona* e sua instituição no imaginário coletivo. Para tanto, selecionei alguns dos textos consultados e neles realizei recortes procurando destacar superfícies discursivas que julguei importantes para problematizar meu objeto em análise. Para compreender os discursos sobre a *solteirona* no Brasil, tornou-se necessário também uma incursão no universo mais amplo do debate a respeito do celibato feminino que passou a ser visto por “autoridades científicas” como uma ameaça.

² LOPES, M. F. op. cit. p. 222.

6.1- O excedente de mulheres ou a heterossexualidade compulsória? A ameaça.

Em países a exemplo da Inglaterra, França e dos EUA o celibato feminino apresentou-se como um grande problema social e o elevado “excedente de mulheres solteiras” tornou-se, no final do XIX e início do XX, objeto de preocupação. Ele passou a ser visto como uma ameaça à família e à conjugalidade e contra as “solteironas” foram dirigidos ataques provindos de diversas instâncias (médicos, sexólogos, psicólogos, igreja, sindicatos) e construído um discurso implacável sobre seus corpos, sexo, psicologia, trabalho etc. Nesses países de tradição bélica, mas, também, onde o movimento feminista estava mais bem organizado, os ataques às solteironas foram mais vigorosos e a explicação utilizada por parte das “autoridades científicas” e da imprensa para o crescente número de mulheres celibatárias era aparentemente evidente: as guerras que teriam causado o desequilíbrio entre os sexos, ou seja, a explicação era de ordem biológica e demográfica.

Sheila Jeffreys observa que, no final do período vitoriano, quase uma em três de todas as mulheres adultas na Inglaterra estava solteira e uma em quatro nunca se casaria. O censo de 1851 revelou que havia na Inglaterra 405.000 mulheres a mais que homens na população. Elas eram descritas pela imprensa como mulheres em “excesso” ou “excedente”. Nas décadas de 1860 a 1880 o “problema” de “mulheres excedentes” causou grande alarme entre os comentadores masculinos da imprensa que passaram a defender a emigração dessas mulheres para outros países enquanto uma solução viável. Esses comentadores as descreviam como mulheres que fracassaram em realizar “o trabalho de suas vidas servindo aos homens”³. Entretanto, Jeffreys sublinha que, apesar do número de mulheres ter aumentado em relação aos homens depois da guerra, a taxa de casamentos também elevou em todos os grupos de idade. Em 1911 a proporção de mulheres em relação aos homens permanecia a mesma de 1901, ou seja, 1036 mulheres para 1000 homens⁴.

³ JEFFREYS, S. Op. cit. p.86.

⁴ Segundo Jeffreys, (...) O ano de 1911 também representa o pico do número de mulheres em cada grupo de idade de 25 acima que permaneceu solteira. Depois da Primeira Guerra Mundial, a proporção de mulheres para homens elevou para 1,096 de 1,000 no censo de 1921.

Nessa mesma linha, Cláudia Fonseca, em um estudo sobre solteironas burguesas na França do início do século XX, argumenta que a explicação demográfica não era tão evidente assim. Segundo ela, desde o século XIX, além das pessoas casarem-se mais jovens, o número de celibatários/as também diminuía persistentemente na França. A Primeira Guerra só teria freado esta tendência, sem ela as estimativas para a taxa de celibato feminino seriam de baixa de 12,5% em 1914 para 10% em 1918. Segundo essa autora, Louis Henry concluiu que “(...) a falta de homens só afetou 2,5% das mulheres (nascidas entre 1881 e 1910), ao passo que a guerra provocou a morte de 15 a 20% dos homens, os quais teriam normalmente se casado”⁵. Muitas mulheres passaram a aceitar noivos, como imigrantes, viúvos, divorciados e homens mais jovens que, em outra época, elas teriam esnobado. Dessa forma, Cláudia Fonseca conclui que “para as moças que sobreviveram à Guerra de 14-18 o celibato não era um destino inevitável”⁶, embora muitas tenham permanecido solteiras⁷. Na análise dos dados, contudo, as/os autores/as tomam como pressuposto o casamento heterossexual, desconsiderando outras formas de vida não solitária.

No Brasil o celibato feminino emergiu também nos discursos do período em estudo como um problema, mas o excedente de mulheres não foi utilizado como explicação para sua existência nos documentos analisados, já que as estatísticas do período apontam um número maior de homens solteiros em relação ao número de mulheres, conforme assinala em capítulo anterior.

A proporção era ainda 1,088 de 1,000 em 1931. Todavia a taxa de casamentos subiu em todos os grupos de idade depois da guerra. Entretanto 1911 não representou em todo período alta na proporção de mulheres para homens na população que parece ter representado o período ao qual o matrimônio era menos popular entre 1801 e 1931. O “alarde” em torno das solteironas continuou na imprensa e em outras publicações na década de 1920 e 1930. (Id. Ibid. p.88-89).

⁵ Apud FONSECA, C. Solteironas de fino trato: reflexões em torno do (não-)casamento entre pequeno-burguesas no início do século. 1989, p. 100.

⁶ Id. Ibid. Sobre demografia de mulheres solteiras também Cf. Le démographe et la femme seule. In: FARGE, A.; DAUPHIN, C. *Madame ou mademoiselle?* Op. Cit. p. 58-60.

⁷ De outra parte Cecile Dauphin argumenta que foi a demografia história que criou a grande disparidade entre o número de homens e de mulheres e principalmente o alarde em torno de tal desequilíbrio. Para ela o que ocorreu na França a partir do século XVIII foi uma mudança na paisagem da população urbana, antes predominantemente masculina. A partir desse período intensificou muito mais a migração feminina para a cidade em função das possibilidades de trabalho, aumentando o número de mulheres entre a população urbana. Cf. DAUPHIN, C. Un excédent très ordinaire: l'exemple de Châtillon-sur-Seine em 1851.p. 75-94.

Tais estatísticas parecem ter incomodado os mineiros do período como pode ser observado na charge publicada na capa da revista *Semana Ilustrada* de setembro de 1927, onde as mulheres aparecem em “vantagem”.



FIGURA 7: Estatística do culpido.

FONTE: *Semana Ilustrada*. Belo Horizonte, set./1927.

Está escrito abaixo do desenho: “Mephistopheles: - Está certo o cálculo, “seu” gury. O resto deixe por minha conta, que eu me arranjo...” O Mefistófeles é um demônio intelectual das lendas germânicas.

A charge expressa a incerteza do resultado calculado e a preocupação do cupido “responsável” pelas uniões heterossexuais que representam o “equilíbrio”, a normalidade, a disciplina dos sexos, a família; mas também o deleite do “diabo” (mephistopheles) já que tem terreno favorável para instigar a desordem. A figura do diabo, na tradição judaico-cristã, acessa os sentidos do pecado, da tentação, do mal, da depravação moral. Dessa forma a reticência do enunciado “o resto deixe por minha conta, que eu me arranjo...” conduz o

leitor a concluir o tipo de solução que será dada nessa operação matemática, como a desestabilidade das uniões heterossexuais monogâmicas, a “liberdade sexual”, a desordem, o caos⁸.

A heterossexualidade também foi uma das principais matrizes de sentido da matéria “A crise de maridos na América do Norte” publicada pela revista *Alterosa* em 1943 por ocasião da Segunda Grande Guerra. Escrita por Amram Schinfeld e adaptada para *Alterosa*, a matéria aborda em sua introdução, sobre os milhares de homens desviados para a guerra, cujas conseqüências esperadas são as “mais tristes e negras”:

(...) Terminada a guerra, o número de moças terá se multiplicado e diminuído consideravelmente o número de homens. Diante disto, as perspectivas que se apresentam são estas: estamos **ameaçados** de ver nos Estados Unidos uma população de sete a oito milhões de **solteironas**, fato esse que **abalará profundamente em suas raízes mais sólidas o nosso sistema social**. E as conseqüências? Serão as mais desastrosas possíveis. Veremos a diminuição da população, o desrespeito e a desordem⁹. (grifos meus)

A solteirice das mulheres é vista como ameaça a um sistema social em que as pessoas são pensadas como naturalmente destinadas a formar um par heterossexual, por isso, o número “excedente” de mulheres põe em risco seu equilíbrio. A matriz de sentido do enunciado é a heterossexualidade compulsória que, conforme Adrienne Rich, é apresentada como preferência sexual e atração inatas que as mulheres teriam pelos homens e não algo que é “imposto, dirigido, organizado, difundido pela propaganda e mantido pela força”. Dessa maneira, ela é também – assim como a idéia de excedente de mulheres – uma forma de apagar a “existência lesbiana” da história¹⁰.

Outros sentidos do enunciado são a família conjugal e a maternidade, ameaçadas pelo número de “solteironas” que, sem maridos, estariam impedidas de gerar filhos – “diminuição da população” – ou se acomodariam

⁸ *Semana Ilustrada*. Belo Horizonte, ano I, n.16, set./1927. Sheila Jeffreys assinala que uma das estratégias adotadas pelos anti-feministas ingleses para combater as solteironas (celibato político) foi promover a liberdade sexual (JEFFREYS, S. op. cit.)

⁹ ALTEROSA. A crise de maridos na América do Norte. Belo Horizonte, ano V. out./1943, p. 26-27.

¹⁰ RICH, A. op. cit. 1981, p. 31.

em relações extraconjugais, subvertendo os valorados princípios de fidelidade e monogamia, bases das relações matrimoniais – “desrespeito e desordem”. As celibatárias são, portanto, subversivas de regras naturais e sociais. Em seguida, o autor utiliza do discurso científico como argumento de autoridade para confirmar e tornar verdadeiras suas premonições apocalípticas: “Os estudiosos dos fatos sociais, os peritos em demografia, sociologia, economia e psicologia, voltando os olhos para este assunto, não deixam de temer os resultados que poderão advir, em futuro próximo”.

Entretanto, para o enunciador não foi somente a guerra a causadora “da legião de solteironas inconsoláveis”. Para ele, uma das principais causas determinantes do elevado número de mulheres solteiras em relação ao número de homens é de “origem profundamente biológica, e afeta todo o mundo civilizado”. Segundo o enunciador, os homens são mais propícios à “herdar defeitos e doenças congênitas”, por isso têm menor longevidade do que as mulheres. “Os homens já entram no mundo com as cartas voltadas contra eles”, diz o autor da matéria. Isso seria devido ao fato de os médicos e higienistas terem dispensado maior atenção à saúde das mulheres por elas possuírem o “organismo mais delicado”, abandonando assim “os homens a sua própria sorte”, por isso eles morrem mais cedo “distanciando-se cada vez mais o termo da vida entre os dois sexos”. Após feitas suas estatísticas, ele concluiu: “subtraindo tudo, a conclusão é simplesmente esta: temos um excesso de 300.000 mulheres em idade de casamento”¹¹. A matéria finaliza-se enumerando as conseqüências desse nefasto desequilíbrio, ao mesmo tempo aponta saídas possíveis para o problema, tendo como base os fundamentos da biologia:

(...) Negras perspectivas se abrem à questão social do casamento na América do Norte. **Havendo falta de homens**, conseqüentemente, virão as desordens, o desrespeito à moral, a dissolução da família. Principalmente a **dissolução da família**, porque o excesso de mulheres está na razão direta da insegurança dos casamento, da queda da natalidade, da prostituição e dos distúrbios psicológicos... São poucas as esperanças no sentido de se remediar o mal. As experiências modernas ainda não dão com segurança, a promessa de que,

¹¹ Id. Ibid.

algum dia seja possível controlar os sexos nacíturnos. E a única coisa que se pode fazer (e que já está sendo feita) é cuidar melhor do menino, desenvolver o tratamento pré-natal e intensificar os cuidados para com a saúde dos homens. E para que os resultados dessa diferença de número entre os dois sexos não venham contribuir fortemente para a **destruição da família** e para a criação de uma legião de solteironas inconsoláveis, é necessário, antes de tudo, **trabalhar para que o homem subsista**. É preciso cercá-lo de cuidados especiais na infância, na juventude e na maturidade¹². (grifos meus)

O enunciador propõe para combater o número elevado de “solteironas” e também as conquistas femininas no campo da saúde o investimento no nascimento de meninos e a valorização da saúde dos homens para que estes sobrevivam às mulheres e sua supremacia seja também em quantidade. Os homens são transformados em vítimas não da guerra, mas do feminismo.

Por fim, a enunciação é de que as mulheres têm que estar, necessariamente, engajadas numa relação heterossexual como forma de evitar desordens, imoralidades e de preservar a família. As pulsões sexuais aparecem como naturalmente incontroláveis e determinantes das ações das mulheres, assim na impossibilidade de controlar a sexualidade delas por meio da família legalmente constituída pelo casamento heterossexual – “havendo falta de homens” – as perspectivas são funestas: a “insegurança dos casamentos”, a “queda de natalidade”, a “prostituição”, os “distúrbios psicológicos”. São elas, portanto, a causa do mal. Novamente percebemos o funcionamento do dispositivo da sexualidade e as representações de gênero que transformam uma construção social – a prática sexual – em um determinismo biológico e reduzem as mulheres à sua sexualidade. Por outro lado, evidencia o celibato feminino como uma grande fissura e uma ameaça à ordem social constituída sobre a égide da família, da conjugalidade heterossexual monogâmica e de um modelo idealizado de mulher.

Não foi o excedente ou as sobras de mulheres no mercado matrimonial que produziram/inventaram a “solteirona” brasileira, mas outras estratégias do poder que, num mesmo movimento, instituía um modelo único de mulher

¹² Id. Ibid.

domesticada pelo casamento heterossexual e suprimia formas de existência fora desse modelo em defesa da família conjugal.

6.2- A produção discursiva de imagens

Arabela:

O papel em que V. escreve não é de cor, nem é perfumando. É simples, pobre, regulamentar e burocrático. **Entretanto**, sei que a sua alma **não é uma alma commum**. A sinceridade com que **confessa** a sua triste situação de solteirona é um índice psicológico que a ennobrece.

“Faço parte – diz V. textualmente – das *solteironas, professoras desilludidas, farandula hostil de todas as mulheres que não se integraram na Biologia*”. E acrescenta timidamente, dentro das portas fechadas de um parenteseis: “não foi por falta de caldo de laranjas, porque **não** sou feia”. (grifos meus)

O extrato acima foi recortado de uma crônica publicada na primeira página da *Revista da Semana* de 1937, intitulada “A Tragédia das solteironas” e que encontrei logo no início da minha pesquisa na Biblioteca Municipal de Montes Claros¹³. Ela foi, pois, o primeiro discurso sobre a *solteirona* que encontrei, dentre vários posteriores, chamando minha atenção para a tarefa de torná-la inteligível através da sua caracterização e especificação. Nessa crônica, o autor Berilo Neves responde a uma suposta missivista “solteirona” chamada Arabela. Nesta crônica o autor utilizou a resposta à uma carta como estilo literário, e a missivista chamada “Arabela”, representa nesse caso todas as solteironas, para quem ele dirigiu diretamente sua escrita, ou um tipo de solteirona para quem ele construiu o lugar de fala¹⁴.

O autor iniciou seu discurso criando a diferença entre as mulheres celibatárias que aceitam sua condição social – de *solteirona* – através do ato de confissão e aquelas que não aceitam. Ele fez ainda um jogo de palavras utilizado para imprimir sentidos sobre o que seria a “alma” feminina e produzir a

¹³ REVISTA DA SEMANA. A tragédia das solteironas. Rio de Janeiro, 17 de jul.1937.

¹⁴ Nesse mesmo ano (1937) Cyro dos Anjos, de quem já falei, publicou “O Amanuense Belmiro”, onde fala sobre a figura de “Arabela” como um mito de histórias infantis. Arabela é uma “donzela do castelo que tem uma torre escura onde as andorinhas vão pousar”. A casta Arabela, “morreu de amor”, na torre do castelo onde entoava tristes melodias. (ANJOS, C. *Amanuense Belmiro*. Belo Horizonte/ Rio de Janeiro: Livraria Garnier, 2001, p.38)

diferença em relação às mulheres celibatárias. O enunciador fala do papel sem cor, sem cheiro, pobre, regulamentar, burocrático para se referir, na verdade, à alma da suposta missivista, indicado pela conjunção “entretanto” que, nessa oração, funciona como elemento de ligação de uma sentença a outra e ao mesmo tempo de refutação¹⁵. Ou seja, apesar de solteirona, “Arabela” não tem uma alma comum às demais solteironas (sem cor, sem cheiro, pobre, regulamentar, burocrático como o papel) porque ela assume sua condição social, confessa-se. Esse mesmo recurso, o enunciador retoma mais ao final do texto: “Acredito todavia, Arabela, que V. seja uma dessas exceções que redimem a espécie humano da sua maldade innata. V. **pelo menos, confessa** que é solteirona. Isto é raro, e honroso”. A confissão é uma técnica de produção de verdade sobre si, conforme afirmou Foucault, altamente valorizada no ocidente e se inscreveu “no cerne dos procedimentos de individualização pelo poder¹⁶”. Conforme Foucault, a confissão é um ritual,

(...) onde a enunciação em si, independentemente de suas conseqüências externas, produz em quem a articula modificações intrínsecas: inocenta-o, resgata-o, purifica-o, livra-o de suas faltas, liberta-o, promete-lhe a salvação...¹⁷.

Ao confessar sua “trista situação”, que significa aceitar sua condição ou sua “doença” social, estar dentro de seu processo de assujeitamento como “solteirona”, Arabela, ou todas as mulheres celibatárias que a imagem de Arabela representa, redime-se, enobrece-se, pois, conforme Foucault, a confissão produz efeitos não em quem recebe, “mas sim naquele de quem é

¹⁵ Estamos diante, conforme Maingueneau (Op. cit. p. 165), da “encenação de uma estrutura de diálogo, num interior de um movimento único de refutação, que liga a negação e a retificação”.

¹⁶ FOUCAULT, M. *História da Sexualidade*. 1993, p. 58. Segundo Foucault, desde a regulamentação da confissão na Idade Média como sacramento da penitência pelo Concílio de Latrão em 1215, ela passou por transformações, assumiu função jurídica e se difundiu amplamente seus efeitos: na justiça, na pedagogia, medicina, nos relacionamentos, etc., “tornamos uma sociedade singularmente confessanda”(Id.p.59). A partir do século XVIII, com o protestantismo, a Contra-reforma e a pedagogia, e da medicina do século XIX ela difundiu-se e passou a ser utilizada em toda uma série de relações, tomando várias formas: interrogatórios, consultas, narrativas autobiográficas ou cartas, etc. (Id.p.62). No século XIX as técnicas da confissão passam a ser utilizadas em formas científicas, com a psiquiatria principalmente (Id. p.64).

¹⁷ Id. *ibid.* p. 61-62.

extorquido”¹⁸. Ao se confessar, Arabela não deixava de ser uma solteirona (com todas as suas representações sociais), de se identificar com a categoria de “solteirona” como indica o “pelo menos” da enunciação, mas se diferencia, pela resignação, das demais, ou seja, daquelas que excedem o seu assujeitamento (enquanto solteirona).

No trecho final do extrato, o enunciador apresenta entre aspas o que lhe é confessado, para indicar que foi escrito pela missivista, transformada, assim em co-enunciadora. Conforme Maingueneau, ao enunciar, o enunciador se concede um certo lugar e atribuiu ao outro um lugar complementar, pede-lhe que se mantenha nele e que reconheça que ele, o enunciador, é exatamente aquele que fala do seu lugar. “Solicitação que é feita, pois, a partir de um ‘quem sou eu para ti, quem és tu para mim’”¹⁹. Em itálico, aparecem destacadas as representações sociais que estão sendo cristalizadas sobre o que é uma *solteirona*. As palavras, na superfície discursiva, por sua historicidade, têm uma memória discursiva²⁰. Elas possuem, além do dito, outros efeitos de sentidos, do já-dito. Assim o “professoras desiludidas” equivale dizer que as solteironas são mulheres que possuem um capital escolar, uma profissão remunerada, normalmente intelectual, e não realizaram seu “sonho” de casamento; o “farandula hostil” significa que elas pertencem a um grupo barulhento de mulheres enfurecidas como foram caracterizadas as feministas desse período²¹, mas que também pode ser entendido como um grupo reivindicativo, que não se cala; por fim “não se integraram na Biologia”. São mulheres que

¹⁸ A matéria “Tribunal da misericórdia e regeneração” publicada no jornal “O Pão de Santo Antônio”, em 1909, reforçava a importância da confissão nesses aspectos e apresentava seus benefícios à humanidade: “(...) com efeito, nenhum tribunal da terra é mais misericordioso do que o da confissão. (...) Ela opera ainda a regeneração do pecador, a correção de seus costumes viciosos que se regeneram (...). Que benefícios, pois, traz – ao indivíduo, à família e, portanto, à sociedade, essa sublime invenção do amoroso Redemptor que (...) vem ao encontro do filho ingrato, para salvá-lo, para transformá-lo em um membro puro e sã da sociedade. (...) é remédio infalível contra as doenças morais do corpo social...” (O PÃO DE SANTO ANTÔNIO. Diamantina, ano III, n.8, p.1, 03/04/1909).

¹⁹ MAINGUENEAU, op.cit.1997, p. 32.

²⁰ A memória discursiva, o interdiscurso, conforme Orlandi, é o “saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra”. Como salienta esta autora, as palavras significam pela história e pela língua. (ORLANDI, E. P.op. cit. 2002, p. 31).

²¹ Em vários extratos de textos das fontes pesquisadas as feministas aparecem como um grupo de mulheres históricas, “banco sinistro” etc.

não cumpriram seu destino biológico – a maternidade, por isso são uma aberração da natureza. O “não sou feia”, é um efeito de negação para reafirmar que esta categoria de mulher é feia. Não obstante, essa imagem pode ser visualizada como aquela que Esther Newton e Carroll Smith-Rosenberg chamoram de a “Nova Mulher” que se afirmou no ocidente entre 1870 e 1930: “celibatária, tinha feito os estudos superiores, existia(vivia) ao mesmo tempo politicamente e profissionalmente e virava obstinadamente as costas ao papel imposto à mulher pela burguesia”. Essa “nova mulher” lutava para combinar uma legitimidade social – de um território intermediário entre o domínio feminino convencional e o domínio masculino – “com a rejeição a família e o exercício ativo de uma profissão”²². Em outras palavras, essa mulher que se delineava como *solteirona*, foi um desacato ao modelo burguês idealizado de mulher (mãe/esposa) e, por isso, era uma ameaça constante à família.

6.2.1- Os tipos de *solteironas*

Um dos aspectos que emergiu nos discursos analisados foi a construção de categorias para tornar inteligíveis mulheres que construíram seus modos de vida e suas experiências fora dos cânones da sociedade de sua época, definidos pela maternidade e pelo casamento. Conforme argumentam Mary Jane Spink e Vera Mincoff Menegon, as categorias constituem importantes estratégias lingüísticas que utilizamos para organizar, classificar e explicar o mundo, contudo, elas “não podem ser compreendidas de forma desvinculada do uso e da história de sua construção. As categorias não têm um valor ou sentido que lhes seja intrínseco”²³. A categorização, nessa acepção, é entendida em duplo sentido: são “construções culturais que estão disponíveis para dar sentido à experiência”, mas também, são “construções

²² NEWTON, E.; SMITH-ROSENBERG, C. Le mythe de la lesbienne et la “femme nouvelle”: pouvoir, sexualité et légitimité, 1870-1930. No original: “Célibataire, ayant fait des études supérieures, elle existait à la fois politiquement et professionnellement et tournait ostensiblement le dos au rôle imposé à la femme par la bourgeoisie”.

²³ SPINK, M. J. MENEGON, V. M. A pesquisa como prática discursiva: superando os horrores metodológicos. Op. cit. p. 78, 83.

situadas, utilizadas para a consecução de ações (persuasão, culpabilização, negação, refutação, acusação etc.)”²⁴. Um dos processos percebidos na construção da categoria *solteirona* foi a sua especificação em tipos diferenciados e sua hierarquização.

Nos discursos analisados, observei a construção de pelo menos três tipos diferenciados de *solteironas*. O primeiro tipo considero ser a *solteirona estrutura*²⁵. É constituído pelas celibatárias vistas como inúteis e dependentes. Eram mulheres que tiveram pouca ou nenhuma possibilidade de escolarização, não possuíam emprego remunerado, vendo-se obrigadas, muitas vezes, a depender da caridade da família para sobreviver. Entretanto, esse tipo de solteirona pode ser pensado como parte das estratégias de solidariedade familiar, muito comum principalmente nas cidades do interior mineiro e na zona rural, em que uma das filhas era obrigada a abrir mão de formar sua própria família para viabilizar a família dos outros (irmãos/irmãs). Eram elas, por sua vez, que se ocupavam dos pais na velhice, sobretudo no momento em que a família conjugal tornou-se o modelo ideal e os pais idosos figuras indesejadas na casa, marcada pela valorização da privacidade do casal. Foi o caso, por exemplo, de Francisquinha e Emília, as personagens de Cyro dos Anjos no romance “O amanuense Belmiro” que, após a morte dos pais idosos, foram morar com o amanuense na capital mineira, tornando-se suas dependentes. Gilberto Freyre em sua obra *Sobrados e Mocambos*, também ajudou a produzir esse tipo de celibatária, como uma figura miserável. Conforme esse autor:

(...) Era ela quem nos dias comuns como nos de festa ficava em casa o tempo todo, meio governante, meio parente-pobre, tomando conta dos meninos, botando sentido nas escravas, cosendo, cerzindo meia, enquanto as casadas e as moças casadouras iam ao teatro ou a igreja. Nos dias de aniversário ou de batizado, quase não aparecia às visitas: ficava pela cozinha, pela copa, pelos quartos ajudando a enfeitar os pratos, a preparar os doces, a dar banho nos meninos, a vesti-los para a festa. Era também quem mais cuidava dos santos (...) Sua situação de dependência absoluta fazia dela a criatura mais obediente da

²⁴ Id. Ibid., p. 80-81.

²⁵ Não resisti à tentação de também nomear esses tipos para facilitar sua inteligibilidade.

casa. Obedecendo até às meninas e hesitando em dar ordens mais severas às mucamas²⁶.

O segundo tipo considero ser a *solteirona independente*. É formado por celibatárias autônomas e que têm uma profissão. Eram em geral mulheres com capital escolar, com emprego remunerado, muitas das quais fizeram opção pela vida solitária como forma de assegurar sua autonomia. Esse tipo foi o que mais causou incômodo porque subvertia os ideais de passividade, de dependência e de altruísmo construídos como princípios e essência feminina. Nesse tipo, podem ser lembradas as professoras mineiras e Conceição, personagem de Raquel de Queiroz que recusou o casamento para baixo com o amado primo Vicente. Foi, sobretudo, para esse tipo de celibatária que se dirigiram os discursos sobre a solteirona como uma mulher egoísta por excelência.

Por fim, o tipo intermediário que considero ser a *solteirona reabilitada*. Eram celibatárias que não necessitavam do apoio financeiro de outros parentes para sobreviverem e que se dedicavam às causas sociais e aos cuidados com os sobrinhos. Eram as tias-velhas, funcionais às famílias de seus parentes, lembradas com carinho e saudosismos por vários memorialistas, como a Tia Amélia de Joaquim Salles, as damas caridosas e artistas que dedicaram suas vidas a uma causa de interesse mais coletivo e a benevolência, como as professoras Dulce Sarmiento, em Montes Claros, e Dona Benzinha em Diamantina, ou artistas mineiras como Henriqueta Lisboa que deram nome a escolas, praças e bibliotecas. Por colocarem os interesses dos outros (família, amigos, igreja, comunidade) acima ou ao lado dos seus, elas foram percebidas/descritas com maior complacência. O trabalho social, conforme lembra Yvonne Knibiehler, foi um meio para as “solteironas” serem reconhecidas, valorizadas, impor seus serviços, mas também, um fator de emancipação e um notável trampolim para as jovens independentes²⁷. Na literatura brasileira, temos como exemplo de *solteirona reabilitada*, a personagem Clotilde, de Maria José Dupré,

²⁶ FREYRE, G. op. cit. p. 308.

²⁷ KNIBIEHLER, Y. Vocation sans voile: les métiers sociaux. In: FARGE, A.; DAUPHIN, C. op. cit. 1984, p.165. É interessante que, Acácia só aceitou conceder entrevista após ter visitado seu trabalho filantrópico no salão paroquial de sua cidade.

em *Éramos Seis*, uma celibatária alegre, inteligente e trabalhadora que ajuda a irmã Lola a criar e sustentar os filhos.

Na matéria “A tragédia das solteironas” acima citada, o autor Berilo Neves faz a distinção/diferenciação dos tipos de solteirona:

Não se engane, porém, amiga Arabela: o pior, para uma mulher, é não casar. **O celibato feminino é uma fábrica, activíssima, de monstros.** A mulher é um ser profundamente affectivo. **Nasceu para amar** – seja a um **homem, a um santo ou a um gato.** **Muitas**, victimas de namoros malogrados, refugiam-se no seio acolhedor da Igreja. São milhares e milhares de devotas, mysticas, exaltadas do sentimento religioso, que encontram aos pés da Cruz um consolo para sua **felicidade perdida.** **Outras** dedicam-se ao professorado – e infernam a alma terna das creanças (devia ser proibida a existência de professoras solteiras!). Como não casaram, descarregam nos petizes todo o fel accumulado em longos annos de renuncia. **Outras**, enfim, dedicam-se a falar mal da vida alheia, a intrigar, a pôr veneno na vida dos conhecidos, a começar pelos parentes... (grifos meus)

O enunciador primeiro iguala todas as *solteironas*, a quem o celibato (representado aqui pelo não casamento/maternidade/prática sexual) tornou monstros: pessoas portadoras de anomalias, cruéis e horrendas²⁸. O amor aparece no enunciado como algo naturalizado, intrínseco às mulheres, elas nasceram para amar independentemente de quem, ou do quê, seja a um homem, um santo ou a um gato. Esses elementos (homem, santo, gato) não são da mesma natureza, mas, o amor das mulheres sim. Contudo, foi justamente o amor a matriz de sentido que foi usada no processo de classificação e diferenciação da celibatária. Assim, “muitas”, para indicar que não eram todas, “refugiam-se no seio acolhedor da Igreja, encontram aos pés da Cruz um consolo para sua “felicidade perdida”, como se não houvesse outra forma ou possibilidade de ser feliz. O elemento diferenciador aí foi a capacidade de amar, neste caso a um santo. “Outras”, ou seja, aquelas incapazes de amar (qualquer coisa – homem, santo, gato) despejavam sua infelicidade, rancor, frustração e amargura – pelo seu fracasso na busca de um marido – sobre o outros. Aquelas que tinham uma profissão, a exemplo da professora, despejavam seu amargor no ambiente de trabalho; aquelas que

²⁸ Conforme o dicionário Aurélio, Monstro significa “corpo organizado que apresenta, parcial ou totalmente, conformação anômala. (...) Pessoa cruel ou horrenda”.

não trabalhavam – e eram mais miseráveis ainda porque além de tudo dependentes – se especializam em fofocar, espalhar a intriga e o veneno na vida dos mais próximos, neste caso os parentes.

A professora, no enunciado, representa não uma profissão específica – embora um grande número de mulheres celibatárias tenha sido de professoras –, mas, as “mulheres profissionais” que tanto incomodaram e deixaram perplexos os moralistas desse período. Muitas delas, conforme assinalei, não viam num marido a única possibilidade de sobrevivência, ou o casamento enquanto uma carreira, fazendo mesmo a opção por uma profissão remunerada e a autonomia financeira. Foi, sobretudo para elas que moralistas, médicos e juristas dirigiram suas críticas, alegando que, dedicavam-se a um caminho egoísta da profissão (sem utilidade) e deixavam seu tempo passar. Assim, neste excerto, o enunciador acrescentou entre parênteses que “devia ser proibida a existência de professoras solteiras!”. Numa operação enunciativa, conforme Charaudeau e Maingueneau, os elementos entre parênteses “é colocado pelo escrevente em um outro nível enunciativo, é apresentado como uma ruptura que permite, em particular, dirigir-se diretamente ao leitor”²⁹. É o mesmo que dizer: “eu acrescento ainda”, nesse caso, uma incitação à proibição de mulheres solteiras terem uma profissão. O discurso é um dos indícios que evidenciam o incômodo causado pelas mulheres ao optarem por uma profissão remunerada. O autor da *Revista da Semana* continua seu processo de caracterização/distinção das solteironas:

Todas ellas – mestras ou analphabetas – têm ódio às moças que se casam. Possuem, em maior ou menor dose, o **instincto da maldade**. A história de milhares de tragédias conjugais nasce dessas almas torvas, às quaes tudo se deve **perdoar** pelo muito que soffreram e penaram. Casaes felizes devem fugir das solteironas como o Diabo da cruz. A **Medicina** sabe que os enfermos de certas moléstias contagiosas têm um prazer satânico em transmittir a sua doença às pessoas sadias. Existe, na psycho-pathologia das solteironas, phenomeno análogo. De resto, é próprio da alma humana **não tolerar a felicidade alheia**, de qualquer espécie que seja.... (Grifos meus)

²⁹ CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. *Dicionário de Análise do Discurso*. 2004, p. 370.

Ele valeu-se da atribuição de três traços de caráter para produção de sentidos sobre as solteironas nesse excerto: ódio, inveja, rancor. Esses elementos eram deflagrados em sua personalidade porque fracassaram no objetivo de sua vida, por isso se deveria ter benevolência para com elas e “perdoar pelo muito que sofreram e penaram”. As solteironas têm o “instincto da maldade”, ou seja, a maldade é nelas algo naturalizado, faz parte da sua essência, e elas sentem um “prazer satânico” em transmiti-la aos “casas felizes”. A exemplo dos enfermos de certas moléstias contagiosas, a maldade, a inveja, o rancor da solteirona contagia. Percebe-se aí o funcionamento do interdiscurso. Conforme Eni Orlandi, a observação do interdiscurso nos permite remeter o dito a toda uma outra filiação de dizeres, “a uma memória, e a identificá-lo em sua historicidade, em sua significância”³⁰. A Medicina, que o enunciador utiliza também como um argumento de autoridade, pois é um discurso científico³¹, aconselha em todos os casos de doenças infecto-contagiosas o isolamento do doente, o recolhimento para lugares especializados, como os hospitais, asilos, sanatórios, onde não ofereciam perigo e poderiam ser tratados e curados. Fortemente influenciados pelos discursos médico-higienista do início do século, toda possibilidade de progresso, industrialização, mudança de hábitos, mas, também, de todos os infortúnios eram pensados em termos de doença. Éramos um país atrasado por efeito das doenças que impediam uma postura ativa por parte da população brasileira³². Por isso, a doença, ou tudo que representasse perigo à

³⁰ ORLANDI, E. op. cit. 2002, p.32.

³¹ Cf. MAINGUENEAU, D. Op. Cit. p. 57.

³² Nas primeiras décadas do século XX toda uma geração de intelectuais brasileiros elegeu como centro do debate em torno de um “retrato do Brasil”, de uma “identidade nacional” a superação do atraso, o progresso, a urbanização, a industrialização e a mudança de hábitos não mais explicados como consequência do nosso estoque racial e da mestiçagem, como faziam os intelectuais do final do século XIX, mas da doença (Cf. VELOSO, M.; MADEIRA, A. *Leituras Brasileiras*. p. 45-109). Maria Clementina Pereira Cunha também destaca que na cidade de São Paulo nesse período, “multiplicaram-se as iniciativas, as especializações e as instituições destinadas a superar as ‘mazelas do progresso’ através da implantação e do refinamento dos mecanismos de controle social”. Nesse sentido, “os diferentes ‘desvios’ eram crescentemente separados e classificados – e para cada um deles desenvolveu-se uma forma própria de enfrentamento, respaldada nos saberes e na crença na ciência como fundamento do progresso” (CUNHA, M.C.P.C. op. cit.1989, p. 123-124). Essas preocupações também estavam presentes nas cidades mineiras do início do século, nas posturas municipais da cidade do Serro publicadas no jornal *O Jequitinhonha* de 25/11/1905, a Lei n. 163 contém disposições relativas a higiene, no art. 7 diz: “Esse regulamento estabelecerá a fiscalização e desinfecção

saúde pública e principalmente da família deveria ser isolado, afastado. A associação da maldade com a doença infecto-contagiosa (a mais temida e que já tinha uma memória discursiva) levava o leitor a concluir que, a exemplo dos doentes, as solteironas deveriam ser isoladas, retiradas dos ambientes sadios (como a família conjugal higienizada), onde elas poderiam poluir com seu veneno, rancor, discórdia e inveja³³: “Casaes felizes devem fugir das solteironas como o Diabo da cruz”.

Susan Besse destaca que muitas “solteironas frustradas e raivosas” foram internadas por serem consideradas transgressoras de normas da vida familiar e da propriedade sexual³⁴. Ainda, segundo essa autora, a “instituição de uma casa de idosos para as mulheres não-casadas” foi uma idéia defendida por uma articulista da *Revista Feminina* em 1925³⁵. Penso, todavia, que este tipo de instituição não seria simplesmente um lugar de caridade, onde “solteironas” envelhecidas encontrariam um recanto para os últimos suspiros de sua vida, mas principalmente uma forma de retirar da casa e do convívio da família conjugal uma figura indesejável que colocava em risco a privacidade do casal e corrompia os valores morais da família e do casamento.

O discurso do autor da *Revista da Semana* está ancorado assim em enunciações da medicina e da sexologia amplamente difundidas no período.

do interior das habitações, quando necessárias, e visitas semestrais às casas da comunidade, comminando a multa de cem mil reis aos infratores. # (...) em caso de reincidência será a pena accrescida com quinze dias de prisão”.

³³ Conforme Mary Douglas, “Uma pessoa poluidora está sempre errada. Ele (sic) desenvolveu uma condição errada ou simplesmente ultrapassou alguma fronteira que não deveria ter sido ultrapassada, e tal deslocamento representa perigo para alguém” (Apud Butler, 2003, p.189).

³⁴ BESSE, S. Op. Cit. p. 95.

³⁵ “Uma obra e assistência às celibatárias e velhas pobres”, *Revista Feminina*. 12:136, set./1925. apud BESSE, S. Id. p. 153. Ian Watt observa que na Inglaterra, onde o crescente número de mulheres celibatárias parece ter sido objeto de preocupação antes de qualquer outro lugar, autoras como Mary Astel, em *A serious proposal for the ladies* de 1694 reclamava a instituição de “um mosteiro ou retiro religioso” para as senhoras tendo em vista o fechamento dos conventos pela Reforma. Richardson, famoso romancista inglês autor de “Pamela”, também defendia esta idéia através de seus personagens como sir Charles Grandison que advogava a favor da criação de “conventos protestantes”, onde “numerosas jovens, somando suas pequenas fortunas, poderiam (...) manter-se condignamente com suas próprias rendas, enquanto cada uma delas, sozinha no mundo viveria na pobreza” (Apud WATT, I. op. cit. 1996, p. 129). Tânia Quintaneiro destaca, a partir do estudo de Neff sobre trabalhadoras Inglesas na época vitoriana (NEFF, W. F. *Victorian Working Women – na historical and literary study of woman in British industries and professions – 1832-1850*. London, Frank Cass & Co., 1966) que a existência de mulheres celibatárias carecia de sentido, por isso “a própria família procurava esconder sua condição como se fosse **uma enfermidade incurável**” (QUINTANEIRO, T. op. cit. p.158) (grifos meus).

Encontrei essa especificação da solteirona no clássico *A questão sexual*, obra de autoria do psiquiatra e neurologista suíço Augusto Forel, que exerceu forte influência na nascente sexologia brasileira. Traduzida e publicada no Brasil no final de 1920, em apenas dois meses foram vendidos os três mil exemplares de sua primeira edição, conforme assinalou Sérgio Luís Carrara e Jane Araújo Russo³⁶. Nessa obra, Forel faz a distinção e diferenciação de três tipos de solteirona tendo como fundamento o amor associado às vezes a uma prática sexual. No item “Irradiações psíquicas do amor na mulher”, ele inicia afirmando que “na mulher o amor é o próprio fim da sua vida. Sem amor a mulher renega a sua natureza e cessa de ser normal”, em seguida apresenta e descreve as solteironas³⁷. O enunciado pelo autor é de que a solteirona não é um ser normal já que não ama a ninguém – a não ser ela mesma – e não é amada, renegando, dessa maneira, sua natureza. Um dos tipos de solteirona é caracterizado por aquelas que,

(...) se dedicam a parentes e amigos, homem ou melhor, amor que, **embora não sendo sexual**, não é menos ardente. Tal ocupação dos seus sentimentos **lhes melhora o estado d’alma** e lhes enche parcialmente os vazios. Mas não basta, não é mais que uma pequena compensação. Devido ao exclusivismo este gênero de devotamento produz em geral maus resultados, porque tem o horizonte muito estreito. Se o objeto muito amado perde o affecto da velha solteirona morre ou a abandona, a misera perde a cabeça; a tristeza e o pessimismo não a deixam mais, a menos que não ache na exaltação religiosa um derivativo consolador³⁸ (grifos meus).

Outra classificação/descrição apresentada pelo autor é da “solteirona, que fica só com o seu egoísmo”. Esta,

(...) Não possui a faculdade de criar algo original por meio das suas próprias combinações intelectuais, de sorte que, **faltando-lhe o amor**, toda a sua mentalidade se impertiga. O gato, o cãozinho, os cuidados meticulosos para com a sua querida

³⁶ FOREL, A. *A Questão sexual*. 3 ed. 1929. Essa obra foi encontrada no arquivo do Centro de Memória da Medicina da UFMG que reúne, dentre outros documentos, os acervos pessoais dos médicos fundadores do curso de medicina em Minas Gerais. De grande sucesso editorial, em 1957 a obra já estava em sua décima edição. Cf. CARRARA, S. L.; RUSSO, J. A. *A psicanálise e a sexologia no Rio de Janeiro de entreguerras: entre a ciência e a auto-ajuda*. 2002, p.281.

³⁷ FOREL, A. op. Cit. p. 123.

³⁸ Id. *ibid.* p. 124.

peessoa e a casa, acabam por ocupar-lhe a alma inteira (...) Taes seres accusam uma impressão lastimável e ridícula³⁹ (grifos meus).

O amor-essência das mulheres, entendido conjuntamente como altruísmo – ou seja, a capacidade de dedicação aos outros – e como prática sexual – disciplinada no casamento heterossexual monogâmico – era o que determinava a personalidade e a especificação da solteirona. No primeiro caso, a dedicação aos parentes ou a algum/a amigo/a “melhora o estado d’alma”, mas não era suficiente para torná-la normal ou completa, já que se trata de um único tipo de afeto. No segundo caso, a incapacidade de amar – anti-natureza – conduzia ao egoísmo completo traduzido nos cuidados com si e com os animais que, às vezes, eram vistos como substitutos da família ou dos filhos. Nesses casos, as solteironas necessitariam “de uma poderosa compensação ao amor sexual para não se tornarem rabugentas [primeiro caso] ou egoístas inúteis [segundo caso]”. Assim, Forel apresentava o que chamei de *a solteirona reabilitada*, definida por ele como “as bem dotadas, que se dedicam às obras sociais philanthropicas, ao cultivo da arte ou da literatura ou ainda ao cuidado de doentes e outros serviços úteis, com toda a força e poder da sua vontade, em vez de se divertirem com coisas fúteis ...”. Estas poderão encontrar “uma compensação real, se bem que relativa, à felicidade do amor”. O trabalho social e artístico em espaços autorizados, a dedicação aos outros é o que reabilitava a celibatária a alguns estados da sua natureza, aproximando-a da “verdadeira mulher”, da mulher completa, “(...) eis porque **exigimos** um trabalho social (...) aos celibatários”⁴⁰. Podemos visualizar nestes enunciados o funcionamento do *dispositivo amoroso*, noção construída por Tânia Navarro-Swain, que através de variadas estratégias discursivas produzem as mulheres como doces, amáveis, devotadas e, sobretudo, amorosas “de seu marido, de seus filhos, de sua família, além de todo limite, de toda expressão de si”. Assim, o amor, no sentido de doação, entrega total ao outro, aparece para as mulheres como necessidade, razão de viver e ser, “fundamento identitário. Conforme a autora,

³⁹ Id. *ibid.*

⁴⁰ Id. *ibid.* p. 125.

“O dispositivo amoroso investe e constrói corpos-em-mulheres, prontos a se sacrificar, a viver no esquecimento de si pelo amor de outrem”⁴¹.

Essa mesma matriz de sentido usada no processo de assujeitamento (e também de especificação) das mulheres celibatárias ressoa no discurso de Júlia Lopes de Almeida em seu “Livro das Noivas”, publicado em 1926⁴². Júlia foi membro da diretoria da Federação Brasileira para o Progresso Feminino, eminente romancista e considerada uma das lideranças do movimento feminista de caráter mais conservador dos anos 1920⁴³. Sem ser uma ardorosa defensora dos direitos das mulheres, Júlia combinava “seu empenho intelectual com uma convencional vida doméstica”, a família estava no centro de suas argumentações reforçando a centralidade dos papéis de mãe/esposa/educadora⁴⁴. Nesse texto, ela utilizou o mesmo recurso de escrita do autor da *Revista da Semana*, ou seja, a resposta à uma carta, colocando em cena a personagem Esther, uma missivista solteirona, também transformada em sua co-enunciadora. Diz ela,

Lembra-te sempre de que, **mais do que nenhuma mulher, precisa de força a que ficou solteira**. Percebes bem que não te fallo de força physica, mas só da intellectual. Reage e domina os **pequenos defeitos do teu temperamento**; resigna-te com sorrisos, que é a mais formosa maneira de **resignação**, e caminha resoluto, sem medo do **ridículo**, com tão puerilmente confessas. Quer-me parecer que uma mulher honesta, bondosa, calma e simples, ande por onde andar, **mesmo sósinha**, véra sempre deante de si pessoas que se curvem com sympathia e respeito. Confio no teu critério. Esmagadas as ultimas esperanças, mesmo **extincto o derradeiro amor**, debes dar ao teu coração novos cuidados. (Grifos meus)⁴⁵

E recomenda:

Arranja um orphan... vae ao triste depósito: vae à roda; afaga aquellas pobres criaturinhas e **faze-te mãe** de alguma, ou de algumas d’ellas! O que desejo e quero, é que não esperdices os

⁴¹ NAVARRO-SWAIN, T. Entre a vida e a morte, o sexo. *Labrys*, jul./dez. 2006.

⁴² ALMEIDA, Júlia Lopes. Uma carta. In: _____. *Livro das noivas*. 4 ed. Rio de Janeiro/ São Paulo/ Belo Horizonte: Livraria Francisco Alves, 1926, p. 167-169. Este livro foi encontrado no setor de Obras Raras da Biblioteca Pública Municipal de Montes Claros

⁴³ Cf. MALUF; M, MOTT, M.. L. op. cit. Sobre movimento feminista considerado mais conservador, cf. BESSE, S. op. Cit.

⁴⁴ HARHNER, E. J. *Emancipação do sexo feminino*. Op. Cit. 2003, p. 247.

⁴⁵ ALMEIDA, J. L. op. Cit. p. 167.

tesouros do teu espírito e da tua alma; procura transmitil-os a alguém⁴⁶. (Grifos meus)

A enunciadora parte do pressuposto de que mulheres que ficaram solteiras tinham um temperamento defeituoso, por isso precisavam de maior força intelectual para dominá-lo, ou seja, eram amargas, “resigna-te com sorrisos”; e frustradas, por isso elas deveriam resignar-se como forma de, inclusive, evitar o ridículo. A resignação faria com que Esther, “mesmo sosinha”, tivesse a condescendência dos outros, podendo caminhar resoluta. Por outro lado, seria a dedicação de sua vida a alguém a única forma de Esther – ou todas as celibatárias a quem a personagem da missivista Esther representa e para quem é dirigido esse discurso – não desperdiçar os “tesouros do espírito e da alma”. Mais uma vez, o sentido principal do discurso é o *altruísmo* por oposição ao *egoísmo/ individualismo*.

Nas sociedades modernas – para a qual se movia o Brasil – o *individualismo*, entendido enquanto princípio que pressupõe a predominância dos interesses dos indivíduos sobre a tradição (família, igreja, comunidade) e a sociedade é um valor que tendia a ser perseguido e um direito assegurado⁴⁷. No entanto, o *individualismo* como princípio burguês que orienta o desejo de maior auto-suficiência econômica e de realização profissional e pessoal aparecia como uma prerrogativa masculina já que era negado e condenável às mulheres. No que se refere às mulheres celibatárias – que não viam marido e filhos como interesses prioritários – o *individualismo* foi traduzido em *egoísmo*, que é um defeito moral⁴⁸ e, conforme ressalta Pascale Molinier, o olhar sob a “mulher egoísta” é pouco ameno:

Certamente, ela tem o direito de escolher um trabalho interessante e exigente... mas não em detrimento de suas duas outras missões fundamentais: formar um casal estável e ter filhos

⁴⁶ Id. Ibid.

⁴⁷ Enquanto conceito o individualismo pressupõe toda uma sociedade regida pela idéia de independência de cada indivíduo em relação a outros e à fidelidade, à tradição, enquanto força que é sempre social. “O *indivíduo* é um bem supremo” (DRUMONT, L. *O individualismo*, 1985) e a “*sociedade* apenas um meio de satisfazer suas necessidades e demandas” (LOBATO, J.P. op. Cit. p.42)

⁴⁸ Dentre as definições de egoísmo pelo Dicionário Aurélio: “Amor excessivo ao bem próprio, sem consideração aos interesses alheios. Amor exclusivo e excessivo de si, implicado na subordinação do interesse de outrem ao seu próprio”.

pois é preciso se ocupar como uma “verdadeira” mãe deve o fazer, em os fazendo passar a frente da carreira e dos interesses pessoais⁴⁹.

A feminista e individualista Maria Lacerda de Moura lembrava que “todas as mulheres ‘indivíduos’, todas aquelas que se conservaram ou que se fizeram ‘elas mesmas’ tiveram de arrostar, heroicamente, contra a má vontade e o egoísmo masculino e até contra a própria mulher...”⁵⁰. Para ela, o individualismo, no sentido de viver e pensar em si em primeiro lugar, seria para as mulheres um meio de liberdade e independência e, por isso, era mal visto e condenável pela sociedade e pela família.

Não obstante, o “cuidado” de outros e suas tarefas de doação associadas apareciam como uma qualidade essencial da “natureza” do feminino, por isso, a *alteridade* seria algo capaz de redimi-las. Assim, a outra matriz de sentido enunciada por Júlia foi a maternidade – mesmo que simbólica – como forma de redenção das mulheres, “arranja um orphan (...) faze-te mãe”, disse ela. Cláudia Fonseca, no seu estudo sobre as solteironas francesas, lembra que “a única maneira para uma solteira escapar aos rótulos de ‘magoada’, ‘egoísta’, ‘sovinas’ é ser governanta, doméstica ou titia, isto é, dedicar-se a algumas famílias preferencialmente com crianças”⁵¹. Elas precisavam tornar-se “úteis” a alguém. Na ausência da maternidade biológica, seu celibato deveria trazer alguma forma de compensação à sociedade. Colette Guillaumin argumenta que a manutenção material dos membros do grupo familiar e os cuidados com os abandonados (idosos, pobres, crianças, etc.) era também uma forma de apropriação concreta da individualidade das mulheres. Conforme essa autora,

A individualidade, justamente, é uma frágil conquista freqüentemente negada à uma classe inteira onde exige-se que ela se dilua, materialmente e concretamente, nas outras individualidades. Pressão central nas relações de classe de sexo, a privação da individualidade é a seqüela ou a face oculta da apropriação material da individualidade⁵².

⁴⁹ MOLINIER, P. *L'énigme de la femme active: égoïsme, sexe et compassion*. 2006, p.12.

⁵⁰ MOURA, M. L. *A Independência da mulher* (1926). LEITE, M. M. (Org.) op. Cit. p. 120.

⁵¹ FONSECA, C. op. Cit. 118.

⁵² GUILLAUMIN, C. op. Cit. p.30-31.

Por outro lado, o discurso sobre a *solteirona* foi dirigido indiretamente à esposa para convencê-la de que ela era feliz com o que tinha ou conquistou.

6.2.2- A *solteirona* e a esposa feliz – a família como bem

Ora, a **esposa feliz** é um espectáculo insupportavel para uma **solteirona enfezada**. É capaz de tudo para lançar a treva e a amargura sobre essa **rival triunphante**. Existem – é claro – as **excepções**. Mas essas são as santas que os altares não conhecem. E não é bom argumentar com as santas... ⁵³(grifos meus)

No extrato acima, recortado ainda da matéria “Tragédia da solteirona”, publicada pela *Revista da Semana*, Berilo Neves estabeleceu a comparação entre a “solteirona enfezada” e a “esposa feliz” transformada em rival triunfante. As solteironas seriam aquelas derrotadas numa batalha, em que mulheres disputam os melhores partidos, seriam as que não obtiveram êxito porque lhes faltava munição suficiente e, por isso, seriam para sempre fracassadas e frustradas. Assim, a construção de representações sociais das mulheres celibatárias como invejosas, rancorosas, infelizes, amarguradas e frustradas era, por um lado, o que confirmaria a “esposa feliz”, triunfante, que tinha tudo que desejava uma mulher – casa, marido, filhos, amor, sexo – enquanto que ela, a celibatária, não tinha nada. Por isso, a inveja foi uma das principais e mais recorrentes matrizes de sentido usadas na caracterização da solteirona. Por outro lado, a invenção da solteirona se deu a partir de um processo de *outrificação*, nos termos de Segato⁵⁴. Ela foi produzida/inventada por oposição à “verdadeira mulher”⁵⁵, transformada no referente. A *solteirona* era o outro, a diferença que confirmaria ao contrário a imagem ideal da mulher.

Como forma de confirmar a regra, o enunciador apresentou a exceção: “existem – é claro – as excepções. Mas essas são as santas que os altares não conhecem”, ou seja, a exceção é o tipo de solteirona do qual Arabela, Esther e

⁵³ NEVES, B. Tragédia da solteirona. Op. Cit.

⁵⁴ SEGATO, R. L. op. Cit. 2005b.

⁵⁵ NAVARRO-SWAIN, T. op. Cit. 2000.

Clotilde fazem parte, ou que as suas personagens evocam, e que chamei de *solteirona reabilitada*: aquela que se confessa, que era capaz de amar mesmo que fosse a um santo ou gato, que era resignada e que redime-se ao dedicar sua vida a uma causa social ou à maternidade simbólica. Mais adiante o enunciador acrescenta:

Acredito todavia, que V. seja uma dessas exceções que **redimem** a espécie humana da sua maldade innata. V., pelo menos, **confessa** que é solteirona. Conheço muitas que, aos 50 anos, ainda têm **esperança** de achar marido. Seria melhor que **dedicassem a outra coisa os últimos clarões da vida** (grifos meus).

A exceção era também a produção da diferença dentro da diferença. Dessa maneira, dentre as solteironas (a diferença) existiam aquelas que persistiam no desejo de uma família própria – “esperança de achar marido” – mesmo aos cinquenta anos, idade vista como o fim da “vida útil” das mulheres, pois culmina com a chegada da menopausa e sua impossibilidade de ter filhos biológicos. A família (representada pela imagem do marido) era, portanto, um bem precioso, um troféu conquistado somente por algumas na batalha mais importante de suas vidas.

No capítulo intitulado “Uma Carta” do seu *Livro das Noivas*, Júlia Lopes de Almeida, do seu lugar de esposa feliz, mãe amada e mulher experiente, respondeu à Esther, sua amiga solteirona, reafirmando suas alegrias com o casamento e a maternidade, exatamente o que faltava a amiga triste e solitária.

Minha Esther. – Tens razão, **o celibato é uma coisa triste**. A tua carta commoveu-me muito.

“Fechei os olhos a minha mãe, dizes tu, e não sei para quem hei de viver agora”.

Sei eu. Viverás para os pobres, para os que não teem apoio nem alegrias. **O teu infortúnio fará muitos felizes. Não tendo família** alagarás de ternura toda a **miséria que conheceres**. A saudade e a lembrança dos nossos mortos fazem-nos naturalmente piedosos; além de que **és rica**, e se isso te priva de uma distração, o trabalho, concede-te a doce consolação de matar a fome aos inválidos famintos e de vestir de branco crianças, que do trapo só conheçam remendos.

No excerto a enunciadora parte da constatação de que “o celibato é uma coisa triste”, contudo, não foi ela a afirmar isso conforme indica o “tens razão”, mas tal afirmação foi atribuída à co-enunciadora, Esther, com quem, ela, Júlia apenas corrobora. A tristeza do celibato foi apontada na sentença seguinte, entre aspas como algo que teria sido escrito pela missivista, ou seja, era a solidão e não ter a quem cuidar e dedicar a vida: “não sei para quem hei de viver agora”. Ela, Júlia, mulher casada, mãe, feliz, sabia qual era a miséria de Esther, mulher celibatária, sem experiência, sozinha no mundo: não ter uma família, a quem dedicar sua vida. Por isso, ela deveria dedicar-se aos pobres, aos famintos, as crianças. Tornar-se útil a alguém, já que ela não necessitava nem mesmo do trabalho remunerado para sua distração ou sobrevivência. O infortúnio, ou seja, a sua infelicidade deve ser transformada na felicidade dos outros, sua miséria em ternura. O “és rica” do excerto aponta ainda para uma condição econômica e social utilizada na produção de sentidos da solteirona e circunscreve o universo para o qual é dirigido tal discurso: o das mulheres burguesas, pois dificilmente mulheres pobres apareceram nos enunciados analisados na condição de “solteironas”. Além disso, as matrizes utilizadas para significá-la estavam fundadas em valores que só causariam efeitos em um tipo de mulher produzida (assujeitada) dentro do arquétipo burguês de mãe/esposa/dona-de-casa. Foi por isso que a solteirona emergiu nos discursos ressentindo-se por não ter uma família, um marido, uma casa e filhos. Continua Júlia,

Pedes-me para **secar as tuas lágrimas, fallando-te da minha felicidade**. Outra qualquer, menos boa, evitaria ouvir coisas de venturas que não pudesse fruir! Em todo caso, resumirei tudo em duas palavras – **estão bons, o que para mim, bem sabes, que dizer isto: estou feliz!** (....)

Não acreditaras, talvez? Lembra-te de que **para essa singularidade de se ter saudades da vida** que se vae vivendo, **é preciso ser mãe e ser esposa, é preciso amar, e ver felizes os que amamos!** Foi por isso que eu te disse resumir toda a minha fortuna nestas duas palavras – *Estão bons*. (Grifos meus)

No início do extrato, a enunciadora construiu lugares de fala a partir da oposição entre solteiras infelizes, já que a co-enunciadora pede que lhe seque as lágrimas, e casadas felizes. Foi assim, mediante críticas às relações de

opressão presentes no casamento, principalmente pelas feministas e, também, das queixas conjugais tornadas públicas e coletivas pelas mulheres casadas – conforme assinala em capítulo anterior – que a imagem da “esposa feliz” foi construída. Tal construção foi feita também a partir de uma outra, ou seja, a da vida celibatária triste e inferiorizada, como forma de confirmar o seu oposto: a casada feliz. Os dispositivos utilizados nessa construção foram justamente aqueles que faltam às mulheres celibatárias: o casamento, e, conseqüentemente uma prática sexual, o amor de um homem e a maternidade. Nesse sentido, a família emergiu como um bem, um privilégio de algumas mulheres, mas, foi, ao mesmo tempo, uma forma de inclusão de umas e de exclusão de outras. “Estão bons” conclui Júlia para exprimir o estado de sua felicidade. A matriz de sentido é, portanto, que a felicidade de uma mulher seria alcançada através do bem estar e da dedicação aos outros. Para explicar sua resposta, a enunciadora seguiu falando dos afazeres do dia-a-dia, dos “filhos pequeninos”, da “família e a casa” que absorvem seu tempo, ela não era *egoísta*, pois era útil para os outros não desperdiçando tempo consigo mesma. Se ela iniciou seu discurso afirmando ser triste o celibato, finalizou apontando os elementos da felicidade de uma mulher, os únicos que justificam a saudade de uma vida⁵⁶. Portanto, a fortuna de Júlia era justamente a miséria de Esther: a família.

O discurso sobre a solteirona foi dirigido também à mulher casada, por isso a comparação entre a vida de solteiros e a vida de casados, foi amplamente recorrente em textos do período, a exemplo de uma matéria publicada na revista *Alterosa*, em 1940. Tratava-se de uma entrevista “exclusiva” em que quatro atrizes famosas do cinema norte-americano responderam à pergunta: “qual a vida melhor: a de casada ou de solteira?”⁵⁷ A

⁵⁶ A saudade segundo Assis, “é uma palavra que define um estado d’alma e um sentimento de dor, de angústia, de nostalgia provocado pela distância, pela ausência, pelo desejo de estar num outro tempo e lugar”. Só se tem saudade de algo ou alguma coisa que foi bom, prazeroso, pois, conforme DaMatta, ela nos fala de um tempo por dentro, que sentimos e por isso trazemos de volta com certa nostalgia e idealização de tempo passado (Cf. ASSIS, G. Estar aqui, estar lá... uma cartografia da vida entre dois lugares, 1997, p.9; e DAMATTA, R. Antropologia da saudade. In: _____. *Conta de mentiroso*. 1993, p. 22.

⁵⁷ ALTEROSA, ano II, p. 75-76, set./1940. Sob responsabilidade do cronista Francisco Alves, a entrevista foi feita com as famosas “Sisters Lane” (Lolla Lane, Priscila Lane e Rosemary Lane) e Gate Page, atrizes que estrelaram a trilogia “Quatro Filhas”(1939), “Quatro Esposas” (1939) e

partir da década de 1910 o cinema atraiu maciçamente o público e salas de projeção proliferaram pelas cidades brasileiras; ir ao cinema era uma das diversões preferidas de várias gerações, contudo, conforme observa Susan Besse, os filmes não apenas proporcionavam oportunidade de lazer, mas, “à medida que conquistavam rapidamente a imaginação popular, apresentavam aos espectadores um novo mundo, o dos astros de Hollywood, e modos de vida e valores culturais norte-americanos⁵⁸”. A revista *Alterosa* deu atenção especial a esse fato, seus primeiros anos de publicação foram fortemente marcados pela influência do cinema americano, com colunas voltadas para notícias e novidades de Hollywood, fatos da vida particular das estrelas e astros, muitas vezes apresentados como exemplos a serem seguidos.

No texto que introduz as respostas da referida matéria diz o repórter:

Como viveram e como pretendem viver? Quando solteiras eram mais felizes do que depois de casadas ou...? Em algumas perguntas que devem, forçosamente, interessar magneticamente, **todas** as mulheres, sejam **casadas ou solteiras, noivas ou solteironas...**⁵⁹ (Grifos meus)

O cinema americano exercia fascínio, especialmente sobre as mulheres em função do forte apelo às histórias de amor, daí a resposta das atrizes “interessar magneticamente” a todas as mulheres que, nesse enunciado, foram categorizadas pelo repórter tendo em vista seu destino social – o casamento. Ao lado de casadas, solteiras e noivas, uma outra categoria de mulher que não se enquadra naquelas, a *solteirona* – aquela que não se casou e que já passou do tempo de se casar. O enunciador construiu as categorias a partir de uma situação estável, definitiva e outra transitória, enquadrando as mulheres numa ou noutra como indica a conjunção *ou*: casada (situação estável, definitiva) *ou* solteira (situação transitória); noiva (transitória) *ou* solteirona (situação estável, definitiva), dentro deste universo limitado elas eram uma coisa ou outra. Tendo o casamento como a matriz principal de construção dessas categorias de mulheres, o enunciador exclui da superfície

“Quatro Mães”(1941). Outra pergunta feita na entrevista foi qual o melhor filme “Quatro Filhas” ou “Quatro Esposas”. Antes dessa matéria, *Alterosa* havia publicado outra entrevista com atrizes da Warner com a pergunta “Qual o marido ideal”.

⁵⁸ BESSE, S. Op. cit. p.24.

⁵⁹ “Qual a melhor vida: a de casada ou a de solteira? *Alterosa*, op. Cit. set./1940.

discursiva uma outra possibilidade que é a mulher desquitada (que pode encontrar-se em situação tanto transitória quanto definitiva), embora uma das entrevistadas tenha sido divorciada por duas vezes e ele tenha dito que as perguntas interessariam a “todas” as mulheres. A própria enunciação da pergunta que motivou e deu título à matéria “Qual a vida melhor: a de solteira ou a de casada?” constitui um silêncio em torno da separação conjugal – que, a meu ver, é uma fissura entre uma condição social e outra (vida de casada e vida de solteira) – que ele não quis colocar em discurso, dar visibilidade, e por isso está carregado de significados. Conforme Orlandi, “o que não é dito, o que é silenciado constitui igualmente o sentido do que é dito”⁶⁰. Se por um lado havia um silêncio em torno do termo “desquitada”, por outro, foi dada visibilidade e sentido ao termo “solteirona” que previamente no Brasil não estava colocado em discurso para significar um tipo de mulher.

Antes de apresentar as respostas, o repórter construiu primeiro o lugar de fala das entrevistadas: bonitas, famosas, cortejadas, ou seja, elas possuíam atributos de uma moça casadoira que facilmente conseguiria um marido, eram mulheres que estavam habilitadas a exercer uma escolha (entre a vida de casada e a de solteira). Selecionei para análise, a resposta de duas atrizes. A primeira entrevistada foi Lola Lane que à época já havia se divorciado por duas vezes⁶¹. Diz o repórter que ela deveria ser a primeira a responder às perguntas porque pode “falar de cadeira”, utilizando-se de aspas. Conforme Maingueneau, as aspas é um tipo de modalizador para indicar que suas palavras não correspondem bem à realidade, “delegando ao co-enunciador a tarefa de compreender o motivo pelo qual ele está chamando assim sua atenção e abrindo uma brecha em seu próprio discurso”⁶². As aspas podem ter sido utilizadas nesse enunciado apenas para indicar uma expressão corrente,

⁶⁰ ORLANDI, E. P. op. Cit. 2002, p. 84. Em análise do discurso o não dito, o silêncio encontra seus limites, para que o analista não tome tudo o que não foi dito como relativo ao dito em análise, no método. Conforme Orlandi, “partimos do dizer, de suas condições e da relação com a memória, com o saber discursivo para delinear as margens do não-dito que faz os contornos do dito significativamente. Não é tudo que não foi dito, é só o não dito relevante para aquela situação significativa” (Id. P. 83).

⁶¹ “Qual a Melhor vida: a de solteira ou a de casada? ALTEROSA, op. Cit. set/1940. Lola Lane (ou Dorothy Mullican) nasceu nos EUA em 1906 e morreu em 1981. Foi casada cinco vezes e entre as décadas de 1920 a 1940 gravou 44 filmes.

⁶² MAINGUENEAU, D. Op. Cit. 2002, p. 160-161.

ou para deixar em aberto para que o leitor conclua por ele mesmo que a entrevistada tinha ou não muita experiência para falar sobre o assunto.

Responde a entrevistada:

- A de casada, sem dúvida! Nem pode haver duas opiniões a respeito, penso eu! A solteira vive *ansiosa* [grifos do autor]; por mais que aparente indiferença, vive pensando no próprio destino... Será, um dia, esposa **ou** irá aumentar a legião de solteironas, **das desencantadas criaturas proibidas de amar?** (grifos meus)

Para a atriz, o destino de todas as mulheres era o casamento, excluindo outras possibilidades de que se pode ocupar o pensamento, como uma carreira profissional. Dessa maneira, a vida de casada por oposição à de solteira era melhor, não podendo “haver duas opiniões”, já que a primeira colocava fim à ansiedade de sua existência – conseguir ou não um marido⁶³. Novamente a conjunção “ou” indica a situação – entre duas únicas possibilidades de condição social – inerente ao destino das mulheres: esposa, realizada, amada e feliz “ou” solteirona, desencantada, proibida de amar. A matriz de sentido principal nessa enunciação é, desta forma, o amor na sua modalidade burguesa determinante da felicidade e da realização enquanto mulher. Indica, portanto que havia pessoas autorizadas a amar e outras não, havia um tempo adequado, limitado para as mulheres amarem e serem amadas, e que as relações amorosas têm como finalidade o casamento. A solteirona passou do tempo de amar, por isso, é “desencantada”, “proibida de amar”⁶⁴. Percebe-se, portanto, o ideal do amor romântico burguês que emergiu como o caminho indispensável à plena realização do bem-estar e da felicidade

⁶³ Uma matéria de Alterosa, publicada em abril de 1941 ressalta que “Ter um noivo é para a maioria das mulheres jovens uma séria preocupação. O fato de passarem os dias a acumularem os anos sem que nenhum homem demonstre interesse por elas, e de suas amigas advertirem-nas de que são objeto dessa indiferença chega a converter-se em uma idéia fixa, em uma preocupação intolerável. Sim, é essa uma situação desairosa, ridícula, que necessita ser corrigida a todo transe”. (Quando o noivo se retira. *Alterosa*, abr./1941, p.23.)

⁶⁴ Se aqui as celibatárias aparecem como **proibidas** de amar, no discurso de Berilo Neves elas eram **incapazes** de amar.

pessoal, e que tem seu ponto de culminância no casamento, conforme discutido em capítulo anterior⁶⁵. Continua a entrevistada:

Olhe para mim! **Posso não ser nenhum assombro de beleza**, e estar longe do tipo sensacional de mulher. **Mas não atingi os trinta anos** e já fui casada duas vezes... Mesmo assim, **embora meus matrimônios tenham sido verdadeiros fracassos**, não desanimo e em breve estarei casada pela terceira vez... (...) poderá haver melhor prova de que “a vida de casada é muito melhor”? (grifos meus)

Ao dizer “posso não ser nenhum assombro de beleza”, “não atingi os trinta anos” a entrevistada pressupõe que um dos qualificativos para se conseguir um marido era a beleza, embora não necessite ser um “assombro”, e a idade limite para isso era os trinta anos. Havia então dois enunciados, um responsável pelo pressuposto (ser bela e ter menos de 30 anos como requisitos ao casamento) e outro pelo posto (não ser nenhum assombro de beleza e não ter atingido os trinta anos). O sentido principal, então, foi formulado antes da fala, do que foi posto. Ela procurou assumir uma postura de humildade, contudo admite não ser feia, indicada pela palavra “assombro” que intensifica a beleza; além disso, o “mas” argumentativo utilizado no enunciado leva o leitor a concluir que ela tem méritos, pois antes de atingir da idade de solteirona (trinta anos), já se casou por duas vezes. Outra matriz de sentido presente no enunciado é que um casamento fracassado era melhor de que a vida de solteirona – a palavra “embora”, induz o leitor a essa conclusão⁶⁶.

A segunda entrevistada foi Priscila Lane a quem o repórter construiu o lugar de fala como: “Solteira! Uma das mais cortejadas no seio da colônia de artistas cinematográficos. Milhares de cartas por semana, quase um milhão de pedidos de casamento, por correspondência, anualmente”⁶⁷. Não seria por falta de pretendentes que a formosa atriz hollywoodiana ainda não teria se casado,

⁶⁵ LOBATO, 16. Para Ian Watt, “o amor romântico tem raízes profundas na tradição cristã, o que o torna a base adequada dos padrões ideais de comportamento sexual em nossa sociedade”. (Op. cit. 1996, p.121).

⁶⁶ Nem todas as mulheres se submeteram a essa idéia de que um “casamento fracassado” é melhor do que a vida de solteira haja vista os processos de desquite que analiso em que, em sua maioria, são mulheres as requerentes nos processos litigiosos.

⁶⁷ Qual a Melhor vida: a de solteira ou a de casada? ALTEROSA, op. Cit. set/1940. Priscila Lane nasceu nos EUA em 1915 e faleceu em 1995. Casou-se duas vezes, sendo que o primeiro casamento em 1939 foi anulado. Nas décadas de 1930 e 1940 trabalhou em 22 filmes.

já que, no mercado matrimonial era uma das mais cotadas ela não era uma sobra ou uma infeliz na loteria do casamento. Assim perguntou o repórter: “Diga me Priscila, você parece gostar da vida livre e despreocupada de solteira... Parece ser inimiga número um do casamento. É verdade?” Ao que responde a entrevistada:

“– Inimiga do casamento! Nada, meu amigo. **Detesto a vida de solteira**... se não estou casada é apenas porque acho ainda cedo. Preciso estudar muito e atingir o meu ideal artístico...”
(grifos meus)

Sobre sua preferência com relação a filmes em que atuou diz ela:

“Acho o segundo filme, isto é, “Quatro Esposas”, melhor do que “Quatro Filhas”. Isso porque o segundo completa o primeiro, que deixou muita coisa no ar... E principalmente o **amor, que é coisa muito séria, para ser deixado sem solução**... E a **melhor solução é o casamento**”.⁶⁸ (grifos meus)

Como a primeira entrevistada, a matriz de sentido dos enunciados é a reafirmação da superioridade da vida de casada em relação à de solteira, e por isso algo aspirado pela atriz, e o amor romântico como fundamento e possibilidade de realização no casamento. Por isso, o amor, a exemplo da maternidade, da prática sexual e da família, também emergiu como um privilégio que somente as casadas tinham e podiam desfrutar. A crônica “A Aleijadinha”, publicada no jornal *O Pharol*, de Juiz de Fora, em 1910, sintetiza esses privilégios das casadas ao descrever a personagem Emília, uma celibatária quarentona:

(...) **Todas as suas companheiras se haviam casado. Eram mães** de família estas, umas teriam marido, outras viviam solteiras, **mas amaram sempre**; aquelas foram folguedos além, muitas, em plena virgindade, desceram ao túmulo... E ella a dormir, e seu coração sem um anhelô (sic) de a su’alma sem um sonho! (...) **Fora uma creatura sem préstimo no mundo**, não tivera um loiro filhinho para acariciar ao collo, não tinha ninguém que por ella se interessasse, que a protegesse, que a amparasse, enfim, não tinha uma esperança, uma chimera, uma illusão, **não tinha nada!** (Grifos meus)

⁶⁸ Id. Ibid.

Incapazes (Berilo Neves, Augusto Forel) ou proibidas (Lola Lane) de amar, incapazes de serem úteis e de suscitar o menor sentimento de afeto, as *solteironas* tornaram objeto de caricatura e uma inversão da imagem feminina.

6.2.3- Estética⁶⁹

Para tornar a *solteirona* uma categoria de mulher inteligível, os discursos analisados também funcionaram no sentido de produzir uma aparência estética caricaturada para ela, encravando em seu corpo, em sua fisionomia e em sua personalidade uma imagem repulsiva e risível que se impôs como uma evidência. Ao não se enquadrar num código de beleza e virtudes femininas e de feminilidade, ela teria sido vítima de uma “seleção natural” já que não reunia atributos que a qualificasse nem para ser “escolhida” no mercado matrimonial, nem para ser vencedora na batalha por um marido. Os discursos pintavam um retrato com detalhes do seu psíquico e físico que foram repetidos ao infinito e cristalizados no imaginário coletivo. O estilo de alguns desses discursos variava entre a jocosidade, a sátira (como as piadas, as crônicas, trovas e pilherias) e o drama (como os contos, as fábulas), procurando assim banalizar ou despertar a compaixão. No último caso, a crônica “A Aleijadinha”, referida anteriormente, é exemplar:

(...) Porém nesse instante, ella viu alguma cousa, deparou-se-lhe aquella corcundinha tão feia, que a retorcia toda como um embulão (sic) mal feito, pequenina e mirrada, detestável, incapaz de despertar sentimento de amor, senão de piedade. E ali estava horrorosa, torturada, dando a idéa de **um borrão nas páginas do bello livro da natureza**⁷⁰. (grifos meus)

A personagem Emília era aleijada, corcunda e ao olhar-se no espelho descobriu sua feiúra e defeitos logo após a morte da mãe (única manifestação de afeto que conheceu). Ela descobriu a sensação do amor, mas, também a certeza de que nunca seria amada. A feiúra e a ausência de atributos de feminilidade foram características recorrentes na composição física da

⁶⁹ A palavra estética é utilizada no seu sentido mais geral para se referir à beleza e aos atributos físicos e não ao conceito de “estética da existência”, proposto por Michel Foucault.

⁷⁰ O PHAROL. A Aleijadinha. Juiz de Fora, 01/01/1910.

caricatura enquanto que a inveja, o ressentimento e a maldade os principais sentimentos de sua história psicológica. Numa resposta à Efigênia, uma missivista bela e formosa da seção “Confidências e Confissões”, Sílvio Castelar afirmava:

Tenho na minha frente seu lindo retrato e creio sinceramente que você será feliz no casamento. Que homem poderá duvidar de uma mulher de olhos tão doces e de expressão tão calma?(...)
Essa história da infelicidade das formosas é invenção das solteironas feias.

A **mulher feia** é sempre má. Micael Escoto já advertia: - A má fisionomia é sinal de perverso entendimento. Si as **viragos** lhe atirarem pragas, siga o conselho da sátira: (Grifos meus)
Se a má língua não te traga,
Não olhes, não dês por isso:
A boca que roga praga
Tem sempre dente postiço⁷¹. (Grifos meus)

Nesse sentido, solteironas eram mulheres feias, invejosas e mentirosas, por oposição às mulheres bonitas, casadoiras e inocentes como Efigenia. O aspecto físico foi também o que definiu o caráter da mulher celibatária. Se para Berilo Neves, no texto analisado anteriormente, a maldade na “solteirona” era instintivo, para Sílvio Castelar a maldade era resultado da “má fisionomia”. A beleza foi tomada como pressuposto para se conseguir um marido e para realização de casamentos felizes. Pelo fenômeno da intertextualidade, percebe-se que o enunciador não afirmou isso sozinho, mas utilizou de uma citação de autoridade, ele se apagou mediante um outro locutor, “Micael Escoto”, que garante a validade da enunciação⁷². Da mesma forma, a “sátira”⁷³ que finaliza o extrato, enquanto citação de autoridade, é um enunciado já conhecido por uma coletividade, por isso goza do privilégio da intangibilidade⁷⁴. Assim, se mulheres feias, “solteironas”, falam da infelicidade das formosas no casamento era porque elas mesmas eram infelizes, invejosas

⁷¹ CONFIDÊNCIAS E CONFISÕES. *Alterosa*.op. cit. maio/1940.

⁷² MAINGUENEAU, Op. cit. 1997, p. 100.

⁷³ A própria utilização de uma sátira já indica o efeito que enunciador quer causar, pois a sátira, conforme o Aurélio, é uma “composição poética que visa a censurar ou ridicularizar defeitos ou vícios”.

⁷⁴ Id. Ibid.

porque não se casaram: “Tem dente postiço”. Por fim, o extrato apresenta um outro sentido usado na representação das mulheres celibatárias, “viragos”, ou seja, mulheres de modos grosseiros e varonis. A “viraginité”, ou seja, corresponde à categoria de mulheres que apresentam preferências por vestimentas de homens⁷⁵ foi também, conforme Esther Newton e Carol Smith-Rosenberg, uma das classificações da lesbiana feita pelo médico inglês Krafft-Ebing na tentativa de desqualificação da “nova mulher”. A masculinização do corpo da celibatária como conseqüência da abstinência sexual também foi um argumento usado por médicos brasileiros, conforme discutirei no capítulo seguinte.

As celibatárias, em sua caricatura, apareceram como “viragos”, mas também como mulheres que possuíam uma sexualidade reprimida pela obrigatoriedade moral e social da castidade. Numa matéria publicada em *Alterosa* sobre a presença das mulheres nas cantigas populares o autor Djalma Andrade disse: “Nenhum trovador humilde, parece acreditar no amor. Pensa que a mulher, môça e bonita quer dinheiro e que **a solteirona se satisfaz com a conversa fiada...**”⁷⁶ (Grifos meus). A solteirona por oposição a moça bonita que pode escolher embora interesseira, é velha e feia, se contenta com qualquer coisa, ou seja com qualquer marido. Seu enunciado foi confirmado pelo verso de trova que apresenta em seguida.

Alfaiate quer tesoura;
Sapateiro quer tripeça;
Moça bonita quer ouro;
Moça velha quer conversa.

A mulher celibatária apareceu na trova sob um outro termo muito comum nas cidades do interior de Minas e no meio rural: “Moça velha”. Ser moça equivale a ser virgem, a solteirona deveria ser casta, era assim uma virgem velha⁷⁷. À medida que as relações sexuais para as mulheres só eram lícitas, possíveis e pensadas dentro do casamento, a castidade passou a ser um pressuposto para aquelas que não se casavam. Para serem respeitadas,

⁷⁵ NEWTON, E.; SMITH-ROSENBERG, C., op. cit. p. 286-286.

⁷⁶ **As mulheres nas cantigas** (Djalma Andrade. *Alterosa*, ago/1945, p. 114).

⁷⁷ No interior mineiro ainda é muito comum a expressão “não é moça” para se referir a uma mulher que já não é mais virgem.

sua castidade deveria ser pública, vigiada e freqüentemente reafirmada. Assim a castidade foi para a mulher celibatária uma forma de punição por infringir normas da conjugalidade e conseqüentemente, desafiar sua natureza. Mas ela própria, a solteirona, também era vista como a pior das punições para os homens, conforme sentido impresso numa matéria publicada no jornal de Diamantina *Pão de Santo Antônio* em 1911, intitulada “Casamento por castigo”, que reproduzo abaixo:

O Império de Siam, na Índia, **é o paiz que tem menos solteironas**, devido a uma instituição singular. As solteiras que não tem mais esperança de achar marido enviam ao governo a indicação de seu nome, sua fortuna e sua photographia, e são alistadas entre as noivas estadoaes.

O moço que commeter algum delicto será obrigado a casar com uma dellas. Se o delicto foi pequeno, dão-lhe uma noiva sympathica, porem o contrário acontece se o delito for grande, especialmente, si se trata de roubos. Dizem que devido a este costume são muito raros os crimes em Siam.

Que objetivos teria um jornal do interior mineiro em noticiar fatos (ou ficção) de um império distante e desconhecido da Índia, um país que por sua vez era também conhecido por sua excentricidade e exotismo? A notícia utiliza como recurso o desconhecido, trazendo para nossa realidade algo distante, onde o foco não era a diminuição do índice de criminalidade ou simplesmente um costume bizarro de punição, mas a solteirona como um ser repugnante. A matriz de sentido do enunciado é a solteirona enquanto o pior dos castigos para um homem, pior inclusive que a prisão, uma das invenções mais engenhosas da modernidade para a punição. Ao afirmar que os crimes em Siam (sic) eram raros devido ao costume, equivale dizer que os homens preferiam renunciar à criminalidade a casarem-se com uma *solteirona*. De outra parte, a procura incessante por marido foi também um dos sentidos usados na produção da caricatura da mulher celibatária:

“A solteirona ao ‘chauffeur’ do táxi:

- O senhor está livre?

- Não, minha senhora; sou casado e tenho sete filhos...”⁷⁸

⁷⁸ ALTEROSA. Belo Horizonte. Ago./1941.

Conforme ressalta Michelle Perrot, o celibato é vivido e pensado de maneira totalmente diferente por homens e mulheres. Enquanto que, para as mulheres, era um tempo de vigília à espera do casamento; para os homens, era um tempo pleno, valorizado, período de liberdade, educação sentimental e sexual, de amores passageiros. Para os homens, a vida de boemia e de desprezo ao casamento; para as mulheres, a vida de solidão e sempre a busca de casamento. Assim, “o solteirão tem manias: é mais risível do que propriamente lastimável”⁷⁹.

Enunciados como esse da pilhéria publicada pela revista *Alterosa* foram instrumentos amplamente utilizados para criar a imagem repulsiva, ridícula, risível e detestável da solteirona e também para produzir sua homogeneização. Todas elas teriam a mesma história de soberba e esnobismo na juventude, são mulheres “interesseiras” ou que “escolhem demais” e, por isso, terminam sempre em derrota, frustração e solidão na velhice. Reproduzo abaixo, embora um pouco extensa, duas matérias muito semelhantes que descreveram a “história de vida” da celibatária, conforme os anos. A primeira foi publicada no jornal *A Idea Nova*, de Diamantina em 1909; a segunda, encontrei na Hemeroteca pública de Minas Gerais e foi publicada pela *Folha da Manhã*, de São Paulo, em 1928. Matérias como essas serviam também de advertência para que as mulheres não esnobassem pretendentes, encurtando seu período de solteirice.

A MULHER CONFORME A EDADE

Aos 12 anos, é crivalida que espera a luz do amor para tornar-se uma dourada borboleta.

Aos 13 é um poema lyrico a que falta a ultima estrophe.

Aos 14 é um hynno de harpa colia.

Aos 15 é um astro, em trono do qual rodopiam a graça, a harmonia e o amor.

Aos 16 é uma estatua de madona que procura o coração de homem para delle fazer o seu altar.

Aos 17 é um cofre adamantino que guarda “algumas jóias”.

Aos 18 uma poética noite de estilo illuminada pelo doce clarão das estrelas.

Aos 19 é uma tarde, cujo perfume embalsama muitos corações.

Aos 20 é uma harmonia de Lamartine urgida pelo de Julia.

Aos 21 é a Vésper chorando sobre o balcão de Julieta.

⁷⁹ PERROT, M. op. Cit. 1991, p.293 e 299

Aos 22 **é uma lágrima da noite, banhando um tumulto de virgem.**

Aos 23 é um raio prateado a serpentear por "lindos vergeis".

Aos 24 é uma pendula entre a duvida e a esperança.

Aos 25 é uma harmonia de Cellini, cantada em noite de luar, mas que não encontra ouvintes.

Aos 26 é uma última edição de um romance que gozou fama.

Aos 27 é uma dhalia que ainda conserva o aroma dos salões.

Aos 28 é uma estrella que se apaga ao clarão das alvoradas.

Aos 29 é um sol envolvido em brumas.

Aos 30 é a terna aureola do manto do crepúsculo.

Aos 31 é o crepúsculo abraçado com a treva.

Aos 32 é uma lyra cujas cordas começaram a partir-se.

Aos 33 **é a crença religiosa, na falta da crença do amor.**

Aos 34 é um berço de embalar creanças.

Aos 35 é um tape de violetas, depois de três noites de baile.

Aos 36 é uma palavra que não tem rima no dictionario dos moços.

Aos 37 é um evangelho a pregar contra as moças.

Aos 38 é o Argus de uma casa.

Aos 39 **é um purgatório das sobrinhas.**

Aos 40 é a cartilha do padre Ignácio.

Aos 41 é uma ponteira que tudo aponta.

Aos 43 é um ninho que os passarinhos abandonaram.

Aos 44 é um ponto de admiração em tudo que vê.

Aos 45 é uma lâmpada que não tem óleo.

Aos 46 **é uma palmeira infructifera cujas palmas vão tombando.**

Aos 47 é um álbum estragado.

Aos 49 é uma saudade debruçada sobre uma cama.

Aos 50 é um tumulto cheio de ilusões murchas.

NOTA – É por isso que não há moça solteira que confesse ter mais de 22 annos! (grifos meus)

ANNAES DUMA SOLTEIRONA

15 annos: - **Arde em desejos** de crescer para chamar a attenção dos homens.

16: Começa a ter uma vaga idéa daquillo que se chama uma **paixão.**

17: Fala a sério do "**amor e uma cabana**", achando sublime uma affeição puramente idealista, isenta de qualquer interesse.

18: Sonha com um bello e elegante rapaz que teve occasião de ser attencioso com ella.

19: **Torna-se exigente na sua escolha**, porque se vê cada vez mais requisitada.

20: Começa a ser a "**mulher da moda**" e acha que deve mostrar-se orgulhosa da sua belleza e attrativos.

- 21: Convence-se do prestígio dos seus lindos olhos e imagina um **casamento fortunoso e brilhante**.
- 22: Rejeita um excelente partido porque o pretendente não é propriamente o "homem da moda".
- 23: Provoca mais ou menos todos os homens.
- 24: Admira-se de não ter ainda casado.
- 25: Torna-se mais sisuda e prudente.
- 26: Começa a acreditar que possa perfeitamente dispensar um marido rico - contando que consiga casar.
- 27: Prefere o convívio dos homens sérios às homenagens provocadas pela faceirice.
- 28: Limita-se a desejar uma união modesta, com o bastante para viver.
- 29: Principia a **perder as esperanças de casar**.
- 30: Principia a **recear que lhe chamem "solteirona"**.
- 31: Veste-se e enfeita-se a capricho, sem descurar o menor detalhe de toilette.
- 32: Finge gostar pouco de dançar e queixa-se da dificuldade que há em se encontrarem homens que dancem bem.
- 33: Extranha que os homens desprezem a companhia de uma mulher ajuizada, preferindo galantear meninas de cabeça no ar.
- 34: Finge uma alegria, um bom humor extraordinário quando conversa com os homens.
- 35: **Inveja e detesta todas as mulheres** de que lhe falam com admiração ou simples sympathia.
- 36: **Fica de mal com a sua melhor amiga, porque esta vai casar**.
- 37: Sente-se um tanto **só no mundo**.
- 38: Gosta de se referir, em conversa, às amigas que fizeram máus casamentos.
- 39: O seu **máu humor** agrava-se consideravelmente.
- 40: **Torna-se curiosa e intrigante**, accentuando-se-lhe estes defeitos de dia para dia.
- 41: Como **é rica**, vem-lhe a esperança de apanhar para marido algum rapazola pobre.
- 42: Perde esta última esperança e principia a bramar contra o seu sexo, vaidoso e perfido.
- 43: **Torna-se preguiçosa e mexeriqueira**.
- 44: Passa a encarar com extrema severidade os costumes da época.
- 45: Apaixona-se de repente por um bello tenente que se acha em gozo de licença e é seu sobrinho em terceiro ou quarto gráu.
- 46: O casamento de mais este predilecto do seu coração com uma creatura moça e formosa enche-a de **despeito e raiva**.
- 47: Começa a desesperar do futuro e a tomar chá.

- 48: Concentra todas as suas faculdades affectivas em **seis gatos** e outros tantos cachorrinhos⁸⁰.
- 49: Recolhe em sua casa uma parenta pobre para que lhe trate dos animaes e suporte o peso do **seu máu genio**.
- 50: Retira-se completamente do mundo. E alguns annos depois **fallece, sem que ninguém sinta a sua morte**.(grifos meus)⁸¹

A caricatura da celibatária se completa: ela tem uma aparência física (feia, velha, viragos); uma idade (acima dos 30 anos); um capital escolar (professora); uma condição sócio-econômica (és rica, independente) uma personalidade (amarga, invejosa, rancorosa, egoísta, mal humorada, intrigante, preguiçosa, mexeriqueira, moralista); um corpo defeituoso (casto que não gerou filhos, não se integrou à biologia); uma história psicológica (de soberba e frustração, sem esperança), por fim, um nome, “solteirona”. A *solteirona* foi assim uma categoria produzida para dar sentido a um tipo de mulher que escapava ao ideal dominante. Ela era a imagem em negativo da “verdadeira mulher” e uma forma de combater o celibato empurrando as mulheres para o casamento pelo receio de cair no temido estereótipo.

Penso que todo o “ódio”, que não provém de, mas é dirigido à mulher celibatária, não se deve a que ela seja má, mas que ela mostrava que era possível uma vida fora da união conjugal sem destinar suas vidas exclusivamente ao casamento e à maternidade. Ela era o exemplo corporificado de um “desvio” de leis naturais e divinas, do destino biológico e social traçado para as mulheres. Enquanto materialização de uma outra forma de existência que, por si, era questionadora das relações de poder no casamento e sob o corpo feminino, a celibatária estava em todo lugar: na escola, em casa, no cinema, nos escritórios, no supermercado, na igreja, no banco, na universidade, etc., exemplo visível que precisava ser extirpado, ou pelo menos camuflado sob a roupagem de um ser repugnante e desprezível, mas de quem se deveria ter misericórdia. Não é à toa, conforme observou Maria Clementina Pereira da Cunha, que “mulheres que se furtavam ao seu papel ‘natural’, que insistiram em viver suas escolhas, que não se conformaram

⁸⁰ O gato é visto como animal preferencial para fazer companhia a pessoas solitárias, principalmente às solteironas. Segundo Ian Watt, “*tabby*” foi uma designação depreciativa de solteirona, antes de significar um simples gato rajado. (op.cit. 1996, p.128).

⁸¹ FOLHA DA MANHÃ, São Paulo, domingo, 6 de maio de 1928

ao papel que lhes era destinado” eram consideradas loucas e internadas nos asilos. Por isso, o celibato feminino foi muitas vezes identificado “como um ‘sintoma’ ou, por vezes, como a ‘origem’ de um mal maior e quase sempre incurável: ele, às vezes, leva as mulheres à loucura, mas sempre produz infelicidade e frustração”⁸². Nesse sentido, observa Cécile Dauphin:

Da ameaça à injúria, o estereótipo da solteirona tem longa vida. Sem prejudicar uma data de nascimento precisa, vemos pouco a pouco a partir do século XVII, proliferar uma personagem sob a qual se cristalizam todos os medos da autonomia feminina, sexual, social, econômica e intelectual. Quaisquer que sejam os traços particulares de sua fisionomia, de seu caráter, de sua psicologia e de sua vida social, a solteirona faz sempre referência a um desvio com relação ao ideal feminino, ideal definido por um estatuto jurídico, por uma concepção de amor, por um determinismo biológico ou pelos códigos de beleza feminina⁸³.

A solteirona surgiu discursivamente como um tipo jocoso, inferiorizado, desigual e infeliz de mulher, mas que é também uma “torção”, uma fissura no arquétipo idealizado de mulher e, por isso, é um desacato e um dos pontos de resistência à função “natural” de mãe-esposa e, nesse aspecto, ela excedia a seu assujeitamento. Conforme ressalta Cécile Dauphin, “a acumulação dos defeitos físicos e morais visa a demonstrar como o ser que ‘ofende a natureza’ e ‘engana sua destino’ deve ser rejeitado fora do núcleo social, pois ele o ameaça de dissolução”⁸⁴. Assim, a colocação da mulher celibatária em discurso e sua transformação na imagem da *solteirona*, fizeram parte de um dispositivo de poder que pretendia num mesmo movimento criar um modelo ideal e naturalizado de mulher, capturada pelas “armadilhas do casamento”, e combater as formas de resistências surgidas. Para combatê-la foi preciso

⁸² CUNHA, M. C. P. op. Cit., 1989, p. 125.

⁸³ DAUPHIN, C. op. Cit. 1984, p. 227. No original: “De la menace à l’injure, le stéréotype de la vieille fille a longue vie. Sans préjuger d’une date de naissance précise, nous voyons peu à peu à partir du XVIII^e siècle se profiler un personnage sur lequel se cristallisent toutes les peurs de l’autonomie féminine, sexuelle, sociale, économique et intellectuelle. Quels que soient les traits particuliers de sa physionomie, de son caractère, de sa physiologie et sa vie sociale, la vieille fille fait toujours référence à une déviance par rapport à l’idéal féminin, idéal défini par un statut juridique, par une conception de l’amour, par un déterminisme biologique ou par des codes de beauté féminine ».

⁸⁴ Id. Ibid. p. 219. No original: “L’accumulation des défauts physiques et moraux vise à démontrer comment l’être qui ‘offense la nature’ et ‘trompe sa destination’ doit être rejeté hors du noyau social, car il menace de dissolution ».

torná-la conhecida, classificá-la, mapeá-la, enfim, instituí-la no real. Inteligível a *solteirona* pôde ser usada, de outra parte, como mecanismo de coerção para convencer as mulheres a aderirem à um tipo desejado de conjugalidade, de sexualidade e de família. Para tanto, restava ainda que essa imagem ganhasse literalmente corpo. Essa tarefa coube, sobretudo, ao discurso médico-científico que, com a patologização da mulher insatisfeita sexualmente, procurou produzir o corpo celibatário.

CAPÍTULO 7

O CORPO CELIBATÁRIO

– Mãe Nácia, quando a gente renuncia a certas obrigações, casa, filhos, família, tem que arranjar outras coisas com que se preocupe... Senão a vida fica vazia demais...
– **E para que você torceu sua natureza? Por que não casa?**¹

O celibato e, conseqüentemente, a representação da *solteirona*, ganhou aos poucos outros contornos e significados, quando entrou em cena o discurso médico-científico preocupado com as questões demográficas, com a eugenia, com a vagância sexual associada às doenças venéreas, com a ameaça ao casamento que ele representava e principalmente com a sexualidade reprodutiva. O celibato foi considerado um tempo marginal porque não estava em conformidade com a natureza. Assim, ele não era mais apenas um estado inconveniente, propício ao pecado, mas, sobretudo no caso das mulheres, era um desvio da biologia, uma torção da natureza como questionou Dona Inácia, na epígrafe, à Conceição, a professora celibatária de Raquel de Queiroz. Conforme Arlette Farge, o celibato encontrou-se “rodeado de um discurso médico relativamente inquieto que absorve suas informações e suas recomendações ao lado da necessidade demandada ao corpo de compensar a esse estado de deficiência natural”². Ele passou a ser um perigo constante à saúde das mulheres.

¹ Diálogo entre Conceição e Dona Inácia, personagens de Raquel de Queiros em “O Quinze” (Op. Cit. p.124).

² FARGE, A. Les temps fragiles de la solitude des femmes à travers le discours médical du XVIII^e siècle. In : FARGE, A. DAUPHIN, C. Op. Cit. p.257.

O casamento e a maternidade, conforme tenho assinalado, foram concebidos como uma vocação inata que constituiu a natureza feminina e que, por sua vez, definia a “verdadeira mulher”, instaurando a diferença não apenas social, mas também biológica entre as mulheres. No discurso médico analisado aqui, o elemento que estabeleceu as linhas divisórias, produzindo a diferença foi, sobretudo, a prática heterossexual reprodutiva. Ela foi demarcadora das fronteiras entre as mulheres e seus corpos. Dessa forma, se imaginarmos um esquema contínuo teríamos numa ponta a *solteirona* ausente de tal prática, na outra ponta, a *prostituta* que faz uso em excesso; e, no centro, o referente, constituído pela *esposa/mãe feliz* que representava o equilíbrio; ou seja, uma prática sexual sadia, útil, regular, regulamentada pelo casamento e com uma finalidade nobre: a maternidade. A *solteirona* e a *prostituta* (que agora entrou em cena) foram, assim, a diferença arremessada à posição de margens; e, nessa posição foram consideradas perigosas, pois se constituíam numa ameaça à estabilidade do centro³. Ao escapar à sua condição natural ou torcer sua natureza, a celibatária teve conseqüências que se encravaram em seu corpo. Ao não se casar, ela seria, então, punida pela natureza e a sanção freqüente foi a doença⁴ que deforma, perturba e danifica o corpo. A patologização da mulher insatisfeita sexualmente pelo discurso médico-científico foi, assim, uma forma de manter a desigualdade, não apenas entre homens e mulheres, mas também entre as mulheres e de assegurar a sexualidade reprodutiva.

Nesse sentido, tornou-se necessário nesta pesquisa compreender como a *solteirona* ganhou literalmente corpo através dos enunciados médico-científicos, pois, conforme Navarro-Swain, “o sujeito aparece na medida em que se corporifica”⁵. Este sujeito, diz Tereza de Lauretis, que “é o lugar no qual, o corpo em quem, os efeitos significantes do signo se fixam e se realizam”⁶.

³ Sigo aqui Mary Douglas apud Butler. Douglas sugere que “todos os sistemas sociais são vulneráveis em suas margens e que todas as margens, em função disso, são consideradas perigosas”. (cf. BUTLER, J. op. Cit., 2003, p.180)

⁴ FARGE, A. Op. Cit. 1984 p.259.

⁵ NAVARRO-SWAIN, T. A invenção do corpo feminino. Op. Cit. p.69

⁶ DE LAURETIS, T. Tecnologias de gênero. Op. Cit.

7.1 – O Sexo-sujeito: o discurso médico-científico

O período que vai dos finais do século XIX até o final dos anos 1920, conforme Jane Araújo Russo e Sérgio Luís Carrara, foi de crescente divulgação de um discurso sobre o sexo no Brasil, marcado pela agitação em torno daquilo que ficou conhecido como a “questão sexual”⁷. Esse período testemunhou também a expansão da sexologia, disciplina que chamou para si os temas vinculados à sexualidade, à vida íntima, à educação e aos aconselhamentos sexuais. Esses temas ganharam terreno devido à importância e a preocupação com a descendência sadia, a procriação e, ao mesmo tempo, o controle da natalidade e o prazer sexual que passou a ser percebido como elemento fundamental para assegurar a felicidade conjugal. As obras e manuais sobre tais temas alcançaram grande sucesso editorial no Brasil, onde publicaram-se trabalhos do sexólogo inglês, Havelock Ellis, considerado um dos fundadores da sexologia moderna; da paleobotânica inglesa Mary Stopes, autora de *Amor e Casamento*, livro que, conforme Russo e Carrara, tornou-se “uma espécie de libelo em prol do controle da natalidade, da educação sexual e da valorização do sexo no casamento”; do psiquiatra neurologista suíço, Augusto Forel, a quem já me referi; do ginecologista alemão, Theodor Van de Velde e de outros estrangeiros como Gilbert Van Tassel Hamilton, Fritz Khan e Wilhem Stekel; além das obras de médicos e sexologistas brasileiros⁸. Na Inglaterra, os sexologistas foram também as principais figuras do que Sheila Jeffreys chamou de anti-feminismo que se mobilizou em torno do combate ao celibato feminino

⁷ RUSSO, J. A.; CARRARA, S. L. A psicanálise e a sexologia no Rio de Janeiro de entreguerras: entre a ciência e a auto-ajuda. op. Cit.

⁸ Id. Ibid. André Béjin considera que a sexologia teve dois nascimentos. O primeiro na segunda metade do século XIX e a referência principal são as obras de Heinrich Kaan e de Krafft-Ebing; nesse primeiro momento, que Béjin chamou de proto-sexologia, a preocupação central era os “diferentes obstáculos ao funcionamento ótimo da sexualidade reprodutiva: doenças venéreas, ‘aberrações sexuais’, técnicas contraceptivas” e o eugenismo; dessa forma a sexologia não se distanciava nitidamente da psiquiatria, da medicina legal e da urologia. O segundo nascimento da sexologia, ou seja, a sexologia atual, ocorre nas três décadas que seguiram a primeira grande guerra (1922 e 1948) e os principais nomes serão Wilhelm Reich e A. C. Kinsey. Nesse momento a sexologia se afasta das outras disciplinas da medicina ao circunscrever e definir como seu problema central o *orgasmo*, por isso Béjin a nomeia de orgasmologia (Cf. BÉJIN, A. C. Crepúsculo dos psicanalistas, manhã dos sexólogos. 1985, p.210-235). Os textos que analisei para este capítulo estão amplamente ancorados nos enunciados da proto-sexologia (primeiro momento), sendo a maioria dos autores especialista de uma disciplina da medicina.

defendido por muitas femininas inglesas como estratégia na luta contra a dominação sexual masculina, conforme assinala no capítulo 5. A maior mudança imprimida por esses sexologistas nos anos de 1920, segundo Jeffreys, foi sem dúvida, a erotização da mulher casada, tendo como princípio de que o casamento ideal tinha como *locus* a relação sexual⁹. Esses especialistas serviram de inspiração para os médicos brasileiros e para criação da sexologia no Brasil.

Os primeiros profissionais brasileiros que se auto-designavam como sexólogos surgiram nos anos de 1930, dentre eles o médico carioca José de Albuquerque, o mais atuante e maior divulgador da disciplina no Brasil na primeira metade do século XX. Do empenho de José de Albuquerque, Ribeiro e Reis destacam a criação do Círculo Brasileiro de Educação Sexual (CBES), em 5 de julho de 1933 no Rio de Janeiro, que reunia intelectuais interessados em estudar e divulgar questões ligadas à sexualidade e à educação sexual. O CBES organizava reuniões culturais, conferências, campanhas de educação sexual, cursos populares sobre sexologia, produzia filmes e editava diversas publicações. De 1933 a 1939, editou o *Boletim de educação sexual*, que circulou em todo território nacional, com artigos e notas informativas para o público em geral. Em 20 de novembro de 1935, instituiu o *Dia do Sexo*, comemorado pelo CBES com a colaboração de várias rádios e a primeira execução de um “Hino à educação sexual” escrito pelo próprio Albuquerque. Em 1936, o CBES instituiu um prêmio para o melhor livro de educação sexual. A paulista Alice Moreira foi a primeira vencedora, com o livro *Educação sexual: garantia de felicidade no lar*, publicado no ano seguinte¹⁰.

Apesar de sua vasta produção, e publicação José de Albuquerque nunca pertenceu a qualquer das prestigiosas sociedades médicas brasileiras, e a sexologia da primeira metade do século XX surgiu estigmatizada e como especialidade menor no campo médico¹¹. Não obstante, conforme Russo e

⁹ JEFFREYS, S. *The spinster and her enemies*. op. Cit.

¹⁰ RIBEIRO, P. R. M; REIS, G. V. José de Albuquerque e a educação sexual nas décadas de 1920-1950: um estudo bibliográfico. Disponível em <<http://www.anped.org.br/26/posteres/paulorenesribeiro.rtf>> Acesso em jun./2005.

¹¹ Da vasta produção de José de Albuquerque faz parte Introdução ao estudo da pathologia sexual (1928); Higiene sexual (1929); Educação sexual (1934); O perigo venéreo na paz, na

Carrara, os discursos sobre sexo foram produzidos e articulados, sobretudo, pelos médicos. “Tais discursos emergiam de uma espécie de nebulosa, cujos vapores emanavam da agitação que a ‘questão sexual’ produzia em diferentes pontos do campo intelectual”¹². Conforme esses autores, de modo um tanto inconsistente, a “questão sexual” referia-se:

(...) à percepção de que certas instituições (principalmente o casamento) e valores (principalmente os que equacionavam sexo e imoralidade) eram inadequados ou até mesmo danosos, tendo como conseqüência a proliferação de um conjunto de males sociais que iam da prostituição às doenças venéreas, da pornografia à corrupção de menores, da esterilidade à decadência das nações¹³.

Visto como causa de doenças venéreas no caso dos homens, ou de ameaça à procriação e a saúde no caso das mulheres, o celibato – representado pela promiscuidade ou pela abstinência sexual –, considerado anti-natural e perigoso, também foi tema do discurso médico-científico preocupado com a “questão sexual”. Assim, conforme Maria Izilda Matos, o cientificismo do período “permitiu os médicos expandir o controle sobre a vida de homens e mulheres, normatizando os corpos e os procedimentos, disciplinando a sociedade, ordenando a sexualidade e os prazeres”¹⁴. Em Minas Gerais esses discursos circularam por meio da imprensa através do número elevado e variado de livros publicados pelas grandes editoras nacionais como a Civilização Brasileira e a Companhia Editora Nacional¹⁵; de matérias publicadas em jornais e revistas algumas assinadas por José de Albuquerque, e mais tarde também por colunas como os consultórios

guerra e no pós guerra: utilidade da educação e profilaxia antivenéreas nas classes armadas e suas vantagens para as populações civis (1941); Catecismo da educação sexual: para uso de educandos e educadores (1940); Para nossos filhos varões quando atingirem a puberdade (1935a); A educação sexual pelo rádio (1935b); e Pinacoteca de educação sexual do Círculo Brasileiro de Educação Sexual (1938). O sexo em face do indivíduo, da família e da sociedade(1936) (Cf. RIBEIRO; REIS, op. Cit.) Sobre os inúmeros títulos internacionais que ele recebeu Cf. RUSSO; CARRARA, op. Cit.

¹² RUSSO, J. A.; CARRARA, S. L. op. Cit. p. 274

¹³ Id. Ibid.

¹⁴ MATOS, M. I.S. Delineando corpos: as representações do feminino e do masculino no discurso médico. 2003, p.109.

¹⁵ Encontrei vários livros dos médicos e sexólogos estrangeiros citados no início deste capítulo em sebos da capital e de Montes Claros, cidade do interior mineiro.

sentimentais de *Alterosa*. Circularam também, embora de forma mais restrita e direcionado a um público específico, por meio da Faculdade de Medicina criada em Belo Horizonte em 1911. Dessa forma, a maior parte das fontes selecionadas e analisadas neste capítulo foram recolhidas no Centro de Memória da Medicina de Minas Gerais (CEMEMOR/MG), que reúne em seu acervo teses de medicina, obras raras e bibliotecas particulares de alguns médicos/professores pioneiros da Faculdade como Hugo Werneck e Washington Pires. Tais fontes apontaram para os paradoxos da castidade feminina, a inserção obrigatória das mulheres numa prática heterossexual, preferencialmente disciplinada pelo casamento e objetivando a maternidade. Nesse sentido, argumento que, ao escapar à apropriação privada de seus corpos pelo uso exclusivo da maternidade e da prática heterossexual obrigatória, não cumprindo seu suposto destino biológico, ao “torcer sua natureza”, as celibatárias tiveram seus corpos produzidos como defeituosos, doentes e inúteis¹⁶. Essa produção faz parte do funcionamento do “dispositivo da sexualidade” e da instituição da “heterossexualidade compulsória” que constroem seres humanos e corpos em sujeitos sexuados. Ela foi também uma forma de coerção à conjugalidade e um de seus elementos: a sexualidade reprodutiva.

7.1.1 – A sexualidade reprodutiva.

Nos volumes da *História da sexualidade*, Michel Foucault contesta a “hipótese repressiva”, argumentando que as sociedades modernas não inauguraram um período de intensa repressão ao sexo, reduzindo-o ao mínimo que permitissem a reprodução. Ao contrário, houve uma incitação a falar de sexo através de instituições como a igreja, a família, o consultório médico, a escola e, em nome de saberes que se desenvolveram nos séculos XVIII e XIX,

¹⁶ Conforme assinalo em capítulos anteriores, Colette Guillaumin analisa detalhadamente a relação de apropriação das mulheres no patriarcado. Para ela, as expressões particulares dessa relação de apropriação são: a apropriação do tempo; a apropriação dos produtos do corpo (nesse caso os filhos); a obrigação sexual e; a carga física dos membros inválidos do grupo familiar. Ao não se casar, as celibatárias escapavam às três primeiras formas, mas não escapa da última; pelo contrário, a ocupação dos outros, manifestada muitas vezes na maternidade pela adoção, será uma forma de alcançar algum valor e prestígio social e fugir ao estereótipo da solteirona frustrada e enraivecida. Cf. GUILLAUMIN, C. op. Cit. p. 20.

como a psiquiatria, a biologia, a medicina, a demografia, a moral e a pedagogia. As proibições e regulamentações que apareceram na sociedade moderna, ditadas por instituições e por autoridades religiosas e científicas, longe de constranger a sexualidade, instigaram e estimularam a colocá-la em discurso como forma de instaurar todo um aparelho para produzir a verdade sobre o sexo, tornando-o o eixo definidor e inteligível das pessoas: o *dispositivo da sexualidade*¹⁷.

Com toda a atenção à sexualidade, a sua colocação em discurso estaria ordenada, segundo Foucault, no sentido de criar “um conjunto de técnicas para maximizar a vida” (tecnologias do sexo), e em função da preocupação em “proporcionar uma sexualidade economicamente útil e politicamente conservadora”, ou seja, inseri-la em um sistema de utilidade. Emergiu todo um conjunto de “sexualidades periféricas”, que deveriam ser nomeadas, classificadas, listadas, com o objetivo de marcá-las negativamente e torná-las referências para a sexualidade reprodutiva. Multiplicam-se os discursos em torno de uma moral sexual, baseada em elementos como a castidade, a abstinência, a virgindade, a fidelidade e a sexualidade conjugal. Esse tipo de moral sexual, contudo, não se originou, segundo Foucault, com o cristianismo. Os filósofos pagãos, dos séculos que precederam e ultrapassaram a morte de Cristo, propuseram uma moral sexual onde estes elementos estavam presentes. A diferença fundamental era que esses elementos existiam como austeridade, característico do projeto de uma “estética da existência”¹⁸, enquanto que, no cristianismo, era organizado em termos de interdição, prescrição geral e universal à qual cada um e todos deveriam se submeter. Conforme Foucault, a exigência de austeridade implicada pela constituição do sujeito senhor de si mesmo “não se apresenta sob forma de uma lei universal (...) mas, antes de tudo, como um princípio de estilização da conduta para aqueles que querem dar à existência a forma mais bela e mais realizada possível”. Entre os gregos, a castidade, por exemplo,

¹⁷ FOUCAULT, M. *História da sexualidade 1*.1993, p.27.

¹⁸ “(...) uma maneira de viver cujo valor moral não está em sua conformidade a um código de comportamento nem em um trabalho de purificação, mas depende de certas formas, ou melhor, certos princípios formais gerais no uso dos prazeres na distribuição que deles se faz, nos limites que se observa, na hierarquia que se respeita” (Id.Ibid. p.82).

apresentava-se como um desses princípios de estilização, uma “técnica de si” e não uma imposição moral, sobretudo às mulheres solteiras¹⁹. Além disso, como ressaltou Foucault, toda essa moral sexual estava direcionada aos homens e não às mulheres, consideradas adstritas, diferentemente da moral cristã e das sociedades ocidentais, que produziram, principalmente em torno das mulheres, toda uma reflexão moral das condutas sexuais e elaboração de saberes específicos sobre seu corpo²⁰.

A sexualidade tornou-se fator de inteligibilidade nas sociedades modernas, assim todas as pessoas, agora aprisionadas em corpos naturalizados e sexuados, estão obrigadas a uma prática sexual, pois é ela que define o sujeito, lhe atribui uma identidade, um significado e um lugar no mundo. Na crônica analisada no capítulo anterior, “A Tragédia das Solteironas”, publicada na *Revista da Semana*, o autor Berilo Neves, ao final, recomenda à Arabela, personagem solteirona da crônica e sua co-enunciadora:

A leitura, a meditação, o trabalho artístico não substituem um marido mas ajudam a esquecer a sua falta... Depois dos 40 anos, o **império da Biologia** se abrande e adoça. A natureza bem sabe que seria uma tortura innominável estar, toda a vida, sob a **tyrannia brutal do sexo**. E na mulher – em que as manifestações do sexo são mais delicadas – esse período de tyrannia é, pelo menos, dez anos menor do que no homem²¹.
(grifos meus)

Vemos no enunciado o funcionamento do *dispositivo da sexualidade*. O sexo e as pulsões sexuais, vistos como naturais, se impõem ao indivíduo independentemente de sua vontade, impreterivelmente: “o império da Biologia”. A palavra “tyrannia” – reforçada pelo advérbio de intensidade “brutal” – indica que o indivíduo vive sob as determinações de seu sexo. Conforme Tânia

¹⁹ Sobre isso Cf. FOUCAULT, M. O Combate da castidade. In: ARIÈS, P.; BEJIN, A. *Sexualidades Ocidentais*. Op. Cit. p.25-38.

²⁰ Conforme Foucault, “(...) a reflexão sobre o comportamento sexual como campo moral não constituiu entre eles [os gregos] uma maneira de interiorizar, de justificar ou de fundamentar em princípios certas interdições gerais impostas a todos; foi sobretudo uma maneira de elaborar, para a menor parte da população, constituída pelos adultos livres do sexo masculino, uma estética da existência, a arte refletida de uma liberdade percebida como jogo de poder” (Id. Ibid. p. 220)

²¹ NEVES, B. op. cit. 1937.

Navarro-Swain, “os grilhões não estão na repressão, mas no dever de uma prática sexual qualquer”²².

O pressuposto do enunciado é a heterossexualidade compulsória, e de que todas as pessoas inevitavelmente têm pulsões sexuais. Mais uma vez, é a naturalização de determinações históricas e socialmente estabelecidas. “Em que me torno, quando me ausento da sexualidade, que ser monstruoso é este, cujos anseios não passam necessariamente por práticas genitais?”, pergunta-se Tânia Navarro-Swain²³. Nesse caso, as solteironas foram pensadas como seres monstruosos, na acepção da autora, não pela ausência de desejos sexuais, mas justamente pela impossibilidade de realizá-los, uma vez que a castidade delas é também outro pressuposto do enunciado. A insatisfação dos desejos sexuais, o recalque conforme a teoria de Freud, passou a ser vista por médicos e sexologistas, como causa de diversas perturbações físicas e mentais conforme veremos mais adiante.

O enunciador do texto em análise também construiu diferenças de gênero a partir de sentidos cristalizadores de representações sociais sobre as mulheres, ligadas à sua suposta sexualidade exacerbada: “E na mulher – em que as manifestações do sexo são mais delicadas” disse ele. Desde a lendária Eva, a volúpia foi uma das matrizes de inteligibilidade do feminino enquanto marcas de um “pecado original”. Assim, a mesma natureza que determinou a intensidade ou império do sexo sobre os indivíduos, por sua sabedoria, determinou também um período mais curto de desejos e pulsões sexuais nas mulheres em relação aos homens. Seus desejos irrealizáveis, por maior tempo, causariam maiores sofrimentos para si, e maiores perigos para os outros. Conforme observa Magali Engel, no discurso médico, o organismo da mulher era definido “como fisiologicamente mais propenso à perversão sexual do que o masculino, pois, ao dotá-lo de um forte instinto de procriação, a própria natureza havia gerado o caráter ambíguo da sexualidade feminina”. Nesse sentido, os instintos sexuais no corpo feminino eram mais aguçados e incontroláveis em função da necessidade de reprodução. Para realizá-los, as únicas alternativas seriam na condição de esposa/mãe (sexualidade sadia) ou

²² NAVARRO-SWAIN, op. cit. A invenção do corpo feminino. 2000, p.70.

²³ Id. Ibid.

de prostitutas (sexualidade doente)²⁴. Nestas condições dadas, a celibatária não poderia realizar seus “instintos sexuais”, tendo como consequência o nervosismo, a irritabilidade, a raiva e o ódio lançado sobre os outros.

O enunciador recomenda a leitura, a meditação e o trabalho artístico – atividades comumente prescritas pelos médicos do período, principalmente, os trabalhos manuais – que seria uma forma de esquecer a falta de marido. A palavra marido, no enunciado indica, assim, o desejo sexual das mulheres. Nesse sentido, o que seria a “Tragédia das Solteironas” afirmativa que dá título à matéria? A tragédia da solteirona era não ter um marido, ou, ou que o marido representa nesse discurso: a possibilidade de inserção das mulheres numa prática sexual. Não em uma prática qualquer, mas a heterossexual, disciplinada pelo casamento e útil para a sociedade.

Continua ele: “Vencida a phase aguda da mocidade” – ou seja, o período em que se está sob o império da biologia dos desejos sexuais – “o resto é um crepúsculo que bem pode vir a tornar-se em luar de consolo e de beleza, numa vida feminina”. Isto é, resignar-se à castidade e dedicar o resto de vida que lhe sobra à caridade, aos outros, sendo de alguma forma útil a alguém: “Pode-se escrever um livro, em vez de dar um filho ao paiz. Pode se plantar uma roseira...”. O sentido é, portanto, de que as mulheres deveriam ser socialmente úteis aos outros e a pátria, conforme assinali em capítulo anterior. Se elas não podiam dar um filho ao país, seu dever como cidadã e sua função social como mulher, então deveriam fazer qualquer outra coisa para ter ou dar uma funcionalidade à sua existência e ao mesmo tempo aliviar as tensões dos desejos sexuais não realizados, do seu fracasso e frustração na batalha por um marido e pela ausência de amor. Por fim conclui seu discurso:

Em vez de estar, ahi, a ler estes conselhos insonso, por que vae à praia fazer um pouco de gymnastica ou tomas alguns minutos de sol? Muitas vezes a felicidade humana está debaixo de uma barraca de praia... Entre os poetas é que ella não costuma estar. Evite idéas tristes, e procure nadar 500 metros em linha recta. O mar é a fonte da vida e o fornecedor universal das perolas. Que V. pesque, naquellas águas profundas, o **marido do seu sonho** e da sua alma, é o que lhe deseja, em nome da **Biologia**; da **Tradição** e da **Igreja**, o seu servo humilde. (grifos meus)

²⁴ ENGEL, M. O médico, a prostituta e os significados do corpo. In: VAINFAS, R. *História da sexualidade no Brasil*. 1986, p.174.

O marido do sonho, a que se refere o enunciador, é certamente o consolo, a resignação de uma vida como solteirona que o ato de confessar-se conduz. Isso significa a constituição de um modo de vida, uma postura de corpo, uma estética, um tipo de trabalho, de leitura, de funcionalidade. Ser a solteirona do tipo de Arabela, co-enunciadora neste discurso que, embora não tenha se casado e nem tenha sido mãe, não oferecia maiores perigos à sociedade. Isso significava conformar-se ao único papel socialmente destinado a uma mulher com mais de 30 anos que não tinha um marido ou um filho: a assistência gratuita e integral a outrem, representado pela família e pela caridade. O autor da *Revista da Semana* finalizou, então, seu discurso utilizando o argumento de autoridade, da “biologia” (discurso científico), da “tradição” (discurso da cultura) e da “igreja” (discurso religioso). As mulheres celibatárias, produzidas como “solteironas”, eram, assim, subversivas de leis naturais, culturais e divinas; ou em último caso, elas não colaboravam com a relação de apropriação privada das mulheres pelo contrato de casamento e pela família conjugal.

Na sua “Contribuição ao estudo da Continência” apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, o Dr. Manoel Maurício Sobrinho alertava que todos deveriam “compenetrar-se da seguinte verdade: *‘L’homme a besoin de la femme, la femme a besoin de l’homme*”; e acrescentou, “os que não estão sob a dependência d’este princípio, são *physicamente* ou *mentalmente* doentes – são seres fracos ou anormais”²⁵. A percepção da celibatária enquanto figura desviante, a produção da sua anormalidade e do seu corpo como doentio/neurastênico se deveu à sua ausência numa prática sexual, única forma do sujeito afirmar sua existência e lugar no mundo. Um mundo binário já que o pressuposto do enunciado é a heterossexualidade compulsória apresentada como preferência sexual e impulso “instintivo e

²⁵ MAURICIO SOBRINHO, M. *Contribuição ao estudo da Continência*. These apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro: Papelaria Sol, 1911, p.87. Acervo Washington Pires – CEMEMOR/MG.

natural” de um sexo por outro²⁶. Nesse sentido, o médico explicitou uma das proposições que o orientou na elaboração da sua tese:

Em virtude d’esta lei natural, um sexo é attrahido pelo outro por um sentimento que constitue a mais violenta das paixões e a natureza obriga que as coisas se passem assim, afim de que novas gerações, armadas de força e de vitalidade, surjam em estado de manter-se na lucta pela vida²⁷.

Adriane Rich argumenta que o discurso, como este, da natureza da heterossexualidade faz com que seja ignorada toda uma máquina de convencimento social, pois, ela é imposta, dirigida, veiculada, propagada e mantida pela força. Assim, afirma essa autora, “eu quero dizer que a heterossexualidade, como a maternidade, deve ser reconhecida e analisada como instituição política”²⁸. A enunciação do Dr. Maurício Sobrinho acima foi não apenas a heterossexualidade, mas sobretudo, seu eixo reprodutivo, pois conforme Navarro-Swain, “(...) realidade construída, a heterossexualidade é arauto da divina procriação, eixo reprodutor que justifica e interina a importância dada a um certo tipo de relação sexual, a “boa”, a “normal”²⁹.

7.2- Os paradoxos da castidade e da virgindade feminina

Magali Engel argumenta que, até fins do século XIX, o discurso dos médicos brasileiros sobre o sexo girava em torno de duas temáticas centrais e contrapostas: “a da *prostituição*, concebida como espaço da sexualidade doente, como lugar das perversões; e a do *casamento*, concebido como instituição higiênica e único espaço reconhecido da sexualidade sadia”, definida pela idéia de *prazer comedido*. Ou seja, o prazer nem excessivo, nem ausente, pois ele tinha por finalidade assegurar a “reprodução da espécie” e não ameaçar “a integridade do corpo”³⁰. A preocupação dos médicos, que se estendeu à primeira metade do século XX, foi principalmente com a “raça

²⁶ Sobre isso Cf. RICH, A. *La contrainte à l’hétérossexualité et l’existence lesbienne*. op. Cit.

²⁷ MAURÍCIO SOBRINHO, Op. Cit. p. 108.

²⁸ RICH, A. op. Cit. p. 20.

²⁹ NAVARRO-SWAIN, T. op. Cit. p. 2000, 59

³⁰ ENGEL, M. op. Cit. p. 171.

alegre e sã”, com a família higiênica e sadia, com a necessidade da higiene sexual em função do medo de doenças venéreas, como a sífilis, associadas à promiscuidade do homem celibatário, visto como aquele que “sofre muito mais no conjunto mórbido da sua sexualidade e da saúde em geral”³¹.

Se o *prazer excessivo* e o *prazer comedido* constituíam os temas centrais do discurso médico do final do século XIX, conforme assinalou Magali Engel, nos discursos das primeiras décadas do século XX, que analisei, o *prazer ausente*, representado pela abstinência sexual, também emergiu com maior força. Ele foi visto como algo novo ao corpo, à saúde física e mental das mulheres, sobretudo as celibatárias forçadas à castidade permanente. A castidade – um dos temas do *dispositivo da sexualidade* associado principalmente à moral sexual masculina – não se tratava, neste contexto, de uma mera economia ou domínio de si no uso dos prazeres³², mas, de uma imposição moral feita às mulheres.

Conforme assinalou Foucault, ao criar uma moral sexual que se impõe às pessoas em forma de códigos rígidos de conduta universal, ao tornar o sexo natural e reduzido à legitimidade matrimonial, domínio do privado e confiscado pela família, as relações sexuais fora do casamento tornaram-se ilícitas, imorais, pelo menos para as mulheres. Elas deveriam, assim, manterem-se castas até o casamento, ou para a vida toda, no caso daquelas que não conseguiam se casar, pois sua honra era determinada por sua virgindade. As estratégias discursivas que instituíam saberes sobre o corpo feminino, os cuidados e a vigilância sobre a honra e a virgindade feminina, fator preponderante para o matrimônio, se constituíram uma maneira de apropriação das mulheres, assegurando corpos puros para o uso exclusivo do marido e a serviço da maternidade sadia.

Nesse sentido, tornava-se cada vez mais necessário produzir conhecimentos sobre o corpo e o órgão sexual feminino que, por longo tempo, não se constituiu objeto de interesse específico da medicina. Até o século XVIII, conforme argumenta Thomas Laqueur, prevaleceu na medicina o modelo

³¹ AUSTREGESILO, A. *Neurastenia sexual e seu tratamento*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1928. Exemplar dessa obra encontra-se no CEMEMOR-MG.

³² Sobre a castidade como economia dos prazeres Cf. FOUCAULT, M. *Combates da castidade*. Op.cit.

de sexo único, percepção herdada dos gregos. Nesse modelo antigo, de um sexo, homem e mulher não seriam definidos por uma diferença intrínseca em termos de natureza, de biologia, de dois corpos distintos, mas, apenas em termos de um grau de perfeição. Dependendo da quantidade de calor atribuída a cada corpo, ele se moldaria, em termos mais ou menos perfeitos, em um corpo de homem quando o calor for suficiente para externalizar os órgãos reprodutivos, ou em um corpo de mulher quando o calor for insuficiente e os órgãos permaneceram internos. As diferenças seriam de grau, compondo uma hierarquia vertical entre os gêneros: os órgãos reprodutivos vistos como iguais em essência e reduzidos ao padrão masculino, assim, homens e mulheres seriam dotados de pênis e testículos. A diferença era que, na mulher, esses órgãos não foram externalizados, dessa forma “mulheres são homens virados para dentro”. Haveria, então, um só corpo, uma só carne, à qual se atribuíam distintas marcas sociais. Esse modelo, segundo Laqueur, prevaleceu até o Renascimento, quando se processou a passagem para o modelo de dois sexos, instituindo uma diferença radical entre homens e mulheres e não mais uma hierarquização³³. No entanto, a noção de submissão e passividade das mulheres ligada à idéia de ser o seu sexo interno prevaleceu. Yvonne Knibihler sublinha que, a partir de tal idéia, a literatura médica do século XIX procurou reduzir as mulheres seu sexo de onde “parecem derivar os traços mais salientes de seu caráter físico e moral”³⁴; pois ele é integrado a seu ser. Nesse sentido, os homens não são sexo, eles possuem um, as mulheres/fêmeas, ao contrário, SÃO³⁵.

³³ LAQUEUR, T. *Inventando o sexo.: corpo e gênero dos gregos a Freud*. 2001. Fabíola Rohden discorda de Laqueur no que diz respeito à sua interpretação sobre a diferença sexual, para ela Laqueur “não foi suficientemente sensível a certos aspectos fundamentais que revelam não apenas a ‘convivência’ de dois modelos, mas a natureza instável e perigosa da concepção de diferença entre os sexos elaborada pelos médicos do século XIX”. (Cf. RODHEN, F. *Uma ciência da diferença: sexo e gênero na medicina da mulher*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2001, p.20).

³⁴ Cf. KNIBIEHLER, Y. Les médecins et la “nature féminine” au temps du code civil. *Annales*. 1976, p.835 (citando Moreau no *Dictionnaire des Sciences médicales*). Conforme essa autora nos argumentos do médico francês Virey, um dos autores do *Dictionnaire des Sciences Médicales*, a mulher é submissa pelo e a seu sexo, “porque seu sexo é interior, integrado a seu ser, e comanda todos os seus órgãos. Id. Ibid. p. p.832

³⁵ GUILLAUMIN, C. op. cit. p. 52.

Fabiola Rohden observou que as correntes médicas predominantes na Europa sobre a reinterpretação do corpo feminino foram, em grande parte, fontes inspiradoras dos médicos brasileiros do final do século XIX e primeira metade do século XX³⁶, tais como as enunciações da nascente sexologia, conforme pude perceber nas teses analisadas. Assim, o Dr. José Geraldo Vieira afirmou em sua dissertação sobre *O instinto sexual* apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, que “na mulher a sujeição voluntária ao sexo forte é um phenomeno physiologico”, por isso, o masoquismo feminino seria uma “accentuação pathologica do instinto de submissão”. A medicina brasileira desse período, conforme Fabiola Rohden, “expressa uma preocupação singular com a delimitação do papel social da mulher” que girava em torno principalmente da maternidade, por isso, a sexualidade feminina passou a constituir um dos focos principais da atenção médica³⁷. A criação da ginecologia e os esforços empreendidos pelos “médicos de senhora” para difusão dessa especialidade clínica nas primeiras décadas do século XX é um dos exemplos³⁸. Maria Izilda Matos assinala que os médicos brasileiros “viam a mulher como produto do seu sistema reprodutivo, base de sua função social e de suas características comportamentais: o útero e os ovários determinariam a conduta feminina desde a puberdade até a menopausa”³⁹. Nesse sentido, ressaltava o médico José Geraldo Vieira que “(...) a mulher é um útero servido por organs”⁴⁰.

Não só o útero, mas a vagina tornou-se um órgão importante que deveria ser conhecido, descrito, analisado, classificado e cercado de cuidados, porque ele é “o labirinto irresistível dos prazeres” sexuais. O prazer sexual

³⁶ RODRHEN, F. op. Cit.

³⁷ RODHEN, F. *Uma ciência da diferença: sexo e gênero na medicina da mulher*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2001, p.95.

³⁸ Sobre os esforços dos médicos de senhora Cf. MARQUES, R. C. *A imagem social do médico de senhora no século XX*.op. Cit.

³⁹ MATOS, M., I. S. Delineando corpos: as representações do feminino e do masculino no discurso médico. In: MATOS, M. I.S.; SOIHET, R. (orgs.) *O corpo feminino em debate*. 2003, p.114.

⁴⁰ VIEIRA, J. G. *O instinto sexual*. Dissertação apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Empresa Brasil Editora, 1919. Acervo de Dr. Washington Pires/CEMEMOR. Somente em 1967 seria publicado na França a obra *O sexo feminino* de Gerard Zwang onde o autor fala com naturalidade do sexo feminino, de suas funções e faz sua descrição anatômica exata. Cf. ZWANG, G. *O sexo feminino*. São Paulo:Unesp, 2000.

emergia, então, como um direito que os médicos procuravam assegurar aos casados. A literatura médica do período registrou vários estudos sobre a constituição anatômica da vagina e suas relações, bem como muitos casos de vaginas imperfuradas, má formação congênita e aberturas artificiais de vaginas. O Dr. Alfredo Bernardes de Souza, em sua tese inaugural, fez uma verdadeira apologia a esse órgão tão poderoso:

(...) a vagina do pedestal sublime das atrações carnaes, no desafio de suprema ventura, a de continuo fimar o pomo do amor e da discórdia, do prazer e do supplicio, do néctar e da amargura, da seducção e da repulsa, no vasto cyclo que define a existência, qual batel, ora em revoltas águas, ora em lufadas ondas ao sopro suave de bonançosa brisa, entre o sol da vida e o negror da morte⁴¹.

Mas, acima de tudo, a vagina deveria ser conhecida em função da valorização da virgindade ligada à existência do hímen. Entre o final do século XIX e as três primeiras décadas do século XX, conforme Sueann Caulfield, os especialistas brasileiros em medicina legal figuraram entre as principais autoridades mundiais sobre o estudo do hímen, produzindo uma vasta literatura sobre sua morfologia⁴². O hímen foi descrito em suas propriedades anatômicas, cor, cheiro, volume, espessura, peso, diâmetro e forma; eles eram carnosos, fibrosos, tendinosos, de consistência *cartilaginosa e óssea*; havia também os hímens “recentemente deflorados” que eram lobados, labiados, corolliformes, fimbriados e franjados. Eles foram classificados em *acomissurados* (subdivido em imperfurados, anulares, semi-lunares, semi-lunares invertidos, helicóides, septados, cribiforme); *comissurados* (bi-labiados longitudinaes, bi-labiados transversaes, tri-laboados, quadri-labiados, multi-labiados); e *atípicos* (fenestrados, com apêndice saliente, com apêndice pendente) dentre outras formas de classificação. Havia os casos de ausência congênita do hímen, mas havia também os hímens complacentes, aqueles que se mantinham inteiros mesmo após o ato sexual⁴³.

⁴¹ SOUSA, A. B. *Um caso de imperfuração vaginal congênita*. These inaugural. Rio de Janeiro: Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1912.

⁴² CAULFIELD, S. *Em defesa da Honra*. Op. Cit. p.51.

⁴³ PIRES, W.F. *Estupro: jurisprudencia medico-legal; caracteres physicos da virgindade*. Belo Horizonte: Imprensa Official, 1922 (Tese apresentada para o concurso para provimento do

Essa película se reverteu de tamanha importância porque era ela que determinava a honra feminina e foi fator de classificação e hierarquização das mulheres. Conforme ressalta o dr. Washington Ferreira Pires, professor da cadeira de clínica neurológica da Faculdade de medicina de Minas Gerais, “tanto o preconceito de virgindade e honra se ligou à existência do hymen, que a preocupação máxima da donzella é a sua conservação, com a **supposta certeza** de que, **tendo-o íntegro, tem honra**” (grifos meus)⁴⁴. Tal “certeza” não era um mero preceito ou invenção de donzelas, como sugere o médico, mas uma imposição da sociedade, condição *sine qua non* para o matrimônio, pois ela determinava o caráter, o comportamento, o valor e a posição das mulheres na cultura e na sociedade. A virgindade da moça estava relacionada também à honra de sua família por isso deveria ser protegida pelo Estado. Assim, no código penal de 1890 as ofensas sexuais, dentre elas o “defloramento”, deixaram de ser classificadas como crimes contra a pessoa, passando a crimes contra “a segurança da honra e honestidade das famílias”⁴⁵. A utilização do termo “defloramento” no código assinalava a ênfase dada ao hímen na definição da virgindade e no elemento material do crime. Sueann Caulfield destaca que nas salas de audiência do jurista Galdino Siqueira em 1924, “a virgindade significava a ‘integridade’ do hímen, e a evidência médica do hímen rompido era prova indispensável”⁴⁶.

Os exames médicos de virgindade se encarregavam de assegurar cientificamente se o hímen se mantinha intacto ou não. Esses exames sugerem também que a preocupação com a honra feminina ligada à virgindade, logo ao hímen intacto, não pertencia somente às famílias ricas, mas, também às menos afortunadas, conforme aponta o caso da mulata A. F. S. de dezoito anos examinada por Washington Pires a pedido do pai, após essa ter sido vista em um pagode em casa de pessoa amiga na roça em companhia de rapazes e em

logar de substituto da cadeira de Medicina Pública da Faculdade de Direito de Minas Gerais). CEMEMOR/MG.

⁴⁴ Id. Ibid.

⁴⁵ Incluí ainda dentre os crimes o atentado ao pudor (art.266), o estupro (art.268), rapto (art. 270), lenocínio (art. 277), adultério (art.279) e ultraje público ao pudor (art. 282). Cf. CAULFELD, op. Cit. p. 103.

⁴⁶ CAULFIELD, S. Op. Cit. p.75.

lugares escusos⁴⁷. A virgindade feminina ligada à existência do hímen não se constituiu consenso entre os especialistas da medicina legal, dentre eles Washington Pires, devido à existência comprovada do hímen complacente, como no caso acima descrito, e da possibilidade de rompimento do hímen por outros meios. As virgens deveriam observar certos cuidados, pois, sua preciosa membrana poderia ser facilmente rompida “pelos despostos violentos, saltos de pernas abertas, quedas em forquilha, quedas sobre o assento, quedas sobre objetos de forma irregular, exercícios de quitação, bicicleta etc.”⁴⁸.

A partir, sobretudo, da década de 1930, a himenolatria passou a ser contestada tendo à frente o médico legista Afrânio Peixoto, autor de *Sexologia forense*. Com base em 2.701 observações de hímens, ele argumentou ser a evidência fisiológica “uma maneira pobre de se avaliar a virgindade”. Conforme Caulfield, Peixoto procurava atacar “os conceitos de honra, de civilização e de corpo feminino incorporados na lei republicana”⁴⁹. Ridicularizava “a fixação nacional no hímen e na idéia de que o respeito pela virgindade era um indicador de progresso e ordem social”, ao contrário, ele acreditava ser um atraso e que a inocência atribuída às virgens era incompatível com a sociedade moderna⁵⁰. Além disso, as mulheres modernas ao trabalhar fora de casa, ao transpor os limites dos papéis sociais, e ao exigir igualdade com os homens não mereciam ter sua honra protegida pelo Estado. A sua maturidade e independência eram incompatíveis com a virtude sexual⁵¹. Assim, o código Penal de 1940 substituiu o termo “defloramento” – que se referia diretamente ao rompimento do hímen – por “sedução” (art. 217) não mais classificado como crime “contra a honra da família” mas, contra os “costumes”⁵². No entanto,

⁴⁷ Ao narrar esse caso, o Dr. Washington Pires reconhece a inconsistência desse exame devido à existência do hímen complacente. Nesse caso, ele próprio havia atestado a virgindade da moça no caso citado, constatando o contrário mais ou menos nove meses depois, quando foi chamado para atender ao parto da mesma.

⁴⁸ Id. Ibid.

⁴⁹ CAULFIELD, S. op. Cit. p. 182.

⁵⁰ Id. Ibid. p.183

⁵¹ Id. Ibid. p. 190.

⁵² Para uma análise do código de 1940 especificamente sobre o crime de sedução consultar MUNIZ, D. C. Proteção para quem? O código de 1940 e a produção da “virgindade moral”. Op. Cit.

embora o hímen intacto não se constituísse mais prova jurídica irrefutável da virgindade feminina, ele continuava sendo percebido como fator de contenção moral e preponderante para o casamento, já que, “nenhum homem se casaria com uma mulher ‘já estragada’”⁵³. Conforme observa Diva Muniz, “a substituição do ‘*defloramento*’ por ‘*sedução*’ ao invés de romper com a cultura do hímen (...) reafirmou-a e fortaleceu-a”. Ao lado da “*virgindade física*”, incluía-se ainda a “*virgindade moral*”, equivalente à comprovada honestidade da seduzida, ou seja, “dois critérios, duas interdições em torno do corpo, da sexualidade, dos desejos e movimentos das mulheres”⁵⁴ com a finalidade de resguardá-las para a sexualidade reprodutiva dentro do casamento.

As feministas Maria Lacerda de Moura e Ercília Nogueira Cobra foram críticas radicais das concepções de honra feminina e da imposição da virgindade das mulheres, ligada ou não à existência do hímen. Em *Amais e ... não vos multipliqueis*, publicado em 1922, Maria Lacerda afirmava que “do hímen nasce a exploração sexual” das mulheres, que a virgindade é uma coerção abominável aos instintos das mulheres que têm “órgão exigentes como todos os dos outros animais”⁵⁵. Ercília denunciava em, 1924, em seu livro *Virgindade Anti-higiênica*, que a associação da honra feminina à sua virgindade era uma forma prática de dominação masculina sobre as mulheres. Disse ela:

Sim, senhores! Os homens, no afan de conseguirem um meio prático de dominar a mulher, collocam-lhe a honra entre as pernas, perto do anus, num logar que, quando bem lavado, não digo que não seja limpo e até delicioso para certos misteres, mas que nunca jamais poderá ser sede de uma consciência. (...) A mulher não pensa com a vagina nem com o útero. (...) sobre elles não pode pesar lei nenhuma alheia à lei da natureza⁵⁶.

⁵³ Id. Ibid. Caulfield assinala que o especialista em medicina legal Hélio Gomes, argumentava que “embora fosse possível que uma mulher solteira com o hímen rompido pudesse ser digna, isso era uma exceção. ‘Via de regra’(...) ‘a preservação himental é um poderosíssimo dique de contenção moral...’” (op. Cit. p.254). Apesar da ênfase dada pelos discursos da virgindade como fator preponderante para o casamento, Marta de Abreu Esteves sublinha que ela não era fundamental para a realização do casamento sobretudo nas camadas mais baixas. Conforme essa autora para muitas jovens, o casamento “não estava fundamentalmente ligado à perda da virgindade ou ao início das relações sexuais. O casamento, quanto norma, não regulava a sexualidade das camadas populares”. (Cf. ESTEVES, M. A. *Meninas perdidas*. Op. Cit. p.167).

⁵⁴ MUNIZ, D.C. Op. cit.

⁵⁵ MOURA, M. L. A Sagrada instituição.op. cit. p.220.

⁵⁶ COBRA, E. N. *Virgindade Inútil e Anti-higiênica*. S./l., s./n., 1932 (1922?/ 1924). p. 172

O discurso das feministas estava ancorado na enunciação médico-científica que transformou o desejo sexual em instinto, em imperativo da natureza, por isso, para Ercília, era no mínimo perverso colocar a honra feminina no seu aparelho sexual, “órgão tão exigente como o estomago”⁵⁷. A imposição da virgindade e a ausência de educação profissional constituíam, para Ercília, a principal causa da prostituição, da cafetinagem e do infanticídio, pois, seduzida e desonrada a moça seria atirada na rua pela família sem nenhum preparo para a vida, sendo seu destino único e implacável o cabaré. A entrega voluntária e desapaixonada da virgindade, de outra parte, foi vista por Ercília como uma forma de assegurar a liberdade das mulheres; na mesma linha Maria Lacerda propôs o amor plural e a maternidade consciente. Voltarei a estas duas feministas mais adiante.

A virgindade feminina era, então, algo valioso que necessitava ser protegido pelo Estado, preservado, guardado e zelado pela moça e sua família até o momento mágico e sublime da noite de núpcias quando, pelo ato sexual, a moça tornava-se mulher e vivia seu momento máximo de gozo e prazer. Mas nesse ato, ela tornava-se também efetivamente posse do marido. Por não se tratar de algo natural o princípio da virgindade, como lembra Elizabeth Abbott, era inculcado nas jovens desde sua tenra infância ou proscrito como uma obrigação religiosa⁵⁸. A punição para aquelas que desviassem essa norma era o casamento forçado, quando não eram mais freqüentemente expulsas de casas, pois, sua desonra era a vergonha da sua família. Para os homens a virgindade não se apresentava como uma imposição, já que sua honra não estava situada no seu órgão genital, mas a abstinência até o casamento aparecia como uma recomendação dos médicos em nome da higiene sexual e da saúde dos futuros filhos, pois conforme afirmava o Dr. Austregésilo “inegavelmente o casamento representa a melhor empresa para a higiene sexual”. José de Albuquerque recomendava, por sua vez, exames de saúde aos noivos antes do casamento, para que se tratem antes de ser casar; não se casem ou “evitem definitivamente a prole se um dos dois for portador de

⁵⁷ Id. Ibid. p. 104.

⁵⁸ ABBOTT, E. op. cit.p. 329.

doença incurável, transmissível por herança”⁵⁹. No enunciado do sexologista, embora a preocupação central fosse a descendência ela não apareceu como única finalidade do casamento. Esse contrato visava também a uma prática sexual regular e regulamentada.

7.2.1- O prazer sexual do casal

Assim, foi também em nome da higiene sexual, da saúde dos filhos e principalmente em defesa do casamento que o sexo conjugal passou a ser amplamente valorizado. Na concepção de alguns médicos a prática sexual não objetivava somente a procriação, mas, também, o prazer sexual para marido e mulher, pois ela tornou-se um dos eixos da felicidade conjugal. Em sua tese sobre a continência, o Dr. Manuel Mauricio Sobrinho afirmava que, “não resta a menor dúvida que a necessidade sexual é a base da união, tanto para o homem como para a mulher e não uma necessidade problemática da reprodução”⁶⁰. Também o Dr. José Geraldo Vieira sugeria que na vida conjugal é a hyperesthesia sexual (o desejo sexual exacerbado) “que garante, com a sua relativa freqüência, a união dos pares, evitando a satisfação, o desejo de variar”. Se o desejo e o prazer sexuais eram inatos, naturais, isso significava que aqueles/aquelas que, por algum motivo, não os sentiam estavam fora da sua normalidade. Nesse sentido, a neurastenia sexual foi uma “doença” que levou muitos pacientes aos consultórios, como observou o Dr. Austregésilo no prefácio do seu livro. Para sua profilaxia, dentre outros tratamentos, o médico receitava aos casados a “normalidade do coito, que deve ser realizado, uma a três vezes por semana, segundo a capacidade viril do cônjuge”. A esposa deveria assegurar o prazer sexual do marido (para este não variar, ou seja, não procurasse prostitutas, trazendo doenças para a família), mas, também, ela passava a ter o “direito” à satisfação sexual. O prazer sexual para as mulheres não era mais ignorado ou visto como pecado, mas antes, passava a ser defendido, recomendado, prescrito e garantido por alguns médicos. Mas, o

⁵⁹ ALBURQUERQUE, J. Educação sexual e casamento. *Alterosa*. Belo Horizonte, Mar/1941, p. 108.

⁶⁰ MAURICIO SOBRINHO, M. *Contribuição ao estudo da Continência*. Op. Cit..

discurso sobre o “direito” ao prazer sexual das mulheres casadas, baseado numa concepção de sexualidade masculina, efetivamente, mascarava o dever sexual da esposa para com o marido⁶¹.

O Dr. Oliveira Motta relatou o caso de uma mulher de 23 anos do Espírito Santo atendida por ele em 1912. O marido lhe explicou que se não houvesse cura para a esposa iria separar-se judicialmente dela, pois, estavam casados havia dois anos e, apesar de todas as tentativas, ainda não tinham conseguido realizar “o acto physiologico do matrimônio, porque a esposa tinha um defeito physico: era completamente *tapada*”. Observou o médico que tal situação trazia uma vida de sofrimentos físicos e morais para o casal. A paciente sentia-se nervosa com fortes dores de cabeça e no ventre de sete a oito dias ao mês desde os 14 anos. Após examinar a paciente o médico fez seu diagnóstico: tratava-se de um caso de “*ausência congênita de vagina com má formação do útero*”. O prognóstico foi uma intervenção cirúrgica para criar uma vagina artificial e retirar o útero completamente podre em função do acúmulo de sangue menstrual. Após descrever detalhadamente seus procedimentos cirúrgicos, o médico concluiu:

Mulheres há, que sem o saber e sem o querer, exercem a copula como função de gozo; outras há que por effeito de operações sobre o útero e annexos, ficam eguaes às primeiras. Ninguém se lembra de prohibir a qualquer dellas esse único uso que lhes resta do aparelho genital. Não vejo, pois, escrúpulos que possam deter o especialista, na presença de uma paciente **reclamando a criação de uma vagina**, mesmo com o fim exclusivo do amplexo sexual. Só a gravidade da operação, diante de condições particulares, e **em mulher não casada**, parece, justificaria uma contra indicação⁶². (Grifos meus)

A vagina artificial salvou o casamento porque garantiu o prazer sexual do casal, única função que restava a esse aparelho genital. Assegurou especialmente o prazer sexual do marido já que, para as mulheres a

⁶¹ Margareth Rago, entretanto, argumenta que no discurso médico do período analisado por ela (1890-1930) “o direito ao prazer no ato sexual é reservado ao homem, enquanto que a mulher deve manter sua castidade mesmo depois de casada. A ascensão da figura da mãe pregada pelo discurso burguês inibe a sexualidade conjugal”. (RAGO, M. op. Cit. 1997, p.83).

⁶² OLIVEIRA MOTTA, A. R. Má formação congênita da vagina e do útero; hematometrio. *Anais da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Imprensa Oficial, 1919, Ano III, p. 256.

penetração não é a única forma de satisfação erótica. O que motivou o marido a procurar o médico, assim como o que motivou o médico a fazer a intervenção cirúrgica não foi a saúde ou o bem-estar da esposa – já que ela sentia fortes dores de cabeça e no ventre – mas o acesso sexual (regular e gratuito) à mesma que era seu direito pelo contrato de casamento. O direito do marido corresponde ao dever sexual da esposa – uma das formas de apropriação das mulheres, conforme observou Colette Guillaumin⁶³. O “acto physiologico do matrimonio” era obrigatório pelo contrato, e aliás, seu não exercício era causa jurídica de anulação conforme lembrou o marido. Por isso, a cirurgia só se justificou porque a paciente era uma mulher casada; “em mulher não casada”, disse o médico, haveria contra indicação.

A instituição da idéia de que o sexo no casamento deveria ser a base do relacionamento se constituía, também, numa forma de pressão para conduzir as mulheres ao casamento. Por outro lado, mascarava a apropriação e dominação masculina sobre os corpos das mulheres produzindo a idéia de que o sexo era algo muito bom, mas que só as mulheres casadas poderiam ter. Era um privilégio que as solteiras não podiam desfrutar. Além disso, ao situar a honra feminina no órgão genital e no valor da virgindade, as mulheres solteiras, para serem honradas, deveriam manter-se publicamente castas. A castidade emergiu, então, como uma forma de punição para a celibatária ou pelo seu fracasso na busca de um marido, ou por torcer sua própria natureza através da recusa ao casamento. Mediante essa moral que castigava as mulheres, argumentou Ercília Nogueira Cobra, “para fazer viver uma moral de pura convenção humana, que varia conforme a latitude, cream-se duas categorias de martyres: a das solteironas e a das prostitutas”.

7.2.2- A solteirona e a prostituta: “as martyres sociais”

A solteirona e a prostituta foram uma invenção masculina, afirmava a feminista Ercília Nogueira Cobra no seu livro *Virgindade Inútil*. Conforme sua biógrafa Maria Lúcia Mott, Ercília recebeu uma educação “para o

⁶³ GUILLAUMIN, C. op. Cit. p.24.

lar”, a exemplo das moças de sua geração, pertencia a uma família de fazendeiros empobrecidos de São Paulo e, quando ficou órfã do pai, fugiu de casa. Ela foi internada no Asilo Bom Pastor de São Paulo, destinado à recuperação de “moças perdidas”. Mais tarde tornou-se professora e, na década de 1930, dona de uma casa de mulheres em Caxias do Sul, utilizando o pseudônimo de Susy⁶⁴. Ercília defendia o amor e o sexo fora do casamento e a capacidade de as mulheres sustentarem e educarem sozinhas os filhos. Ela foi também uma ferrenha crítica da virgindade feminina. É de sua autoria duas obras, o ensaio *Virgindade Anti-higiênica* de 1924, e o romance *Virgindade Inútil*, possivelmente, de 1927⁶⁵.

Neste romance, Ercília narrou a história de Cláudia, muito semelhante a sua própria história, uma órfã de um fazendeiro empobrecido que vivia numa cidade do interior da República de Bicolândia. Cláudia lia romances, onde as heroínas viviam belas histórias de amor, e fora educada para casar-se com um homem de sua posição social ou um profissional liberal, como o médico, seu possível pretendente. Todavia, viu uma por uma de suas amigas mais afortunadas se casarem, inclusive o seu pretendente quando se espalhou a notícia da decadência financeira de sua família. Ao contrário das irmãs mais novas que já foram criadas na fase decadente da família, ela não queria fazer um casamento para baixo, pois “os pretendentes que agora se lhe cercavam eram ínfimos demais”, e também ela não tinha um bom dote para “comprar marido”⁶⁶.

⁶⁴ Cf. MOTT, M. L.B. Biografia de uma revoltada – Ercília Nogueira Cobra. *Cadernos de Pesquisa*. Fundação Carlos Chagas, n. 58, p. 89-104, ago./1986. Ver também em MALUF, M.; MOTT, M. L. op. Cit. p. 398-399.

⁶⁵ A primeira edição de *Virgindade Anti-higiênica* foi apreendida pela polícia por ser considerada literatura pornográfica, conforme explica Ercília em nota aos leitores na segunda edição publicada por ela própria. Para Rubem Queiroz Cobra, *Virgindade Inútil* teria sido publicada em 1922 e lançada na Semana da Arte Moderna. Ercília seria prima de Oswald de Andrade e um dos membros menos famosos do Movimento Modernista, pois, segundo ele, na obra de 1924 consta uma propaganda do romance. Em 1927 as duas obras foram reunidas e publicadas pela Societé d’Editions Oeuvres des Maîtres Célèbres de Paris sob o título *Virgindade Inútil e Anti-higiência: novela liberística contra a sensualidade egoísta dos homens*. Meu exemplar dessa obra é datado de 1932 e não consta notas tipográficas. A obra completa pode ser encontrada na Biblioteca da FALE/UFMG, o ensaio “Virgindade Anti-higiênica” foi disponibilizada por Rubem Queiros Cobra no site <www.cobra.pages.nom.br>.

⁶⁶ COBRA, E. N. *Virgindade Inútil e Anti-higiência*. Op.cit. p. 27.

O fantasma da *solteirona* assombrava Cláudia que já tinha “a certeza de que não se casaria e seria uma parasita da classe das Correias e outras celebres solteironas do lugar, cuja função se reduzia a desbastar com os cotovellos o peitoral das janelas”⁶⁷. Mas ela gostava da vida, amava o amor, adorava o flirt e contemplar seus tipos de homens favoritos nos filmes. Para escapar ao estereótipo da solteirona e viver a vida, Cláudia resolveu, com o consentimento da mãe, partir para a capital Flumen para trabalhar. No trem, ela arquitetou um plano e entregou sua virgindade a um desconhecido, “estava agora só e completamente livre”⁶⁸. Em Flumen não conseguiu emprego já que não tinha uma educação profissional, perambulou pelas ruas em busca de trabalho de governanta ou doméstica até ser detida pela polícia por pedido da mãe, pois ela era menor e virgem. Para não voltar à casa da mãe e garantir sua liberdade, ela revelou não ser mais virgem e aceitou fazer o exame de virgindade, pois, conforme lhe assegurou o médico “é esse o único meio da senhora ficar livre”⁶⁹.

A idéia de liberdade associada à ausência da virgindade apareceu, portanto, em dois momentos: quando Cláudia saiu de casa e quis ser livre para o amor e o trabalho e quando ela escapou de voltar para a casa e para o controle da mãe. Assim, a virgindade aprisionava as mulheres, enquanto o amor livre as libertaria. Na concepção de Ercília, por um lado, a entrega voluntária e desapaixonada da virgindade seria uma forma de escapar à dominação masculina e de viver e gozar a vida, por outro lado, a solteirona aparece na condição de mulheres que “não vivem” já que não podiam desfrutar os prazeres sexuais, que se apresentaram no discurso como a única forma de “viver a vida” e não trair a natureza. Nesse sentido, Ercília comparou a *solteirona*, forçada a abster-se das práticas sexuais, e a *prostituta* que faz uso delas em excesso, para sua sobrevivência.

A **solteirona** padece todos os martírios, desde o ridículo duma falsa situação social, alvo permanente da chacota das outras mulheres que conseguiram dote para comprar marido, até os

⁶⁷ Id. Ibid. p.22.

⁶⁸ Id. Ibid.p.39.

⁶⁹ Id. Ibid. p.48.

horríveis **ataques de histerismo**, lógicos num systema nervoso em pandarecos por força de **recalque**.

Vive só, em abandono completo, sem um carinho na vida e cala-se.

Vive morta, e antes de conhecer a solidão do tumulto, onde ao menos descansará, morre aos poucos em pela vida, **sem nunca dar expansão ao mais forte dos seus instintos, o sexual**.

Torna-se ente completamente nullo que vive aguado (sic) a contemplar o goso (sic) dos outros. **Tudo lhe é negado**, e todos se **riem da sua “virtude”**⁷⁰. (grifos meu).

Para Ercília, o martírio da *solteirona* era a ausência ou a impossibilidade de uma prática sexual, motivo também da sua solidão, dos problemas derivados do sistema nervoso, e de se tornar motivo de chacota. Seu enunciado veicula e disponibiliza sentidos sobre a abstinência sexual feminina instituídos pelo discurso médico-científico do período, como veremos adiante. Conforme assinalou o Dr. Austregésilo “é trivial supor-se que a história de muitas beatas nasceu do abafamento do instinto sexual, dos desejos frustrados de consórcios”⁷¹. O recalque, o pudor e a vigilância constante da moral sexual foram sentidos amplamente usados para tornar a solteirona inteligível e que, de certa forma, determinam o comportamento das próprias mulheres identificadas com esta condição, já que provém principalmente de uma instância de autoridade.

A *prostituta*, a exemplo da *solteirona*, vive humilhações e martírios, mas estes eram de outra ordem: “tem um corpo que não é seu mas de quem o paga”, vive para satisfazer a volúpia alheia.

Sente a alma espezinhada morrer dia a dia até sumir-se de todo, deixando vazio um corpo de megera gasta, coberto de rugas e cicatrizes – hieroglifos que escondem a história dos mais horrendos martyrologios⁷².

A solteirona era prisioneira da sua castidade, enquanto a prostituta fazia da prática sexual meio de vida e exercício de liberdade, embora seu corpo – assim como o da mulher casada – já não lhe pertencesse mais. A diferença entre a *solteirona* e a *prostituta* foi construída a partir do uso do sexo e dos prazeres, a

⁷⁰ Id. Ibid. p.70

⁷¹ AUSTREGÉSILO, A. op. cit. p. 34.

⁷² COBRA, E. N. op. cit. p.71.

segunda em excesso, a primeira completamente ausente. Ambas, porém, aberrações, desvios da natureza que a velhice iguala,

Na velhice a mão implacável do tempo confunde a virgindade intacta da solteirona com a carne triturada da rameira. As rugas de ambas denunciam as duas pontas do mesmo crime social, da monstruosidade que cria duas vítimas, e lá vão as duas para pasto dos vermes indiferentes⁷³.

Mais adiante, Ercilia descreveu um quadro “pintado na solidão” pela personagem Cláudia que o nomeou de “As martyres sociais”. Tratava-se de um retrato de duas mulheres na velhice, uma meretriz e a outra uma solteirona. Elas tinham a mesma fisionomia “olhos cansados e sem cor, bocca de cantos descahidos e tão triste que pareciam soluçar”... “Apenas os trapos indicavam que o calvário de ambas fora diferente”⁷⁴. Explicava ter pintado o que viu, uma realidade sinistra obra da moral criada e imposta pelos homens, pois “foram elles que crearam a idéia de obrigar a mulher a conservar-se virgem após a puberdade. Foram elles que lançaram o anathema sobre as que fugiam de submeter-se à innominavel exigência, quando por serem pobres não podiam adquirir marido”. Por isso, “os homens podiam gabar-se das suas creações! Estes dois entes, fora das leis da natureza, eram puras invenções suas”⁷⁵. Magali Engel argumenta que vinculada às idéias de prazer excessivo e não reprodução, a prostituta foi inserida pelo discurso médico do século XIX no rol das sexualidades pervertidas enquanto uma distorção da natureza. Conforme a autora, “a realização do prazer através do excesso e da ausência da finalidade reprodutora é condenada pelo médico, não só como doença física, mas também como doença moral”⁷⁶. Ao contrário da mulher honesta e contida, a prostituta, conforme observou Margareth Rago, foi representada pelo discurso médico do início do século XX como aquela que “vive em função da satisfação de seus desejos libidinosos e devassos”, portadora de um “apetite sexual

⁷³ Id. Ibid. p.72

⁷⁴ Id. Ibid. p. 108

⁷⁵ Id. Ibid. p.72.

⁷⁶ ENGEL, M. G. op. Cit. p.180.

exaltado (...) inato e incontido (...) gulosa e incontrolável, adora os excessos: de álcool, de fumo, de sexo”⁷⁷.

Após o exame de virgindade ter confirmado que não era mais virgem, Cláudia foi internada em um asilo para regenerar-se. Depois de algum tempo foguei de lá e, para sobreviver, tornou-se prostituta, viajou por toda Bocolândia e como era bonita e inteligente ascendeu à categoria de cortesã (prostituta de luxo), ganhando muito dinheiro. Ela viveu um amor frustrado e teve uma filha a quem chamou “Liberdade”. O romance encerra-se em Paris, onde a autora, através da personagem Cecília, explica “vou imitar nossos patriarcas, fazer amor na capital do mundo”⁷⁸. Ao sair da casa da mãe, Cláudia se viu no dilema da escolha entre os dois únicos destinos possíveis traçados pela moral para uma mulher solteira sozinha, o de *prostituta* ou o de *solteirona*. Entre um e outro ela preferiu o de prostituta, pois, conforme se justificou, “**ser solteirona é ainda mil vezes mais triste do que ser prostituta!** Mal por mal, o menor. Ao menos, como prostituta, vivia”. E concluiu, “pelo menos seguira a lei da natureza” (grifos meus)⁷⁹.

Maria Lacerda de Moura assumiu posições semelhantes às de Ercília. Para ela também,

(...) **a prostituição** – que representa o exercício sexual, necessário à harmonia orgânica – **está acima do estado de solteirona**, em que há o constrangimento moral da família e da sociedade, além do “*pecado fisiológico*”⁸⁰. (Grifos meus)

A condição de solteirona era ainda pior do que a condição de prostituta porque estava “fora das leis biológicas, fora da natureza” era “uma nota desafinada no concerto universal”⁸¹ já que a natureza “exige as relações sexuais”⁸², o funcionamento dos órgãos sexuais. Esta perspectiva da autora acaba por naturalizar a prostituição, contribuindo, conforme ressalta Tânia Navarro-Swain,

⁷⁷ RAGO, M. *Do cabaré ao lar*. Op. Cit. p.89.

⁷⁸ Id. Ibid. 126. A personagem de Cecília entra em cena no final do romance, ela é uma cortesã rica, bonita, altamente instruída, politizada e consciente da situação das mulheres.

⁷⁹ COBRA, E. N. Op. Cit.. p. 79.

⁸⁰ MOURA, M. L. Carta aberta à Sra. Sergia F. Vidal. In: LEITE, M. L. M.(org.) op. cit. p.309.

⁸¹ Id. A “Sagrada Instituição”. In: *Amai e... não vos multipliqueis* (1922) Op. Cit. p. 225

⁸² Id. Carta aberta à Sra. Sergia F. Vidal. Op. Cit. p. 310

para criar e reproduzir “a idéia da existência inexorável da prostituição, ligada à própria essência das mulheres, parte de seu destino biológico”⁸³. De outro lado, seus enunciados também produziram, reproduziram e circularam sentidos sobre a imagem estereotipada da solteirona:

São elas, as solteironas, as guardas do relicário da honra da família, acabando nas sacristias, nos manicômios ou na dolorosa angústia de uma vida inteira a amortilhar ilusões e a servir de ridículo para o divertimento da própria família que exige, brutalmente, criminosamente, esse sacrifício inútil, e da sociedade por quem se sacrifica e de quem recebe, por esse mesmo motivo, o prêmio de tão bárbara mutilação – nas chacotas de cada esquina e de cada bairro⁸⁴.

Assim como Ercília, o discurso de Maria Lacerda também concebeu a prostituta pelo excesso do prazer sexual e a solteirona pela carência completa, devido à castidade forçada, ambas, porém, sofredoras e insatisfeitas; ambas, “prostituta ou solteirona – igualmente ludibriadas, igualmente desgraçadas, igualmente exploradas, acorrentadas à geena (sic) do capitalismo e dos preconceitos sociais”⁸⁵. Elas eram dois tipos marginais, mas estruturais que asseguravam a existência, a hegemonia e a estabilidade da “esposa/mãe feliz”, o tipo idealizado e tornado padrão a ser seguido. Por causa das duas primeiras, a última podia conservar-se virgem e pura “à espera do ‘esposo’ e ‘protetor’”⁸⁶. Os tipos solteirona e prostituta para Maria Lacerda revelavam, dessa forma, a exploração de algumas mulheres por outras. Para colocar fim à essa exploração, ela propunha o amor plural, pois “(...) só o amor plural terá o condão de fazer desaparecer o tipo ‘solteirona’, mutilado no coração e na razão, só o amor plural terá o poder de exterminar a prostituição”⁸⁷. As mulheres deveriam ser livres para amar a quem elas quisessem e quantas vezes for possível; serem livres para a maternidade consciente “fora dos

⁸³ NAVARRO-SWAIN, T. Banalizar e naturalizar a prostituição: violência social e história. *Unimontes Científica*, 2004, p. 24.

⁸⁴ Id. Han Ryner e o amor plural (1933). In: LEITE, M. L. M. (org.) op. cit. p. 181.

⁸⁵ Id. Ibid. p. 182

⁸⁶ Id. Ibid. p. 181

⁸⁷ Id. Ibid.

códigos ou dos prejuízos sociais”; só assim desaparecerá essa “criação calculadamente egoísta e má” da moral sexual que é o tipo solteirona⁸⁸.

Os enunciados de Ercilia e Maria Lacerda apontam para os paradoxos da castidade feminina. Por um lado, para serem honradas as celibatárias deveriam manter-se castas, por outro lado, a castidade permanente delas passou a ser um desvio, uma torção da natureza e em torno desse desvio os médicos aliados aos psicólogos e sexologistas produziram a frigidez, os calores, o nervosismo, a irritabilidade, os ataques histéricos, um corpo deformado, inútil e doente. Se a prostituta foi vista pelo discurso médico do século XIX como um corpo socialmente e moralmente doente devido ao prazer sexual excessivo e não-reprodutivo, conforme assinala Magali Engel, no discurso médico do período em estudo foi a ausência completa da prática sexual e da maternidade biológica, decorrente da obrigatoriedade da castidade das solteiras que produziu a solteirona como um corpo doente.

7.3 – As marcas da natureza torcida

7.3.1- Corpos doentes e masculinizados

Quando eu era adolescente sentia fortes cólicas durante o meu período menstrual. Um dia ouvi de uma senhora celibatária que, quando me casasse, tais cólicas desapareceriam. Naquela época não entendi a explicação daquela sábia e observadora senhora. Hoje, após ter lido as “Lições de clínica ginecológica” do Dr. Clóvis Correia da Costa, imagino o quanto ela própria deve ter ouvido essa explicação. O casamento, ou a prática sexual, foi o remédio indicado para várias indisposições sentidas por mulheres solteiras, dentre elas o nervosismo, dores de cabeça e no ventre, o mau-humor e as cólicas menstruais, cientificamente denominadas *dismenorréia*.

A dismenorréia, conforme ensinou o Dr. Clovis Corrêa da Costa, não é uma doença, mas ocorre quando as dores e outros fenômenos incapacitam a

⁸⁸ Id. Ibid. p. 182.

paciente aos afazeres habituais, levando-a a procurar alívio. Seus sintomas são cólicas violentas, antes ou durante o período menstrual, “acompanhadas de cefaléia intensa, meteorismo, tenesmo, vômitos, diarreia, micções freqüentes e dolorosas, máu estar etc”⁸⁹. Mais freqüentemente em mulheres solteiras, a dismenorréia podia persistir em algumas mulheres casadas, por isso o médico recomendava às casadas “o exercício integral da função conjugal, sem restrições”, sendo que “a fraude representada pelo coito interrompido e a insatisfação em geral, são prejudiciais”⁹⁰. Às solteiras, ele recomendava que “o casamento é de efeito salutar (...) **mesmo quando não há concepção**” (Grifos meus). O casamento aí representa a prática sexual regular e freqüente, pois, “o impulso trófico exercido sobre o aparelho genital melhora as suas condições anatômicas e fisiológicas”⁹¹. Pelo contrário, elas deveriam evitar “fatores de excitações inconscientes de natureza sexual” distraindo o pensamento e realizando exercícios físicos. Outras indicações de tratamento era a dilatação do canal cervical para excitar o útero ou a dilatação com as velas de Hegar na semana que precede a menstruação.

Como quase todas as “afecções ginecológicas” ou “doenças” femininas do período a dismenorréia estava associada ao sistema nervoso podendo ser considerada uma “psico-neurose” ou uma “manifestação histérica”. Conforme sugere o tratamento recomendado pelo médico, o exercício da prática heterossexual, com a penetração, era o que corrigiria distúrbios funcionais e hipoplasia⁹². Assim, era a ausência de uma prática sexual, ou uma prática sexual insatisfatória que ocasionava as dores físicas e, também, o caráter psicológico, social e comportamental das mulheres. No caso examinado de uma paciente de vinte anos separada do marido por “ausência de libido”, o médico observou, na sua história patogênica, um “temperamento bizarro, desigual; *esquisita* no dizer da família; muito voluntariosa, autoritária e

⁸⁹ COSTA, C. C. da. Lição X: Dismenorréia. In: _____. *Lições de clínica ginecológica*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1933, p.181. Acervo Hugo Werneck/CEMEMOR.

⁹⁰ Id. Ibid. p.194.

⁹¹ Id. Ibid.

⁹² Subdesenvolvimento de órgãos ou tecidos.

provocadora de rugas – é o tipo do *comandante*⁹³. Concluiu o médico que a paciente tratava-se de um tipo esquizóide ou intersexual com componentes hipoplásico; confirmado pela psicologia:

(...) o ânimo voluntarioso e autoritário; **a falta de espírito de acomodação e docilidade**; o nervosismo, bizarras e incongruências; **a inadaptabilidade à vida conjugal** com suas concessões e transigências, como em toda a vida em comum⁹⁴ (grifos meus).

A paciente não se enquadrava no arquétipo socialmente construído de mulher normal (saudável) que era dócil, submissa e voluptuosa, apta, portanto, à vida conjugal. Um comportamento social foi assim transformado em desvio da natureza e sintoma de uma afecção que perturbava e transtornava o corpo, um corpo indomável e que escapa.

A abstinência sexual foi percebida como fonte de males terríveis aos homens, mas principalmente às mulheres, pois, privadas de satisfazer as exigências de sua vida sexual (autorizadas somente dentro do casamento), uma série de perturbações e sintomas doentios se manifestavam nelas durante a maturidade. Conforme assinalou o Dr. Maurício Sobrinho na sua tese sobre a “continência”, “as mulheres não casadas, d’uma certa idade, educadas nos princípios d’uma moral severa, tornam-se doentes ou doentias”⁹⁵. Dentre as moléstias provocadas pela continência o médico citou: “a *cholorose*, as *dores hypogastricas*, a *irritabilidade nervosa*, as *crumps*, hysteria com disposição ora a uma alegria exagerada, ora a chorar, as *allucinações*, as *moléstias mentais*”⁹⁶; a melancolia, dores no baixo ventre, epilepsia, e ainda “a falta do acto, occasiona muita vez o êxtase dos humores do baixo-ventre, dando em resultado delírios e enfraquecimento da memória e da intelligencia, podendo a paciente tornar-se insensível ou idiota, excitável e maníaca”⁹⁷. Além destas moléstias, a natureza feminina se vingava com as perturbações nas partes genitais que se manifestavam “por uma nevrálgia nas regiões do peito ou da

⁹³ COSTA, C. C. da. Op. cit. p.183.

⁹⁴ Id. Ibid. p. 185.

⁹⁵ MAURÍCIO SOBRINHO, M. op. cit. p. 44

⁹⁶ Id. Ibid. p. 43.

⁹⁷ Id. Ibid. p.46.

face, por dores de dentes, cólicas do estomago ou intestino”, e as psíquicas: o tédio, o aborrecimento, a indiferença⁹⁸.

Maria Lacerda de Moura também assinalava os sofrimentos femininos em consequência da castidade absoluta que provocava o desequilíbrio de todo o organismo. Disse ela:

E a natureza se vinga, quando é desrespeitada: histeria, beatice, amor-paixão aos animais e vícios – são provas inequívocas de que nos desviamos da vida natural. Mutilaram a mulher, através dos preconceitos e das convenções sociais: fizeram dela um ser incompleto e desgraçado no tipo solteirona...⁹⁹

Se os excessos de qualquer natureza são sempre prejudiciais, também o repouso absoluto de um órgão ou o seu não funcionamento traz os mesmos inconvenientes, quiçá mais graves. A preocupação constante, a idéia fixa, o poder da vontade aplicado a vencer a natureza, desrespeitando-a – produz “fobias”, doenças imaginárias, desordens orgânicas...¹⁰⁰

Se, por um lado, a feminista conseguia desvendar o discurso jurídico expondo a dominação patriarcal, conforme assinala; por outro lado, ela não conseguiu escapar às enunciações médico-científicas sobre o determinismo biológico nas práticas sexuais e aos castigos da natureza contrariada pela abstinência sexual.

Não só a abstinência sexual, mas também o desejo sexual provocado e não satisfeito pela penetração e pelo gozo foi produzido pelos médicos como nocivo ao corpo feminino. O coito interrompido foi uma prática contraceptiva utilizada por mulheres casadas, principalmente com filhos pequenos, e por solteiras que não se mantinham castas, mas necessitavam evitar a gravidez, prova visível da sua desonra e da vergonha da família. Essa prática também foi caracterizada como fonte de perturbações ao corpo feminino que poderia conduzir ao câncer e à morte. Assim alertava o dr. Maurício Sobrinho:

Admittamos que um desejo tenha sido provocado e que não tenha sido satisfeito, todo o aparelho sexual tendo sido despertado: *ovários, trompas, útero, vagina*, etc., etc., e que este despertar **não termine pela crise natural**, repetindo-se sempre esta excitação, no fim d'um certo tempo **o útero terminará por**

⁹⁸ Id. Ibid. p. 50.

⁹⁹ MOURA, M. L. Amai e... não vos multipliques (1922). Op. Cit. p. 223.

¹⁰⁰ Id. Ibid. p. 227.

augmentar de volume; se inflamar com os ovários, dando em resultado dores que em pouco tempo succederam ao catarrho (sic) terminando na maioria dos casos pelas úlceras e hemorragias do útero, etc. Complicações de diversas ordens pode ainda se observar, **como o câncer, dando em resultado uma morte prematura** correndo tudo por conta do coito interrompido...¹⁰¹.

Além das perturbações físicas decorrentes do “coito mal feito”, o médico apontou ainda as diversas e numerosas perturbações mentais provocadas nas mulheres: “(...) que resultam da excitação provocada nos órgãos sexuais: hysteria, epilepsia, melancholia, dores nervosas, idéas e sentimentos bizarros, etc.”¹⁰².

A enunciação foi a defesa e a instituição do coito heterossexual reprodutivo transformando outras formas de satisfação eróticas, que não envolviam necessariamente a penetração, em perniciosas à saúde e ao corpo da mulher. Procurou, assim, assegurar a preponderância de um tipo de sexualidade fundada no comportamento sexual masculino e que estava baseada na idéia de que só haveria prazer quando havia penetração¹⁰³. Não obstante, a *frigidez* surgiu como uma explicação patológica para justificar porque havia mulheres cujo prazer erótico não passava obrigatoriamente por esse tipo de prática sexual ou mesmo pela heterossexualidade. Eram mulheres que não respondiam com entusiasmo a essa forma de sexualidade, recusando a se ajustar ao comportamento sexual masculino. O dr. Maurício Sobrinho explicou que as mulheres frígidas “não têm absolutamente nenhum sentimento sexual e mesmo nunca experimentaram-no (...) suas partes genitales são em tal ponto insensíveis, que ellas o são mesmo a excitação artificiaes, como, por exemplo, a electricidade”¹⁰⁴.

Sheila Jeffreys argumenta que a frigidez feminina foi uma invenção dos sexologistas e seus seguidores nos anos de 1920. Antes desse período, a

¹⁰¹ Id. Ibid. p. 48-49.

¹⁰² Id. Ibid. P. 49.

¹⁰³ A este respeito Yvonne Knibiehler sublinha que o médico Virey no *Dictionnaire des Sciences médicales* argumentava ser o esperma importante para a saúde das mulheres, diz ele : “Il est certain que le sperme masculin imprègne l'organisme de la femme, qu'il avive toutes ses fonctions et les réchauffe, qu'elle s'en porte mieux ». Op.cit. p.833.

¹⁰⁴ MAURÍCIO SOBRINHO, op. Cit. p.45.

frigidez, conforme sublinha Ivonne Knibiehler, concernia ao homem e era sinônimo de impotência; a frigidez feminina no século XIX não constituía objeto de interesse dos médicos, pois ela não impedia e não estava relacionada à fecundidade feminina¹⁰⁵. O medo de ser rotulada como frígida, entretanto, foi usado como arma para forçar as mulheres a se adaptarem às demandas feitas pelo novo papel das relações sexuais, o de assegurar a felicidade conjugal, assinala Jeffreys. Conforme essa autora:

(...) o ataque às mulheres resistentes dentro do casamento foi combinado com uma massiva, renovada e violenta propaganda contra solteironas, feministas, lesbianas; todas essas categorias de mulheres que foram vistas como não só rejeitando a relação sexual, mas mesmo o casamento¹⁰⁶.

Dentre as explicações dos sexologistas para a frigidez, destacadas por Jeffreys, estavam: a falta de educação sexual que resulta no trauma da primeira noite; o desenvolvimento psicológico ou físico reprimido (o primeiro resulta o infantilismo psicosexual, o segundo infantilismo genital) e a homossexualidade, vista enquanto causa ou resultado da frigidez. Assim, “o fantasma do lesbianismo ou do crescimento de bigodes foi parte do arsenal de ameaças usado para conduzir as mulheres a entrar na relação sexual compulsória”¹⁰⁷. Nos discursos que analisei – embora os autores construam seus argumentos ancorados em especialistas como Van de Velde, Havelock Ellis, Richard Krafft-Ebing e outros analisados por Jeffreys – há certo silêncio sobre o lesbianismo nas suas enunciações. Não obstante, a masculinização do corpo apareceu como resultado da abstinência sexual:

Em conseqüência da continência de longa duração, as particularidades sexuais secundárias da mulher desaparecem, o caráter torna-se iracundo, áspero, **o aspecto masculino se denuncia sob a forma de pellos de barbas** no mento, etc.¹⁰⁸
(grifos meus)

¹⁰⁵ KNIBIEHKER, Y. op. cit. p.833.

¹⁰⁶ JEFFREYS, S. op. cit. p.169. No original “The attack on the resisting women within marriage was combined with a massive renewed onslaught of propaganda against spinsters, feminist, ‘man-haters’, lesbians; all those categories of women who were seen as rejecting not only sexual intercourse but marriage itself”.

¹⁰⁷ Id. Ibid. p.171. No original “The bogeys of lesbianism or growing beards were part of the armoury of threats used to drive women into compulsory sexual”.

¹⁰⁸ MAURÍCIO SOBRINHO, op. cit. p.43.

Esther Newton e Carroll Smith-Rosenberg observaram, no estudo sobre o mito da lesbiana que, na retórica científica do final do século XIX e início do XX – que ressoa amplamente em outros níveis de discursos conforme tenho assinalado aqui – a Nova Mulher, caracterizada pela celibatária independente, ganhou um caráter francamente sexual e pervertido abrindo um novo debate sobre esse campo. “O Novo Homem transformaria a Nova Mulher em lesbiana viril perigosa e desavergonhada”. O médico Krafft-Ebing, um dos maiores responsáveis pela etiqueta de homossexualidade sobre as mulheres, fez uma classificação das lesbianas em quatro categorias, que vai do aparecimento de características masculinas, seguido da “viraginité”, ou seja, a preferências por vestimentas de homens; a adoção do papel francamente masculino até o último grau que é “o estado extremo da homossexualidade do ser degenerado”¹⁰⁹. Sheila Jeffreys também argumenta que uma das estratégias usadas pelos médicos ingleses desse período no combate às solteironas foi a invenção e descrição científica da lesbiana, incluindo nessa descrição aquelas que apresentavam modos varonis e a preferência por hábitos masculinos¹¹⁰. No enunciado acima, a ausência de uma prática heterossexual masculinizava perigosamente o corpo das mulheres celibatárias. Dessa forma, tanto a construção do corpo celibatário (doente, varonil ou frígido), quanto a invenção da lesbiana fazem parte do mesmo dispositivo para assegurar a sexualidade compulsória e reprodutiva. Conforme assinala Tânia Navarro-Swain, o corpo feminino é construído “pelo sentido e pelo papel social atribuído às mulheres, definidas enquanto tal”¹¹¹, por isso, ao se ausentar de um dos seus papéis prioritários, a maternidade, a celibatária teve seu corpo produzido também como estéril e inútil.

¹⁰⁹ NEWTON, E.; SMITH-ROSENBERG, C., op. cit. p. 286-286.

¹¹⁰ JEFFREYS, S. op. Cit. p.102-127.

¹¹¹ NAVARRO-SWAIN, T. op. cit. 2000, p.52.

7.3.2- Corpos estéreis, maternidade assegurada

Rachel Soihet sublinhou que, “a maternidade tem se constituído num dos mitos da nossa cultura, exercendo-se em seu nome forte manipulação sobre a mulher que, desde muito cedo, é bombardeada com estímulos para o exercício de tal mister (...)”¹¹². Neste sentido, uma matéria intitulada “Decadência da boneca”, publicada pela revista *Alterosa*, em 1945, o autor, Alberto Olavo, assinalou suas preocupações com a “crise da maternidade” e constatou alarmado que as mulheres não queriam ser mães. Assim, expôs as causas do problema:

Um dos fatores que provam o **amortecimento do instinto maternal** é a decadência do prestígio da boneca entre as crianças e as jovens. Isto constitui uma **modificação na fisiologia do matrimônio**, significando, sem dúvida alguma, que há no mundo, entre as muitas crises profundas que o atormentaram, a crise da maternidade. A **mãe tende a desaparecer** na essência de suas virtudes, nascidas do seu instinto, o qual se vai extinguindo pela pressão das influências econômicas, pelo abaixamento do nível moral e pelas solicitações da atração mundana. A maternidade não se improvisa, antes se delinea e desenvolve desde a mais tenra idade, ao tempo em que, na alma sensível da menininha, se agitam os mais confusos sentimentos maternos...¹¹³

Margareth Rago, ao estudar o discurso médico-sanitarista sobre a maternidade, destacou os esforços deste para criar, difundir e persuadir as mulheres tanto da classe alta quanto das camadas baixas a aderirem ao modelo de maternidade burguesa, considerada um sacerdócio. Para tanto, os médicos propunham que as mulheres fossem convencidas “cientificamente” de sua “vocação natural” para a maternidade e de que “o amor materno é um sentimento inato, puro e sagrado”¹¹⁴. O sentido produzido pelo enunciado acima foi também o “instinto materno” como natural, mas o enunciador reconheceu que ele deveria ser moldado, estimulado e difundido às jovens,

¹¹² SOIHET, R. “É proibido não ser mãe”.1986, p.191.

¹¹³ ALTEROSA, Decadência da boneca, 1945, p.41

¹¹⁴ RAGO, M. *Do cabaré ao lar*.op. cit.1997, 76. Sobre o amor materno como uma construção histórica e social cf. BADINTER, E. *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

através da boneca, para este sentimento não amortecer e a mãe não desaparecer. O “instinto materno” é, conforme sublinha Tânia Navarro-Swain, “uma criação social que se perpetua e aparece enquanto evidência nos discursos e na interação das normas heterossexuais e reprodutivas”¹¹⁵. Não obstante, a matéria, ao apresentar como problema, a “crise da maternidade” se constitui num indício de que nem todas as mulheres foram convencidas da sua “vocaçãõ natural”, adiando ou mesmo rejeitando definitivamente a maternidade e, também, o casamento. Mas, conforme sublinha Margareth Rago, “aquela que não preenchesse os requisitos estipulados pela natureza, inscrevia-se no campo sombrio da anormalidade, do pecado e do crime”¹¹⁶. Não se casar e não ser mãe significava contrariar a natureza que, por sua vez, punia a desviante com o ventre seco, o corpo estéril e inútil segundo o sentido produzido pela poesia “Mulheres e árvores”, publicada na revista *Alterosa*.

Ai da mulher que nunca foi beijada,
Ai daquela que amou, mas que, infeliz,
Não pôde ter, humildade e desprezada,
A existência gloriosa que ela quis!

Ai daquela também, que, sendo amada,
Desprezou seus impulsos feminis,
E que sozinha, ao têrmo da jornada,
No seu próprio destino se maldiz!

Elas são como árvores doridas
Que se se exilando, **estéreis e esquecidas,**
Na tristeza dos bosques incolores,
Vivem, à sombras dos ramais abrutos,
Intimidadas por não terem flores
E envergonhadas por não darem frutos¹¹⁷. (grifos meus)

Estratégias discursivas, a exemplo dessa poesia tinham forma de advertência e ao mesmo tempo de pressão para que as mulheres não enganassem ou torcessem sua natureza, procurando afastar tudo que ameaçava a maternidade e a reprodução.

¹¹⁵ NAVARRO-SWAIN, T. op. cit. 2000, p. 51.

¹¹⁶ RAGO, M. op. cit. 1997, p.79

¹¹⁷ ALTEROSA, Op. Cit. 1941.

A maternidade, por sua vez, se constituiu numa representação hegemônica mais difícil de as mulheres escaparem. Se o casamento e os papéis de esposa foram criticados e por vezes rejeitados por feministas como Maria Lacerda de Moura e Ercília Nogueira Cobra ou pela romancista Raquel de Queiroz através de sua personagem Conceição, como vimos, o mesmo não aconteceu com a maternidade. Essas mulheres reais, ou através de suas personagens, excederam ao processo de assujeitamento ao modelo de esposa/dona-de-casa, mas continuaram presas à rede de representações e significados que define a maternidade como desejo inato da mulher e constituinte de uma natureza feminina.

Para Maria Lacerda de Moura a “maternidade consciente” era uma estratégia de emancipação feminina. Ela afirmava que, “longe de se degradar a mulher, defendendo os seus legítimos direitos à liberdade de amar e à maternidade livre e consciente, diviniza-se, eleva-se à altura das suas possibilidades latentes”. Ela também colocaria fim à prostituição e à vida desgraçada e infame da solteirona, pois “é através da Maternidade consciente que se vão esboçar os contornos iluminados de uma vida nova”¹¹⁸. Nessa mesma direção, Ercília Nogueira Cobra concebeu a sua personagem Cláudia no romance *Virgindade Inútil*. Para escapar à solidão e dar sentido à sua vida, a cortesã Cláudia teve uma filha biológica a quem chamou de “Liberdade”. Cláudia dizia que Liberdade era “legítima filha só da mãe”, já que o pai era desconhecido, e se parecia com uma certa espanhola com quem mantivera relações eróticas durante a gravidez.

Já Rachel de Queiroz completou e restituiu a sua personagem Conceição, uma professora independente e recatada, com a maternidade fictícia através da adoção. Ao longo do romance, Conceição adotou o afilhado Duquinha, quando o compadre Chico Bento e sua família se retiraram para São Paulo, tangidos pela seca de 1915. Ela havia recusado o casamento com o primo Vicente para não perder sua autonomia e liberdade, mas no final do romance ao observar seu amor perdido, agora casado com a prima Lourdinha, e esta “tão feliz com sua filhinha...” pensou: “Afinal, o verdadeiro destino de

¹¹⁸ MOURA, M. L. A Maternidade Consciente. *Amai e... não vos multipliqueis* (1922). In: LEITE, M. M. op. Cit. p.202.

toda mulher é acalentar uma criança no peito...”¹¹⁹ A narrativa da autora, em seguida, expõe os sentimentos da personagem que produzem sentidos sobre uma mulher que não realizou seu destino biológico.

E sentia no seu coração o vácuo da maternidade impreenchida...
Seria sempre **estéril, inútil, só**... Seu coração não alimentaria
outra vida, sua alma não se prolongaria noutra pequenina alma...
Mulher sem filhos, elo partido na cadeia da imortalidade....
Ai dos só... (grifos meus)¹²⁰

No entanto, à vista do filho adotivo, Duquinha, que se afastou das saias de sua avó Dona inácia, correndo em sua direção “adoçou-se a amargura no coração da moça (...) e consolada, murmurou: – Afinal, também posso dizer que criei um filho...”¹²¹. O exercício da maternidade, através da adoção, aparece no romance de forma a compensar a natureza torcida, de afastar a solidão e de se realizar como mulher. Nesse sentido, Raquel aponta no estrato acima as conseqüências ou punições sofridas pelas mulheres ao se recusarem a cumprir seu destino biológico através da maternidade: a solidão, a inutilidade, a esterilidade do corpo.

A recusa à maternidade foi, pois, um forte indício de desestabilização do modelo desejado de mulher transformado em centro e referente. Conforme tenho assinalado, por um lado, os discursos produziam e expunham as recompensas desfrutadas pelas *esposas/mães*: o amor do marido e dos filhos, uma casa para reinar, o prazer sexual, a felicidade conjugal, um corpo sadio e frutífero; de outro, as punições aplicadas às celibatárias forçadas à castidade: a frustração, o sentimento de culpa, a solidão, a beatice, os castigos da natureza contrariada, tais como a doença, a carência sexual, o corpo estéril e masculinizado, os perigos físicos da ausência de uma prática heterossexual e da não-reprodução. Expunham também os perigos mentais já que o nervosismo e a histeria apareceram mais freqüentemente associados às

¹¹⁹ QUEIROZ, R. *O Quinze*. Op. Cit. p.148

¹²⁰ Id. Ibid.

¹²¹ Id. Ibid. p. 149.

mulheres, sobretudo às solteiras. Conforme assinalou Foucault, a mulher nervosa/histórica apareceu como a imagem em negativo da mãe¹²².

7.3.3 – Corpos recalçados, mulheres históricas

O dr. Antônio Austregésilo, constatou que sua longa vida de neurologista e psiquiatra autoriza-o “a acreditar que, em **quase todas as psicoses**, senão em todas, **a sexualidade entra como factor importante**”(grifos meus)¹²³. As teses de Freud sobre a histeria tiveram grande repercussão no meio médico brasileiro e foram amplamente popularizadas. Elas postulam, conforme resume o dr. Austregésilo, que a histeria é “o resultado dos desejos sexuais da segunda infância, ou, talvez, da puberdade, recalçados na subconsciência e transformados em acidentes nervosos”. Assim, “o ataque histérico é como o sonho, que serve de descarga aos desejos subconscientes sexuais”¹²⁴. O médico brasileiro inclinava-se a acreditar parcialmente nas idéias de Freud, mas discordou ser na segunda infância o “contra-choque psico-sexual”¹²⁵. Além disso, para ele, a histeria “gera-se do exagero da sugestibilidade do paciente”¹²⁶ e que, em quase todas as histórias psicológicas das históricas, havia “verdadeiros romances inéditos de amor”¹²⁷. Maria Lacerda de Moura, também apoiada em Freud, assinalava que a “abstenção forçada pelos prejuízos sociais afeta, de preferência, o sistema nervoso e o aparelho digestivo, conseqüentemente, todo o organismo e toda a vida psíquica”. Em seguida, ela apresentou os dados do Salpêtrière, conhecido hospital psiquiátrico francês: “entre 1726 loucas, 1276 eram solteiras”¹²⁸.

Recalque, insatisfação dos desejos sexuais, hiper-excitação sexual, sugestibilidade, hetero-sugestão, amores frustrados, coito mal feito,

¹²² FOUCAULT, M. *História da sexualidade 1*, op. Cit. p. 99.

¹²³ AUSTREGESILO, A. *A neurasthenia sexual e seu tratamento*. Op. Cit. p.13.

¹²⁴ Id. Ibid. p. 17

¹²⁵ Id. Ibid. p. 45

¹²⁶ Id. Ibid. p. 17-18.

¹²⁷ Id. Ibid. p. 46.

¹²⁸ MOURA, M. L. Amai e... não vos multipliqueis. Op. Cit. p. 217.

sexualidade insatisfeita, abstinência sexual, foram algumas das explicações que apareceram no rol das causas, por vezes, conseqüências da histeria feminina. Por isso o casamento foi também, nestes casos, um dos remédios aconselhados e receitados pelos médicos às mulheres, conforme observou o dr. Maurício Sobrinho:

M.J., de 27 anos pernambucana, religiosa ao extremo. Até à idade de 20 anos, supportou sem o menor inconveniente a sua necessidade sexual; porém d'aquella data para cá, tem-se tornado **excessivamente nervosa**, tendo medo de tudo e de todos, principalmente dos homens, que considera os seus peiores inimigos. Vezes há, que por uma coisa de somenos importância, tem **verdadeiras crises de riso ou de choro**, ou vice-versa. **O médico consultado aconselhou, como medicamento específico, o casamento**¹²⁹. (grifos meus)

De outra parte, a recusa ao casamento e a opção por uma carreira profissional levaram muitas mulheres a serem internadas em asilos, diagnosticadas como histéricas ou loucas. Assim, o casamento foi remédio, mas, também causa da loucura das mulheres. Maria Clementina Pereira da Cunha observou que alguns dos “sintomas” de loucura de mulheres internadas no Juquery, foi “a independência em suas escolhas pessoais, o excesso de trabalho ou a dedicação imoderada às carreiras profissionais, postas à frente das ‘inclinações naturais’ das mulheres, a ‘hiperexcitação intelectual’, o ‘orgulho’, o celibato”¹³⁰. Esse foi o caso de Eunice, professora primária paulistana internada em 1909. Uma mulher inteligente que se formou professora e foi dirigir uma escola em Santos onde passou a morar sozinha e multiplicou suas atividades de trabalho. Segundo Cunha, o alienista ao construir o diagnóstico de Eunice observou que ela começou ter comportamentos estranhos, “(...) começava a revelar-se ‘completamente independente’ não admitindo a intervenção de pais ou irmãos em suas escolhas pessoais”, além disso, sua “hiperexcitação intelectual” estava relacionada “com o fato de que, aos 30 anos, Eunice permanecia solteira...”¹³¹.

¹²⁹ MAURICIO SOBRINHO, M. *Contribuição ao estudo da Continencia*. Op. Cit. 1911, p. 103.

¹³⁰ CUNHA, M. C. P. op. cit. 1989, p. 125.

¹³¹ Id. Ibid.

Maria Clementina conclui que, após cinco meses de internamento, Eunice finalmente teria cedido ao aceitar,

(...) voltar à casa paterna para viver o papel socialmente destinado a uma mulher com o seu perfil. Triste papel, o de uma 'solteirona' amarga, ressentida, dependente e frágil, ao qual ela parece ter-se adaptado de alguma forma, já que não há qualquer anotação de retorno em seu prontuário¹³².

A literatura brasileira, como uma prática discursiva, contribuiu para criar e veicular no imaginário coletivo a imagem da histeria e da loucura associada ao estereótipo da *solteirona*, ora como figura ridícula e risível, ora como digna de piedade e compaixão. Quem não se lembra dos “chiliques” e tremores da personagem Cinira todas as vezes que via um homem sem camisa, no romance “Tieta” de Jorge Amado, transformado em novela global? Para o período estudado, o exemplo é o de Francisquinha, uma das manas velhas do amanuense Belmiro no romance de Cyro dos Anjos já referido. Francisquinha foi descrita com piedade e ternura pelo narrador Belmiro como esquisita, alucinada e perturbada desde nascença. Ao longo do romance, ela foi internada algumas vezes no Instituto de Alienados atacada pelas sucessivas crises da moléstia mental. Quando ela morreu, o amanuense pensou comovido:

Tratei-a sempre com desvelo, mas olhava-a talvez com esta quase neutralidade com que se contempla o que é de todo estranho a nós, perguntando-me se algo me ligava, realmente, àquela triste deformação do espírito, dolorosa caricatura da razão. Pobre mana¹³³.

As perturbações ginecológicas, as doenças, a carência sexual, a masculinização e esterilidade do corpo e a histeria foram sentidos, veiculados por uma instância de autoridade instituída sob o selo da cientificidade – que é o saber médico – amplamente usados no processo de assujeitamento das mulheres e como forma de empurrar as celibatárias à conjugalidade e a maternidade. Por outro lado, esses sentidos foram usados também no convencimento das casadas de que eram felizes e superiores. Eles marcaram profundamente o comportamento que a celibatária deveria adotar e a forma de

¹³² Id. Ibid.

¹³³ ANJOS, C. *O Amanuense Belmiro*. op. cit. p.143

ela conhecer, perceber e representar seu próprio corpo e, sem dúvida, foram também fontes de constrangimentos diversos vivenciados por elas em suas experiências. A imagem da *solteirona* ganhou, pois, corpo e se completou.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: A MORTE DA SOLTEIRONA?

“Por que o solteiro e a solteira têm de se casar e o casado e a casada não têm, obrigatoriamente, de se "*solteirizar*"? questionou recentemente o editor do Uol Tablóide, um jornal eletrônico¹. O apelo a se “solteirizar” ou a se manter solteiro(a) tem-se tornado freqüente nos discursos atuais. Diferentemente do reclamo apresentado na introdução deste trabalho por Dália, minha narradora, os/as celibatários/as têm sido novamente alvo de vários investimentos que, agora, tentam adequar todo um universo cotidiano, cultural e espacial que fora pensado e construído para a família (ou para pessoas em família), aos que vivem solitários. As construtoras investem em prédios de apartamentos menores com serviços especializados; os supermercados em porções e pratos individuais; as agências de turismo em pacotes para viajeiros sós; as gravadoras em trilhas sonoras para os celibatários; os internautas em blogs, fóruns de discussões e sites exclusivos para os sozinhos. Também criou-se, recentemente, o dia dedicado aos solteiros e solteiras, o 15 de agosto. Conforme anunciaram diversos textos, propagandas e jornais, sobretudo os virtuais deste ano, é um dia para se “badalar” e celebrar a solteirice, a liberdade. Nesses textos, as palavras chaves associadas aos solteiros foram “liberdade” e “independência”, em oposição (explícita) à vida de casados e casadas considerada “prisão”, “controle” e conformação. Essa antinomia liberdade-independência/controle foi um dos aspectos que a análise do dispositivo de invenção da *solteirona* permitiu perceber. Mas, num

¹UOL Tablóide. Disponível em <<http://noticias.uol.com.br/tabloide/tabloideanas/2007/08/15/ult1594u1044.jhtm>> Acesso em 04/set./2007.

movimento contrário, esse dispositivo emergiu no momento em que a família conjugal foi amplamente valorizada na sociedade brasileira, tornando-se seu centro, e os/as celibatários/as, especialmente as mulheres, surgiram como figuras marginais que ameaçavam a estabilidade desse centro.

A partir, sobretudo, do fim do regime escravista e da constituição do Estado republicano, o Brasil procurou implantar um projeto de progresso e emancipação da sociedade, de acordo com os princípios da modernidade pós-colonial, que reforçava o valor das liberdades individuais e dos direitos, criando condições de possibilidades para um igualitarismo radical. A família conjugal, legalmente constituída pelo matrimônio burguês, tornou-se a principal estratégia desse projeto, pois foi percebida como lugar privilegiado para instituir o controle e a disciplina na vida cotidiana e, notadamente, para a formação de modelos idealizados e hierarquicamente diferenciados de homens – os cidadãos da pátria com plenos direitos – e de mulheres – as “operárias domésticas” responsáveis pela educação dos filhos e pelo governo racional da casa. Embora, desde o século XIX, houvesse esforços para disseminar a família conjugal no Brasil, significativa parte da população brasileira, no início do século XX, encontrava-se fora desse modelo, também era elevado o número de celibatários/as. Previamente, existiram diversas formas de organização da vida familiar, sendo comum a vida solitária e a constituição de famílias singulares, muitas das quais chefiadas por mulheres sozinhas. O celibato, sobretudo o feminino, cresceu como preocupação pública e do Estado, tornando-se foco de uma problemática social mais ampla e dos discursos de autoridades públicas, médicas e jurídicas, mediante a importância que passou ter a adesão das pessoas, principalmente as mulheres, aos modelos de família, de conjugalidade moderna e de sexualidade reprodutiva. Foram essas condições que possibilitaram a emergência da *solteirona* e a sua invenção discursiva como uma mulher que reunia os fracassos e todas as qualidades consideradas desprezíveis pela sociedade.

A análise do dispositivo dessa invenção tornou possível perceber a constituição de outro dispositivo que fez funcionar dois mecanismos complementares: um para manter o controle e as hierarquias e outro de coerção sobre as mulheres, que chamei de “armadilhas do casamento”. O

mecanismo de controle se efetivou, sobretudo, no casamento legítimo regulamentado pelo código civil de 1916. O “contrato de casamento”, baseado em obrigações mútuas, assegurava o direito dos maridos sobre as esposas, pois ele significou a troca de “proteção” marital pela submissão feminina. Além disso, legalmente, o marido poderia controlar o acesso da esposa ao mercado de trabalho, seus bens e seu destino; ele ainda era o único detentor do *pátrio poder* e respondia pela esposa perante a justiça, uma vez que esta, na condição de “incapaz”, atribuída pelo artigo 6º do código, não poderia se constituir em indivíduo jurídico. Nesse sentido, ao legislar sobre o *status* (somente as casadas eram incapazes), o código colocou as solteiras em maiores condições de igualdade com homens, para, por exemplo, concorrerem com maior liberdade ao mercado de trabalho, investirem numa carreira profissional e intelectual, possuírem, administrarem e legarem bens; por fim, constituir-se em indivíduo para ocuparem cargos públicos, a exemplo das “moças dos correios”, exercerem tutoria e assumirem responsabilidade por terceiro – direitos que continuaram interditados às casadas. Ao permanecerem celibatárias as mulheres poderiam experimentar uma existência mais livre e autônoma e isso fez crescer a importância de convencê-las a se tornarem legalmente esposas.

No processo de convencimento, duas formas de coerção foram acionadas. A primeira foi mostrar que o casamento, além de uma vocação inata, era algo muito bom e trazia privilégios às mulheres casadas. Dentre esses privilégios, o direito de escolher seu próprio marido e “reinar” sobre o lar. No entanto, as escolhas eram orientadas no sentido de assegurar os casamentos intra-classe e intra-racial. Essa orientação foi percebida, sobretudo, através das colunas de aconselhamento da revista *Alterosa* que, aliada a outros discursos, especialmente o médico, construíram um cânon de escolhas possíveis a partir de critérios como os de possuir a mesma cor, idade proporcional, ter condição social, econômica, intelectual equiparadas e, sobretudo, ter boas condições de saúde, sem histórico de patologias contagiosas na família, pois cresceu também a preocupação higienista e pública com a descendência sadia. Produzia-se, dessa forma, a imagem do marido ideal enquanto promessa de felicidade nas relações matrimoniais, que

passaram a ter como base a realização do amor romântico. O casamento seria então a culminação das relações amorosas e do prazer sexual possíveis somente para as casadas. Mas, a exemplo da escolha, o amor também foi direcionado aos canais convencionais e os enunciados criavam a idéia de que, para amar e ser amada, as mulheres deveriam se submeter. Nessas condições, o universo de escolhas e de amores possíveis tornava-se cada vez mais restrito e, muitas mulheres, principalmente aquelas que acumulavam capital escolar, tornavam-se mais exigentes em suas escolhas ou simplesmente não encontravam o marido “ideal”, seja porque recusavam o casamento para baixo, seja porque amedrontavam futuros pretendentes. Assim, a escolha conjugal e as relações amorosas eram também limitadas pela estrutura de gênero que definia uma hierarquia que não poderia ser infringida.

Outro direito da esposa, apresentado pelos discursos, foi o governo racional e científico da casa moderna que, por um lado, efetivava as obrigações mútuas na família, mostrando que a “subordinação” da esposa era “muito reduzida” uma vez que ela exercia o poder de administrar a casa e as despesas domésticas, sob a supervisão do marido. Por outro lado, abria-se a possibilidade para “atender” as reivindicações das mulheres pelo direito à profissionalização e ao mundo das ciências. Surgiram, então, os cursos de formação de donas-de-casa e de ciências domésticas, pioneiros em Minas Gerais, para formar mulheres como verdadeiras “operárias domésticas”, na acepção de Lilá Abu-Lughod, gerentes racionais da casa e educadoras inteligentes dos filhos. Insatisfeitas com esses “privilégios”, muitas esposas mineiras, entretanto, queixaram-se nas colunas de aconselhamento e suas queixas se apresentam sob a forma de movimentação política à medida que elas transformavam seu problema pessoal, privado em público e permitiam que outras mulheres, leitoras da revista, se identificassem com as situações de dependência e submissão desveladas e expostas.

Se por um lado, os discursos produziam as maravilhas do casamento, por outro, deixavam manifestas as infelicidades das que fracassavam na conquista de um marido. Assim, a outra forma de coerção acionada foi a invenção da *solteirona* frustrada, rancorosa, invejosa e recalcada, uma imagem estereotipada a que nenhum mulher queria ser associada ou gostaria de

refletir. Essa invenção se deu por oposição à *esposa feliz* e para confirmar sua existência. Nos enunciados analisados, os sentidos principais usados para a produção da imagem da solteirona foram: a família representando um bem e o individualismo/egoísmo por oposição ao altruísmo. No processo de torná-la inteligível, a *solteirona* foi tipificada no discurso higiênico-moral e ganhou uma estética, surgindo como imagem caricaturada e digna de misericórdia.

O celibato feminino também se apresentou como obstáculo à sexualidade reprodutiva e à descendência sadia. Nesse sentido, o discurso médico foi analisado neste trabalho porque foi responsável pela produção de saberes sobre o corpo celibatário e pela manutenção da desigualdade e da hierarquia entre as mulheres: a mãe realizada sexualmente; a prostituta que goza dos prazeres sexuais, embora excessivos e perniciosos à saúde pública; e por último, a celibatária histérica e carente sexual. Michel Foucault elaborou a noção de “dispositivo da sexualidade” através do qual todas as pessoas estariam obrigadas a uma prática sexual, pois ela define o sujeito e seu lugar no mundo, além disso, o desejo sexual foi produzido como inato e parte da natureza humana. Assim o celibato emergiu como um desvio da biologia, um estado contra a natureza, por isso, era um perigo constante à saúde das solteiras, uma vez que, para serem respeitadas e honradas, elas deveriam manter-se publicamente castas. A castidade das celibatárias se revelou, pois, como um grande paradoxo, porque ao não se casarem, isto é, ao não se engajarem numa prática sexual aprisionada pelo casamento, elas torciam sua natureza. Contrariada, a natureza se vingava com um corpo doente, masculinizado, estéril, recalcado e com perturbações mentais. Com o discurso médico, a imagem ganhou corpo e a *solteirona* tornou-se real. Ela se inscreveu no real como a figura da anormalidade e da diferença, primeiro em relação à esposa/mãe e depois em relação à prostituta.

O discurso do desejo sexual biologicamente determinado foi, sem dúvida, o mais difícil de se desvencilhar. Nesse sentido, feministas históricas como Maria Lacerda de Moura e Ercília Nogueira Cobra, que conseguiram desvelar as “armadilhas do casamento” e o discurso jurídico, também viam a *solteirona* como uma mulher inferior e a mais infeliz de todas, pois era

castigada pela natureza torcida, prisioneira da virgindade e da castidade permanente e carregava em seu corpo as marcas do desejo sexual insatisfeito.

A *solteirona* foi uma forma de coerção à conjugalidade moderna. Ela foi, também, reguladora das tensões entre as possibilidades abertas pela modernidade burguesa de liberdade e igualdade, dentre elas, de acesso ao mercado de trabalho e a constituição do dispositivo de controle e coerção sobre as mulheres. Isso pôde ser percebido nos enunciados da incompatibilidade entre casamento e trabalho. Nesse sentido, para exercerem uma atividade remunerada em alguns setores, como o da educação e da enfermagem cujo trabalho feminino passou a ser necessário, freqüentemente as mulheres tiveram que abrir mão do casamento. Seu trabalho foi aceito socialmente, como uma mulher que enfrenta o mundo do trabalho igual ao homem, mas desigual às outras mulheres e revestida pela imagem lamentável da *solteirona*.

Todavia, o poder que controla e coage também gera resistências. Ao permanecerem celibatárias, abrindo mão dos privilégios de mãe/esposa, muitas mulheres, a exemplo das professoras mineiras, mostraram que era possível colocar seus interesses e aspirações no centro de suas escolhas, construíram uma carreira profissional e saíram da órbita estritamente familiar. Em último caso, elas não contribuíram com o processo de apropriação das mulheres pelos homens e pela sexualidade reprodutiva. Ao mesmo tempo, deram o exemplo a outras mulheres sobre como escapar às armadilhas do casamento e demonstraram que outras formas de existência e de felicidade, fora da conjugalidade, eram possíveis.

As pressões feministas, sobretudo a partir dos anos de 1960, tornaram o casamento mais igualitário e ele foi perdendo sua força de controle. Nesse sentido, duas leis foram importantes: o Estatuto da Mulher Casada, lei 4.121, aprovado em 1962 e a lei 6.515 de 1977 que instituiu o divórcio. O Estatuto revogou mais de dez artigos do código civil de 1916 e representou um marco histórico na luta pela igualdade de direitos no casamento. O maior mérito dessa lei foi abolir da legislação brasileira o artigo 6º que estabelecia a incapacidade da esposa para realizar certos atos jurídicos. O Estatuto estabeleceu também o princípio do livre exercício de profissão da mulher casada, permitindo-lhe ingressar livremente no mercado de trabalho; o usufruto de uma parte dos bens

deixados pelo marido falecido, o direito real de habitação e sobre os seus filhos, compartilhando do *pátrio poder*, antes restrito ao marido. Em caso de desquite, ela poderia ainda requisitar a guarda dos filhos menores, mesmo que houvesse sido considerada culpada na ação de desquite. Continuaram, porém, as desigualdades, dentre elas, a permanência do homem como chefe da família e detentor do *pátrio poder*, agora “com a colaboração da mulher”, e o direito de fixar o domicílio da família (embora fosse permitido à esposa recorrer ao judiciário, caso o domicílio fixado lhe fosse prejudicial). Também continuou sendo obrigatório o uso do patronímico do marido e a permanência de direitos diferenciados que mantinham a hierarquia. A lei do divórcio, por sua vez, colocava fim à sociedade conjugal. Essa lei substituiu o regime de comunhão universal de bens para o de comunhão parcial, ampliou a equiparação dos filhos para os fins de sucessão hereditária e acabou com a obrigatoriedade de as mulheres usarem o sobrenome do marido. A constituição de 1988, por fim, revogou os artigos de números 233 a 254 do código civil que tratavam das obrigações mútuas do marido e da esposa. Esses artigos foram definitivamente abolidos com a aprovação do atual código civil em 2002. No código atual, marido e esposa podem exercer os mesmos direitos dentro da família e a chefia desta pode ficar sob a responsabilidade de um ou do outro, além disso, o código estendeu todos os direitos presentes no casamento legalmente constituído às uniões estáveis, abrindo possibilidade, inclusive, para extensão às uniões estáveis homossexuais.

A Revolução sexual, também dos anos 1960, criou condições para que as mulheres, aos poucos, se libertassem da rigidez da obrigatoriedade da virgindade – para aquelas que pretendiam se casar – e da castidade – para aquelas que se mantinham celibatárias – como valores que as qualificavam como honradas ou não. A invenção da pílula anticoncepcional, nessa mesma época, possibilitou àquelas que se orientavam pelas práticas heterossexuais manterem relações sexuais fora do casamento sem o medo de uma gravidez indesejada, marca visível de sua desonra. As mulheres puderam ter um domínio maior de seu próprio corpo com a dissociação entre prazer sexual e concepção e entre celibato e castidade, logo, da idéia de natureza torcida.

Nessas condições, a imagem da *solteirona* também perdeu sua força

coercitiva. Ela continua existindo nos discursos atuais, mas outros sentidos que se contrapõem a ela são produzidos e veiculados. Agora ela é a “bonitona e gostosona” da música de uma famosa dupla sertaneja, a “moça linda de morrer” de crônicas virtuais, ou ainda a moça independente das piadas, que recusa ter marido pelos “defeitos” masculinos e pela privação de sua liberdade, mas a *solteirona* é também uma mulher livre que pode “ficar com quem quiser” sem nenhum constrangimento². Ao contrário de outras épocas, hoje existem mulheres, a exemplo da professora Conceição de Raquel de Queiroz, que dizem alegremente e orgulhosamente serem *solteironas*, como Renata, analista de sistema de Pouso Alegre (MG). Em um fórum de discussão na internet em 2003, ela apresentou como tema a ser discutido: “Solteirona! Eu!”. Para iniciar o debate ela registrou suas impressões e experiências:

Quem não sonhou que estava pelado na rua, com vários conhecidos (e desconhecidos) passando por você sem, nem ao menos, te verem mas, você fica lá, morrendo de vergonha? Comigo acontece algo parecido quando saio sozinha. Parece que todo mundo tem seu par, mas, eu tô "pelada socialmente". Outro dia, aconteceu algo interessante, fui ao supermercado e fiquei com aquele "olho comprido" nos casais. Até senti uma ponta de inveja das mãos dadas, empurrando carrinho e pegando os filhos entre as prateleiras, da cumplicidade nas escolhas, dos olhares, dos cochichos, das risadas... E eu, parecendo um gato de rua, encolhida com meu carrinho, esgueirando-me atrás daqueles "ratinhos em família". (...) Saí do supermercado arrastando minha trombinha, não entendia porque não tinha dado mais chances aos namorados que tive (...) afinal ser um casal era tão ... tão.. cheio de predicados!!!! Aquele adjetivo (apelido) solteirona pesava, agora, nos meus ombros... Podia sentir todo o tom pegajoso do "solteirona"... O "solteirona" era como um *chiclet* no meu cabelo! No estacionamento, vi, novamente, aquele casal às voltas c/ as compras, os filhos e...brigas... finalmente, a casa desmoronou! Um começou a acusar o outro pelos produtos esquecidos, pelos filhos desordeiros, pelo pouco tempo... Nessa hora, voltei aos meus sonhos, eles é que estavam sem roupas e eu, mais vestida

² A música a que me referi é da dupla sertaneja Teodoro e Sampaio. Dentre as piadinhas que encontrei na rede a que segue é ilustrativa: “E quando perguntaram para aquela solteirona por que ela não arrumava um marido, ela respondeu: – Eu já tenho um cachorro que dorme o dia inteiro, um gato que passa todas as noites fora e um papagaio que só diz palavrão... Pra que é que eu vou querer um marido?” Disponível em: (http://humortadela3.uol.com.br/piadas/piadas_casais_99.html).

do que nunca... **Saí rebolando, feliz: Eu sou uma SOLTEIRONA!**³

Se, ser *solteirona*, na primeira metade do século XX, foi a marca corporificada do fracasso, da inferioridade e da diferença, hoje parece que, para muitas mulheres, ser *solteirona* é a marca da emancipação, da independência e da liberdade. Mas... isso já é uma outra história!

³ FÓRUM DEVMEDIA. Disponível
<<http://forum.clubedelphi.net/viewtopic.php?t=43744&postdays=0&postorder=asc&start=0&sid=3d7ddc9fb7e2062780f38424c196e797>> Acesso em 04/set./2007.

REFERÊNCIAS

1. Documentos cartoriais

ABAT. Testamentos. Diamantina, maço 241.

AFGC. Processos de Desquite. Montes Claros, 1917 e 1934.

2- Revistas e periódicos

A IDÉA NOVA. Diamantina, 1906-1912.

ALMANACH. Juiz de Fora, 1916.

ALTEROSA. Belo Horizonte, 1939-1945.

DIAMANTINA, Diamantina, 1926-1928.

ESTADO DE MINAS. Belo Horizonte, 1930.

FOLHA DA MANHÃ. São Paulo, domingo, 6 de maio/1928.

O JEQUITINHONHA. Diamantina, 1905-1906.

O PÃO DE SANTO ANTÔNIO. Diamantina, 1923-1932.

O PHAROL. Juiz de Fora, 1890-1920.

REVISTA DA SEMANA. Rio de Janeiro, 17/jun./1937.

SEMANA ILUSTRADA. Belo Horizonte, 1927-1928.

VOZ DE DIAMANTINA. Diamantina, 1930-1937.

VOZ FEMININA: órgão dos direitos da mulher. Diamantina, ano 1, n. 18, 16 de abr./ 1901.

3- Outras bibliografias editadas, digitais e teses

AÇÃO CATÓLICA. *O Decênio crítico*. Para os moços e as moças dos 16 aos 26 anos. São Paulo: Paulinas, 1946

ABBOTT, E. *Histoire universelle de la chasteté et du célibat*. Quebec: Fides, 2001.

ABU-LUGHOD, L. Anhelos feministas y condiciones postcoloniales. In: _____. (ed.) *Feminismo y modernidad em Oriente Próximo*. Madrid: 2002, p.13-56.

ALGRANTI, L. *Honradas e Devotas: mulheres da colônia*. Condição feminina nos conventos e recolhimentos do Sudeste do Brasil 1750-1822. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: Edunb, 1993.

ALMEIDA, J. L. de. *Livro das noivas*. 4ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1926.

AMORIM, N. *Mulher solteira do estigma à construção de uma nova identidade*. Maceió: Edufal, 1992.

ANJOS, C. dos. *O amanuense Belmiro*. 16 ed. Belo Horizonte: Garnier, 2001 (1937).

AUSTREGÉSILO LIMA, A. *Neurastenia sexual e seu tratamento*. S.n.t. 1928 (1919).

BADINTER, E. *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Trad. De Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BESSE, Susan K. *A modernizando a desigualdade: reestruturação da ideologia de gênero no Brasil (1914-1940)*. Trad. Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Endusp, 1999, p.7.

BÉJIN, A. C. Crepúsculo dos psicanalistas, manhã dos sexólogos. In: ARIÈS, P.; BEJIN, A. (orgs.) *Sexualidades Ocidentais*. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 210-235.

BINZER, Ina von. *Os meus romanos: alegrias e tristezas de uma educadora alemã no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

BEVILAQUA, Clóvis . *Código civil*, v.2. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1917.

BOSI, E. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: T.A Queiroz, 1979.

BOTELHO, T. Fiandeiras e tecelonas: o trabalho da mulher na atividade têxtil mineira (Montes Claros – MG, século XIX). *Caminhos da História*. Montes Claros, Unimontes, v.5, n.5, p.33-50, 2000.

BRAIDOTTI, Rosi. *Sujetos nómades: corporización y diferencia sexual en la teoría feminista contemporánea*. Buenos Aires/Barcelo/México: Paidós, 2000, 205p.

BUTLER, J. *Mecanismos psíquicos del poder: teorías sobre la sujeción*. Madrid: Cátedra/ Universitat de València/ Instituto de la Mujer, 1997, p. 21-22 (Feminismos)

_____. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, 236 p.

CALEIRO, R. C. L. O positivismo e o papel das mulheres na ordem republicana. *Unimontes Científica*, v.4, n.2, p.41-47, jul./dez. 2002.

CARVALHO, J. M. Os positivistas e a manipulação do imaginário republicano. In: _____. *Formação das Almas*. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

CAULFIED, S. *Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação*. Rio de Janeiro (1918-1940). Trad. Elizabeth de Avelar Solano Martins. Campinas: Unicamp, 2000.

CHALHOUB, S. *Trabalho, lar e botequim*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CHAMBERS-SCHILLER, L. Virginia. *Liberty, a better husband: single women in america, the generations of 1780-1840*. Yale University, 1984.

CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. *Dicionário de Análise do Discurso*. São Paulo: Contexto, 2004.

COBRA, E. N. *Virgindade Inútil e Anti-higiência*. S./l., s./n. 1932(1922?/ 1924).

CORREIA, M. Repensando a família patriarcal brasileira. In: ARRANTES, A. A. et. Al. *Colchas de retalhos: estudos sobre a família no Brasil*. 3 ed. Campinas: Unicamp, 1994, p. 15-42.

COSTA, C. C. da. Dismonorréia. In: _____. *Lições de Clínica ginecológica*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1933.

COSTA, J. C. de C. A modernidade e a pós-modernidade: ma breve cartografia e as suas conseqüências sobre gênero, identidade e práticas culturais. In: MACHADO, C. J. S.; NUNES, M. L. (Orgs.) *Gênero e Sexualidade: perspectivas em debate*. João Pessoa: UFPB, 2007, p.15-50.

COSTA, J. F. *Ordem médica e norma familiar*. 4 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

COSTA, S. Amores Fáceis? Romantismo e consumo na modernidade tardia. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 73, nov./2005.

COUTINHO, E. K. A separação judicial litigiosa como drama social: narrativas, versões e motivos à crise conjugal em Montes Claros-MG. Viçosa, 2007, 136f. Dissertação (Mestrado em Economia Doméstica). Departamento de Economia Doméstica, UFV.

CUNHA, M. C. P. *O Espelho do mundo: Juquery, a História de um Asilo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

_____. Loucura, gênero feminino: as mulheres do Juquery na São Paulo do início do século XX. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.9, n.18, p. 121-144, ago./ set. 1989.

CUNHA, M.T.S. *Armadilhas da sedução: os romances de M. Delly*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

DAUPHIN, C. Un excédent très ordinaire. In : FARGE, A. DAUPHIN, C. (orgs.) *Madame ou Mademoiselle. Itinéraires de la solitude féminine XVIII^e – XX^e siècle*. Paris: Montalba, 1984, p.75-96.

DAUPHIN, C. Histoire d'un stéréotype, la vieille fille. In : FARGE, A. DAUPHIN, C. (orgs.) *Madame ou Mademoiselle. Itinéraires de la solitude féminine XVIII^e – XX^e siècle*. Paris: Montalba, 1984, p.207-232.

DAUPHIN, C. Femmes seules. In: DUBY, G.; PERROT, M. *Histoire des femmes en occident*. v. IV. Le XIX^e siècle. Paris: Perrin, 2002, p.517-518 (Collection Tempus).

DELEUZE, G. Prefácio: A ascensão do social. In: DONZELOT, J. *A polícia das famílias*. 2ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986, p. 1-8.

DEL PRIORE, M. *História do amor no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2005.

D'INCAO, M. A. Mulher e família burguesa. In: PRIORE, M. D. *História das mulheres no Brasil*. Contexto, 1997, p.223-240.

DUPRÉ, Maria José. *Éramos Seis*. 31 ed. São Paulo: Ática, 1989 (1943).

DURHAM, E. Família e reprodução humana. In: FRANCHETTO, B.; CAVALCANTI, M. L.; HEILBORN, M. L. (orgs.) *Perspectivas Antropológicas da Mulher 3*. Rio de Janeiro: Zahar, 1983, p. 13-44.

_____. Urbanização e migração. In: _____. *A caminho da cidade*. São Paulo: Perspectiva, 1984, p.19-42.

ENGEL, M. O médico, a prostituta e os significados do corpo. In: VAINFAS, R. *História da Sexualidade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

EREND, Z. "The Best of None!": Spinsterhood in Nineteenth-Century New England. *Journal of Social History*, v. 33, n. 4, pp. 935-957, 2000.

FARGE, A. Lês temps fragiles de la solitude dès femmes à travers le discours médical du XVIII^e siècle. In : FARGE, A. DAUPHIN, C. (orgs.) *Madame ou Mademoiselle*. Itinéraires de la solitude féminine XVIII^e – XX^e siècle. Paris: Montalba, 1984, p.251-265.

FARGE, A. DAUPHIN, C. (orgs.) *Madame ou Mademoiselle*. Itinéraires de la solitude féminine XVIII^e – XX^e siècle. Paris: Montalba, 1984.

FARGE, A. ; FOUCAULT, M. *Les désordre des familles*. Lettres de cachet des Achives de la Bastille. Paris : Gallimard, 1982.

FERREIRA, A. B. H. *Mini-dicionário Aurélio da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993, p.112.

FERREIRA, W. *O casamento como base da organização social*. In: RIBEIRO, Leonidio. *Archivos de medicina legal e identificação*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, ano III, n. 15, p.197-207, 1938.

FIGUEIREDO, L. *Barrocas famílias: vida familiar em Minas Gerias no século XVIII*. São Paulo: Hucitec, 1997.

FLANDRIN, J. L. L'avie sexuelle des célibataires. In: _____. *Le sexe et l'Occident: evolution des attitudes et des comportements*. Paris: Seuil, 1981, p. 247-322.

FONSECA, C. Solteironas de Fino Trato: reflexões em torno do (não)casamento entre pequeno-burguesas no início do século. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.9, n.18, p. 99-120, ago./ set. 1989.

_____. Ser mulher, mãe e pobre. In: DEL PRIORE, M. *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997, p.523.

FOREL, Augusto. *A questão sexual*. 3 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1929, 549 p.

FÓRUM DEVMEDIA. Disponível<<http://forum.clubedephi.net/viewtopic.php?t=43733&Pstorder=asc&start=0&sid=3d7ddc9fb7e206280f38424c196e797>> Acesso em 04/set./2007.

FOUCAULT, M. Verdade e poder. In: _____. *Microfísica do Poder*. 4 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1984, pp. 12-14.

_____. Nietzsche, a Genealogia e a História. In: _____. *Microfísica do Poder*. 4 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1984, p.15-38.

_____. Sobre a história da sexualidade. In: *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1984, p. 243-276.

_____. *Vigiar e punir*. Nascimento da prisão. Trad. Ligia M. Ponde Vassallo. 9 ed. Petrópolis: Vozes, 1991.

_____. *História da Sexualidade 1: A vontade de saber*. 11 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1993.

_____. *História da sexualidade 2: o uso dos prazeres*. 7 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1994.

_____. *A Ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1999.

_____. Lacan, o “libertador” da Psicanálise. In: MOTTA, N. B. da. (org.) *Ditos e Escritos I*. Trad. Vera Lucia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1999b, p. 298-299.

_____. *O que é um autor?* 4 ed. s/l. Passagens, 2000, p. 29-87.

_____. *A Arqueologia do Saber*. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

_____. Sexualidade e solidão. In: MOTTA, M. B. D. (org.) *Michel Foucault: ética, sexualidade, política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004b. (Ditos e Escritos V)

FRAISSE, G. Léon Frapié et lês nouvelles femmes seules. In : _____. *Les femmes et leur histoire*. Paris : Gallimard, 1998, p. 463-483 (Collection Folio Histoire).

FREEMAN, R. ; KLAUS, P. Blessed ou not? The new spinster in England and the United States in the late nineteenth and early twentieth centuries. *Journal of Family History*. Winter, p. 394-414, 1984,.

FREYRE, G. *Sobrados e Mucambos*. Descadência do Patriarcado Rural e Desenvolvimento do Urbano. Rio de Janeiro: José Olympio, 1951.

GOUVEIA, M. C. S. ; ROSA, W. M. A Escola norma em Minas Gerais. In: _____. FARIA FILHO, L M. ; PEIXOTO, A. C. (orgs.) *Lições de Minas: 70 anos da Secretaria da Educação*. Belo Horizonte: Secretaria da Educação de Minas Gerais, 2000.

GREGOLIN, M. R. V. Michel Foucault: o discurso nas tramas da história. In: FERNANDES, C. A.; SANTOS, J. B. C. *Análise do Discurso: unidades e dispersão*. Uberlândia: EntreMeios, 2004, p.23.

GUILLAUMIN, C. *Sexe, race et pratique du pouvoir*. L'idée de Nature. Paris : Côté-femmes, 1992 (1978).

HAHNER, J. *Emancipação do sexo feminino*. A luta pelos direitos da mulher no Brasil, 1850-1940. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2003.

HARAWAY, D. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadenos Pagu*. Campinas, Unicamp, v.5, p. 7-41, 1995.

HOLLANDA, H. B. O Ethos Rachel. In : NAVARRO-SWAIN, T. ; MUNIZ, D. D. C.G.(Orgs.) *Mulheres em ação: práticas discursivas, práticas políticas*: Florianópolis: Mulheres; Belo Horizonte: PUC Minas, 2005, p. 121-136.

_____. Tantos Anos. Caderno de Idéias. *Jornal do Brasil*. Dez./1999. Disponível em <<http://acd.ufrj.br/pacc/literaria/ideias111299.html>> Acesso em 03/maio/2006.

IBGE. População. *Estatísticas do século XX*. Rio de Janeiro: IBGE, 2003. 1CD Rom.

JARDIM, A. F. C; MAIA, C. J. Michel Foucault - da dissolução do sujeito constituinte às novas formas de subjetividade: diálogos com o feminismo. In: FALCÃO, L. F.; SOUZA, P. (orgs.). *Anais... I Seminário Internacional Michel Foucault perspectivas*. Florianópolis: Cicdata Multimídia, 2004, p. 404-409.

JEFFEYS, S. *The spinster and her enemies: feminism and sexually 1880-1930*. London, Boston and Henley: Pandora, 1985.

JENKINS, K. *A História repensada*. São Paulo: Contexto, 2001.

JODELET, D. Representações sociais: um domínio em expansão. In: ____ (org.). *As representações Sociais*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2001, p. 17-44.

KAMITA, R. C. Mariana Coelho: em defesa de Mata Hari. In: *Fazendo gênero 6*. Florianópolis, 2004. Comunicação.

KNIBIEHLER, Y. Les médecins et la 'nature féminine' au temps du code civil. *Annales*. Paris, EHESS, n.4, p. 824-845, 1976.

_____. Vocation sans voile, les métiers sociaux. In : FARGE, A. DAUPHIN, C. (orgs.) *Madame ou Mademoiselle*. Itinéraires de la solitude féminine XVIII^e – XX^e siècle. Paris: Montalba, 1984, p.163-176.

LAQUEUR, T. *Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

LARA, S. H. (org.) *Ordenações Filipinas, livro V*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

LAURETIS, T. de. Eccentric Subjects: feminist theory and historical consciousness. *Estudies feminist. s/l*, v.16, n.1, p. 115-150, 1990.

_____. A Tecnologia do gênero. Trad. de Suzana Funck. In: BUARQUE DE HOLLANDA, Heloisa. *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p. 206-242.

LE GOFF, J. J. Documento/monumento. In: _____. *História e Memória*. Campinas: Unicamp, 2003.

LEITE, M. L. M. Aspectos d segredo: Maria Lacerda de Moura. In: FUKUI, I. (org.) *Segredos de Família*. São Paulo: Anblume, 2002, p. 61-70.

_____. (Org.) *Maria Lacerda de Moura uma feminista utópica*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2005.

LEWKOWICZ, I. As mulheres mineiras e o casamento: estratégias individuais e familiares nos séculos XVIII e XIX. *Revista de História*. São Paulo: Unesp, n.12, p.21, 1993.

_____. Vida em família: caminhos da igualdade em Minas Gerais. *Anais... Seminário de Economia Mineira 6*. Diamantina/Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 1992.

LOBATO, J. P. *Amor, desejo e escolha*. Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Tempos, 1997.

LOPES, M. F. *O Sorriso da Paineira: construção de gênero em Universidade Rural*. Rio de Janeiro, 1995, 317f. Tese (doutorado em Antropologia Social) Museu Nacional, UFRJ.

LORDELLO, J. M. *Entre o Reino de Deus e dos Homens: a secularização do casamento no Brasil do século XIX*. Brasília, s/d. Dissertação (Mestrado em História) UnB.

LUHMANN, N. *O Amor como paixão*. Para a codificação da intimidade. Lisboa: Difel, 1991.

KAMITA, R. C. Mariana Coelho: em defesa de Mata Hari. In: FAZENDO GÊNERO 6. Florianópolis, 10-13 de ago. 2004. Comunicação.

KNIBIEHLER, Y. Lês médecins et la "nature féminine" au temps du code civil. *Annales*. Paris, EHESS, n.4, p. 824-845, 1976.

MAIA, C. J. Entre "inocência" e "corrupção": a construção de gênero e de representações sociais de mulheres desquitadas no início do século XX. In: REDEFEM. Gramado (RS), 2003.

MAIA, C. J.; COUTINHO, E. K. *Família e cotidiano em Montes Claros nas primeiras décadas do século XX*. Montes Claros: Unimontes, 2004. (Relatório de Pesquisa).

_____. Filhos do Estado: crianças e organização familiar em Montes Claros (1889-1930). *Caminhos da História*, Montes Claros, v.10, n.1, 2005.

MAINGUENEAU, D. *Novas tendências em Análise do Discurso*. 3 ed. Campinas: Pontes/ Unicamp, 1997.

MALUF, M.; MOTT, M. L. Recônditos do mundo feminino. In: NOVAIS, F. (org.) *História da Vida Privada no Brasil*. v.3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

MARQUES, R. de C. *A imagem social do médico de senhoras no século XX*. Belo Horizonte: Coopmed, 2005.

MARQUEZ, A. V. O século da mulher. *A Tribuna*. Uberabinha, 30 de maio/1920.

MATOS, M. I.S. Delineando corpos: as representações do feminino e do masculino no discurso médico. In: MATOS, M. I.S.; SOIHET, R. (orgs.) *O corpo feminino em debate*. São Paulo: Unesp, 2003, p.107-128.

MAURÍCIO SOBRINHO, M. *Contribuição ao estudo da continência*. Rio de Janeiro: Papelaria SOL, 1911. (These apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro).

MOLINIER, P. *L'énigme de la femme active: égoïsme, sexe et compassion*. Paris : Payot, 2006.

MORLEY, H.. *Minha vida de menina*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

MOURA, M. L. "Liberdade sexual das mulheres (prefácio)". LEITE, M. L. M.(org.) *Maria Lacerda de Moura: uma feminista utópica*. Florianópolis: Ed. Mulheres; Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2005, 50-57.

_____. "Amai... e não vos multipliqueis" (1922). LEITE, M. L. M.(org.) *Maria Lacerda de Moura: uma feminista utópica*. Florianópolis: Ed. Mulheres; Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2005, 202-270.

_____. "Religião do amor e da beleza" (1926). In: LEITE, M. L. M.(org.) *Maria Lacerda de Moura: uma feminista utópica*. Florianópolis: Ed. Mulheres; Santa Cruz do Sul: Edunisc, p. 118-134.

_____. "A mulher é uma degenerada" (1932). In: LEITE, M. L. M.(org.) *Maria Lacerda de Moura: uma feminista utópica*. Florianópolis: Ed. Mulheres; Santa Cruz do Sul: Edunisc, p. 58-117.

_____. “Han Ryner e o amor plural” (1933). LEITE, M. L. M.(org.) *Maria Lacerda de Moura: uma feminista utópica*. Florianópolis: Ed. Mulheres; Santa Cruz do Sul: Edunisc, p. 135-201.

_____. *Ferrer, Clero Romano e a Educação Laica*. São Paulo: Editora Paulista, 1934.

MUNIZ, D. do C. G. Sobre as professoras de “antigamente” que eram “feias” e “usavam óculos”... *Labrys*, Brasília, n.1-2, jul./dez. 2002. Disponível em <www.unb.br/ih/his/gefem>, acessado em 10/maio/2003.

_____. *Um toque de gênero: história e educação em Minas Gerais (1835-1892)*. Brasília: Finatec, 2003.

_____. Proteção para quem? O código penal de 1940 e a produção da “virgindade moral”. *Labrys*, estudos feministas / études féministes, jan./ jul. 2005, disponível em <www.unb.br/ih/his/gefem>, acesso em 10/nov./2005.

_____. Mulheres, trabalho e educação: marcas de uma prática política. In: NAVARRO-SWAIN, T.; MUNIZ, D. do C. G. *Mulheres em ação: práticas discursivas, práticas políticas*. Florianópolis: Ed. Mulheres; Belo Horizonte: PUC Minas, 2005, p.73-100.

_____. A construção imaginária da história e dos gêneros: o Brasil no século XVI. *Textos de História*. Brasília, v.4, n.2, p.130-153, 1996.

_____. A invenção do corpo feminino ou a hora e a vez do nomadismo identitário. *Textos de História: Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Unb*. Brasília, Unb, vol.8, n.1/2, p. 47-86, 2000.

_____. Quem tem medo de Foucault: feminismo, corpo e sexualidade. In: PORTOCARRERO, V.; CASTELO BRANCO, G. (Orgs.) *Retratos de Foucault*. Rio de Janeiro: Nau, p. 138-158, 2000b.

_____. Para além do binário: os *queers* e o heterogêneo. *Gênero – revista do Núcleo Transdisciplinar de Estudos de Gênero*. Niterói, v.2, n.1, p. 87-98, 2001.

_____. Identidade Nômada: heterotopias de mim. In: RAGO, M.; ORLANDI, L.B.L.; VEIGA-NETO, A. (Orgs.) *Imagens de Foucault e Deleuze: ressonâncias nietzschianas*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

_____. As teorias da carne: corpos sexuados, identidades nômades. *Labrys: estudos feministas*. Brasília /Montevidéu /Paris, n.1-2, jul./dez./2002. Disponível em <www.unb.br/ih/hist/gefem/indexbr.html>. Acesso em 03/01/2003.

_____. Banalizar e naturalizar a prostituição: violência social e histórica. *Unimontes Científica*. Montes Claros, v.6, n.2, p.23-28, 2006.

_____. O normal e o “abjeto”: a heterossexualidade compulsória e o destino biológico das mulheres. *Labrys: revista eletrônica*, n.6, 2004, disponível em

<<http://www.unb.br/ih/his/gefem/labrys6/sumariogeral.htm>>, acesso em 17/out./2005.

_____. Mulheres, sujeitos políticos: que diferença é esta? In: NAVARRO-SWAIN, T.; MUNIZ, D. C. C. *Mulheres em Ação: práticas discursivas, práticas políticas*. Florianópolis: Ed. Mulheres; Belo Horizonte: PUC Minas, 2005, p.337-354.

_____. Entre a vida e a morte, o sexo. *Labrys*, Brasília-DF, n. 10, jul./dez. 2006. Disponível em <www.unb.br/ih/his/gefem/labrys10/livre/anahia.htm> acesso em 19/dez./2007.

NEVES, B. "A Tragédia da Solteirona". *Revista da Semana*. Rio de Janeiro, 17/jun./1937.

NEWTON, E.; SMITH-ROSEMBERG, C. Le mythe de la lesbienne et la « femme nouvelle » : pouvoir, sexualité et légitimité, 1870-1930. In : *Stratégies des femmes*. Paris, 1984 (Ovrage collectif édité par Tierce).

NICHOLSON, L. Interpretando o gênero. *Estudos feministas*. Florianópolis, UFSC, v.2, p.9-41, 2000.

OLIVEIRA MOTTA, A. R. Má formação congênita da vagina e do útero; Hematometro: abertura de uma vagina artificial; oophoro-salpingectomia dupla e hysterectomia sub total cura. *Anais da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, ano III, p. 247-257, 1919.

ORLANDI, E. *Análise do discurso: princípios e procedimentos*. 4 ed. Campinas: Pontes, p.10-11.

PAINE, R. What is gossip about? An alternative hypothesis. *Man, New Series*. Royal Anthropological Institute of Great Britain and Ireland, v.2, n.2 june 1967, p.278-285.

PATEMAN, C. *O contrato sexual*. Trad.Marta Avancini. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

PAULA, J. A. *Raízes da modernidade em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

PEREIRA, G. A. M. *Práticas médicas e cientificidade na nova capital mineira 1897-1930*. Belo Horizonte, 2002, 73 f. Monografia (Bacharelado em História) Universidade Federal de Minas Gerais.

PEREIRA, L. M. L. Algumas reflexões sobre história de vida, biografias e autobiografias. *História Oral*. São Paulo, v.3, p. 117-127, jun.2000.

PERROT, M. À margem: solteiros e solitários. In: *História da vida Privada*. São Paulo: Companhia das Letras, v.4, p.287-303, 1991.

_____. Sortir. In: DUBY, G.; PERROT, M. (orgs.) *Histoire des femmes au occident*. v. IV, le XIX^e siècle. Paris : Plon, 539-574.

_____. Michel Foucault et l'histoire des femmes. In : *Les Femmes ou les Silences de L'Histoire*. Paris : Fammarion, 1998, p.413-424.

PESAVENTO, S. J. *História & História cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

PIMENTEL, H. U. *A construção das diferenças: casamento e sexualidade em Paracatu, MG, no século XVIII*. Brasília: 2000, 160f. Dissertação (mestrado em História) UnB.

PINTO, C. R. J. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

PIRES, W. F. *Estupro: jurisprudência medico-legal respectiva; caracteres físicos da virgindade*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1922. (These – concurso para provimento do lugar de substituto da cadeira de Medicina Pública da Faculdade de Direito de Minas Gerais).

PRADO, R. M. Um ideal de mulher: estudo dos romances de M. Delly. In: FRANCHETTO, B., CAVALCANTI, M. L., HEILBORN, M. L. (Dir.) *Perspectivas antropológicas da mulher 2*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, p.75-112

QUEIROZ, B. L. et. As mulheres chefes de domicílio nas Minas Gerais do século XIX: uma análise exploratória. *Anais... IX Seminário sobre a Economia Mineira*. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, p. 17-35, 2000.

QUEIROZ, R. de. *O quinze*. 72 ed. São Paulo: Arx, 2002 (1930).

QUINTANEIRO, T. *Retratos de Mulher: o cotidiano feminino no Brasil sob o olhar de viajeros do século XIX*. Petrópolis: Vozes, 1996.

RABELLO, D. *Um caso de malformação genito-urinaria tratado cirurgicamente*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1918 (These para o concurso de professor substituto da 12^a secção da Faculdade de Medicina de Belo Horizonte).

RAGO, M. *Do Cabaré ao Lar: a utopia da cidade disciplinar, Brasil (1890-1930)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

_____. Trabalho feminino e sexualidade. In: DEL PRIORE, M. *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997b, p.578-606.

_____. Pensar diferentemente a História, viver femininamente o presente. In: GUAZZELLI, C. A. B. et. al. (orgs.) *Questões de Teoria e Metodologia da História*. Porto Alegre: Ed. Universidade, 2000, p. 41-58.

_____. A História repensada com ousadia. In: JENKINS, K. *A história repensada*. São Paulo: Contexto, 2001, p 9-13.

_____. Libertar a História. In: RAGO, M.; ORLANDI, L. B. L.; VEIGA-NETO, A. (Orgs.) *Imagens de Foucault e Deleuze*. Ressonâncias nietzchianas. Rio de Janeiro: DP&A, 2002, P. 255-272.

RANGEL, M. L. S. A solteirona na Literatura Brasileira. *Leitura*. São Paulo, 12 (142), p.10, mar./1994.

RIBEIRO, P. R. M; REIS, G. V. José de Albuquerque e a educação sexual nas décadas de 1920-1950: um estudo bibliográfico. Disponível em <<http://www.anped.org.br/26/posteres/paulorenesribeiro.rtf>> Acesso em jun./2005.

RICH, A. La contrainte à l'heterosexualité et l'existence lesbienne. *Nouvelles Questions Féministes*. Paris, mars, n.1, p.15-43, 1981.

_____. Notas para uma política da localização. In: MACEDO, A. G. (orga.) *Gênero, identidade e desejo*. Antologia crítica do feminismo contemporâneo. Lisboa: Cotovia, 2002, p.15-36.

RODHEN, F. *Uma ciência da diferença: sexo e gênero na medicina da mulher*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2001.

ROUGEMONT, D. *História do amor no ocidente*. São Paulo: Ediouro, 2003.

RUSSO, J. A.; CARRARA, S. L. A psicanálise e a sexologia no Rio de Janeiro de entreguerras: entre a ciência e a auto-ajuda. *História, ciência, saúde*. Rio de Janeiro, Manguinhos, v.9 (2), p. 273-290, maio-ago./2002.

SALLES, J. de. *Se não me falha a memória*. São Paulo: Instituto Moreira Salle, 1993.

SAMARA, E. M. *As mulheres, o poder e família (São Paulo, século XIX)*. São Paulo: Marco Zero, 1989.

SANTOS, D. L. S. *Entre a norma e o desejo: estudo das tensões na vida conjugal diamantinense no processo de mudança social (1863-1933)*. Belo Horizonte, 2003. Dissertação (Mestrado em História) UFMG.

SCOTT, J. W. História das mulheres. In: BURKE, P. (Org.) *A escrita da história: novas perspectivas*. Trad. Magda Lopes. São Paulo: Unesp, 1992, p. 63-96.

SCHUMA, S. VITAL BRAZIL, E. (orgs.) *Dicionário Mulheres do Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 2000.

SEVCENKO, N. O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. In: NOVAIS, F. (org.) *História da Vida Privada no Brasil*. V.3. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SEGATO, R. L. Inventando a natureza: família, sexo e gênero no xangô do Recife. In: _____. *Santos e Daimones: o politeísmo afro-brasileiro e a tradição arquetipal*. Brasília, UnB, 1995, p.421-462.

_____. "La economía del deseo en el espacio virtual" In: _____. *Las estructuras elementales de la violencia*. Buenos Aires: Prometeo y Universidad Nacional de Quilmes, 2003, p.149-180.

_____. "Gênero, política e hibridismo en la transnacionalización de la cultura Yoruba". In: _____. *Las estructuras elementales de la violencia*. Buenos Aires: Prometeo y Universidad Nacional de Quilmes, 2003, p.225-252.

_____. "En busca de un léxico para teorizar la experiencia territorial Contemporanea" In _____. *La Nación y sus Otros*. Buenos Aires: Prometeo, 2007, p. 71-98.

_____. "Raza es Signo". In _____. *La Nación y sus otros*. Buenos Aires: Prometeo, 2007, 131-150

SOIHET, R. É proibido não ser mãe: opressão e moralidade da mulher pobre. In: VAINFAS, R. (Org.) *História da Sexualidade no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1986, p.191-212.

_____. Mulheres pobres e violência no Brasil urbano. In: DEL PRIORE, M. *História das Mulheres no Brasil*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 1997, p.362-400.

SOUSA, A. B. de. *Um caso de imperfuração vaginal congênita*. Rio de Janeiro: Typographia Rebello Braga, 1912. (These inaugural – Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro)

SOUZA, C. D.; BOTELHO, T. R. Modelos nacionais e regionais de família no pensamento social brasileiro. *Estudos feministas*. Florianópolis, v. 9, n.2, 2001.

SPINK, M. J. FREZZA, R. M. Práticas discursivas e produção de sentidos: a perspectiva da Psicologia Social. In: SPINK, M. J. (org.) *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano*. São Paulo: Cortez, 2000, p. 29-30.

SPINK, M. J.; LIMA, H. Rigor e visibilidade: a explicação dos passos. In: SPINK, M. J. (org.) *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano*. São Paulo: Cortez, 2000, 102-104

SPINK, M. J.; MEDRADO, B. Produção de sentidos no cotidiano: uma abordagem teórico-metodológica para análise das práticas discursivas. In: SPINK, M. J. (org.) *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano*. São Paulo: Cortez, 2000, 41-62.

SPINK, M. J.; MENEGON, V. M. A pesquisa como prática discursiva: superando os horrores metodológicos. In: SPINK, M. J. (org.) *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano*. São Paulo: Cortez, 2000.

STOPES, M. C. *Amor e casamento: nova contribuição para a solução do problema sexual*. Trad. Godofredo Rangel. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1929.

TEIXEIRA DE FREITAS, A. *Consolidação das Leis Civis*. Rio de Janeiro: Garnier, 1869.

TUPINAMBÁ GRAÇA, R. *Montes Claros era assim...* Belo Horizonte: Cultura, 1986.

VIANA, M. J. M. *Do sótão à vitrine: memórias de mulheres*. Belo Horizonte: Ufmg, 1995.

VIEIRA, J. G. *O instinto sexual*. Rio de Janeiro: Empresa Brasil Editora, 1919. (These apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro).

VIVEIROS DE CASTRO, E.; BEZAQUEM ARAÚJO, R. Romeu e Julieta e a origem do Estado. In: VELHO, G. (org.) *Arte e Sociedade: ensaios de sociologia da arte*. Rio de Janeiro: Zahar, 1977, p.130-169.

WATKINS, S. C. (org.) *Journal of Family History*. Special Issue: Spinsterhood. Iowa, v.9 n.4, dez. 1984.

WATT, I. *A ascensão do romance: estudos sobre Defoe, Richardson e Fielding*. Trad. Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

4. Entrevistas de História Oral

ACÁCIA, Viçosa-MG., Fev./2007.

DÁLIA, Montes Claros, maio/2004. 1 fita K7

HORTÊNCIA, Montes Claros, set./2005. 1 fita k7

MARGARIDA, Montes Claros, jul./2005. 1 fita k7

MARIA FLOR, Montes Claros, mar./2007. Mp3

ROSA, Viçosa-MG., Fev./2007. Mp3

VIOLETA, Viçosa-MG., Fev./2007. Mp3

